



Carolina Barbosa Gomes Figueiredo Filho

**DESEMPREGO E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES
DESEMPREGADOS NO BRASIL: AS POLÍTICAS DA CUT-SP E DO
MST-SP DURANTE OS GOVERNOS LULA**

Campinas
Abril de 2013



UNICAMP

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Carolina Barbosa Gomes Figueiredo Filho

**DESEMPREGO E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES
DESEMPREGADOS NO BRASIL: AS POLÍTICAS DA CUT-SP E DO
MST-SP DURANTE OS GOVERNOS LULA**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Andréia Galvão

Dissertação apresentada ao Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas – IFCH,
da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp),
para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

ERRATA: Onde se lê “Mestre em Ciência Política”
leia-se “Mestra em Ciência Política”.

Campinas
Abril de 2013

iii


Prof.^a Dra. Fátima Regina Rodrigues Évora
Coordenadora da Comissão de
Pós-Graduação / IFCH / UNICAMP
17/04/2013

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

F469d Figueiredo Filho, Carolina Barbosa Gomes, 1987-
Desemprego e organização dos trabalhadores desempregados no Brasil : as políticas da CUT-SP e do MST-SP durante os governos Lula / Carolina Barbosa Gomes Figueiredo Filho. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Andréia Galvão.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. 2. Central Única dos Trabalhadores (Brasil). 3. Desemprego. 4. Neoliberalismo. 5. Brasil - Política e governo, 2003-2010. I. Galvão, Andréia, 1971-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: Unemployment and the unemployed workers organization in Brazil : CUT-SP's and MST-SP's politics during Lula government

Palavras-chave em inglês:

Movement of Rural Workers Without Land

Only central office of the Workers (Brazil)

Unemployment

Neoliberalism

BRAZIL - Politics and government, 2003-2010

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Mestra em Ciência Política

Banca examinadora:

Andréia Galvão [Orientador]

Ângela Maria Carneiro Araújo

Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior

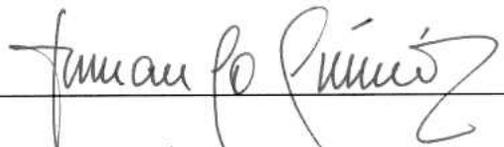
Data de defesa: 10-04-2013

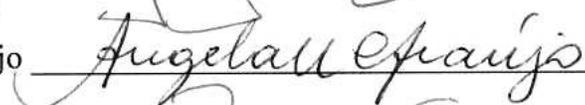
Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

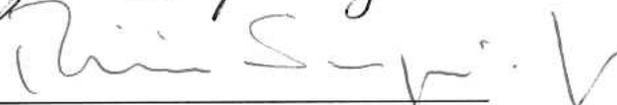


A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 10 de abril de 2013, considerou a candidata CAROLINA BARBOSA GOMES FIGUEIREDO FILHO aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Armando Boito Junior 

Profa. Dra. Angela Maria Carneiro Araújo 

Prof. Dr. Plinio Soares de Arruda Sampaio Junior 

Campinas
Abril de 2013

Brejo da Cruz

(Chico Buarque)

A novidade
Que tem no Brejo da Cruz
É a criançada
Se alimentar de luz
Alucinados
Meninos ficando azuis
E desencarnando
Lá no Brejo da Cruz
Eletrizados
Cruzam os céus do Brasil
Na rodoviária
Assumem formas mil
Uns vendem fumo
Tem uns que viram Jesus
Muito sanfoneiro
Cego tocando blues
Uns têm saudade
E dançam maracatus
Uns atiram pedra
Outros passeiam nus
Mas há milhões desses seres
Que se disfarçam tão bem
Que ninguém pergunta
De onde essa gente vem
São jardineiros
Guardas-noturnos, casais
São passageiros
Bombeiros e babás
Já nem se lembram
Que existe um Brejo da Cruz
Que eram crianças
E que comiam luz
São faxineiros
Balançam nas construções
São bilheteiras
Baleiros e garçons
Já nem se lembram
Que existe um Brejo da Cruz
Que eram crianças
E que comiam luz

“Resistir é para a vida toda”

(Caetano Nascimento Novaes)

Agradecimentos

Muitas pessoas foram fundamentais e contribuíram de diversas formas para a elaboração desse estudo. Gostaria de agradecer imensamente a todos que caminharam ao meu lado em mais essa empreitada, que, sem dúvida, guardam um pouquinho de cada um nessas páginas e aos quais também devo qualquer mérito desse trabalho.

À minha mãe, Bernadete, ao meu pai, Paulo, ao meu irmão, Guilherme, e à minha irmã, Letícia, pela compreensão, pelo reconhecimento e pelo apoio incondicional. Aos meus avós, aos tios e às tias, aos primos e às primas, que, mesmo de longe, acompanharam cada passo nesse processo. À Tia Adriana, ao Tio Mariano, à Tatinha, ao Henrique, à Tia Cristina, ao Tio Silvio, à Ellen e ao Dudu, pela amizade, pelo carinho e pelo incentivo.

Ao pessoal da Maloca (os antigos e os atuais), pelas alegrias compartilhadas, pelas “chuvas de pedras” e pelos inúmeros momentos de distração. Em particular, à Gisele, à Gabi Chi, à Nara e ao Ploc, amigas e amigos sempre presentes para todas as horas, com quem chorei muito e ri mais ainda.

Às companheiras e aos companheiros do campo Domínio Público de movimento estudantil, do Rompendo Amarras, do DCE da Unicamp e do Cursinho Popular do DCE, sem os quais a minha passagem pela universidade não faria sentido, pela incansável luta em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade e por outro projeto de universidade e de sociedade.

Ao Caetano Nascimento Novaes, amigo e companheiro que deixou muitas saudades, músicas, desenhos e lições – em especial, a de que resistir é para a vida toda.

Às companheiras do Coletivo Feminista Rosa Lilás, que me fortaleceram para enfrentar e superar os obstáculos impostos social e historicamente à autonomia e ao protagonismo da mulher.

Aos camaradas do Coletivo Primeiro de Maio e de todo o campo Debate Socialista, do PSOL, por continuarem dedicando todos os esforços a cultivar a semente do Socialismo mesmo em tempos tão sombrios e adversos. Ao Ronald, que primeiro me abriu os olhos para as tarefas a cumprir, pelas extremas confiança e paciência e (por que não?) pelas discordâncias. Ao Marcio Souza, à Paulinha e ao Raul Marcelo, pelos valiosos ensinamentos políticos. À Mariana Conti, por compartilhar as angústias, as alegrias e as

expectativas, pelos debates sociológicos e pelo exemplo de liderança. Ao Paulo Gouveia, pela clareza e firmeza política e também pelos poemas sempre adequados ao momento. Ao Pedrinho, pelas preocupações divididas e pela disposição incansável. Ao Digão, pela organização, pela disciplina, pelas dicas acadêmicas, intelectuais e culturais. Ao Bruno Modesto, grande amigo, camarada de luta e parceiro das traquinagens, pela cumplicidade e pelo empenho para construir o que virá.

Às trabalhadoras e aos trabalhadores da Unicamp, cuja greve ao longo dessa pesquisa enriqueceu ainda mais a perspectiva de analisar as atuais relações de trabalho e as formas de organização, mobilização e resistência diante destas.

Aos militantes, aos acampados e aos assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que muito mais do que um objeto de pesquisa, são um grande exemplo de resistência e luta. Em especial, àqueles do Milton Santos, que enfrentam neste momento mais um período difícil para permanecer na terra. Espero que este trabalho também traga contribuições para essa luta que é tão árdua e necessária.

Aos colegas do Projeto Temático “Política e classes sociais no Brasil” e do Centro de Estudos Marxistas (CEMARX), pela oportunidade de abrir os horizontes rumo a outras pesquisas, pelos debates sempre muito ricos e produtivos, pela seriedade e pelo rigor teórico.

À Nathália Oliveira e ao Davisson Souza, sempre à disposição para compartilhar questões e reflexões, pelas fundamentais contribuições teóricas, pelos debates incansáveis e pelas parcerias em outros trabalhos.

À Luciana Henrique, cuja pesquisa acadêmica e experiência prática foram muito importantes inclusive para a elaboração de nossa dissertação.

À Gabriela Bosshard, pela ajuda com a parte técnica, mesmo quando de última hora.

Aos colegas do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Unicamp, em especial, à Patrícia Rocha e ao Raphael Machado, pela solidariedade e por dividirem cada rezeio, inquietação, dúvida, durante todo o Mestrado.

À Prof.^a Dr.^a Ângela Araújo, à Prof.^a Dr.^a Maria Orlanda Pinassi e ao Prof. Dr. Plínio de Arruda Sampaio Junior, pela leitura atenta de nosso texto, pelas sugestões e críticas muito cuidadosas, enriquecedoras e pertinentes.

Ao Prof. Dr. Armando Boito Junior, pelas contribuições teóricas e metodológicas em aulas, debates, seminários e reuniões de grupo e pela pronta disposição para participar de nossa banca de defesa na ausência da Prof.^a Andréia.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por garantirem as condições materiais necessárias ao desenvolvimento dessa pesquisa.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Andréia Galvão, a quem guardo profunda admiração e respeito, pela dedicação, pelas reflexões, pelo olhar crítico e pelo incentivo acadêmico.

Resumo

Esta pesquisa de Mestrado se propõe a analisar como se manifesta o desemprego e como tem se dado a organização dos trabalhadores desempregados no Brasil, em especial no Estado de São Paulo, nos anos de 2003 a 2010. Isso será feito a partir da análise de duas formas de organização, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), enquanto distintas e importantes referências nas lutas sociais no Brasil. Para isso, abordamos as especificidades do capitalismo, do desemprego e da questão agrária no Brasil, bem como o papel do Estado e os impactos do neoliberalismo sobre o mercado de trabalho, em especial, no caso paulista. Além disso, discutimos questões gerais sobre qual(is) a(s) condição(ões) de classe dos desempregados, sobre as dificuldades e potencialidades da organização destes, sobre a sua relação com os trabalhadores em atividade, de modo a relacionar a organização analisada a aspectos objetivos da formação econômica e social do país e a elementos conjunturais, ideológicos e políticos.

O trabalho está dividido em quatro partes. Em um primeiro momento, discorreremos sobre o debate teórico que orienta a análise sobre o desemprego e sua relação com o modo de produção capitalista, inclusive na especificidade do capitalismo dependente brasileiro, tendo em vista demonstrar a complexidade do fenômeno e, portanto, as diversas questões e problemáticas que o estudo sobre o desemprego suscita no campo das ciências sociais. Em seguida, desenvolvemos um estudo sobre a dimensão e a manifestação do desemprego durante o período marcado pelo avanço da política neoliberal no Brasil e as particularidades da expressão desse fenômeno nos governos Lula. Depois, analisamos as políticas da CUT-SP para a organização da superpopulação relativa, em suas diferentes expressões, relacionada à estratégia sindical desta entidade. Por fim, buscamos resgatar as principais características gerais da base de desempregados que o MST se propõe a organizar no Estado de São Paulo, bem como as concepções político-ideológicas desse movimento e suas formas de luta.

Abstract

This research aims to analyze how unemployment occurs in Brazil and how has been the organization of unemployed workers in this country, especially in the state of São Paulo, in the years 2003 to 2010. This will be done by analyzing the policies of “Central Única dos Trabalhadores” (CUT) and of "Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra" (MST) to organize unemployed workers as important references in social struggles in Brazil. At first, we will discuss the theoretical debate that guides the analysis of unemployment and its relationship to the capitalist mode of production, including the specificity of Brazilian dependent capitalism in order to demonstrate the complexity of the phenomenon and, therefore, the various issues and problems about the study of unemployment in the social sciences. Then, we will develop a study on the extent and manifestation of unemployment during the period marked by the advance of neoliberal policy in Brazil and characteristics of expression of this phenomenon in Lula's government. After that, we analyze the policies of CUT-SP for the organization of the unemployed workers, in its different expressions, related with its union strategy. Finally, we will seek to redeem the principal characteristics of the unemployed in MST in the State of São Paulo, as well as the political and ideological conceptions of this movement and its forms of struggle. The sources of this research will be obtained through the literature available on the subject, a survey of press materials and the movement itself and conducting some interviews with leaders, activists and social base of the organization.

This study will address the specifics of capitalism, unemployment and agrarian question in Brazil, as well as the role of the state and the impacts of neoliberalism on the labor market, especially in the case of São Paulo. Also, it discusses general issues about which condition(s) of the class of unemployed, about the difficulties and potentialities of the organization, about their relationship with workers in activity, in order to relate the MST-SP with the objective aspects of economic and social formation of the country and with ideological and political elements.

Sumário

Brejo da Cruz.....	7
“Resistir é para a vida toda”	7
(Caetano Nascimento Novaes)	7
Agradecimentos	9
Resumo	13
Abstract.....	15
Introdução.....	19
1) Aspectos teóricos sobre o desemprego	31
1.1) Superpopulação relativa e a lei geral da acumulação capitalista	31
1.2) As particularidades do capitalismo na América Latina e o debate sobre a marginalidade	36
1.3) O desemprego no neoliberalismo e sob o modelo de acumulação flexível	44
2) As especificidades da manifestação do desemprego no Brasil	51
2.2) Flexibilização da fronteira entre emprego e desemprego nos governos Lula.....	54
2.3) Complexificação entre público e privado	58
2.4) Política social, distribuição de renda e pauperismo nos governos Lula	61
3) O MST-SP e a organização dos desempregados	65
3.1) O MST como um movimento social de urgência	67
3.2) A questão agrária, o desemprego e a origem histórica do MST	70
3.3) MST-SP: base social.....	77
3.4) MST-SP: políticas para os desempregados.....	84
3.5) A luta pela Reforma Agrária nos governos Lula	95
4) A CUT-SP e a organização dos desempregados	105
4.1) Sindicalismo e organização dos desempregados. CUT-SP: origem histórica, base social e políticas para os desempregados	105
4.2) CUT e os governos Lula	113
5) Considerações finais.....	122
Bibliografia.....	128
Anexo I – Questionários das entrevistas.....	137
Anexo II – Transcrições de entrevistas.....	139

Introdução

Este trabalho se propõe a analisar como se manifesta o desemprego e como tem se dado a organização dos trabalhadores desempregados no Brasil, em especial no Estado de São Paulo, nos anos de 2003 a 2010. O objeto da pesquisa são as políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da CUT para organizar os trabalhadores desempregados, enquanto importantes referências nas lutas sociais no Brasil.

O estudo do desemprego, em especial na particularidade do capitalismo brasileiro e em um momento histórico ainda marcado pelos impactos da política neoliberal, indica a complexidade desse fenômeno: o significado que assumiu o conceito de desemprego no capitalismo contemporâneo é mais amplo que a ideia de “ausência completa de emprego”, apesar de sua expressão concreta não ser, de forma alguma, homogênea ou uniforme, mas marcada por uma multiplicidade de relações contraditórias com as relações de produção, com o mercado de trabalho, com os direitos sociais. Nesse sentido, a fronteira entre emprego e desemprego está cada vez menos rígida e mais instável.

O processo mundial de precarização das relações de trabalho, intensificação da exploração e flexibilização dos contratos e da legislação trabalhistas a partir dos anos 1970 promoveu maior complexificação também do próprio desemprego, na medida em que se redefinem os contornos do processo de compra e venda da força de trabalho, da relação salarial estável e da própria configuração das classes trabalhadoras. Se as formas de emprego e as relações de trabalho se alteram, assim também as expressões e caracterizações sobre o desemprego mudam, articuladas com a totalidade das relações em que estão envolvidas.

Os debates sobre a “informalidade”, o “subemprego”, “os precários”, a “marginalidade”, ainda que tragam aspectos e concepções diferentes sobre a questão, demonstram o leque de questões, identidades e contradições que esse processo trouxe à tona e procuram compreender essas mudanças em curso e enfatizar a complexidade que as caracteriza. Ainda que esses conceitos não sejam equivalentes ao de “desemprego”, estão intimamente articulados com este. Não é possível, portanto, analisar o desemprego na atualidade sem que passemos pelas contribuições desenvolvidas sobre o conjunto das relações de trabalho contemporâneas. Cabe destacar, no entanto, que a heterogeneidade e a

diversidade de condições atribuídas aos contratos de trabalho, às relações salariais, aos direitos trabalhistas, à jornada de trabalho não são ‘novidades’ forjadas pelo capitalismo neoliberal, em especial nos países dependentes, mas adquirem contornos mais marcantes e proporções maiores neste contexto. Não por acaso, os próprios indicadores sociais do desemprego passaram por grandes reformulações, adquiriram novas metodologias e incorporaram outros conceitos. Mesmo que seja difícil aferir e quantificar exatamente a dimensão do desemprego – inclusive tendo em vista toda a complexidade em que se manifesta -, os órgãos de pesquisa passaram a envolver dados sobre contratos precários, sobre informalidade e sobre “desemprego oculto”, para além do chamado “desemprego aberto”, buscando se adequar às transformações concretas ocorridas no âmbito do trabalho.

As metodologias oficiais e de referência utilizadas para levantamento estatístico com relação ao desemprego divergem inclusive na caracterização do fenômeno e no modo como tratam a questão e também sofreram alterações para se adequar às transformações do mercado e das condições de trabalho. Assim, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, até 2001, levava em conta apenas aqueles trabalhadores constituintes da População em Idade Ativa (PIA) que não exerciam nenhuma ocupação e que haviam procurado emprego na semana anterior à da entrevista, identificando-os como em situação de “desemprego aberto”. Já a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo Dieese, além de considerar um período de 30 dias anteriores ao da entrevista para enquadrar os trabalhadores na categoria de “desemprego aberto”, ainda busca contemplar em sua taxa total de desemprego também as condições de “desemprego oculto por trabalho precário”, que abarca aqueles que realizaram alguma atividade irregular, mas procuraram emprego pelo menos nos 12 meses anteriores, e de “desemprego oculto por desalento”, a qual envolve os trabalhadores que foram em busca de emprego nos 12 meses passados, porém por desestímulo e falta de perspectiva, deixaram de procurá-lo nos 30 dias anteriores à pesquisa. Diante das mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro ao longo dos anos 90 e das críticas dirigidas por estudiosos e pela própria Organização Internacional do Trabalho (OIT) à metodologia do IBGE, que acabava por ‘subestimar o desemprego’, a PME passou por uma reformulação em 2001, que a fez considerar os 30 dias e os 12 meses anteriores à entrevista e buscar identificar também os “desalentados” e os que exercem atividades irregulares, os ‘bicos’, enquanto procuram uma ocupação regular. De acordo

com Guimarães (2003), a disputa de metodologias entre IBGE e Dieese começou no início dos anos 1980 e à época foi permeada por disputas políticas entre os governos militares e os oposicionistas¹.

A dimensão e os impactos do desemprego sobre as relações sociais adquiriram tamanha relevância que, nos anos 1970, a análise desse fenômeno ganhou centralidade no interior das ciências sociais, com a formulação da perspectiva da ‘sociologia do desemprego’, surgida na França. Para essa corrente teórica, por ser parte de uma estrutura social específica, o desemprego é também uma construção social, adequada às categorizações, símbolos, linguagem, aspectos normativo-institucionais da formação social a que se refere. Desta maneira, a posição e o status que os desempregados assumem na estrutura social variam de acordo com os valores jurídicos, psicológicos, subjetivos, socioculturais, morfológicos vigentes em determinada sociedade – os tornam, portanto, uma categoria distinta das classes trabalhadoras, na medida em que não são necessariamente parte dela e nem se localizam no polo submetido à exploração do capital. Não é possível, para os autores ligados a essa perspectiva, tais como Demazière (2006), Guimarães (2003), Pignoni (2006), Topalov (apud SOUZA, 2005b), aferir o desemprego, apontar suas características, bem como as dos desempregados, sem que se apreenda também sobre que símbolos, valores e regras estes se constroem.

Outra perspectiva bastante difundida é a keynesiana, que se apoia em elementos fundamentais da teoria econômica de Keynes para explicar o desemprego e buscar saná-lo. A perspectiva keynesiana atribui o desemprego não apenas a um desajuste na concorrência ou ao nível dos salários oferecidos, como fazia a tese liberal da autorregulação do mercado de trabalho, mas sim a fatores políticos e macro-econômicos. Se o mercado não se regula por si mesmo e o próprio desenvolvimento capitalista torna a demanda por empregos maior do que a oferta, então é necessária a intervenção do Estado para regular o mercado e promover crescimento econômico sustentado. Assim, guiado por certo planejamento e por políticas públicas que garantam, por um lado, investimento na indústria e na geração de empregos e, por outro, proteção social aos desempregados, é possível ao sistema econômico capitalista a estruturação do mercado de trabalho e, por conseqüência, promover

¹ Para mais comparações sobre as diferenças de metodologias adotadas por estes institutos de pesquisa, ver: Donato Almeida, 2009 e Boito Júnior, 1999.

o alcance e a manutenção do pleno emprego. A perspectiva keynesiana se sustenta historicamente nas experiências do *Welfare State* ocorridas entre 1930 e a década de 1970, notadamente nos EUA e na Europa Ocidental. Para essa vertente, desenvolvida por autores como Pochmann (1999; 2005; 2006; 2012) e Mattoso (1999), é possível encontrar uma saída para o desemprego nos limites nacionais e no interior do modo de produção capitalista. Esta saída está baseada em uma maior regulação do Estado na economia.

Neste trabalho, desenvolveremos a análise do desemprego a partir de uma perspectiva teórica distinta: a teoria marxista. Esta perspectiva, que se apoia nas análises de Marx (2004; 2011) e Engels (1978), considera o desemprego como ‘produto’ do processo de produção capitalista, orientado para produzir mais mercadorias empregando cada vez menos trabalhadores. Além disso, o desemprego atua também como ‘alavanca’ do mesmo processo, já que conforma um excedente de força de trabalho disponível para ser incorporado novamente na produção assim que o ciclo industrial o necessitar e que pressiona os trabalhadores em atividade para que trabalhem de forma mais intensa e com menos salários e direitos, tendo em vista que podem ser substituídos a qualquer momento pelos trabalhadores ‘em reserva’. Nesse sentido, os aspectos objetivos relativos à forma de organização da produção e ao desenvolvimento econômico e social de uma sociedade importam e fundamentam a análise sobre o desemprego e seus efeitos sobre as relações de trabalho, para além de seus símbolos e categorizações subjetivos, como colocam os autores da sociologia do desemprego. Deste modo, compreende que o fenômeno do desemprego, ao estar articulado com a totalidade do modo de produção capitalista, não pode ser superado nos marcos desse modelo econômico, político e social de organização da sociedade, tampouco nos limites nacionais, como sustenta a perspectiva keynesiana.

Além de compreender o fenômeno do desemprego, esta pesquisa se propôs a compreender a organização dos trabalhadores desempregados no Brasil. Assim como o desemprego, também as formas de organização dos trabalhadores desempregados não são homogêneas e envolvem reivindicações, políticas, métodos de luta e táticas de atuação variados de acordo com a localização e as características diferenciadas do conjunto da superpopulação relativa de trabalhadores.

Em linhas gerais, as experiências de mobilização dos desempregados no Brasil ocorreram de forma pontual e com uma organização pouco articulada, frágil e incipiente.

Em que pese a marca da acentuada desestruturação do mercado de trabalho e dos altos índices de desemprego, não há, no Brasil, grandes exemplos de movimentos ou associações de desempregados com expressiva referência política e social, como o “Syndicat des Chomeurs” ou o “Agir ensemble contre le chomage!” (AC!) na França ou os movimentos piqueteiros na Argentina. Esporadicamente, houve realização de protestos de rua, saques e manifestações em frente a órgãos de administração pública, em especial na região sudeste, liderados e compostos por desempregados com o mote da luta por mais empregos e por proteção social aos desempregados, mas que não culminaram em organizações mais consistentes. Segundo Gohn (1997), a primeira mobilização de desempregados que se tem registro no Brasil ocorreu em São Paulo, em 1914 e tinha como mote a luta por mais empregos e contra a carestia. Entre as iniciativas de organização que duraram por cerca de um ano, destacam-se os casos do Movimento Contra o Desemprego (MCD)², de São Paulo, de 1983, e do Movimento Contra o Desemprego de Campinas (MCDC)³, de 1997, que se deram, em geral, de forma pontual, esporádica, pouco consistente e localizada espacialmente.

Nos anos 2000, já no contexto marcado pelo neoliberalismo, pela acumulação flexível e pela elevação dos índices de desemprego, surge no Rio Grande do Sul o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), que se apresenta como uma referência para a organização dos desempregados no país, visto que é um dos poucos movimentos que busca organizá-los sob essa identidade ainda hoje. O MTD tem seus métodos, formas de organização e bandeiras muito inspirados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁴. A nosso ver, as semelhanças com o MST constituem justamente um dos motivos para que o MTD, destoando da tendência geral da organização de desempregados no Brasil – marcada por movimentos locais e efêmeros – tenha se expandido por vários Estados e perdurado ao longo do tempo⁵. Desse modo, a organização voltada para a demanda por direitos sociais básicos – como o acesso à terra, a reivindicação por bandeiras específicas dos bairros das periferias urbanas – assumiu um

² Para saber mais sobre esse movimento, ver Stroh (1989).

³ Souza (2005b; 2010) desenvolveu o histórico e a análise sobre este movimento.

⁴ A relação do MTD com o MST foi analisada por Mangueira (2007).

⁵ O MTD, hoje, ainda que de modo incipiente, se organiza em doze Estados, nas cinco regiões do país e no Distrito Federal (DF).

papel importante nas lutas sociais dos desempregados nesse país. Segundo Souza (2011, p. 194), “no caso brasileiro existe uma tradição de luta pela terra e organização individual para a atividade econômica como saída para o desemprego”.

No mesmo sentido, os movimentos de luta por moradia, que eclodiram ao longo dos anos 1990 e 2000, também se organizam pela demanda imediata pelo acesso a um direito básico, o teto, e têm parte de sua base social composta por desempregados, como comprovado por Nathália Oliveira (2010). No entanto, além desse aspecto, um elemento que os diferencia do MST e do próprio MTD é que, para estes movimentos, há a preocupação com a produção coletiva, a fim de garantir algum sustento material aos trabalhadores que a eles aderem. Tendo em vista que, para os desempregados, em especial a parcela estagnada, a necessidade de suprir a demanda material é muito urgente, a perspectiva da produção no lote ou da construção de outros modos de organização que gerem renda a partir do movimento, aponta o MST como uma possível saída para a condição do desemprego e da pobreza extrema. A bibliografia estudada, a exemplo de Coletti (2005; 2006), Mançano Fernandes (2000), Pinassi (2009), Silva (2007), e as pesquisas de campo que fizemos apontam para a participação de desempregados na base social desse movimento. Apesar disso, no entanto, o foco do MST parece não se direcionar prioritariamente aos trabalhadores desempregados que têm acesso ao seguro-desemprego e perspectivas de retornar em breve para o mercado de trabalho formal para uma ocupação com rendimentos mais estáveis, mas se orientou para a organização daqueles trabalhadores que sobrevivem em ocupações instáveis, em condições muito precárias de direitos e rendimentos.

Também o movimento sindical, enquanto forma importante de organização dos trabalhadores, procurou envolver os desempregados em suas políticas e ações, ainda que de modo pontual, secundário e limitado. Para Souza (2010), os trabalhadores do “exército de reserva” estabelecem uma relação contraditória e articulada de “unidade” e “fratura” com aqueles do “exército ativo de trabalhadores”, tendo em vista que na perspectiva imediata da luta por uma vaga de emprego são concorrentes entre si, mas que, em longo prazo, no embate frente à exploração do capital como um todo, são aliados fundamentais. Como as entidades sindicais se consolidaram historicamente como a principal forma de organização dos trabalhadores em atividade, as políticas e a atuação que estas construíram com os

trabalhadores desempregados é um balizador importante de como se constituiu concretamente esta relação de “unidade” e “fratura” no caso brasileiro. Este autor analisou as ações da CUT e da Força Sindical diante do desemprego e dos desempregados e verificou que a postura passiva dessas entidades frente ao peso da estrutura sindical, cujos critérios de representatividade excluem os desempregados, foi um fator de grande empecilho ao avanço da organização dos desempregados pelos sindicatos. Ainda assim, houve experiências diferentes ao longo do tempo que procuravam abarcar, de vários modos, os desempregados flutuantes, os trabalhadores vítimas da informalidade, parte da parcela estagnada do exército de reserva, os pauperizados. Essas iniciativas contemplaram o oferecimento de cursos de qualificação profissional e banco de vagas aos desempregados, incentivo à economia solidária, resistência às demissões, campanhas contra a política econômica, alianças com movimentos sociais e, até mesmo, a ocupação de terras. Com base nos trabalhos de Souza (2010) e Barreto (2004) e na pesquisa que fizemos sobre a CUT, pudemos notar que dentre essas experiências, uma das que mais tem ganhado destaque para essa central é a do oferecimento de serviços, cursos de qualificação profissional e de banco de vagas em especial direcionados aos desempregados flutuantes. Essa perspectiva não contempla a organização do desempregado enquanto tal, mas aponta para a busca por empregar o trabalhador para, posteriormente, organizá-lo de forma mais orgânica e permanente enquanto trabalhador já empregado em determinada categoria ou ramo.

Ao longo do trabalho, buscamos fazer um levantamento e estudo de material bibliográfico sobre aspectos teóricos relativos ao desemprego e à organização dos desempregados, sobre o neoliberalismo e seus efeitos sobre a realidade brasileira, em especial sobre o mercado, as relações de trabalho, a proteção social e o desemprego, sobre a questão agrária no Brasil, e particularmente no Estado de São Paulo, que nos permitissem verificar a amplitude, a profundidade e a complexidade teórico-conceitual que permeiam a análise do desemprego e de suas relações com as classes, com os movimentos sociais e com o modo de produção capitalista no Brasil recente. Além disso, por meio da realização de entrevistas e análise de documentos do MST, pudemos tomar contato com um modo de organização que envolveu parcela dos desempregados em sua base social e ações políticas, buscando verificar de que modo as diferentes relações de trabalho repercutem nas formas de organização e luta desses trabalhadores. A fim de embasar a análise da manifestação

desses processos durante os governos Lula, também nos valem do levantamento, sistematização e análise de dados estatísticos relativos a esse período.

Para a realização do trabalho de campo, havíamos selecionado três espaços principais: o assentamento Milton Santos do MST, em Americana-SP; o acampamento Paz e Terra do MST, em Itapetininga; e a Central de Trabalho e Renda da CUT, em São Bernardo do Campo-SP. Ao tomar contato mais direto com nosso campo, encontramos novas questões e algumas dificuldades de diversas ordens. Sobre o assentamento Milton Santos, este foi regularizado em 2006, mas ainda hoje o espaço disponível para a regularização não comporta o total das famílias que participaram das ocupações e das reivindicações na época. Neste sentido, alguns militantes o chamam de “pré-assentamento”. Em decorrência dessa situação, parte das famílias ocupa uma área contígua que ainda não foi regularizada e são frequentes novas ocupações do movimento na região ao redor do Milton Santos, tendo em vista o assentamento do total das famílias. Em dezembro de 2011, nova ocupação foi feita na área, envolvendo as propriedades da Usina Ester, mas sofreu rapidamente a reintegração de posse pela Polícia Militar e o despejo dos barracos já montados. Em julho de 2012, os assentados foram surpreendidos pelo parecer favorável em segunda instância de um processo judicial movido pelos antigos proprietários da área objetivando a reversão do assentamento. O acompanhamento desses processos, por um lado, inviabilizou a realização de entrevistas com os assentados e ocupantes em virtude da tensão do momento, mas por outro, trouxe à tona parte das dificuldades vivenciadas pelo movimento para obter conquistas e dar cabo às suas reivindicações. Com relação ao acampamento Paz e Terra, obtivemos a informação dos militantes sem-terra da região de que sua organização era liderada pela CUT, e não pelo MST, envolvia pouquíssimas famílias e possuía uma forma de organização mais fluida e pouco comprometida. Quando da visita ao local, inclusive, não encontramos lideranças ou acampados com disposição para conversar conosco. Como nossos objetivos iniciais da pesquisa tinham em vista discutir também a relação entre assentamentos e acampamentos dentro do MST, optamos por buscar outro acampamento do MST naquela região para realização das entrevistas. Assim, estivemos no acampamento Santa Maria da Conquista, também em Itapetininga-SP, que, desde 2003 passou por vários processos de ocupações, diversos despejos, assentamento de parte das famílias e se localiza hoje na beira de uma estrada, esperando a conclusão do

processo de assentamento. Além disso, tivemos a oportunidade de fazer uma visita a outro acampamento do MST, o Elisabeth Teixeira, que se localiza na cidade de Limeira-SP, também pertencente à Regional Campinas do movimento. Com as visitas a esses espaços não pretendíamos realizar um estudo de caso das áreas, tampouco levantar uma amostra que nos permitisse realizar uma análise quantitativa e estatisticamente confiável. Nosso objetivo foi, antes, procurar conhecer melhor nosso objeto e encontrar elementos e subsídios que sustentassem nosso trabalho e nos permitissem testar nossas hipóteses, quais sejam: a) a parcela estagnada de desempregados compõe a base social do MST-SP; b) o MST-SP pode ser caracterizado como um “movimento social de urgência”, como define Mouriaux; c) a preocupação com a produção é um aspecto fundamental para que o MST se consolide como uma referência de organização e luta para os desempregados no Brasil.

Ao longo do período, fizemos cinco visitas ao assentamento Milton Santos, em Americana-SP, em dezembro de 2011 (quando não conseguimos realizar entrevistas), em 23 de março de 2012, em 13 de outubro de 2012, data em que os assentados realizaram uma assembleia com a participação de movimentos, entidades e organizações aliados e de representante do INCRA, em 30 de novembro de 2012, em mais uma assembleia dos assentados e militantes com a presença de apoiadores, e em 22 de dezembro de 2012, em outra atividade de debate com a participação de aliados e docentes; uma ao acampamento Santa Maria da Conquista, em Itapetininga-SP, em 15 de abril de 2012, e outra ao acampamento Elisabeth Teixeira, em Limeira-SP, em 15 de setembro de 2012, para conhecer os espaços e as condições em que vivem, para conversar com os ativistas do movimento e para realização de entrevistas com as lideranças, assentados e acampados. Para além das visitas a esses espaços, pudemos acompanhar de perto também ações protagonizadas pelo movimento, envolvendo a militância de outras regionais na sede do INCRA e no escritório do governo federal, ambos em São Paulo-SP e, inclusive, manifestações organizadas pelos próprios assentados do Milton Santos, ainda que sem a anuência da direção do MST, no Instituto Lula, também na capital paulista. As 12 entrevistas que fizemos, as conversas informais e a participação em espaços de organização e decisão do movimento foram bem importantes para dar concretude aos argumentos, conceitos e hipóteses de nosso trabalho, para compreender a diversidade do perfil dos acampados e assentados e as principais questões, contradições, dificuldades e problemáticas

que envolvem em especial a relação da urgência material da base organizada pelo movimento com a obtenção de conquistas concretas. Cabe lembrar, ainda, que durante a elaboração dessa pesquisa, o MST e o MTD sofreram um processo de discussão interna muito acirrada, com divergências de concepção sobre o movimento e sua estratégia, de organização, de análise de conjuntura e até de diferenças sobre a relação com o PT e com a CUT, que culminaram com a saída de 51 militantes, envolvendo parte da Regional Campinas e das lideranças do Milton Santos e do Elisabeth Teixeira. Não pretendemos abarcar, tampouco desenvolver as polêmicas que permearam esse processo, mas indicar que o movimento e o cenário que estudamos não são homogêneos ou lineares; são perpassados por uma série de conflitos, contradições e tensões, que têm influência sobre suas bandeiras e suas práticas, e que demandam reformulações constantes.

Embora a comparação das parcelas de desempregados prioritariamente organizadas pela CUT-SP e pelo MST-SP estivesse entre os objetivos dessa pesquisa, nosso foco de estudos esteve mais voltado para os movimentos sociais e o MST do que para a questão sindical, de modo que a análise que desenvolvemos sobre a CUT-SP e a organização dos trabalhadores desempregados necessita de maior aprofundamento, apoiado na realização de pesquisas de campo, o que não pudemos fazer neste trabalho. Ainda assim, a análise de bibliografia e documentos da central evidenciou que a preocupação com a organização dos desempregados não se apresenta como um eixo prioritário da entidade. Apesar disso, ainda houve políticas orientadas para os desempregados, que oscilaram principalmente entre a intermediação de mão de obra e a economia solidária, e que revelaram uma concepção de desemprego permeada pela própria ideologia dominante e pautada pela abertura do governo federal para apoiá-las política e estruturalmente. Essas políticas, no entanto, que envolveram tanto trabalhadores desempregados flutuantes, quanto também aqueles que vivem de “bicos” e se encontram em ocupações precárias, não se propõem a organizá-los coletivamente para uma mobilização por uma demanda concreta ou contra sua condição social.

Feita essa apresentação, expomos a seguir a estrutura desta dissertação.

No capítulo 1, aprofundamos o debate teórico acerca da leitura marxista sobre o fenômeno e abordamos, ainda, autores que trataram de atualizá-la para compreender as formas de manifestação do desemprego na realidade dos países marcados pela dependência

econômica, política e tecnológica, assim como suas expressões no capitalismo contemporâneo. Para tanto, desenvolvemos o estudo sobre os teóricos das teses marxistas sobre a marginalidade, em especial José Nun e Lúcio Kowarick, que buscaram apreender a dinâmica da superpopulação relativa de trabalhadores e do “exército industrial de reserva” na particularidade do capitalismo na América Latina. Além disso, nos valem de autores como Alves (2000), Antunes (2002; 2005; 2009; 2011), Araújo (2011), Boito Junior (1999), Druck (2011), Fontes (2010), Galvão (2007), Harvey (2004), Mészáros (2009), Oliveira (1981; 2003), Pinassi (2009), Sampaio Junior (2005), Vêras de Oliveira (2011), para avaliar a pertinência e a atualidade desse debate, à luz das mudanças ocorridas no desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, em especial no âmbito das relações de trabalho, a partir do avanço da política neoliberal e do modelo de acumulação flexível.

No capítulo 2, abordamos o comportamento do desemprego, das relações de trabalho e do pauperismo durante os governos Lula (2003 a 2010), a fim de dar concretude e atualidade ao debate teórico desenvolvido no capítulo anterior e de aprofundar de que modos têm se manifestado a superpopulação relativa no Brasil. No período estudado, houve a diminuição das taxas de desemprego, o aumento das contratações formais, a valorização do salário mínimo combinados com a reprodução da precarização e flexibilização dos contratos, da restrição do acesso aos direitos sociais, da maior rotatividade dos empregos, da exploração intensa da força de trabalho e, inclusive, da concentração da riqueza, que repercutem diretamente sobre os movimentos sociais que buscam organizar e representar os desempregados.

No capítulo 3, tratamos da análise sobre o MST enquanto uma forma específica de organização de parcela dos trabalhadores desempregados, levando em conta a relação da questão agrária no Brasil com o fenômeno do desemprego, os aspectos teóricos e os dilemas que permeiam a análise desse movimento, as características da base social que o MST-SP organiza, o conteúdo das políticas que desenvolvem para mobilizar esses trabalhadores e a relação de suas táticas, bandeiras e formas de organização durante os governos Lula.

No capítulo 4, o foco foram as políticas para a organização dos trabalhadores desempregados da CUT-SP, como a principal entidade de representação dos trabalhadores no Brasil. Neste momento, abordamos como e em que medida a perspectiva de organizar os

desempregados esteve presente na estratégia político-sindical da central, que parcelas da superpopulação relativa se envolveram nas políticas da entidade, quais as principais diferenciações em relação ao MST nesse sentido, quais as contradições presentes na relação da CUT com a estrutura sindical e com o governo Lula e como se desdobraram sobre as políticas de organização dos trabalhadores desempregados.

1) Aspectos teóricos sobre o desemprego

Neste capítulo, buscamos anunciar as principais problemáticas que envolvem a análise teórica do desemprego e de suas formas de manifestação. Com isso, não pretendemos esgotá-las, tampouco estabelecer formulações conclusivas sobre o tema, mas indicar os debates, conceitos e questões suscitados pela literatura. Em especial, trataremos de nos aprofundar na contribuição da teoria marxista em torno da superpopulação relativa e do exército de reserva e de autores que, referenciados nessa perspectiva, buscaram desenvolvê-la considerando as particularidades do capitalismo na América Latina e as transformações ocorridas no âmbito das relações de trabalho no período neoliberal.

1.1) Superpopulação relativa e a lei geral da acumulação capitalista

Para compreender o desemprego, é necessário analisá-lo em sua relação com os aspectos objetivos, políticos e sociais dos quais faz parte. Nesse sentido, a retomada do debate em torno da “superpopulação relativa” e do “exército industrial de reserva”, desenvolvidos por Karl Marx principalmente no capítulo XXIII de *O Capital*, e também nos *Grundrisse*, são fundamentais para a articulação do fenômeno do desemprego com a totalidade da dinâmica própria ao modo de produção capitalista. O desemprego e suas decorrências, como o subemprego, a pobreza e a miséria, são fenômenos intrínsecos à própria lógica de funcionamento desse modo de produção e se aprofundam, justamente, na medida em que se aumenta e se acumula riqueza. “Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. Como todas as outras leis, é modificada em seu funcionamento por muitas circunstâncias que não nos cabe analisar aqui” (MARX, 1994, p. 747). Como bem lembra Barreto (2005, p. 125), “Esta “lei absoluta”, contudo, deve ser entendida como uma “tendência geral” que sofre modificações em função da conjuntura da luta de classes; não se trata, portanto, de um movimento mecânico e independente da economia, mas sim de um mecanismo que é regulado pela intervenção política das classes em conflito”.

O desenvolvimento da “lei geral da acumulação capitalista”, para Marx, tem como ponto de partida que a composição orgânica do capital é formada por sua parte constante,

que está relacionada à quantidade e ao valor dos meios de produção, como a maquinaria, a matéria-prima, a tecnologia e o conjunto dos instrumentos de trabalho envolvidos no processo produtivo das mercadorias, e por sua parte variável, referente ao contingente de força de trabalho empregado e ao valor pago por sua utilização, ou seja, a massa salarial. As elaborações de Marx (1994; 2011) estão centradas no entendimento de uma particularidade do modo de produção capitalista: a força de trabalho não é uma mercadoria como qualquer outra, pois ela tem a capacidade exclusiva de gerar valor; a realização de seu valor de uso implica que esta mercadoria produza, além do trabalho necessário à sua reprodução (trabalho pago pelo capitalista na forma de salário), trabalho excedente ou mais-valor, essencial à acumulação de capital.

O movimento insaciável do capital para ampliar a acumulação altera progressivamente a sua composição orgânica, diminuindo sua parte variável em relação à parte constante e ampliando a parcela excedente da jornada de trabalho em relação à parcela necessária. A concorrência entre os capitalistas, por sua vez, estimula a busca permanente pelo aumento da produtividade, tendo em vista produzir mais mercadorias pagando menos relativamente ao montante de força de trabalho empregado no processo, ou seja, diminuindo a quantidade de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho. A ampliação da escala de produção exige que mais trabalhadores sejam incorporados a novos ramos de acumulação sem que os ramos já existentes sejam prejudicados com uma substituição de mão de obra. Assim, com a mesma ou com menor quantidade de trabalhadores empregados, torna-se possível produzir mais mercadorias. A alteração da composição orgânica do capital para incorporar menos trabalhadores relativamente ao montante dos meios de produção permite ao modo de produção capitalista intensificar a produção independentemente da velocidade do crescimento da população trabalhadora. Desse modo se dá a dinâmica complexa, contraditória e articulada que rege a lei da população especificamente capitalista.

Ao mesmo tempo em que o processo de produção capitalista prescinde, tendencialmente, de recrutar mais trabalhadores empregados através da extração de mais sobretrabalho daqueles já empregados, não pode prescindir dessa superpopulação relativa e, portanto, do desemprego, para continuar se reproduzindo. “Se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no

sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e condição mesma da existência do modo de produção capitalista” (MARX, 1994, p. 733). Essa superpopulação relativa atua como um “exército industrial de reserva”, na medida em que armazena um contingente de força de trabalho disponível para ser incorporado a qualquer momento ao processo produtivo, se o ritmo da produção e os ciclos da indústria assim o necessitarem. A superpopulação relativa é produzida constantemente pela dinâmica da acumulação capitalista – o que impossibilita a absorção completa e total da força de trabalho disponível no processo produtivo; no entanto, sua dimensão oscila de acordo com as exigências e com as condições dadas para a expansão e reprodução do capital em cada momento histórico, levando em conta também a intensidade e a configuração da luta de classes. As variações na magnitude do desemprego, portanto, são igualmente intrínsecas ao desenvolvimento do capitalismo. A tendência ao decréscimo da parte variável do capital em relação à sua parte constante não significa uma orientação linear e unívoca no sentido do aumento do desemprego, tendo em vista que a incorporação de mais força de trabalho nos períodos de aquecimento da indústria e de novo fôlego à expansão também é requisito para o acúmulo de riqueza.

O papel da superpopulação relativa como ‘alavanca’ da acumulação assume, ainda, outra forma de expressão: a existência de uma população trabalhadora excedente às necessidades imediatas de produção acirra a concorrência entre os próprios trabalhadores e pressiona para que aqueles em atividade estejam submetidos a salários inferiores e a condições mais precárias de trabalho, sob a ameaça de serem substituídos pela força de trabalho ‘em reserva’. “O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto inversamente a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital” (MARX, 1994, p. 738). Segundo Nun (1977), Friedrich Engels foi o primeiro a utilizar o termo “exército industrial de reserva” ao desenvolver a questão da concorrência entre os trabalhadores para analisar a relação da superpopulação relativa com os trabalhadores do “exército ativo”. Para Engels (1986), a concorrência entre os trabalhadores os leva a defender interesses imediatos divergentes, ainda que tanto os trabalhadores em atividade, quanto os do exército de reserva tenham sua posição firmada em um mesmo fundamento, sendo, ambos, explorados pelo capital e parte das classes

trabalhadoras. Enquanto uns buscam manter seus empregos e melhorar suas condições de trabalho e salário, aqueles trabalhadores ‘em reserva’ lutam a cada dia em busca de um emprego que os garanta, no mínimo, um sustento para poderem sobreviver. A “população excedente é engendrada pela concorrência que os trabalhadores fazem entre si e que constringe cada trabalhador a trabalhar todos os dias tanto quanto as forças lhe permitem” (ENGELS, 1986, p. 98).

Marx (1994) destaca, ainda, que a manifestação da superpopulação relativa se dá de múltiplas maneiras, englobando tanto trabalhadores desempregados, como aqueles “parcialmente empregados”, de forma aguda ou crônica. O autor caracteriza três modos principais de expressão da superpopulação: a) flutuante ou líquida: população trabalhadora excedente formada pela demissão motivada pelas mudanças nos ciclos de produtividade na indústria capitalista, decorrentes diretamente da substituição de capital variável (força de trabalho) por capital constante (maquinaria) ou por quedas na produção; parcela desse contingente vai para ocupações em novos ramos de expansão do capital; b) latente: parte composta por aqueles trabalhadores com ocupações no campo, pressionados a migrar para a cidade e para a indústria, em busca de melhores condições de vida e de trabalho, já que o capital se apropria também da produção agrícola, repelindo a força de trabalho da população rural; c) estagnada: é configurada pelos trabalhadores com ocupações muito instáveis, em postos extremamente precários, submetidos a condições de trabalho e salário aquém das condições sociais médias e a longas jornadas. A superpopulação estagnada compreende a maior parcela dentre o conjunto da superpopulação: “Ela proporciona ao capital reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. (...) Duração máxima de trabalho e mínimo de salário caracterizam sua existência” (MARX, 1994, p. 746). Além dessas três formas predominantes de manifestação da população excedente, o pauperismo também perpassa o exército de reserva, caracterizado pela situação de mendicância e criminalidade entre trabalhadores inválidos ou não⁶.

⁶ O termo “lumpemproletariado”, que aparece em algumas edições d’*O Capital* quando da descrição da situação de pauperismo, e surge também, ainda que de forma breve, em outras obras de Marx, como *O Manifesto do Partido Comunista*, *A ideologia alemã*, *As lutas de classe em França* e *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, é bem controverso e impreciso na literatura marxista, sendo ora tratado como muito semelhante ao pauperismo (Souza, 2003; 2010), ora utilizado em uma concepção ampliada como equivalente de “exército industrial de reserva” (Viana, 2006). Em geral e, inclusive quando mencionado no

A análise de Marx sobre a multiplicidade da superpopulação relativa nos ajuda a complexificar a compreensão do fenômeno do desemprego. Ainda que este não possa ser equiparado ao conjunto da superpopulação relativa, que compreende um conjunto muito amplo e heterogêneo de situações, ela nos oferece pistas para pensar o desemprego como algo que vai além da ausência de emprego assalariado. A própria mensuração dos indicadores de desemprego contempla essa preocupação ao identificar o desemprego oculto por trabalho precário, ainda que seja necessário diferenciar o “bico” eventual das diferentes formas de trabalho precário que se propagaram no final do século XX, como veremos no final deste capítulo.

Meneleu Neto (1996), Barreto (2005), Viana (2006), Souza (2010), Amorim (2010) e Oliveira (2010) também atentam para a atualidade dos conceitos desenvolvidos a partir da “lei geral da acumulação capitalista”, de Marx. Para o conjunto desses autores, a validade dessa análise é atestada pelo próprio avanço do nível de acumulação, concentração e centralização de capital aliado à grande magnitude da pobreza ao redor do mundo e pela complexificação e expressão do desemprego na contemporaneidade. Barreto (2005), no entanto, chama a atenção para a necessidade de adequação do conceito de “exército industrial de reserva” à realidade do aumento explosivo do setor de serviços e da diminuição da participação da indústria no conjunto da economia e das relações de trabalho. A autora propõe, deste modo, que o termo seja atualizado para “exército laboral de reserva”. “O EIR [*exército industrial de reserva*] seria, no capitalismo contemporâneo, algo como um “exército laboral de reserva”, uma massa de trabalhadores oriundos das mais variadas profissões dispostos a se ocupar em qualquer função remunerada, em qualquer condição de trabalho, mesmo nos casos em que a formação não corresponde à função ou ao salário pretendido” (BARRETO, 2005, p. 130). Também Pinassi (2009) preocupa-se em considerar as relações de trabalho para além da indústria na análise sobre o desemprego contemporâneo e emprega o termo “exército industrial e agrícola de reserva”, enfatizando o

Capítulo XXIII sobre o qual discorremos, “lumpemproletariado” designa parte da superpopulação relativa condenada à criminalidade, à mendicância, à prostituição e apresenta uma conotação negativa e pejorativa, tratado, ao lado do pauperismo, como “peso morto do exército industrial de reserva”, “camada de lázaros da classe trabalhadora”, “asilo dos inválidos do exército ativo de trabalhadores”. Na edição que aqui utilizamos, o termo foi substituído por “rebotalho do proletariado”. Neste trabalho, não trataremos de desenvolver o conceito de “lumpemproletariado” e não nos apropriaremos deste para nossas análises.

avanço do capital sobre o trabalho no campo. Já Oliveira (2009; 2010), à luz do debate sobre a marginalidade – que abordaremos a seguir - e sobre as especificidades da superpopulação relativa nos países de capitalismo dependente, agrega os conceitos de “massa marginal” e de “camada ou fração⁷ marginal da classe trabalhadora” para além daquelas elaboradas no Capítulo XIII d’*O Capital*. Souza (2010), por sua vez, reafirma que a riqueza dos conceitos desenvolvidos nesta obra os coloca como instrumentos e categorias extremamente válidos e atuais para a análise do desemprego contemporâneo⁸. Já para Meneleu Neto (1996), as mudanças provocadas pela crise da década de 1970 e pela reestruturação da produção, da economia e do papel do Estado aprofundaram o exército industrial de reserva, contribuindo para o desmantelamento dos instrumentos de luta e organização dos trabalhadores.

1.2) As particularidades do capitalismo na América Latina e o debate sobre a marginalidade

Se é pertinente nos apropriarmos do arcabouço teórico marxista para a formulação sobre a realidade do desemprego e do capitalismo brasileiros, não basta apenas a reprodução e o enquadramento dos conceitos e análises elaborados com base no capitalismo europeu do século XIX para o entendimento das particularidades da expressão desse “excedente relativo de trabalhadores” em um país de capitalismo dependente econômica, política e tecnologicamente como o Brasil no início do século XXI.

Para Florestan Fernandes (1981), as especificidades e fragilidades do capitalismo na América Latina têm como base as barreiras à constituição e expansão do mercado e da produção, impostas pelo peso do passado colonial e pela reprodução constante da

⁷ O conceito de “fração”, também utilizado por Souza (2010), é baseado nas análises de Nicos Poulantzas sobre as classes sociais no capitalismo. No entanto, o conceito clássico desenvolvido por este autor refere-se apenas a frações da classe burguesa, e não da classe trabalhadora, como empregado por Oliveira (2009; 2010) e Souza (2010).

⁸ Em texto elaborado em 2003 e publicado em 2005, Souza tinha outra posição sobre o debate. Na época, ainda que ressaltasse a atualidade dos conceitos marxistas, os considerava insuficientes para dar conta da dinâmica do capitalismo contemporâneo, em especial na realidade da América Latina. Além do conceito de exército industrial de reserva, portanto, Souza (2005a) se apropriava também do conceito de “massa marginal”, de José Nun.

dominação externa e da situação de dependência⁹. Desse modo, sobre o padrão de desenvolvimento brasileiro, Fernandes (1981, p. 54) afirma que “sobreapropriação capitalista e dependência constituem a substância do processo”. Nesse sentido, as marcas da industrialização tardia e da dependência econômica e tecnológica em relação aos países dominantes conferem contornos específicos à exploração do capital sobre o trabalho, desembocando em maior flexibilidade na fronteira entre emprego e desemprego, grande magnitude da situação de pobreza e pauperismo e limitação do acesso ao mercado de trabalho, aos bens de consumo e ao conjunto dos direitos sociais básicos, como habitação, saúde, transporte, saneamento básico, proteção social, etc, para parcela bem expressiva da população. De acordo com Sampaio Junior (1999), a atualidade do debate da dependência trazido por Florestan Fernandes reside na perpetuação do desenvolvimento capitalista no Brasil enquanto um processo induzido “de fora para dentro”, subordinado às exigências do capital financeiro internacional e das “grandes potências” mundiais. Não por acaso, a “modernização capitalista” no Brasil se dá à custa de acirrada desigualdade social e continua a localizar este país em uma posição subalterna na divisão internacional do trabalho, cujas ‘especialidades’ são a produção e exportação de *commodities* e o oferecimento de mão de obra a baixo custo. Distantes de obter as condições e requisitos necessários para impulsionar seu próprio desenvolvimento, os países de capitalismo dependente estão submetidos aos padrões de eficiência, produtividade e consumo muito além da capacidade de incorporá-los na dinâmica dependente e estão marcados pela articulação de dois fatores centrais: a subordinação externa e a segregação social profunda.

Segundo Boito Júnior (1999) e Guimarães (2003), não houve, no Brasil, a constituição de um Estado de Bem-Estar Social forte. O processo de incentivo à industrialização e de criação das leis trabalhistas vivenciado durante a década de 1930, assim como o crescimento econômico dos anos 1970 não deram conta de promover ampla proteção social, nem acesso universal aos direitos sociais, tampouco redução drástica do

⁹ O debate sobre o capitalismo dependente no Brasil é muito rico, amplo e há extensa bibliografia sobre o tema. Não nos aprofundaremos, neste trabalho, nessa discussão, ainda que façamos referências a alguns dos argumentos levantados por estudiosos da questão, tendo em vista, principalmente, pensar seus desdobramentos sobre a manifestação do desemprego no Brasil e sobre a formação das classes trabalhadoras. Para uma revisão crítica sobre esse debate, ver SAMPAIO JUNIOR, 1999.

desemprego¹⁰. Além disso, faz-se necessário destacar que a situação do *Welfare State* e do pleno emprego em países como Estados Unidos, França, Itália, Inglaterra, Alemanha, foi sustentada sobre a ‘superexploração’ dos países de origem colonial. Nestes, em especial na América Latina, a política pós-30, pautada pela “substituição das importações” e pelo incentivo à industrialização (que se basearam, inclusive, no crescimento exorbitante da dívida externa), só permitiu a conformação de um ‘arremedo’ de Estado de Bem-Estar Social, ainda nos marcos do modelo econômico dependente. Dessa forma, nestes lugares, a proteção social frágil, o mercado de trabalho desestruturado, o parque industrial incompleto e dependente tecnologicamente deixaram a perspectiva do pleno emprego como uma meta no horizonte¹¹, criando as condições sociais, econômicas e políticas para garantir a sobreapropriação e a reprodução da dominação externa e restringindo sobremaneira o acesso ao próprio trabalho assalariado.

Neste contexto, o debate sobre a existência de uma “massa marginal” (NUN, 1978) ou de “setores marginais” (KOWARICK, 1975)¹² ganhou fôlego nas ciências sociais durante as décadas de 1960 e 1970 e trouxe à tona a importância da teoria marxista para a análise das relações de trabalho e do desemprego no modo de produção capitalista e, ao

¹⁰No caso específico da proteção social ao desempregado no Brasil, a principal política pública é o seguro-desemprego, que existe desde 1986, enquanto um decreto, desde 1988, como um direito constitucional e desde 1990 como um direito regulamentado. O seguro-desemprego é um benefício pago pela Caixa Econômica Federal em parcelas mensais para o trabalhador recém demitido sem justa causa, que dura no máximo 5 meses (depois da crise de 2008, alguns setores passaram a ter direito a 7 meses), a depender da quantidade de meses trabalhados nos últimos 3 anos. Para poder ter acesso ao benefício, que varia de R\$ 622,00 (salário mínimo em 2012) a R\$ 1.163,76 de acordo com a faixa salarial do trabalhador, o desempregado deve ter comprovado em carteira de trabalho assinada que recebeu salário nos últimos 6 meses. O seguro-desemprego se mostra extremamente restrito, na medida em que não contempla o grande número de trabalhadores informais, os trabalhadores “por conta própria” e também aqueles contratados de forma temporária por menos de 6 meses, por exemplo. Para além do seguro-desemprego, as políticas do Estado brasileiro diante do desemprego e dos desempregados, têm sido prioritariamente a promoção de programas de qualificação profissional e os incentivos fiscais às pequenas empresas, utilizando os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), através, por exemplo, do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), que existe desde 1995.

¹¹A redução do desemprego iniciada no governo Lula reavivou esse debate. Há quem diga que hoje vivemos sob o pleno emprego. Para uma problematização dessa ideia, ver o Capítulo 2 desse trabalho.

¹²Há ainda outros autores que tratam da temática da marginalidade, mas que não abordaremos aqui por desenvolverem suas análises em registros outros que não o da abordagem histórico-estrutural com a qual vimos trabalhando. Sob esta mesma perspectiva teórica, também é importante a contribuição do peruano Aníbal Quijano, cuja obra não será apresentada neste capítulo – embora a crítica de Kowarick a Nun se estenda também a esse autor – mas nos referiremos pontualmente a Quijano no capítulo seguinte.

mesmo tempo, desenvolveu-a tendo em vista o estudo das formas concretas que estas relações constituíram na realidade latinoamericana.

A contribuição do argentino José Nun sobre a “massa marginal” traz a preocupação com a necessidade de ressaltar as especificidades da manifestação da “superpopulação relativa” no capitalismo em sua fase monopolista e no contexto da América Latina. Para o autor, os conceitos de “superpopulação relativa” e “exército industrial de reserva” não são necessariamente equivalentes: enquanto o primeiro diz respeito a uma teoria geral das populações segundo o materialismo-histórico e a como esse excedente relativo de população é gerado, o segundo está associado aos efeitos e à funcionalidade de uma forma específica de superpopulação, assumida no capitalismo em sua fase competitiva. Nesta fase da acumulação, o aquecimento e as quedas na produção estimulam a contratação ou repelem os trabalhadores contratados, fazendo contrair ou expandir a superpopulação. Indiretamente, a população excedente pressiona para a diminuição dos salários dos trabalhadores em atividade. Esses movimentos referendam a funcionalidade da superpopulação relativa, que atua como um exército industrial de reserva. Já no contexto do capitalismo monopolista, para Nun, os grandes oligopólios fixam os preços das mercadorias, a tecnologia aumenta com mais intensidade, mas sua difusão é controlada, e a exigência de maior qualificação dificulta a mudança de força de trabalho de um ramo a outro da indústria. A função da superpopulação relativa de pressionar pela diminuição dos salários também é fragilizada no capitalismo monopolista, tendo em vista que os monopólios têm condições de aumentar a exploração e a extração de mais-valia garantindo salários acima da média. O mercado monopolista poderia remunerar melhor seus trabalhadores devido à escassez de mão de obra especializada. Assim, nesta fase da acumulação capitalista, além da geração de uma superpopulação relativa às necessidades do capital que funciona como alavanca da acumulação, também se constitui um contingente de trabalhadores que não é absorvido para o emprego nem em períodos de alta produção e que, por isso, não exerce pressão sobre as condições de trabalho e salário daqueles trabalhadores em atividade. A este excedente de população “afuncional” ou até “disfuncional” ao capital, Nun denomina “massa marginal”. O autor argentino define, ainda, quem seria a população que compõe a “massa marginal”: trabalhadores rurais, artesãos, empregados domésticos, desempregados, trabalhadores temporários e instáveis, assalariados precarizados. Parte

deste contingente é absorvida pelo capital competitivo ou pelo capital comercial, mas não pelo capital monopolista.

Para Nun (1978, p. 114), as “principais causas da não absorção de mão de obra” na América Latina remetem às “distorções de um desenvolvimento capitalista condicionado – em graus variáveis, conforme as regiões – pela manutenção de formas produtivas e pela dependência neocolonial”. Importa-se tecnologia direcionada para preservar mão de obra em situações em que a força de trabalho disponível é abundante. Assim, na América Latina sob a hegemonia do capital industrial monopolista, a “massa marginal” cresce muito mais do que o próprio capital.

Apesar do interesse dessas considerações, a discussão centrada em torno da questão da “funcionalidade”, “afuncionalidade” ou “disfuncionalidade” da superpopulação relativa não responde aos dilemas colocados pelas particularidades do desenvolvimento do capitalismo nos países dependentes como o Brasil. Por um lado, a distinção muito rígida entre gênese e efeitos, operada por Nun, deixa de levar em conta que, segundo a “lei geral da acumulação capitalista”, a especificidade da expressão da superpopulação relativa no capitalismo não diz respeito apenas a seus efeitos ou à sua “funcionalidade”, mas à sua própria origem: é apenas no modo de produção capitalista que o desenvolvimento das forças produtivas produz uma população excedente de trabalhadores. Conforme a crítica desenvolvida por Cardoso (1981) e por Kowarick (1975), e retomada por Souza (2005a) e por Oliveira (2010), Nun incorre no erro de buscar uma “teoria da funcionalidade da população”, quando Marx estava preocupado com o desenvolvimento da própria teoria da acumulação capitalista e acaba por centrar a discussão sobre as “disfunções” do sistema, ao invés de entendê-las como “contradições necessárias”.

Por outro lado, a ideia de luta de classes não é contemplada na análise de José Nun. O debate sobre a “funcionalidade” ou não da superpopulação relativa é feito do ponto de vista estritamente econômico¹³, deixando de considerar não apenas o potencial (ou não) de mobilização dessa parcela de trabalhadores, mas a possibilidade de organização conjunta com outras parcelas da superpopulação relativa e até com os trabalhadores em atividade e, inclusive, sem levar em conta os conflitos entre as classes como fatores que também pesam

¹³ O próprio Nun, em um texto que data de 2000, fez essa ponderação e autocrítica, ainda que não tenha desenvolvido essa problemática.

na própria determinação dos salários, das condições de trabalho, dos custos para a reprodução da força de trabalho, etc.

Além disso, a expressividade do desemprego, a complexidade e multiplicidade das relações de trabalho no Brasil, como marcas de sua situação dependente e periférica, localizam esse país como um “reservatório inesgotável de força de trabalho” perante a divisão internacional do trabalho, pressionando para que o nível geral de salários e de direitos sociais e trabalhistas nesse país seja atrativo para o capital estrangeiro; nesse sentido, é inegável que a superpopulação relativa brasileira, em suas mais diversas formas de expressão, atua como ‘alavanca’ da acumulação mundialmente.

Lúcio Kowarick também intervém ativamente no debate sobre a marginalidade e as especificidades do desenvolvimento capitalista dependente no Brasil, numa perspectiva crítica às concepções elaboradas por Nun. Para Kowarick (1975), a relação dos grupos marginais com o conjunto do exército industrial de reserva não reside nos efeitos que deixaria de produzir; mas sua caracterização se dá pelo tipo de inserção que estabelece com o processo produtivo e pelo modo e intensidade da condição de exploração em relação àquela sofrida pelos assalariados.

De acordo com Kowarick, enquanto os trabalhadores assalariados no processo produtivo têm a exploração baseada na extração de mais-valia, os marginais estão submetidos à exploração do capital por meio da posição que ocupam na divisão social do trabalho, que ora reproduz o que o autor chamou de “modalidades produtivas arcaicas”, ora constitui “novos” setores com características “tradicionais”, ambos inteiramente articulados com a forma dominante de produção capitalista. Nos países dominantes, o desenvolvimento do capitalismo significou a superação das formas “arcaicas” de trabalho baseadas na extensão da jornada; a exploração do trabalho assalariado passou a se dar de forma “intensiva”. Nos países de origem colonial, contudo, essas formas “arcaicas” continuam se reproduzindo e se combinando com o processo de modernização, aprofundando a exploração em sua forma “extensiva” e efetivando a condição de “superexploração”.

No caso específico da América Latina, o grau de maturação do capitalismo inviabilizou que uma parcela grande da força de trabalho disponível fosse transformada em mão de obra assalariada. A industrialização no Brasil ocorreu de forma subordinada aos padrões produtivos e à tecnologia dos países centrais e não deu conta de abarcar

plenamente a totalidade das relações de trabalho. As empresas monopolistas se instalaram no país de maneira “abrupta” e “parcial”, aprofundando o *descompasso articulado* que marca as formas produtivas e as relações de trabalho brasileiras. O avanço da modernização no campo impulsionou um êxodo rural intenso, não absorvido pela expansão da indústria, tendo em vista a implementação de tecnologia voltada para poupar mão de obra. Além disso, o fomento à indústria no país foi acompanhado do estímulo à vinda de mão de obra imigrante.

Nesse sentido, para Kowarick, os setores marginais, que correspondem aos trabalhadores autônomos, por conta própria, domésticos, artesãos, temporários, intermitentes, desempregados, são parte do exército industrial de reserva e produzem, sim, efeitos semelhantes aos do conjunto da população excedente. De acordo com o autor, “o conjunto dos serviços e produtos originários dos “setores marginais” pode proporcionar uma “infraestrutura de custos” altamente compensadora na medida em que leva a um barateamento do custo *da reprodução da força de trabalho*” (KOWARICK, 1975, p. 105 – grifos do autor).

O debate sobre a marginalidade traz contribuições fundamentais para a análise das formas de manifestação da superpopulação relativa no Brasil, ao ressaltar as especificidades da condição dependente do capitalismo neste país e de suas decorrências sobre o processo de acumulação, sobre a formação das classes trabalhadoras e sobre a dimensão e expressão do desemprego e da superpopulação relativa, bem como ao enfatizar a pluralidade que caracteriza a condição de “desempregado” e, ao mesmo tempo, levar em conta a condição de exploração pelo capital, que permite considerar essa parcela como parte do conjunto das classes trabalhadoras¹⁴. Contudo, cabem algumas considerações sobre as concepções que estiveram como pano de fundo dessa discussão.

Todo o debate sobre a marginalidade desenvolvido por Nun e Kowarick parte de um pressuposto de que há um padrão hegemônico de relação de trabalho, que corresponde ao “assalariado típico”, vinculado diretamente à indústria, submetido à extração de mais-valia, organizado por um contrato de trabalho que regulamenta e fixa sua jornada de trabalho, sua

¹⁴ Estamos seguindo aqui a pista sugerida por Galvão (2008), que propõe usar o conceito de classes trabalhadoras para sinalizar a unidade entre os desempregados e os trabalhadores em atividade (também diversos em suas ocupações, origens sociais, relações de trabalho, etc).

remuneração e seus direitos, seguindo o modelo fordista – padrão este alcançado plenamente nos países dominantes. A marginalidade, por sua vez, destoaria desse “padrão hegemônico”, reproduzindo relações de trabalho “não tipicamente capitalistas”, com “características arcaicas”. Tendo em vista que a dependência aprofunda a marginalidade e que, portanto, na América Latina, esse fenômeno assumiu “magnitude e significado ímpar”, o capitalismo e a conformação das classes trabalhadoras nestes países escapam ao padrão e adquirem contornos “não típicos”.

A ideia de “moderno” e “arcaico”, “atrasado” ou “tradicional”, está contida tanto nas análises de José Nun, quanto nas de Lúcio Kowarick. O uso desses conceitos contribuiu para reproduzir a concepção dos teóricos do desenvolvimento, muito em vigor nos anos 1960 e 1970, indica uma concepção dual e dicotômica da realidade e sugere que o modo de produção capitalista caminha em um sentido único, de forma linear, orientado pelo desenvolvimento dos países dominantes. As noções de “moderno” e “atraso” parecem se opor entre si, ao passo que, na realidade concreta da América Latina, relações quase servis de trabalho, extremamente mal remuneradas, com jornadas extensas, consideradas “arcaicas”, são ainda hoje fundamentais para o fortalecimento da “modernização capitalista” nesses países. Ao contrário dessas teses, Schwarz (2003), baseado no trabalho de Francisco de Oliveira, destaca que a ideia de progresso deve ser dialética e não movida por um padrão único. “Se é que o caminho existe, ele não obedece às generalidades ligadas a uma noção universalista do progresso, à qual bastasse obedecer” (SCHWARZ, 2003, p. 15).

Oliveira (1981) foi um dos expoentes da crítica ao que chamou de “razão dualista” nas análises sobre a economia brasileira, entendendo a relação entre o “moderno” e o “atrasado” como “setores” intimamente orgânicos e complementares entre si, e não como uma “especificidade global” dos países da periferia, mas como parte fundamental da expansão capitalista mundial. De acordo com o autor, a agricultura de subsistência, considerada “atrasada”, foi motor da acumulação primitiva no Brasil e garantiu as condições para o financiamento e a sustentação da agricultura moderna, da industrialização e, inclusive, do sistema bancário brasileiro.

Véras de Oliveira (2011, p. 200) também destacou a concepção dual da realidade latinoamericana contida nas teses sobre a marginalidade e reafirmou a imbricação dialética

entre “moderno” e “atrasado” nesses países: “Os segmentos tidos como ‘atrasados’ não eram senão uma característica própria do modelo de acumulação de capital que se estabeleceu no país, no processo de industrialização tardia, deste participando, nos termos em que se estabeleceu, como um momento concomitante e necessário de ‘acumulação primitiva’”. O capitalismo implica desenvolvimento desigual e sua expansão se dá de modo a combinar, modificar, subordinar e articular formações sociais e históricas diferentes. Não é “atípico”, ou “fora do padrão”, portanto, que se desenvolvam relações de trabalho (também) capitalistas que difiram daquelas conformadas nos países dominantes e/ou sob o modelo de organização fordista.

Ainda que, por um lado, o termo “marginal” sugira um entendimento de que esses setores seriam “minoritários” ou “residuais” ou que estariam “excluídos” ou “fora das” relações sociais e de produção, como algo que perturba o funcionamento da organização social, e que, por outro, o próprio conceito de marginalidade desenvolvido por esses autores, para além do termo utilizado, abra espaço para a reprodução de uma concepção dualista do capitalismo dependente, preso à ideia dicotômica de “moderno” e “atrasado”, consideramos que o debate sobre a marginalidade traz questões importantes para a reflexão sobre as particularidades da conformação da superpopulação relativa, do emprego e do desemprego no Brasil. Destacamos, em especial, a ênfase na magnitude e no peso político das restrições à própria possibilidade da venda da força de trabalho para o setor produtivo, o grau de pauperismo e empobrecimento das classes trabalhadoras, o acesso limitado ao contrato de trabalho e à relação salarial estável e, portanto, também às garantias para a subsistência e reprodução da força de trabalho (manifestadas pela precariedade da habitação, saúde, saneamento, educação, alimentação) e a dimensão das relações de trabalho precárias neste país. Cabe questionar, no entanto, em que medida existe de fato um “padrão hegemônico” de relação de trabalho - diante do qual a marginalidade destoaria - e, se sim, qual sua configuração no capitalismo contemporâneo.

1.3) O desemprego no neoliberalismo e sob o modelo de acumulação flexível

O advento do neoliberalismo e as mudanças na produção impulsionadas a partir da década de 1970 no mundo todo, como resposta à crise do padrão taylorista-fordista de

organização da produção capitalista, constituíram elementos fundamentais para compreender o aumento progressivo do desemprego e as diversas faces que este assume, já que provocaram intensas transformações no mercado e nas condições de trabalho.

No terreno político, o tripé fundamental do neoliberalismo é constituído por privatização, abertura comercial e financeira e desregulamentação do mercado de trabalho (BOITO JUNIOR, 1999). Protagonizadas pelo governo de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, as políticas neoliberais fomentaram um desmonte do serviço público, o ‘enxugamento’ do papel social do Estado e alavancaram um aumento do desemprego no mundo todo, ainda que com diferentes intensidades. O desemprego, a flexibilização dos contratos e dos direitos trabalhistas, o arrocho salarial e a intensificação do trabalho são elementos chave dos processos de privatização das empresas e serviços estatais.

As mudanças na produção, por sua vez, se caracterizaram, segundo Alves (2000) e Antunes (2002), principalmente pela tendência ao enxugamento da produção (*‘lean production’*), à financeirização da economia, ao incremento da automação, à implementação dos programas de qualidade total, à desconcentração industrial, com vistas a tornar ‘mais eficiente’ e menos dispendioso o processo produtivo e a garantir aumento de produtividade. Verifica-se um processo de desindustrialização e desnacionalização do parque industrial construído nas décadas de 1930 e 1950 no Brasil e no conjunto dos países “periféricos” e de deslocalização das indústrias instaladas nos países “centrais”, em especial de montadoras, rumo a lugares em que a força de trabalho é mais barata, o acesso à matéria-prima e aos recursos naturais é mais direto e menos custoso e há maiores incentivos fiscais. O aumento expressivo do setor de serviços foi um efeito marcante desse período, particularmente nos países de capitalismo de origem colonial, e contribuiu para disseminar relações de trabalho precárias, com rebaixamento de direitos e de remuneração.

Nesse momento, os padrões de subremuneração da força de trabalho atrelados às inovações tecnológicas construíram o terreno para o aumento dos ganhos do capital. Esse “modelo de acumulação flexível”, como define Harvey (2004), fragmenta a cadeia produtiva impulsionando a terceirização ou até quarteirização de parcelas do processo, exige do trabalhador o desempenho de várias funções e atividades no interior do processo e flexibiliza inclusive a jornada de trabalho e a remuneração. A flexibilização também avança

sobre os contratos de trabalho, disseminando contratos extremamente instáveis, temporários, por tempo parcial. Segundo Antunes (2011, p. 132), há a conformação de uma “massa de trabalhadores que passam da condição de assalariados com carteira assinada para a de trabalhadores sem carteira”. Assim, a “era da informatização do trabalho” corresponde também à “época da informalização do trabalho”. Ainda segundo esse autor, o momento impulsionado pela lógica da acumulação flexível e pelo neoliberalismo construiu uma “nova morfologia do trabalho”, caracterizada por uma concepção mais ampliada e por maior heterogeneidade em relação à classe trabalhadora típica do padrão taylorista-fordista.

A produção enxuta se sustenta sobre a lógica de “tirar os excessos”, o que inclui a redução da força de trabalho empregada, associada à intensificação do trabalho daqueles que permanecem empregados. De acordo com Castel (1998, p. 514), na década de 1970, o desemprego chegou a atingir 12% da População Economicamente Ativa (PEA) na França, “mas o desemprego é apenas a manifestação mais visível de uma transformação profunda do conjunto do emprego. A ‘precarização’ do trabalho constitui-lhe uma outra característica”. Nesse sentido, o que este autor intitula “a nova questão social” é marcada por uma aguda “crise da sociedade salarial”, que dissemina maior instabilidade, fragilidade e vulnerabilidade do trabalho, caracterizando-se primordialmente pela expansão intensa do desemprego e da precarização do trabalho, cuja dinâmica não é “marginal”, mas central à acumulação. No caso francês, desse modo, o processo de precarização adquire o formato de uma clara e dura ruptura com a relação contratual, social e salarial estabelecida, que gozava de forte proteção no momento em que vigorou o *Welfare State*.

Para Harvey (2004), a lógica capitalista leva à busca constante por expandir a reprodução da acumulação, seja sobre novos territórios, novos setores, novas formas, seja por meio da própria desvalorização de ativos, a fim de evitar a sobreacumulação e de reincorporá-los novamente assim que o capital necessitar. Para dar conta desses excedentes de capital a serem reinvestidos, o capitalismo abre novos ‘fronts’ de acumulação por meio da ‘espoliação’. De acordo com o autor, a ‘acumulação por espoliação’, que se materializa fundamentalmente nos países de capitalismo de origem colonial, através da extração de seus recursos naturais, da exploração intensa de sua força de trabalho, trazendo, inclusive, vários elementos da acumulação primitiva de capital, é a forma dominante da reprodução expandida hoje.

Segundo Mészáros (2009), o momento inaugurado com o novo modelo de acumulação flexível tem como principal marca uma profunda “crise estrutural do capital”, diferente em intensidade, dimensão e desdobramentos com relação às crises cíclicas ou conjunturais da produção já apontadas por Marx. Essa “crise estrutural” implica que a imposição do capitalismo se dá por meio da destruição sem precedentes das forças produtivas, dos recursos naturais e da própria força de trabalho. O capitalismo contemporâneo cria novas contradições sociais e novas formas de reproduzir a acumulação e a exploração, que não necessariamente se igualam àquelas vivenciadas quando do início do “capitalismo clássico”, ainda que mantenham seus elementos e tendências fundamentais. Nesse contexto, o “desemprego estrutural” ocupa uma posição central no novo modelo, sendo um dos pilares da acumulação flexível. “Naturalmente, a consequência necessária da crise sempre em aprofundamento nos ramos produtivos da ‘economia real’ (...) é o crescimento do desemprego por toda a parte numa escala assustadora, e a miséria humana a ele associada” (MÉSZÁROS, 2009, p. 25). Para Antunes (2009, p. 11 – grifos do autor), a análise de Mészáros demonstra como, neste momento, “*Expansionista* na busca crescente e desmedida de mais-valor, *destrutivo* na sua processualidade pautada pela superfluidade e descartabilidade, o sistema do capital torna-se, no limite, *incontrolável*”. De acordo com Pinassi (2009), esse processo devastador traz à tona um “esgotamento da capacidade civilizatória do capital”. No caso da realidade brasileira, a extração de mais-valia absoluta e a reprodução de formas de trabalho análogas à escravidão continuam sendo extremamente contemporâneas e se adequam às necessidades da acumulação capitalista. Para a autora, o assalariamento “clássico” não necessariamente pode ser considerado a forma de trabalho hegemônica hoje, pois já não tem condições de abarcar parcela muito expressiva daqueles despossuídos dos meios de produção.

A contribuição de Mészáros é reveladora da expressividade e a relevância que o desemprego adquiriu no atual momento histórico e de sua relação articulada e contraditória com o conjunto da dinâmica da acumulação do capital. Para Souza (2010), no entanto, mesmo que a força do desemprego seja notável no capitalismo contemporâneo, o conceito de “desemprego estrutural” é problemático por se aproximar do conceito utilizado pela “teoria econômica burguesa”, em oposição a “desemprego conjuntural”. Esse autor também considera que a ideia de “crise estrutural do capital” pode levar a um entendimento

“fatalista” do desenvolvimento do capitalismo, como se sua derrocada estivesse muito próxima ou fosse inevitável.

O extenso debate teórico e formulação de conceitos sobre a temática do desemprego na contemporaneidade explicitam, mais uma vez, a complexidade desse fenômeno e a variedade de problemáticas que envolvem. O neoliberalismo e o modelo de acumulação flexível acarretaram, desse modo, maior flexibilização da fronteira entre emprego e desemprego, que, além de estar menos nítida, é menos rígida e mais instável, tendo em vista que o empobrecimento e a precariedade de condições de acesso a direitos sociais e trabalhistas atingem não apenas aos desempregados alheios a qualquer tipo de ocupação ou remuneração, mas também aos trabalhadores com ocupações precárias ou subcontratados, que se veem constantemente frente à iminência do retorno à condição de desemprego aberto.

Para Araújo (2011) e Vêras de Oliveira (2011), a informalidade e o processo de informalização adquiriram um peso ainda mais significativo sob a reestruturação produtiva e continuam válidos para caracterizar as atuais relações de trabalho, ainda que permeados por novas configurações. Além de levar em conta as relações de trabalho destituídas de vínculo legal e de proteção social e aquelas caracterizadas pela ausência de separação entre capital e trabalho, pela baixa produtividade, muito em voga nos países periféricos durante todo o processo de industrialização, para ambos os autores o conceito de informalidade também envolve uma “nova informalidade”, emergente com o modelo de acumulação flexível, definida por difundir pelo mundo todo atividades flexíveis, “não fordistas”. Nesse sentido, “Por meio dos processos de terceirização e de flexibilização das relações de trabalho, a informalidade se encontra hoje no coração da formalidade” (ARAÚJO, 2011, p. 179). De acordo com Vêras de Oliveira, está em processo uma reconfiguração da dinâmica entre formal e informal, que deixa cada vez mais tênue a separação entre estes, tendo em vista que as relações de trabalho flexíveis já são parte do núcleo da acumulação capitalista e operam, por um lado, a expansão do trabalho informal e, por outro, a contaminação dos contratos formais pela lógica da informalidade, prolongando a jornada e rebaixando salários e direitos, por exemplo. Segundo este autor, diante dos conceitos de “precarização” e de “flexibilização”, o conceito de “informalidade” considerado deste modo contribui mais para

identificar as transformações recentes no âmbito do trabalho, já que se coloca como a manifestação concreta daqueles fenômenos e, inclusive, passa a ser condição deles.

Para Druck (2011), a dinâmica da precarização/flexibilização, associada ao momento histórico da financeirização da economia, confere outra qualidade às relações de trabalho frente àquelas do período de avanço da industrialização, quando a “informalidade” correspondia a um “imenso resíduo” de trabalhadores não absorvido pela indústria em expansão, mas que parecia marcado por uma condição transitória. Segundo esta autora, ainda que os conceitos de “processo de informalidade”, “nova informalidade” e “informalidade pós-fordista” contribuam para a compreensão da atual configuração do trabalho, a dicotomia entre “formal” e “informal” não faz mais sentido, tendo em vista que a lógica flexível não poupa nenhum segmento, atingindo o conjunto do trabalho – mesmo que com variações e diferentes intensidades.

Esse contexto revela que o aviltamento máximo da condição de exploração, a reprodução de relações de trabalho sem contrato ou com rebaixamento dos direitos e da remuneração, das quais os trabalhadores dos países de origem colonial sempre foram vítimas e pelas quais se justificou o desenvolvimento do conceito de “marginalidade”, se exportaram também para os países “centrais”, ainda que a dinâmica desigual e combinada de expansão do capital continue a acirrar a segregação social e a subordinação externa nos países marcados pela dependência. As relações de trabalho que extrapolam o assalariamento industrial, característico do fordismo, já não são mais residuais ou destoantes e, nesse sentido, as relações de assalariamento direto na indústria já não podem ser consideradas o “padrão hegemônico” nem mesmo no continente europeu, em que chegaram a se consolidar como tal. Segundo Druck (2011, p. 91), “não é mais o padrão da sociedade do pleno emprego, mas de uma sociedade de desemprego e de formas precárias de trabalho, de emprego e de vida que passam a predominar também onde tinham atingido um alto grau de desenvolvimento econômico e social”. Para a autora, o padrão hegemônico hoje é o da precarização social. No mesmo sentido, Oliveira (2003, p. 137) afirma que “Este é o lado contemporâneo não-dualista da acumulação de capital na periferia, mas que começa a se projetar também no núcleo desenvolvido”.

Partindo desse cenário, podemos considerar que o processo de flexibilização em curso e a reconfiguração das relações de trabalho implicam uma delimitação menos nítida

entre emprego e desemprego. Este último não é sinônimo apenas da ausência completa de qualquer ocupação e envolve também aqueles que realizam trabalhos esporádicos, descontínuos, predominantemente submetidos a condições precárias, baixa remuneração e restrição do acesso aos direitos trabalhistas – situação muito próxima àquela identificada pela superpopulação relativa estagnada. Por outro lado, o conceito de “emprego” também passa a envolver características da condição de desempregado, como a instabilidade, a vulnerabilidade, a precariedade das condições de vida e de rendimentos. Os trabalhadores com contrato por prazo determinado e os terceirizados, ainda que partes do exército ativo de trabalhadores, são expressões de que as atividades ocupacionais que se sobressaem no momento da acumulação flexível e do neoliberalismo são permeadas por elementos que reconfiguram a relação destes empregados com o mercado de trabalho, com as relações de produção, com os direitos sociais. A situação de grande parcela dos trabalhadores em atividade – frequentemente na ameaça do retorno à condição de “reserva” - os faz procurarem trabalho mesmo quando detem alguma ocupação. A diversidade de situações das ocupações precárias transpassa tanta a superpopulação relativa, por meio daqueles que vivem por meio de “bicos” esporádicos, quanto o contingente ativo dos trabalhadores, que são submetidos a contratos instáveis e restritivos em termos de direitos. No caso dos trabalhadores informais, sem qualquer contrato, a sua inserção também heterogênea e sua condição de precarização e instabilidade frequentemente os localizam em uma posição limite entre a superpopulação relativa estagnada e o conjunto dos trabalhadores em atividade. Nesse sentido, a complexidade e multiplicidade que caracterizam as relações de trabalho no capitalismo contemporâneo tornam a fronteira entre emprego e desemprego também mais flexível.

2) As especificidades da manifestação do desemprego no Brasil

A despeito das reformas neoliberais e reestruturações na produção, o mercado de trabalho e o sistema de proteção social brasileiros foram historicamente considerados frágeis e pouco estruturados, consequências das particularidades da formação do capitalismo neste país. Do mesmo modo, também o desemprego elevado e a precariedade das ocupações são marcas da constituição das relações de trabalho no Brasil e não se restringiram ao período neoliberal e da acumulação flexível. Isso não significa, no entanto, que a tendência ao crescimento do desemprego tenha sido (ou seja) irreversivelmente dada e constante. Cabe retomar que as oscilações nos níveis de emprego e desemprego são características comuns do capitalismo e se articulam com as demandas da produção e da acumulação, com a conjuntura econômica, com o momento político da luta de classes. No entanto, em virtude da complexidade do fenômeno e de suas múltiplas formas de manifestação - em especial num momento em que a fronteira com o emprego é muito tênue -, a aferição do volume do desemprego é uma tarefa difícilíssima, não obstante os esforços operados ao longo dos anos para que as mensurações estatísticas levem em conta outros fatores que não apenas a desocupação aberta, como mencionamos na introdução deste trabalho. Nesse sentido, para Souza (2010, p. 30), “os índices de desemprego só podem ser considerados na análise como uma ferramenta que permite fazer uma primeira ‘aproximação’ da população sobrando para as necessidades imediatas da acumulação do capital em uma dada formação social”, ou seja, “A análise da superpopulação relativa não poderia ser feita a partir de critérios meramente estatísticos”. Feitas essas considerações, nos valem os dados estatísticos sobre o desemprego como “uma primeira aproximação” e como um referencial ou parâmetro para enfatizar as particularidades da “Era Lula” em relação ao conjunto do período em que avançaram a política neoliberal e a lógica flexível no Brasil. Além desses indicadores, buscamos também abordar os efeitos da precarização e da flexibilização sobre as relações de trabalho, os contratos, a remuneração, as condições de vida dos trabalhadores e as políticas sociais do governo, a fim de construir uma análise mais ampla das configurações da superpopulação relativa e das relações de trabalho no país.

2.1) Trabalho flexível e neoliberalismo no Brasil

O caráter historicamente desestruturado do mercado de trabalho no Brasil, aliado às mudanças conjunturais trazidas pelo Consenso de Washington e pelas mudanças verificadas na produção no final do século XX, operou, de modo geral, uma tendência ao agravamento do fenômeno do desemprego. Durante toda a década de 1990, sob os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Brasil foi marcado pela implementação, avanço e consolidação da política neoliberal (POCHMANN, 1999, 2006; BOITO JUNIOR, 1999; GALVÃO, 2007a). Ainda que tenha se dado de forma tardia em relação aos outros países do mundo, inclusive da América Latina, o processo de privatização das empresas estatais e dos serviços públicos, corte de gastos sociais, flexibilização das leis e contratos trabalhistas e da proteção social, abertura comercial e financeira impactaram as relações de trabalho, culminando em arrocho salarial, precarização das condições de trabalho, avanço da terceirização e aumento expressivo das taxas de desemprego. Data deste momento também a intensificação das mudanças organizacionais orientadas para a lógica da acumulação flexível, como por meio da implantação dos Programas de Qualidade Total nas empresas e do fortalecimento da incorporação de mudanças tecnológicas com vistas a reduzir gastos, bem como aumentar a produtividade e a competitividade das empresas brasileiras no cenário internacional. Esse processo veio marcado pela combinação de elementos de ‘continuidade’ e de ‘descontinuidade’ em relação ao padrão de organização da produção já em curso, aprofundando a subordinação internacional e a exploração do trabalho (ANTUNES, 2011).

Na tabela a seguir, verificam-se os desdobramentos dessas políticas sobre as taxas de desemprego em seis regiões metropolitanas:

Tabela 1 - Evolução das taxas de desemprego total em seis regiões metropolitanas brasileiras, de 1990 a 2002 (em %)

Anos	São Paulo	Porto Alegre	Belo Horizonte	Salvador	Recife	Distrito Federal
1990	10,3	-	-	-	-	-
1991	11,7	-	-	-	-	-

1992	15,2	-	-	-	-	15,4
1993	14,6	12,2	-	-	-	14,7
1994	14,2	11,3	-	-	-	14,2
1995	13,2	10,7	-	-	-	15,4
1996	15,1	13,1	12,7	-	-	16,7
1997	16,0	13,4	13,4	21,6	-	18,4
1998	18,2	15,9	15,9	24,9	21,6	19,7
1999	19,3	19,0	17,9	27,7	22,1	22,1
2000	17,6	16,6	17,8	26,6	20,7	20,2
2001	17,6	14,9	18,3	27,5	21,1	20,5
2002	19,0	15,3	18,1	27,3	20,3	20,7

Fonte: Dieese/Seade (PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego)

De acordo com Pochmann (1999), com pequenas oscilações, a partir de 1991, o Brasil se encontrava entre os quatro países do mundo com mais desemprego e entre 1992 e 2002, a taxa de desemprego subiu 38,8%¹⁵ no país.

Consolidam-se como principais consequências do governo FHC sobre o trabalho o aumento do desemprego, quer aberto, quer do desemprego oculto por trabalho precário. Além desse efeito mais direto do neoliberalismo e do modelo de acumulação flexível sobre o trabalho, a informalidade, enquanto forma de trabalho “sem carteira assinada”, ganha enormes dimensões, chegando a atingir mais da metade da PEA, segundo Boito Junior (1999). Altera-se, também, o próprio perfil do emprego e do desemprego no país, recortado pelos processos de desindustrialização, desnacionalização, disseminação de formas de inserção precárias, instáveis e flexíveis e explosão do setor de serviços. Assim, segundo o Dieese, apenas na região metropolitana de São Paulo, em abril de 1988, a população ocupada na indústria brasileira correspondia a 32,6%, enquanto aqueles ocupados na prestação de serviços eram 39,8%; já em janeiro de 2010, esses índices variam para 18,6% e 50,9%, respectivamente, com pequenas oscilações durante o período. Com relação à jornada de trabalho executada em todo o Brasil, o mesmo órgão aferiu que, em 1985, a proporção de assalariados que trabalharam mais que a jornada legal era de 26,1%; em 2005, o índice atingiu 40,6%. Desse modo, se desenha a dimensão assumida pela flexibilização,

¹⁵ Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação passa de 6,5%, em 1992, para 9,4%, em 2005, chegando a atingir 9,7%, em 2003. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), durante os mesmos anos, na região metropolitana de São Paulo, o aumento vai de 15,2%, em 1992, para 16,9% em 2005, atingindo 19,9%, em 2003.

precarização e intensificação do trabalho no Brasil e se explicita como a ‘modernização’ tecnológica se combina também com certa regressão dos direitos associados ao trabalho, exemplificada pelo aumento da informalidade e da jornada.

2.2) Flexibilização da fronteira entre emprego e desemprego nos governos Lula

A partir de 2003, no entanto, houve relativa diminuição do desemprego total (vide Tabela 2, abaixo). Diferentemente da tendência verificada no período anterior, com o início do governo Lula observa-se a abertura de concursos públicos em diversos segmentos, o aumento do número de contratações formais, a relativa diminuição dos índices de pobreza e uma política de valorização do salário mínimo, resultado de um acordo feito com as centrais sindicais em 2007¹⁶. Esse processo demonstra uma reformulação e uma variação do modo de implementação de políticas com caráter neoliberal pelo governo Lula¹⁷.

Tabela 2 – Evolução das taxas de desemprego total em seis regiões metropolitanas brasileiras, de 2003 a 2010 (em %)

Anos	São Paulo	Porto Alegre	Belo Horizonte	Salvador	Recife	Distrito Federal
2003	19,9	16,7	20,0	28,0	23,2	22,9

¹⁶ Essa política atrelou o aumento do salário mínimo ao crescimento econômico – relação que pode arrefecer o aumento a depender da conjuntura da economia do país. Cabe lembrar, além disso, que o salário mínimo nominal já vinha em uma crescente desde os anos FHC, quando passou de R\$70,00, em setembro de 1994, para R\$200,00, em maio de 2002, ou seja, uma variação de 185,7%. Durante os anos Lula, apesar do alarde do governo federal e de outros setores do próprio movimento sindical em torno dessa política de valorização do salário mínimo, a variação de seu valor nominal foi de 112,5%, passando de R\$240,00, em maio de 2003, para R\$510,00, em maio de 2010.

¹⁷ Não nos propomos a discutir o caráter do governo Lula neste estudo, já que as variações no conteúdo e na implementação das políticas com teor neoliberal suscitaram uma grande discussão bibliográfica. Alguns autores o caracterizam como “neodesenvolvimentista” (Boito Junior, 2012a; 2012b), como proponente de “uma reforma gradual e um pacto conservador” (Singer, 2012); outros como “neoliberal” (Paulani, 2006; Filgueiras e Gonçalves, 2009), ou ainda como reprodutor de um processo de “reversão neocolonial”, “marcado por tendências e pressões recessivas” (Sampaio Junior, 2013). Apesar dessa diversidade de caracterizações, a maior parte dos autores considera que o governo Lula constitui uma forma diferenciada de implementação do projeto neoliberal e, até mesmo, uma reformulação desse modelo, ao mesmo tempo em que manteve pontos chave dessa política, com destaque para o aprofundamento da flexibilização do trabalho, em especial no funcionalismo público, e para a complexificação da relação do público com o privado, como veremos adiante.

2004	18,7	15,9	19,3	25,5	23,1	20,9
2005	16,9	14,5	16,7	24,4	22,3	19,0
2006	15,8	14,3	13,8	23,6	21,3	18,8
2007	14,8	12,9	12,2	21,7	19,7	17,7
2008	13,4	11,2	9,8	20,3	19,6	16,6
2009	13,8	11,1	10,3	19,4	19,2	15,8
2010	11,9	8,7	8,4	16,6	16,2	13,6

Fonte: Dieese/Seade (PED)

Além da recuperação dos níveis de emprego, o estímulo ao crédito, o aumento da renda e a situação favorável perante a conjuntura internacional propiciaram alteração nos padrões de consumo, sensação de melhora das condições de vida e, inclusive, deram sustentação à ideia de superação da pobreza, da desigualdade social e da dependência.

Por outro lado, a geração de postos de trabalho precários, como a contratação temporária e via terceirização, a contínua expansão do setor de serviços, as mudanças na composição da força de trabalho, os índices de rotatividade no emprego, o aumento do consumo apoiado no endividamento dos trabalhadores, a política social de marca compensatória, reafirmam a complexidade das relações de trabalho e do fenômeno do desemprego, de seus efeitos e de suas formas de manifestação.

Do total de postos de trabalho gerados durante o governo Lula, de acordo com Pochmann (2012), cerca de 95% deles concentraram-se na faixa de rendimento de até 1,5 salários mínimos, representando 24,5% da renda do país. Ainda que tenha aumentado a participação do trabalho na renda nacional, esses dados mostram que ainda há uma profunda discrepância entre a evolução dos salários e os ganhos vindos da produtividade do trabalho. Esse aumento das contratações não freou o crescimento das atividades autônomas (das quais 70% também têm renda até 1,5 salários mínimos), o aumento das terceirizações e o número de contratos executados por prazo determinado, marcas da precarização por que passam as relações de trabalho sob o neoliberalismo. Segundo Pochmann (2012), em 2009, estima-se que 10% dos assalariados do país estavam submetidos a contratos de até três meses de duração. Mesmo que a participação percentual da informalidade tenha diminuído perante os empregos gerados, cresceram os trabalhadores informais em termos absolutos.

Para além dos contratos já estabelecidos com prazo determinado, o Dieese

(2011; 2012) chama a atenção para mais um aspecto subjacente à diminuição das taxas de desemprego: o número de “desligamentos”, ou seja, de rompimento ou fim dos contratos de trabalho executados, incluídas novas demissões, também cresceu, demonstrando alto grau de rotatividade nos postos de trabalho.

**Tabela 3 - Taxa de rotatividade do mercado formal de trabalho
(anos selecionados - em %)**

Anos	Taxa de rotatividade	Taxa de rotatividade descontada*
2001	45,1	34,5
2004	43,6	32,9
2007	46,8	34,3
2008	52,5	37,5
2009	49,4	36
2010	53,8	37,3

Fonte: MTE. RAIS. Elaboração: Dieese.

*Esse indicador exclui quatro motivos de desligamentos: transferências, aposentadoria, falecimento e demissão voluntária

De acordo com este órgão, o tempo médio de permanência no trabalho no Brasil diminuiu durante o governo Lula, representando 4,3 anos em 2003 e 3,9 anos, em 2009. Os indicadores da alta rotatividade dos postos de trabalho e do baixo tempo médio de permanência no trabalho expressam maior flexibilização da fronteira entre emprego e desemprego. Assim, a despeito da diminuição das taxas de desemprego nesse período, a instabilidade ainda é marca do conjunto dos empregos e a ameaça do retorno à condição de desemprego continua constante entre os trabalhadores em atividade. Essas oscilações e a rotatividade entre a força de trabalho empregada e a flexibilidade de sua condição são mascaradas pelo aumento geral do nível de emprego. O movimento de “flutuação” do processo de acumulação de capital ganha um ritmo mais intenso. Como decorrência, solicita-se mais força de trabalho, ao mesmo tempo em que esta é progressivamente repelida. Desse modo, o montante da superpopulação relativa flutuante - não apenas em relação à indústria, mas frente ao conjunto dos setores - parece ter diminuído, no entanto, novos trabalhadores são lançados na condição de desempregados flutuantes a todo o momento - fenômeno camuflado pelo aumento da admissão de outros trabalhadores que se encontravam em reserva.

Ainda de acordo com o estudo feito pelo Dieese, o aumento da rotatividade é acompanhado também por instabilidade de rendimentos. A flexibilidade da fronteira entre emprego e desemprego se expressa também na expansão da subcontratação via terceirização. Se a proteção social no Brasil é, em geral, frágil, para aqueles empregados submetidos a contratos interpostos e precarizados, a situação é ainda mais frágil em termos de acesso aos direitos sociais e trabalhistas e a rendimentos estáveis. É entre os terceirizados que está o setor em que se encontram os rendimentos mais baixos entre a média dos assalariados, maior rotatividade e jornada de trabalho mais extensa. As contratações por meio de terceirização aumentaram 61,8% entre 1999 e 2009, percentual superior, portanto, ao chamado “emprego protegido”, que cresceu 48,6% nos mesmos anos, segundo o Dieese. Nesse mesmo período, a participação dos terceirizados entre o total dos assalariados subcontratados subiu dez pontos percentuais, indo de 37,3% para 47,9%.

Para Pochmann (2012, p. 109), “a terceirização representa a contratação de trabalhadores com remuneração e condições de trabalho inferiores aos postos de trabalho anteriormente existentes”, tendo por fim a redução de custos e o aumento da capacidade de competir internacionalmente. Segundo Marcelino (2008) e Antunes (2011), a terceirização vem se consolidando a partir dos anos 1990 no Brasil como estratégia central e definidora da configuração das relações de trabalho. A expansão notável desse segmento é sintomática do processo de flexibilização da fronteira entre emprego e desemprego. O espaço que esta forma de contratação vem ganhando no interior das empresas e também no serviço público explicita a configuração de um “novo”, “moderno” e “eficiente” modo de inserção dos trabalhadores no processo produtivo que reproduz relações “arcaicas” de trabalho, marcadas pela precariedade de condições de salário e de direitos sociais. Como desenvolvido no capítulo anterior, não se trata de um antagonismo, mas de duas facetas do mesmo processo.

Os dados do Dieese (2012, pp. 174-175) apontam que os terceirizados “apresentaram o menor rendimento médio entre todas as formas de inserção dos ocupados (com exceção do emprego doméstico): o rendimento médio real por hora foi de apenas R\$ 4,34, representando quase metade do rendimento médio verificado para o empregado protegido ou formal. Por sua vez, o rendimento médio real dos terceirizados caiu de R\$ 821,00 para irrisórios R\$ 799,00 na década, a preços de novembro de 2009. (...) Em 2009,

os assalariados terceirizados exerceram jornadas elevadas (43 horas semanais) e foram vítimas da prática da rotatividade. O tempo médio no emprego dos assalariados em serviços terceirizados sem carteira foi de apenas 16 semanas”. Cabe notar que os terceirizados se encaixam justamente na faixa de renda na qual se encontra a quase totalidade dos empregos gerados durante o governo Lula e que o tempo médio em que permanecem ocupados os exclui da possibilidade de usufruir do seguro-desemprego.

Desse modo, de acordo com Sampaio Junior (2012), aproximadamente 40% da força de trabalho no Brasil está desempregada ou subempregada, a despeito dos efeitos propagandeados pelo governo Lula. Para este autor, a própria inserção dessa parcela na esfera do consumo é muito restrita tendo em vista que sua renda continua distante de garantir acesso aos direitos básicos¹⁸ e que seu consumo se apoia no endividamento.

Se tratamos o desemprego para além da ausência de emprego propriamente dita, podemos considerar que esse fenômeno, longe de ser extinto, manteve sua complexidade durante os governos Lula. O desemprego oculto por trabalho precário continua sendo reproduzido constantemente na intensa instabilidade, flexibilidade e baixa remuneração das relações de trabalho.

2.3) Complexificação entre público e privado

Os empregos no setor público não estiveram imunes ao processo acima descrito. Segundo Galvão (2010), o governo Lula deu continuidade à flexibilização das leis trabalhistas, embora de forma ‘parcelada’, mais moderada e direcionada a setores específicos, em especial o funcionalismo público. Logo no primeiro ano do governo Lula, em 2003, foi encaminhada uma reforma da previdência no setor público, que dificultou a aposentadoria com salário integral, aumentou a idade mínima, desatrelou os reajustes dos benefícios do salário dos ativos, aplicou uma contribuição aos inativos. Desse modo,

¹⁸ O DIEESE faz uma comparação entre o salário mínimo ‘nominal’ e o salário mínimo ‘necessário’. Enquanto o ‘nominal’ representa o salário vigente, o ‘necessário’ asseguraria o valor preciso para dar condições de acesso ao que a própria Constituição estabelece como direitos básicos aos cidadãos, como moradia, saúde, educação, transporte, segurança, alimentação, seguridade social. Durante o governo Lula, o salário mínimo ‘necessário’ era de R\$ 1478,16, em maio de 2003, e foi para R\$ 2157,88, em maio de 2010, ou seja, a despeito de toda a valorização, a quantia necessária para a sobrevivência dos cidadãos em condições dignas ainda continuou representando mais de quatro vezes o valor do salário mínimo ‘nominal’.

algumas mudanças que afetaram os trabalhadores da iniciativa privada com a reforma da previdência de 1998, implementada por Fernando Henrique, passaram a se estender também para o setor público.

A década de 1990 foi marcada pelo enxugamento acentuado do setor público por meio da privatização de empresas estatais, como a USIMINAS, Companhia Vale do Rio Doce e Telebrás, e do corte de gastos sociais (BOITO JUNIOR, 1999). Já sob o governo Lula o apoio à iniciativa privada se dá por outros meios, como através de investimentos financeiros e incentivos fiscais ao setor privado e das parcerias público-privadas (PPPs).

A construção civil foi um dos setores em que o emprego mais cresceu no governo Lula. Por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), houve investimento do governo federal em grandes obras executadas em parceria com a iniciativa privada e cujos empregos gerados eram temporários e, em alguns casos, submetidos a salários baixos, jornadas longas e condições precárias – o que culminou em greves desses trabalhadores em vários estados, como nas margens do Rio Bengalas, em Nova Friburgo-RJ, em abril de 2010, e na Usina Termelétrica Porto do Pecém¹, no Ceará, em agosto do mesmo ano. As greves e paralisações de trabalhadores nas obras do PAC prosseguiram e se intensificaram a partir do governo Dilma, a exemplo da mobilização ocorrida na Usina Hidrelétrica de Jirau, em Rondônia, em março de 2012, quando cerca de 20 mil operários cruzaram os braços. O emprego nesse setor, além de revelar uma articulação complexa do público com o privado, evidencia a relação articulada e contraditória entre emprego e desemprego, pois foi nele justamente que a taxa de rotatividade atingiu os maiores níveis, chegando a 108% e a 86%, quando descontados os casos de desligamentos motivados por transferências, aposentadoria, falecimento e demissão voluntária.

A entrega da gestão de várias áreas sociais, em especial de hospitais e centros de saúde públicos, para as Fundações Estatais de Direito Privado (FEDP) também é outra expressão do processo de complexificação da relação do privado com o público no governo Lula. Por meio dessas fundações, são impulsionados contratos de trabalho mais flexíveis, sem a garantia da estabilidade, temporários, submetidos a salários menores e com menos direitos assegurados. Se as contratações não se dão mais exclusivamente via concurso público, a estabilidade e outros direitos vinculados a este perdem importância. A fronteira entre o emprego e o desemprego no serviço público também se torna mais flexível e menos

homogênea, na medida em que os contratos com prazo determinado colocam para o trabalhador empregado a perspectiva do retorno ao desemprego em um curto período. O Projeto de Lei Complementar 92/2007, encaminhado pelo governo Lula por meio do então Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, ainda em tramitação no Congresso Nacional, versa sobre a regulamentação das fundações de direito privado. A entrega da gestão dos serviços públicos à iniciativa privada tem ainda efeitos sobre o sindicalismo, impulsionando a fragmentação, já que trabalhadores de um mesmo ramo, mas submetidos a contratos diferentes, serão legalmente representados por sindicatos distintos. Também no Estado de São Paulo e em seus municípios, o processo de entrega da gestão do serviço público à iniciativa privada avançou, seja por meio das fundações de direito privado, seja através da implementação das Organizações Sociais (OS), no conjunto das áreas sociais, como saúde, educação, esporte, cultura, lazer.

O caso dos Correios é importante e emblemático para verificar as alterações nas relações de trabalho no setor público na “Era Lula”, já que se trata de uma grande empresa estatal, que ainda mantém o monopólio sobre os serviços postais. Mesmo a despeito da não efetivação da privatização *stricto sensu*, foram operadas algumas mudanças que levaram à flexibilização dos direitos e do trabalho dos servidores dessa empresa, que deixaram de ter função definida e passaram a ser “agentes dos Correios”, seguindo a lógica dos profissionais polivalentes e multifuncionais, marca da reestruturação produtiva. Além disso, instalou-se o banco de horas nos Correios, instrumento regulamentado por FHC que contribui para a flexibilização da jornada de trabalho, e criaram-se mecanismos para ‘burlar’ a estabilidade desses trabalhadores, através da promulgação de advertências consecutivas, que podem levar à demissão. Em outros ramos do funcionalismo, a estabilidade também foi flexibilizada por meio da extensão do período do estágio probatório, que pode chegar a três anos. No final do governo Lula, o Ministro das Comunicações, Hélio Costa, anunciou que deixaria encaminhada uma Medida Provisória para transformar os Correios em uma empresa “SA”, ou seja, “sociedade anônima de capital fechado”, a fim de “modernizar” a instituição. A mudança significa um grande passo rumo ao empresariamento da gestão e à própria privatização dos Correios. A MP 532, que trata do assunto, se efetivou já em agosto de 2011, durante o governo Dilma.

2.4) Política social, distribuição de renda e pauperismo nos governos Lula

Diante do contexto de precarização do trabalho e da magnitude da pobreza no Brasil, o conjunto da política social do governo Lula esteve voltado para a redução da pobreza e para o atendimento aos setores mais pauperizados da superpopulação relativa, como a sua parcela estagnada. A preocupação primeira do governo foi com a inclusão dessa parcela de trabalhadores na esfera do consumo. Se, para Filgueiras e Gonçalves (2009, p. 05), no período de impulso à industrialização no Brasil a política social não se universalizou e alcançou apenas os assalariados formais, no momento de avanço do modelo de acumulação flexível, a “situação de pobreza (...) difundiu-se e ganhou importância no seu segmento ativo, que participa do mercado de trabalho”. A partir de 2003, a principal política de ‘contenção’ da pobreza foi a implementação do Programa Bolsa-Família, originado através da articulação de vários outros programas de auxílio a esse segmento, como os antigos Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás, implantados no governo FHC. A Bolsa Família é uma forma de transferência de renda e consiste no fornecimento de um valor mensal às famílias consideradas pobres ou em situação de extrema pobreza, de acordo com o número e idade dos filhos. Durante o governo Lula, os benefícios variaram de R\$ 22 a R\$ 202 (no final do mandato) e atenderam cerca de 3,6 milhões de pessoas em 2003, chegando a 12,8 milhões em 2010. Os critérios do programa estabeleceram a renda mensal de até R\$ 70 per capita como limite para inclusão no recebimento do benefício. De acordo com Filgueiras e Gonçalves (2009), a política social compensatória e focada em um setor social específico é característica do neoliberalismo e tem como suposto o não atendimento das demandas sociais de maneira universal, tendo em vista que se apoia nas diferenciações existentes no interior das próprias classes trabalhadoras e exige menos gastos orçamentários, contribuindo para a viabilização do superávit primário e dos ajustes fiscais. Assim, na mesma medida em que o Estado se exime de garantir o acesso amplo ao conjunto dos direitos sociais, como educação, transporte, saúde, trabalho e renda, saneamento, moradia, terra, previdência, concedeu um valor (bem abaixo do próprio salário mínimo, cabe ressaltar) destinado àqueles com acesso mais restrito a essas necessidades básicas, a fim de ‘amenizar’ a condição e as consequências da pobreza.

Durante o governo Lula, o índice de Gini, medidor da concentração e distribuição de renda elaborado pela ONU através do PNUD, desceu de 0,61 para 0,53 na primeira década dos anos 2000, registrando o menor valor dos últimos 30 anos (quanto mais próximo de 1,0, mais concentrada). Apesar da diminuição, no entanto, este índice ainda corresponde a um dos maiores do mundo, colocando o Brasil na terceira posição entre os mais desiguais. Em 2006, com índice de 0,58, o Brasil ocupava a nona posição na comparação internacional. Pode-se dizer, nesse sentido, que houve um crescimento da renda em geral, mas que, mesmo nesse cenário, o desenvolvimento dos indicadores sociais no Brasil não acompanhou o conjunto dos outros países. Ainda que a relação entre a renda dos 10% mais ricos com a dos 40% mais pobres tenha diminuído no período, verificando-se também um decréscimo do número de pessoas consideradas pobres e extremamente pobres, segundo o IPEA, a renda dos 1% mais ricos também cresceu significativamente no governo Lula, e em alguns anos com taxa superior ao crescimento entre os mais pobres¹⁹. Outro indicador importante da concentração de riqueza e da desigualdade social, em especial no caso brasileiro, é a distribuição de terra, que continua extremamente concentrada também no governo Lula²⁰.

Para Sampaio Junior (2012), o quadro geral das relações de trabalho no Brasil, o crescimento econômico baseado na superexploração de parcela significativa da população, a posição do país ainda subalterna em relação ao capitalismo mundial, demonstram que a margem de manobra dos governos se restringe a um espectro pequeno do ajuste neoliberal, sustentado, sim, na segregação social, na dependência externa e na democracia restrita.

Tomando como base os dados e análises apresentados, é possível afirmar que houve maior distribuição de salários durante o governo Lula, principalmente entre os trabalhadores com renda superior a três salários mínimos e aqueles mais pauperizados, mas que isso não significou necessariamente desconcentração expressiva de riqueza. Para

¹⁹ Cabe questionar aqui, os critérios de classificação da linha da pobreza, que atribuem historicamente um valor baixíssimo como teto para enquadramento da população nos conceitos de “pobre” e “extremamente pobre”. Em 2012, esse limite corresponde à renda de R\$ 70 mensais per capita, o equivalente a pouco mais de R\$ 2 por dia. Desse modo, a consideração de que milhões de pessoas saíram da linha da pobreza durante o governo Lula é um fato relevante para a compreensão das formas de manifestação da superpopulação relativa no Brasil, mas não necessariamente significa melhora substantiva das condições de vida entre esses segmentos, que continuam na situação de pauperismo.

²⁰ Ver próximo capítulo.

Pinassi (2011, p. 118), a política do Estado brasileiro frente à pobreza leva ao entendimento de que “aquilo que, no começo, fazia-se derivar de uma falta de assistência, agora se faz derivar de um excesso de assistência”, mas que justamente não extrapola esse caráter assistencial. De acordo com Antunes (2011, p. 147), “o governo Lula articulou as duas pontas da barbárie brasileira: sua política econômica remunerou como nenhuma outra as diversas frações burguesas e, no extremo oposto da pirâmide social, onde encontramos os setores mais desorganizados e empobrecidos da população brasileira, que dependem das doações do Estado para sobreviver, ofereceu uma política assistencial, sem tocar sequer minimamente em nenhum dos dois pilares estruturantes da tragédia brasileira”.

Por outro lado, o contexto de crescimento econômico, aquecimento do mercado e estímulo ao crédito permitiram que as camadas mais pauperizadas dos trabalhadores tivessem acesso a mais bens de consumo, inclusive com maior tecnologia, a despeito do endividamento das famílias em longo prazo. Segundo pesquisa desenvolvida com dados do Banco Central e divulgada pelo jornal “O Globo”, o comprometimento da renda do brasileiro com pagamento de dívidas subiu 46,6% durante os governos Lula. Em janeiro de 2003, 14,6% da renda familiar mensal era destinada para a quitação de débitos, passando para 21,4% em dezembro de 2010²¹. A “inclusão social” do governo Lula, portanto, se deu fundamentalmente através da generalização do consumo das mercadorias, o que, aliado à queda das taxas de desemprego e ao aumento do salário mínimo, garantiu sensação de melhora das condições de vida, em especial entre os setores mais pauperizados das classes trabalhadoras. Esse modelo de “inclusão”, no entanto, esteve subordinado ao crescimento das dívidas das famílias e não promoveu acesso amplo aos direitos sociais básicos para esses mesmos segmentos²².

²¹Cf. “Endividamento do brasileiro é recorde”. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2011/06/27/endividamento-do-brasileiro-recorde-388692.asp>. Acesso em: 11 de maio de 2012; “Endividamento de famílias aumenta 46% na Era Lula”. Disponível em: <http://pps.jusbrasil.com.br/politica/6720893/endividamento-de-familias-aumenta-46-na-era-lula>. Acesso em: 11 de maio de 2012.

²² “Segundo a FGV (Fundação Getúlio Vargas), a renda no Nordeste cresceu 42% entre 2001 e 2009. Já o número de domicílios com água encanada na zona rural aumentou apenas 6,9% entre 2000 e 2010, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1083190-maquina-de-lavar-chega-ao-sertao-do-nordeste-antes-da-agua.shtml>. Acesso em: 30 de abril de 2012.

Assim, em que pesem a diminuição do desemprego aberto e o aumento das contratações formais, a reprodução de relações de trabalho extremamente precarizadas e o ainda limitado acesso aos direitos sociais e trabalhistas possuem grandes proporções e continuam sendo marcas do capitalismo no Brasil. A modernização dos padrões de consumo e o crescimento econômico não foram acompanhados de políticas sociais de proteção social aos desempregados, tampouco do atendimento às reivindicações historicamente construídas pelos movimentos sociais e sindicatos como medidas de combate ao desemprego, como a Reforma Agrária ou a redução da jornada sem redução de salário. Esses elementos nos levam a considerar que, também no governo Lula, o processo de flexibilização da fronteira entre emprego e desemprego continua muito vivo, tendo em vista que grande parte das novas contratações do período se localiza em situações de baixos rendimentos e de alta instabilidade, e que a parcela dos desempregados extremamente pauperizada, expressão da superpopulação relativa estagnada, que vive de “bicos”, oculta por trabalho precário, é ainda bem expressiva, - ainda que ‘amenizada’ pelas políticas sociais compensatórias.

3) O MST-SP e a organização dos desempregados

No momento marcado pelo neoliberalismo e pela lógica da acumulação flexível, as possibilidades de acomodar o conjunto dos trabalhadores desempregados advindos do campo nas cidades se reduziram ainda mais, ao mesmo tempo em que também entre os trabalhadores urbanos as perspectivas de acesso ao mercado de trabalho formal se restringiram sobremaneira (GALVÃO, 2008).

Para Pinassi (2012), o avanço do neoliberalismo e do modelo de acumulação flexível traz novas questões para a organização dos trabalhadores em geral, visto que o desemprego adquiriu grandes proporções no mundo todo e que as relações de trabalho se complexificaram. No momento em que o desemprego aumenta e sua manifestação se complexifica, a conformação de movimentos de desempregados em sua concepção mais restrita é ressignificada. Do mesmo modo, para os sindicatos, a organização daqueles trabalhadores com emprego protegido, relativamente estável, com rendimentos fixos e jornada bem definida já não dá conta da dimensão das relações de trabalho que se consolidaram em determinada empresa, ramo, setor ou categoria. A luta por “emprego” se fragiliza, pois aqueles que têm um “emprego” também não têm acesso a uma série de direitos e também estão submetidos à intensa vulnerabilidade e dificuldade de sobrevivência material. Nesse contexto, os sindicatos têm dificuldades de dar respostas organizativas e políticas no sentido de envolver os desempregados, os precários, os informais em um enfrentamento contra este modelo econômico, político e social. Desse modo, as lutas protagonizadas pelo MST adquirem o caráter de resistência à política econômica ortodoxa, à expansão do capital, à intensificação da exploração, e são uma forma de resposta organizada por uma parcela de trabalhadores desempregados a seus efeitos sobre o trabalho e sobre o campo.

Antunes (2011) atribui ao MST o título de “o mais importante *movimento social e político* de oposição ao neoliberalismo no país”. De acordo com Pinassi (2012), o momento histórico imprime à luta pela Reforma Agrária “uma radicalidade intensa”, para além das reivindicações materiais mais urgentes. Ainda que organize uma parcela de desempregados diferente daquela cujos sindicatos procuraram envolver em suas políticas, o MST e o conjunto dos movimentos populares se destacaram por organizá-los de forma mais massiva

e consistente enquanto desempregados, ainda que sob a identidade de “sem-terra” ou “sem-teto”, por exemplo (AMORIM, 2010; OLIVEIRA, 2010).

Tomando características como a precariedade da proteção social no Brasil, a inconsistência e fragilidade do mercado de trabalho e do acesso às leis trabalhistas, a condição de pobreza e instabilidade de rendimentos de parcela considerável da população, nota-se que a reivindicação por demandas sociais “urgentes” e direitos básicos adquire expressão massiva e grande importância política e social, fruto da condição de pauperismo e restrição de direitos em que se encontra parcela muito significativa dos trabalhadores desse país, tanto aquela identificada com a superpopulação relativa, em especial seu segmento estagnado, quanto os trabalhadores em atividade submetidos a contratos precários ou no trabalho informal. De acordo com Souza (2011, pp. 202-203), “A importância do movimento camponês²³ e do movimento popular, especialmente na luta por moradia, revela o peso da superpopulação relativa, principalmente do pauperismo e da modalidade latente e estagnada. A parcela flutuante não se organiza enquanto tal (como desempregados ou precários), em boa medida porque sua manifestação no Brasil é crônica e a trajetória ocupacional marcada pela irregularidade. Em um país com frágil processo de cidadanização, resulta em um caráter do protesto onde a luta por direitos básicos (ligados à moradia e à terra) toma o lugar da luta por emprego formal típico nas sociedades capitalistas urbanas e industrializadas”. Como a questão agrária assumiu uma dimensão central na formação econômica e social no Brasil, como veremos a seguir, expressando acentuada desigualdade da relação com a propriedade da terra e a intensidade da exploração do capital sobre o trabalho, os conflitos no campo, protagonizados por parcelas da superpopulação relativa, extrapolam o próprio campo e se constituem como lutas que envolvem o embate diante da exploração do trabalho como um todo, da precariedade das condições de vida, da desigualdade extremada do modelo de desenvolvimento em voga.

Para Machado (2007), uma das grandes dificuldades da organização dessa parcela de trabalhadores e da atuação dos movimentos populares é a articulação da luta econômica imediata, da reivindicação material urgente, com a perspectiva da transformação social profunda em longo prazo. De acordo com este, “a despeito de sabermos que o MST não

²³ Não consideramos o MST como um “movimento camponês”, como sugere Souza. Um desenvolvimento desse debate encontra-se nos itens seguintes desse trabalho.

tem força política para enfrentar a sua situação de classe pauperizada a não ser reivindicando terra para sobreviver, este acaba sendo um fator limitador da sua luta política e ideológica” (MACHADO, 2007, p. 178). Nesse sentido, o autor considera que a conquista da posse da terra pode levar a uma redução da luta desse movimento a uma luta pela sobrevivência material de sua base apenas, perdendo de vista o horizonte da luta que questiona de fato a origem do desemprego e da exploração – vinculada à superação do modo de produção capitalista. De modo semelhante e ainda que não discorra sobre o MST em específico, Harvey (2004, pp. 138-139) também identifica uma dificuldade dos movimentos sociais de resistência à ‘acumulação por espoliação’ em assumir um caráter de transformação social mais profunda, articulando a luta imediata com aquela em longo prazo: “o movimento ganhou em termos de relevância e de inserção na política da vida cotidiana. Extraiu suas forças dessa inserção, mas ao fazê-lo encontrou grandes dificuldades para distanciar-se do local e do particular para compreender a macropolítica do eixo em torno do qual girou e gira a acumulação por espoliação”.

A fim de dar mais sustentação a esse dilema e ao caráter desses movimentos, cabe-nos fazer uma breve reflexão teórica acerca da relação entre esses movimentos sociais, como o MST, que se organizam por uma demanda social “urgente”, com as classes sociais e com a contradição capital-trabalho, antes de partir para as análises empíricas sobre esse movimento.

3.1) O MST como um movimento social de urgência

Ainda que de fato pouco tenham se detido sobre a temática dos movimentos sociais para além do movimento operário sindical, os marxistas clássicos, como o próprio Marx, Engels e Lênin, construíram um arcabouço teórico importante para balizar a análise sobre esses movimentos. O estudo da sociedade como totalidade permeada por múltiplas contradições que articulam as condições objetivas do modo de produção, em cada momento histórico concreto, com a política, os valores, as ideias em jogo, reproduzidos e questionados a todo o momento pelo conflito incessante das classes subordinadas contra as classes dominantes, traz a contribuição de que a análise das classes sociais em luta é fundamental para o entendimento também da ação coletiva e dos movimentos sociais em dada realidade histórica. Distantes de uma apropriação mecânica, reducionista e

economicista dos conceitos elaborados por Marx, os franceses Sophie Bérout, René Mouriaux e Michel Vakaloulis (1998) enfatizam a relação dialética que articula os nexos complexos e contraditórios da mobilização dos trabalhadores com suas formas de organização e reivindicações, nem sempre orientados para a transformação social e para a luta contra o fim da exploração. Os movimentos sociais são considerados como um conjunto de reações variadas que se constituem a partir das contradições do capitalismo, não como emanção mecânica deste, mas como uma multiplicidade de ações e modos de organização que também podem reproduzir essas próprias contradições. Diante disso, Mouriaux (2002) estabelece três tipos principais de lutas sociais no atual momento histórico: a) as lutas defensivas, de resistência à retirada de direitos conquistados; b) as lutas orientadas pela proposição de reformas; c) as lutas de urgência, voltadas para a garantia da sobrevivência material. Segundo Vakaloulis (2005, p. 132), “A atividade do movimento social não constitui um processo linear que, segundo uma visão ‘objetivista’ da luta de classes, expressaria o caráter ‘inexorável’ das resistências aos processos de exploração e de dominação capitalista. Se as contratendências a estes últimos fenômenos são imanentes à natureza antagônica da relação social capitalista, o que permite fortalecer a tese de uma determinação estrutural da conflitividade social em seu conjunto, não é menos certo que as mobilizações coletivas manifestam o caráter, em parte fortuito, da dialética histórica”.

Em que pesem as contradições acima referidas, os movimentos sociais em geral, assim como os sindicatos, podem articular em suas reivindicações e formas de ação algumas demandas mais imediatas com a perspectiva de mais longo prazo da transformação social, combinando, em certa medida, os três tipos de lutas sociais destacados por Mouriaux, ainda que tenham o foco direcionado a um destes em específico. Nesse sentido, o próprio Marx, na obra *Miséria da Filosofia*, citado por Bérout, Mouriaux e Vakaloulis (1998, p. 32), afirma que “todo movimento social é um movimento político”; estes autores complementam, “Inversement, tout mouvement politique est un mouvement social”. As relações, portanto, entre luta econômica e luta política, condições objetivas e subjetivas, estrutura e conjuntura, limites e potencialidades da ação coletiva são elementos fundamentais para a análise dos movimentos sociais, estão articulados de forma complexa e adquirem diversas manifestações concretas em cada momento histórico. Se consideramos,

então, que o MST é um “movimento social de urgência”, tendo em vista que sua reivindicação primeira se assenta sobre a garantia da sobrevivência de sua base, o conteúdo de suas bandeiras não se resume a essa demanda imediata, mas se articula com questionamentos e embates mais amplos e gerais, ainda que de forma contraditória.

Para Amorim (2010), o avanço do neoliberalismo e da reestruturação produtiva reforça a acumulação capitalista, aprofundando a exploração e acirrando o conflito entre as classes. No entanto, as próprias características desse processo, como a diversificação dos contratos de trabalho, as diversas manifestações do fenômeno do desemprego, a expansão do setor de serviços, a acentuação do individualismo e a lógica da acumulação flexível, alimentaram a concepção sobre a emergência de “novos movimentos sociais” desvinculados da esfera do trabalho e de um caráter de classe.

De acordo com Galvão (2008), porém, as classes sociais não desapareceram, nem perderam importância a partir do processo da reestruturação produtiva e do neoliberalismo. Cabe, contudo, enfatizar que a caracterização das classes sociais está para além da localização dos sujeitos no processo produtivo. “Compreender o posicionamento de classe requer a análise das condições materiais, do impacto da ideologia dominante, da relação com as outras classes” (GALVÃO, 2008, p. 15). Os contornos das classes sociais e a dinâmica da luta de classes não têm e nunca tiveram um formato homogêneo, unívoco e imutável ao longo da História. Se o capital avança para outros espaços de acumulação e as relações de trabalho se diversificam, também os conflitos sociais se redefinem. Para a autora, a “novidade” desses movimentos sociais “se deve à conjunção de todos esses elementos numa nova conjuntura, marcada pelo neoliberalismo” (GALVÃO, 2008, p. 25).

Desse modo, ainda que o movimento sindical continue vivo, obtendo repercussão social, tendo referência política, o sindicato não é a única forma de organização das classes trabalhadoras; os trabalhadores respondem, por exemplo, à informalidade, ao aumento do desemprego, ao arrocho salarial, à retirada de direitos, à precarização das condições de vida com diferentes modos de se organizar, adequados à conjuntura. Assim, a relação capital-trabalho continua fundamental também no contexto da acumulação flexível. Para Vakaloulis (2005), os conflitos sociais se dão de fato para além da fábrica e da relação direta com o trabalho, mas não estão descolados da contradição capital-trabalho; da mesma forma como a acumulação flexível extrapola o ambiente da empresa, também os conflitos

sociais o fazem. Desse modo, o avanço do capital no campo, na figura do agronegócio, imprime um novo contexto às lutas pela terra, que passam a significar um embate contra o próprio capital, contra o modelo de desenvolvimento em curso e contra seus desdobramentos sobre o trabalho.

Para os autores franceses, os movimentos sociais politizam as questões sociais provocadas pelo neoliberalismo, contestam a dominação reproduzida pelo Estado e produzem novas práticas políticas, que se propõem a refletir sobre a autonomia em relação ao Estado, aos sindicatos, aos partidos, mas não a recusar qualquer vínculo com estes. Nesse sentido, a luta dos movimentos sociais contemporâneos não diz respeito somente ao reconhecimento e/ou a afirmação de uma identidade, mas também se caracteriza pelo acesso a questões materiais e pela resistência ao neoliberalismo. A organização e mobilização não se dão necessariamente por uma identidade em comum, mas em torno dos efeitos advindos da condição de exploração (GALVÃO, 2008). Essa questão é muito expressiva com relação ao MST, visto que organiza parcela importante da superpopulação relativa, não enquanto “desempregados”, mas como vítimas da pobreza, da exploração, da restrição do acesso ao mercado de trabalho e aos direitos sociais, em especial à terra. Segundo Amorim (2010, p. 20), “as lutas sociais cujas demandas não estão diretamente vinculadas às contradições de classe são de algum modo afetadas por esse antagonismo estrutural”. Além disso, de acordo com Mouriaux, em entrevista concedida a Galvão (2002), os chamados “movimentos de urgência”, como os movimentos de desempregados e os “movimentos dos sem”, reivindicam garantias indispensáveis à sobrevivência e vinculadas a uma base material, o que atesta o seu vínculo com as classes trabalhadoras.

3.2) A questão agrária, o desemprego e a origem histórica do MST

Desde os tempos do Brasil-colônia, as relações de propriedade e de trabalho no campo se sustentaram sobre altíssima concentração de terras, monocultura e produção para exportação – baseadas, na época, no trabalho escravo de indígenas e de negros. Com o fim das sesmarias, a apropriação da terra se deu de forma desordenada, aleatória, desregulamentada e marcada pela concentração de grandes propriedades - processo que nem a instituição da Lei de Terras, em 1850, nem a abolição da escravatura, em 1888, nem a Proclamação da República, em 1889, conseguiram barrar. Também a modernização

capitalista e a industrialização, impulsionadas já a partir de 1930, mantiveram intacto o que Coletti (2005) chamou do “caráter latifundiário de nossa estrutura agrária”, perpetuado através da prática da “grilagem” (falsificação de documentos que registram a posse de terras públicas para proprietários privados) e do “coronelismo” e apoiado, ainda, sobre a desregulamentação das relações de trabalho no meio rural (COLETTI, 2005; MANÇANO FERNANDES, 2000). O Estatuto da Terra, que manteve o espaço para as grandes propriedades ainda que tenha estendido a legislação trabalhista para o campo, foi promulgado em 1964, no início da Ditadura Militar, subordinado à lógica do modelo desenvolvimentista e do incentivo à modernização tecnológica que caracterizaram o período. Para Coletti (2005, p. 50 – grifos do autor), foi neste momento que, “Como resultado da estratégia de desenvolvimento econômico e tecnológico da agricultura empresarial brasileira houve, de um lado, um incremento na capacidade produtiva da terra e do trabalho, o que resultou num *aumento substancial da produção e da produtividade agrícolas*; de outro, a propriedade da terra continuou tão ou mais concentrada, a taxa de exploração da força de trabalho agrícola aumentou, cresceu o nível de autoexploração da mão de obra familiar nas pequenas propriedades, aumentou a utilização do trabalho sazonal na agricultura e o êxodo rural acentuou-se sobremaneira. Dessa forma, por um lado, o desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira, a partir do final dos anos 1960, resolveu, em parte, a chamada *questão agrícola*; por outro, à medida que esse processo transcorria, houve um agravamento da chamada *questão agrária*”. O avanço progressivo do capital sobre a agropecuária nas décadas seguintes sufocou cada vez mais os pequenos produtores e expulsou mais trabalhadores do campo, que já não encontravam meios de sobreviver também nas cidades. Desse modo, a estrutura fundiária concentrada foi incorporada ao próprio modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil e contribuiu historicamente para a geração de superpopulação relativa de trabalhadores no campo e nas cidades. Dessa situação, ao longo de toda a História do Brasil, decorreram diversos conflitos protagonizados por trabalhadores rurais, expulsos de seus postos de trabalho e de seus locais de moradia e/ou submetidos a condições degradantes de trabalho, em oposição aos proprietários de terra, ao latifúndio e à modernização agroindustrial²⁴.

²⁴ Não pretendemos, nesta breve introdução à temática deste capítulo, aprofundar ou desenvolver o

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi fundado em 1984, a partir do Encontro Nacional de Cascavel (PR), que reuniu movimentos, organizações, ativistas, trabalhadores rurais e acampados da luta pela terra de todo o Brasil e se tornou, em pouco tempo, a principal organização referente à questão agrária e o maior movimento social da América Latina. Apoiado nas experiências das Ligas Camponesas, do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e de outros tantos movimentos menores que se organizavam no campo desde a década de 1960, o MST teve sua articulação sustentada em torno da bandeira pela realização da Reforma Agrária e do método principal da ocupação de terras. Para Mançano Fernandes (2000), a ocupação de terras está na origem, no centro da organização e na caracterização deste movimento e se coloca como uma forma de resistência ao avanço do capital, ao latifúndio e ao Estado.

Desde seu início, o MST busca o envolvimento e a perspectiva de aliança com as entidades sindicais, em especial àquelas ligadas na época ao “sindicalismo combativo”, com alguns setores da Igreja Católica, principalmente através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e outros movimentos sociais, como o movimento por “Diretas já”. Desse modo, o combate ao latifúndio e à concentração fundiária foi acompanhado, desde os princípios do movimento, pelo questionamento do conjunto do modelo de desenvolvimento vigente no Brasil, fundado sobre extrema desigualdade social, degradação do trabalho e das condições de vida de grande parte da população. A Reforma Agrária, nesse sentido, se fortaleceu como um projeto que associava também a luta por justiça social, soberania alimentar, democracia, soberania nacional e popular, pelo fim de toda forma de exploração e por trabalho para todos. Segundo o documento “A Reforma Agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura”, um dos objetivos da Reforma Agrária é justamente “Garantir trabalho para todas pessoas, combinando com distribuição de renda.” Afirma texto presente no site do movimento:

conjunto das relações econômicas, sociais, políticas que se desenvolveram no Brasil desde a época da colônia, tampouco homogeneizá-las, tendo em vista que suas manifestações concretas se constituíram de forma contraditória e complexa. Nosso intuito é apenas ressaltar elementos que foram fundamentais para a conformação da estrutura agrária contemporânea e enfatizar a profundidade das problemáticas que circundam a questão agrária ainda hoje. Para saber mais sobre o histórico da questão agrária e da luta pela terra no Brasil, ver: Colletti, 2005; Mançano Fernandes, 2000; Martins, 1999.

“Há, de um lado, milhares de famílias Sem Terra que almejam conquistar um pedaço de chão para a sua sobrevivência. De outro, existe o latifúndio, defendendo sua posse a todo custo e impedindo o cumprimento da Constituição de 1988. Com isso, o campo brasileiro se tornou palco de conflitos quase que cotidianos.

Essa situação acontece somente por conta do modelo que controla a agricultura, baseado na grande propriedade, com utilização de pouca força de trabalho, com a mecanização intensa voltada à produção de monoculturas de alguns produtos para a exportação.

O resultado disso é uma imensa concentração de terras e de renda, excluindo os camponeses de suas terras e provocando o aumento da pobreza no campo. Além disso, cria o êxodo rural, tornando ainda mais complicada a vida nos territórios urbanos - desprovidos de infraestrutura para receber essas populações.”(“Nossas lutas e conquistas”, 18 de novembro de 2009)

A luta que os sem-terra travam no campo aparece como consequência de um processo que repele os trabalhadores rurais e que, portanto, está articulado com a totalidade da forma de organização econômica, política e social do Brasil e com as relações de trabalho também na cidade. A necessidade da concretização da Reforma Agrária é justificada pelo movimento como algo que se contrapõe à dinâmica da exploração apoiada na concentração das grandes propriedades – apontada como um dos elementos que promove um “excedente relativo da população trabalhadora” e que, portanto, contribui para reproduzir a desigualdade e a pobreza tanto no campo, quanto na cidade. Para Mançano Fernandes (2000, p. 280 – grifos do autor), “Em sua reprodução ampliada, o capital não pode assalariar a todos, excluindo sempre grande parte dos trabalhadores. Da mesma forma, na realidade brasileira, o capital em seu processo contraditório de reprodução das relações não capitalistas, não recria na mesma intensidade com que exclui. Assim, por meio da ocupação da terra os trabalhadores se ressocializam, lutando contra o capital e se subordinando a ele, porque ao ocuparem e conquistarem a terra se reinserem na *produção capitalista das relações não capitalistas de produção*”. Desse modo, o autor considera que o processo de expansão do capitalismo, em especial no Brasil, não eliminou por completo as relações de trabalho familiares e/ou camponesas, apropriando-se também destas para a criação de novas relações capitalistas. A questão agrária, então, carrega consigo as contradições do modo de desenvolvimento capitalista nesse país e as reproduz, explicitando

ainda a combinação das relações de trabalho que se conformaram no campo e na cidade e a dimensão da pobreza.

Segundo Coletti (2006, p. 02), “A miséria do trabalhador rural, problema central de nossa questão agrária, transformou-se, com esse fluxo migratório intenso, em miséria do trabalhador urbano”. Nesse sentido, a relação da Reforma Agrária com o combate ao desemprego está bem articulada no próprio projeto político do movimento. Para Pinassi (2009), a questão agrária no Brasil expressa justamente a condição periférica do país, as marcas do passado colonial e se coloca como uma “dívida histórica” diante das principais necessidades sociais brasileiras. O MST, nesse sentido, sintetiza uma expressiva referência política e lastro social com intensa radicalidade, articulando a luta imediata pela subsistência a partir da posse da terra com o questionamento profundo da estrutura da sociedade. De acordo com a autora, “A maioria desses indivíduos originam-se do trágico e atualíssimo *desemprego estrutural*²⁵, fenômeno tão contemporâneo no Brasil como em todo o mundo regido pelo capital, inclusive no centro irradiador das mais profundas contradições” (PINASSI, 2009, p. 65).

No mesmo ano de 1984, o I Encontro Estadual de Luta pela Terra marcou a constituição do MST no estado de São Paulo. Segundo Silva (2007), o estado paulista era na época e é ainda hoje o polo mais moderno da agropecuária no Brasil, combinando um grande avanço das tecnologias agrícolas, com altos investimentos, intensas especulação e concentração fundiárias e, como consequência, grandes massas de trabalhadores expulsos do campo. Em virtude dessa condição, São Paulo também se consolidou como palco de muitos conflitos rurais. De acordo com os dados do INCRA citados por Silva (2007), em 2005, São Paulo era o estado brasileiro com o segundo maior número de ocupações de terra, que somavam 36 e envolviam 6565 famílias, ficando atrás apenas de Pernambuco, com 37. O Relatório referente ao ano de 2010 elaborado pelo Dataluta indica que neste ano o estado de São Paulo foi o cenário do maior número de ocupações de terra no Brasil, totalizando 37 e cerca de 1900 famílias.

Ao longo dos anos 1990, o MST cresceu, se expandiu por todo o território nacional, aumentou o número de ocupações de terra e se consolidou como o maior movimento social

²⁵ Grifo da autora citada. Sobre o conceito de “desemprego estrutural”, ver item 1.3 do Capítulo 1 deste trabalho.

do Brasil²⁶. Para Coletti (2005, p. 20), um dos motivos para o crescimento do MST nesse período decorre do impacto das políticas neoliberais sobre os trabalhadores, tais como precarização das condições de vida, flexibilização dos contratos de trabalho, aumento do desemprego: “Quando o emprego urbano não se coloca mais como alternativa viável para os trabalhadores expulsos do campo, ou para os trabalhadores das periferias e das favelas das cidades, a única saída passa a ser a resistência na terra ou a luta por ela.” Em texto de 2006 (p. 04), o mesmo autor afirma que “os efeitos sociais perversos das políticas neoliberais que, ao provocarem a falência de milhares de pequenos produtores agrícolas e o aumento do desemprego rural e urbano, possibilitaram ao MST – e também aos demais movimentos de luta pela terra existentes no Brasil – recrutar essa massa marginalizada e expandir suas bases sociais”. Também para Pinassi (2012), as decorrências do neoliberalismo tiveram como resposta a organização dos trabalhadores por meio de movimentos a exemplo do MST: “em meio a um contexto de explosão do neoliberalismo, surgem formas de luta social que contemplam o desempregado, o trabalhador precarizado, mais do que isso, as mais específicas dívidas históricas²⁷ do nosso passado colonial, como a causa dos indígenas, dos negros e da luta pela terra”. O próprio MST, em documento disponível no site do movimento, caracteriza o neoliberalismo como um fator que trouxe empecilhos à realização da Reforma Agrária e que aprofundou as decorrências da concentração de terra e da monocultura sobre as condições de vida e as relações de trabalho:

“A agricultura sofreu mudanças drásticas com os oito anos de neoliberalismo do governo Fernando Henrique Cardoso. E pouco desta lógica foi alterada com o governo Lula. Os mecanismos do Estado para a agricultura foram sendo desmantelados um a um: o controle dos

²⁶ A análise de Mançano Fernandes (2000) estabelece uma periodização no processo de constituição do MST em três fases: 1) 1979-1985 – gestação e nascimento; 2) 1985-1990 – territorialização e consolidação; 3) 1990-1999 – territorialização e institucionalização. A formulação de Coletti (2005) também se debruça sobre a trajetória do movimento em diferentes momentos históricos e conjunturas políticas, aprofundando como se deram os posicionamentos e atuação do MST em especial nos anos 1990.

²⁷ José de Souza Martins, grande estudioso da questão agrária, é crítico à ideia de que esta se constitui como uma “dívida histórica” na realidade brasileira. Para este autor, essa concepção dilui as mudanças históricas e as especificidades de cada momento histórico, empobrecendo as análises e construindo conclusões fatalistas e imprecisas sobre os contornos atuais das relações no campo e sobre o andamento da reforma agrária. Não partilhamos das críticas de Martins e não a desenvolveremos neste trabalho. Para saber mais sobre seus argumentos, ver: Martins, 1999.

preços, o abastecimento, a pesquisa, a assistência técnica. Se antes eles eram acessíveis a poucos, hoje sequer existem. O neoliberalismo na agricultura foi abrindo caminho para que poucas empresas estrangeiras - todas pertencentes aos bancos estrangeiros -, passassem a controlar nossa agricultura. Desde as sementes à comercialização. Incorporaram terras, agroindústrias, supermercados... Definem preços de alimentos nas bolsas de valores e transformam novamente nosso país em uma grande colônia.

No lugar de alimentos, as terras passam ser ocupadas pela cana-de-açúcar - para combustível nos Estados Unidos, por soja - para ração de animais na Europa e pela celulose - para papel em todo o mundo. As monoculturas tomam e redividem nosso território, inflam o preço da terra, reduzem a produção de alimentos e geram uma grande crise mundial de alimentação.

Um cenário que se repete – sem mudarem as empresas, apenas as monoculturas – nos cinco continentes. Expulsando camponeses e afetando o abastecimento de alimentos para os trabalhadores nas cidades.”

A análise de que a modernização tecnológica e o avanço do capital no campo produziram uma massa de trabalhadores que não encontrou mais trabalho no meio rural e buscou se incorporar ao mercado de trabalho no meio urbano – ainda que, muitas vezes, sem sucesso – demonstra a produção do fenômeno que Marx chamou de superpopulação relativa latente. O documento do MST ressalta, inclusive, a articulação do modelo de desenvolvimento dependente e agroexportador do Brasil com o papel que este país assume internacionalmente na divisão do trabalho. O “caráter latifundiário de nossa estrutura agrária”, sustentado sobre a monocultura para exportação e sobre a reprodução de relações de trabalho familiares e camponesas, se combina de forma complexa e contraditória com a modernização tecnológica e industrial mundialmente. Ao concentrar as indústrias de ponta, o domínio e a produção de alta tecnologia nos países centrais, a nova divisão internacional do trabalho operada com o advento do neoliberalismo e da reestruturação produtiva prolifera as montadoras, a dependência tecnológica e a produção de *commodities* e de matéria-prima nos países periféricos. Durante os governos Lula, o agronegócio se fortaleceu e a exportação de produtos primários atingiu maior participação no conjunto das

exportações do país²⁸, aprofundando sua localização dependente e subalterna no cenário internacional. Para Sampaio Junior (2012, p. 02), “A revitalização do agronegócio como força motriz do padrão de acumulação reforça o papel do latifúndio”. Além disso, o mercado de trabalho mundial, ainda mais integrado e sintonizado por meio da abertura comercial e financeira, pressiona para que as condições de trabalho e salário nos países periféricos atinjam níveis ainda mais baixos, a fim de que estes possam concorrer internacionalmente.

3.3) MST-SP: base social

Em virtude da articulação da questão agrária com o desemprego, para além da perspectiva de organizar trabalhadores rurais, posseiros, meeiros, arrendatários, pequenos agricultores, camponeses, o MST aparece como alternativa para a organização dos trabalhadores desempregados, de base urbana e rural – ainda que os organize pela identidade de “sem-terra”. O apontamento da luta pela terra enquanto alternativa para garantia de moradia e trabalho para a base social sem-terra se coloca como um possível meio de suprir as necessidades materiais dos trabalhadores que não conseguem acessar condições de renda suficientes para o sustento da família. Para Mançano Fernandes (2000, p. 282 – grifos do autor), “*A organização de uma ocupação decorre da necessidade de sobrevivência*” – preocupação primeira dos trabalhadores desempregados. A organização e a mobilização dos trabalhadores desempregados passam, inevitavelmente, pelo apelo e pela urgência de sua condição material. Diante da heterogenidade e complexidade que caracteriza os desempregados, cabe desenvolver quais os perfis e as particularidades de trabalhadores desempregados organizados por esse movimento.

Para a análise da relação do movimento com a organização de desempregados, selecionamos o assentamento “Comuna da Terra Milton Santos”, em Americana-SP, e o

²⁸ Cf. “Agronegócio atinge maior participação nas exportações em mais de 30 anos”, 18 de fevereiro de 2010. Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1495470-9356,00-AGRONEGOCIO+ATINGE+MAIOR+PARTICIPACAO+NAS+EXPORTACOES+EM+MAIS+DE+ANOS.html. Acesso em: 30 de abril de 2012; “Brasil já é o terceiro maior exportador agrícola do mundo”, 06 de março de 2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,brasil-ja-e-o-terceiro-maior-exportador-agricola-do-mundo,520500,0.htm>. Acesso em: 30 de abril de 2012.

acampamento “Santa Maria da Conquista”, em Itapetininga-SP. Não pretendíamos com isso realizar um estudo de caso sobre esses espaços, mas levantar elementos concretos sobre a base social do MST no estado de São Paulo, a relação com o desemprego e os desempregados, a perspectiva da produção como meio de suprir as necessidades materiais dos trabalhadores desempregados que integram o movimento, as motivações desses trabalhadores, as particularidades da relação dessa base social com os assentamentos e com os acampamentos. Entrevistamos lideranças, dirigentes, acampados e assentados, que nos forneceram subsídios interessantes para o desenvolvimento dessas questões. Também tivemos a oportunidade de conhecer o acampamento Elisabeth Teixeira, em Limeira-SP, e de conversar com lideranças e acampados desse espaço.

O trabalho de base é o momento de preparação para a ocupação de terra e consiste no processo de convencimento dos trabalhadores a aderir à luta pela terra. Segundo Bernardo Mançano Fernandes (2000), o trabalho de base articula a necessidade material dos trabalhadores e de suas famílias, a luta política-ideológica levada a cabo pelo movimento e as experiências e expectativas daqueles que se envolvem na ocupação. No assentamento e nos acampamentos em que estivemos para realizar essa pesquisa, o trabalho de base foi feito nas periferias das cidades próximas ao local da ocupação e envolveu, para além de trabalhadores rurais, também trabalhadores urbanos e desempregados do campo e da cidade. Para um líder do acampamento Elisabeth Teixeira, “é a precariedade da vida que faz o trabalho de base”, ressaltando que a urgência material motiva a participação em um processo de ocupação de terra.

Tanto nos acampamentos, quanto no assentamento estudados, encontramos ex-metalúrgicos, pedreiros, carpinteiros, trabalhadores rurais (“boias-frias”), aposentados, trabalhadores do setor de serviços, empregadas domésticas, donas de casa, trabalhadores que vivem de “bicos” nas cidades, trabalhadores do setor informal – muitos deles submetidos à situação da “duração máxima de trabalho e mínimo de salário” e sem garantia de direitos trabalhistas e sociais. Entre todos estes, também vários beneficiários do programa Bolsa-Família do governo federal, o que significa, entre outras coisas, que muitos deles viviam com renda de até R\$ 70 mensais, vítimas, portanto, da pauperização.

Para um dirigente do MST que vive no acampamento Santa Maria da Conquista,

“Então, aqui na nossa região, grande parte do pessoal que vem procurar o MST são desempregados da própria agricultura. Que foram vítimas do modelo aí do agronegócio. Tem pessoas que eram resineiros, é uma área aí da agricultura, tem pessoas que trabalhavam nas colheitas do feijão, outros em lavouras da laranja; e hoje tão tudo aqui no acampamento. Por causa da mecanização do trabalho aí, eles acabaram ficando desempregado e vieram pro acampamento. E, às vezes, essas mesmas pessoas, hoje, tão no acampamento e faz alguns bicos na cidade, mas já não trabalha mais nas fazendas da região.” (Dirigente do MST Regional Sorocaba)

Para Souza (2010), a parcela da ‘reserva’ organizada pelo MST corresponde justamente à superpopulação relativa latente, aquela que se constitui no campo, mas está na iminência de migrar para a cidade em busca de melhores condições de renda e vida – fenômeno semelhante ao descrito pelo dirigente que vive no acampamento de Itapetininga.

É importante destacar, no entanto, que o processo de agregar trabalhadores advindos da cidade em suas fileiras avançou ao longo dos anos de expansão e consolidação do movimento, inclusive buscando responder às mudanças operadas pelo capital sobre a configuração das classes trabalhadoras. Além disso, a base social que compõe o MST no estado de São Paulo difere da de outros estados, em especial da região nordeste, onde o caráter “urbano” dos sem-terra é bem menos marcante do que no estado paulista. Para Buzetto (1999), o acampamento “Nova Canudos”, cuja ocupação ocorreu em 1999 nas proximidades da cidade de Porto Feliz-SP, foi um marco no sentido de concretizar, dentro do MST, a relação do campo com a cidade, tendo em vista que cerca de 80% dos acampados vieram das cidades ao redor e representavam desempregados, ex-operários, moradores de rua, ex-mecânicos, entre outros. Também foi a partir desse acampamento, justamente com a perspectiva de envolver mais os setores urbanos em sua base e de facilitar o escoamento da produção, que o MST passou a realizar ocupações mais próximas de grandes centros urbanos. Nos três espaços em que estivemos presentes para esse estudo, a proximidade com cidades importantes do ponto de vista econômico, comercial e, inclusive, industrial - no caso, Sorocaba, Campinas e Limeira - foi uma preocupação quando da ocupação da terra. Em uma das visitas ao assentamento Comuna da Terra Milton Santos, conversamos com um senhor assentado que participou de uma das principais mobilizações

do Movimento Contra o Desemprego (MCD), em São Paulo-SP, em 1983, em frente ao Palácio dos Bandeirantes, quando os manifestantes derrubaram as cercas do Palácio e conquistaram cerca de 2000 cestas básicas para os desempregados e a promessa da criação de novas vagas de emprego pelo então governador Franco Montoro. Esse fato mostra que a situação de pobreza e dificuldade de acesso ao mercado de trabalho se manteve para este trabalhador durante os quase 30 anos que se passaram entre as mobilizações em São Paulo e a condição de assentado no Milton Santos. De acordo com Coletti (2005) e Silva (2007), a base social do movimento é formada por trabalhadores desempregados e subempregados, sem qualquer condição de se sustentar materialmente através da relação que estabelecem com as relações de produção e com o mercado de trabalho. Por conta disso, os efeitos do neoliberalismo sobre as relações de trabalho tiveram tanto impacto para o crescimento e consolidação do MST. Segundo Pinassi (2011, p. 111), “o movimento constitui a grande esperança de restabelecimento da dignidade humana para milhares de famílias atingidas pelo desemprego estrutural”.

Um líder do Elisabeth Teixeira aponta que a base desse acampamento é composta principalmente por desempregados e subempregados da região de Limeira, Campinas e Cosmópolis, enfatizando menos a participação de trabalhadores oriundos da própria agricultura. Segundo uma liderança do assentamento Comuna da Terra Milton Santos,

“eu acho que a base que procura o movimento é uma base de pessoas atingidas por esse processo de desemprego. Não vejo, por exemplo, que a base seja uma base de camponeses²⁹, que veio, que quer lutar para conseguir um pedaço de terra e produzir nessa terra. Eu acho que, assim, a luta pela terra aqui no estado de São Paulo tem contornos de ser uma forma, um meio, que as pessoas acham para solucionar a sua vida. Não vejo assim um movimento de camponeses. Eu acho que são de trabalhadores atingidos por esse processo de desemprego, e que não estão conseguindo se integrar no mercado de trabalho, e que já esgotaram todas as suas alternativas, também, de inserção. Não conseguiram se inserir e vieram para o movimento, não só no MST, mas no MTD, no MTST... é uma forma de garantir uma conquista mínima, né.” (Liderança do MST Regional Campinas)

²⁹ Há extensa bibliografia, em especial no campo da Sociologia Rural, que trata da caracterização dos camponeses ou do campesinato e que discute a atualidade ou não deste conceito. Para saber mais, ver: Barbosa de Almeida (2007), Mançano Fernandes (2000), Shanin (2005), entre outros.

Para essa liderança, a orientação do MST enquanto um movimento que se propõe a organizar parcelas das classes trabalhadoras, e não fundamentalmente os “camponeses” ou os pequenos proprietários e produtores agrícolas, se revela pela sua própria denominação como Movimento dos *Trabalhadores Rurais Sem Terra*. A reafirmação das lideranças do movimento de que se trata de “trabalhadores” em sua base social, procura localizá-los numa situação de exploração pelo capital e fortalece a perspectiva de aliança com outros movimentos e organizações que também envolvam parcelas das classes trabalhadoras em sua composição.

A entrevistada identifica uma semelhança entre a base social do MST e aquela organizada por outros movimentos populares como o MTD (Movimento dos Trabalhadores Desempregados) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto). Em nossa Monografia de Conclusão de Curso, estudamos o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e pudemos detectar que sua base social era formada fundamentalmente por trabalhadores informais, por subcontratados, por trabalhadores que vivem de “bicos”, por aqueles que se mantêm na condição de desemprego por um longo prazo, que têm poucas perspectivas de se inserir no mercado de trabalho e que não correspondem aos padrões de qualificação, escolaridade, experiência profissional exigidos pelo mercado de trabalho formal - todos com rendimentos baixos e instáveis e com pouco acesso aos direitos sociais básicos, como moradia, saúde, transporte, saneamento, educação. Essa base social é chamada pelas lideranças do MTD de “desempregados estruturais”. Oliveira (2010) se deteve na análise sobre as parcelas das classes trabalhadoras que compõem os movimentos que lutam por moradia, inclusive o MTST. Para esta autora, “Os sem-teto são pessoas que se encontram nas camadas mais pobres da sociedade. Nelas estão incluídos trabalhadores subcontratados, pessoas que possuem salários muito baixos e não têm estabilidade no emprego, aqueles que atuam na área informal e os desempregados” (OLIVEIRA, 2010, p. 143) e, ainda, “Sobre as principais atividades remuneradas dos sem-teto temos: coleta de sucata, serviços/comércio (ambulantes), construção civil, trabalhador doméstico, mecânico, artesão, etc. O desemprego é também algo comum entre os sem-teto” (OLIVEIRA, 2010, p. 148). Nathália Oliveira desenvolve sua análise se apropriando do debate sobre a marginalidade e caracteriza a base social dos movimentos de sem-teto como “uma fração da classe trabalhadora denominada massa marginal”, definida por ocupações

distantes do que a autora chamou de “relações de produção tipicamente capitalistas”, muito instáveis, precárias e com baixíssima remuneração, em especial do setor de serviços, trabalhadores autônomos, informais ou que vivem de “bicos”.

Para Machado (2007, p. 172 – grifos nossos), a base dos sem-terra é composta por trabalhadores que “estão fora do ‘núcleo duro’ da relação entre capital e trabalho porque sua base social é constituída, basicamente, por trabalhadores rurais *semiproletários* ou *semi-assalariados*”. Tendo em vista o debate teórico e os argumentos desenvolvidos no Capítulo 1 desse estudo, os trabalhadores subcontratados, informais, precários, vítimas de longas jornadas e de profunda instabilidade de emprego e renda não podem ser considerados “fora do ‘núcleo duro’ da relação entre capital e trabalho”, já que são fundamentais para o atual modelo de expansão do capital e adquiriram grandes dimensões nas últimas décadas. Ao comentar a base do MTST, Goulart (2012, p. 08 – grifos nossos) considera que os efeitos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo sobre o trabalho transformaram “em *subproletário*, todo trabalhador que depende da venda de sua força de trabalho de forma explícita, com o trabalho produtivo e a valorização do valor, ou de forma camuflada, com o trabalho improdutivo pela regulação do sistema de assalariamento, inseridos em condições precárias de trabalho e trabalho negados”. A discussão entre esses autores reforça a identificação dos acampados e assentados do MST enquanto parte das classes trabalhadoras, em especial daquelas parcelas submetidas a condições muito precárias de trabalho e renda, muito próximas do que foi identificado por Marx e outros autores como superpopulação relativa estagnada, e chama a atenção para a flexibilização da fronteira entre emprego e desemprego e para a complexidade que marca a configuração das classes trabalhadoras e da superpopulação relativa na contemporaneidade. Para nós, porém, os conceitos de “sub” e “semi”, assim como o de “massa marginal”, supõem certa inferiorização desses trabalhadores diante de um padrão de “trabalhador-proletário”, que não necessariamente corresponde à relação de trabalho hegemônica sob o capitalismo neoliberal e a acumulação flexível no Brasil.

Ao comentar sobre o perfil do trabalhador de desempregado que busca a organização no MST, a militante do assentamento de Americana-SP diz:

“Então, eu acho que é... pessoas que não tiveram acesso à educação, você vê que o nível de escolaridade é baixa. São pessoas que exercem funções, atividades como, por exemplo,

carpinteiros, ou trabalhadores da construção civil, que, na verdade, não veem na profissão uma forma de garantir um espaço para viver. Na verdade, a luta pela terra dá uma certa estabilidade, para a pessoa que conquista a terra, né. Que vai ter uma casa, e, além da casa, ele vai ter um espaço, que ele pode plantar para subsistência, pode plantar também para a comercialização. Então, ele tem casa, tem meios de garantir sua sobrevivência mínima e um espaço de convivência também diferenciado daquele da cidade.” (Liderança do MST Regional Campinas)

A semelhança atribuída pela assentada da base social do MST com a de outros movimentos populares, portanto, parece ser reafirmada por estudos referentes aos movimentos por moradia e movimentos de desempregados, movimentos estes que também procuram atender às demandas “urgentes” de sua base, como desenvolve Mouriaux. É interessante notar que ambos os movimentos citados pela militante, o MTST e o MTD, foram inicialmente impulsionados pelo próprio MST, a partir de 1997 na cidade de Campinas-SP e de 2000 em Gravataí-RS respectivamente, como “braços urbanos” deste movimento e têm seus métodos, bandeiras e formas de organização inspirados pelos “sem-terra”.

As discussões da literatura sobre a base social do MST demonstram, mais uma vez, a complexidade das formas de manifestação assumidas pela superpopulação relativa e a heterogeneidade de relações com a esfera produtiva, com o mercado de trabalho, com os diferentes modos de assalariamento que constituem o conjunto dos desempregados e dos trabalhadores em atividade. Longe de procurar estabelecer uma conclusão definitiva que problematize os variados conceitos em jogo, é possível afirmar que o MST comporta em sua base social parcela da superpopulação relativa extremamente pauperizada e submetida a jornadas longas e a direitos, vínculos e rendimentos muito frágeis, não apenas originada das relações de trabalho no campo, mas também na cidade. Dessa maneira, este movimento organiza predominantemente em sua base, para além daqueles trabalhadores da superpopulação relativa latente, também aqueles desempregados ocultos por trabalho precário, trabalhadores que vivem de ‘bicos’, identificados com a superpopulação relativa estagnada. Os trabalhadores desempregados e precários que fazem parte da base social do MST, no entanto, não são organizados imediatamente pela reivindicação por emprego, mas por terra, ainda que o eixo do trabalho para todos esteja inserido no conjunto das bandeiras e formas de organização do MST.

3.4) MST-SP: políticas para os desempregados

O esforço por parte do MST de conformar outros movimentos cujo foco principal não seja a luta pela terra, mas que mobilizam trabalhadores desempregados sob esta identidade ou sob outra identidade relacionada à reivindicação material (no caso, a luta por um teto) pode ser destacado como uma das políticas deste movimento para organizar os desempregados. Segundo as resoluções e linhas políticas deliberadas no IV Congresso Nacional do MST, realizado em 2000, está entre os apontamentos do movimento:

“Articular-se com os trabalhadores e setores sociais da cidade para fortalecer a aliança entre o campo e a cidade, priorizando as categorias interessadas na construção de um projeto político popular.

- > Desenvolver com os trabalhadores desempregados a ocupação das áreas ociosas nas periferias das cidades e organizar atividades produtivas.
- > Realizar atividades de formação política em conjunto com jovens da classe trabalhadora.
- > Apoiar os movimentos de luta pela moradia.
- > Organizar acampamentos.”

Na mesma fala citada acima, a entrevistada enfatiza um aspecto que particulariza a importância da luta pela terra para essa parcela de desempregados em relação à organização voltada apenas para a conquista da moradia: a possibilidade do trabalhador desempregado trabalhar na terra, produzir e gerar renda para a subsistência de sua família em seu lote. A perspectiva de suprir minimamente a urgência da condição material dessa base social através da produção na terra se coloca como uma saída alternativa à pobreza e à instabilidade ocupacional em que a superpopulação relativa latente e estagnada se encontram. O lema “ocupar, resistir, produzir”, constantemente repetido nos acampamentos, nos assentamentos e nas atividades de mobilização, reforça esse entendimento. As características apontadas para definir o perfil dos trabalhadores desempregados que procuram o movimento situam trabalhadores em condições de precariedade de rendimentos, de instabilidade e de dificuldade de acesso aos direitos sociais. O fato do MST trazer a perspectiva da conquista de um espaço para moradia e para geração de renda parece ser, nesse sentido, um elemento motivador para a participação nas ocupações de terra e outras ações do movimento, que o distingue dos movimentos de luta

por moradia. De acordo com o texto “Nossa produção”, elaborado pelo movimento e divulgado em seu site:

“O assentamento é um espaço para o conjunto de famílias camponesas³⁰ viver, trabalhar e produzir, dando uma função social a terra e garantindo um futuro melhor à população. A vida no assentamento garante às famílias direitos sociais que não são garantidos a todo o povo brasileiro: casa, escola e comida.”

No caso do MTD, as reivindicações orientadas para além da pauta exclusiva por mais empregos, envolvendo, inclusive, a organização para produção nos chamados acampamentos “rururbanos” – que são lotes de terras nas periferias das cidades, maiores que terrenos de moradia e menores que áreas de Reforma Agrária - foi um diferencial entre outras experiências de movimentos de organização de desempregados sob esta identidade no Brasil. Esta semelhança com o MST, portanto, pode ter contribuído para que este movimento tenha ganhado maior dimensão espacial e temporal em relação a outros movimentos pontuais de desempregados no país, tendo em vista que não há registro de nenhum outro movimento especificamente de desempregados que tenha durado por mais de dez anos, como acontece com o MTD. Assim, a organização voltada para a demanda por direitos sociais básicos de “urgência”, como o acesso à terra para morar e, sobretudo, para produzir, assumiu um papel importante para a mobilização política no contexto da situação econômica e social da superpopulação relativa no Brasil e se coloca como uma das principais políticas do MST para organizar os desempregados, particularmente sua parcela estagnada.

Há, ainda, outra política do MST relacionada também à questão da produção e da geração de renda, ou seja, que busca levar em conta as necessidades materiais de sua base social: a articulação de cooperativas nos assentamentos. O incentivo à cooperativização aparece como diretriz nos documentos “Plataforma da Via Campesina para a agricultura”³¹ e “A Reforma Agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira”,

³⁰ Ver notas 33 e 42.

³¹ A Via Campesina é uma organização internacional da qual o MST faz parte e que reúne diversos movimentos sociais do campo.

elaborado pelo próprio MST. A implementação de cooperativas propriamente ditas é colocada como uma das formas da produção coletiva, ao lado da agroindústria, da associação, dos comitês. Os valores e as práticas da cooperação e do cooperativismo vão para além desses empreendimentos. O modelo de cooperativa, no entanto, não está implementado na Comuna da Terra Milton Santos e não houve referência à possibilidade de construí-las quando as famílias do acampamento Santa Maria da Conquista forem assentadas. No caso do acampamento Elisabeth Teixeira, há uma experiência ainda bem inicial que se aproxima da ideia e do funcionamento das cooperativas, concretizada na organização do Coletivo de Gênero. Impulsionado pelo debate sobre o combate às relações machistas e patriarcais no acampamento, esse Coletivo é composto por diversas mulheres que fazem doces de goiabada, bananas-chips, bolos e pães, em pequena escala, e que são vendidos como “produtos da reforma agrária” nas cidades ao redor e contribuem com o sustento das famílias e do próprio movimento.

Nos assentamentos do MST no estado de São Paulo, porém, há algumas iniciativas nesse sentido, a exemplo da Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo (Coapar), na região de Andradina-SP, da Cooperativa de Produção Agropecuária Vó Aparecida (Copava) e da Cooperativa dos Assentados e Pequenos Agricultores da Região de Itapeva (Coapri), ambas no assentamento Pirituba, localizado entre as cidades de Itapeva-SP e Itaberá-SP. A Coapar foi fundada em 2000 e é reconhecida pela produção e distribuição de leite e derivados, como o iogurte, para as cidades do entorno. Hoje, essa cooperativa já produz cerca de 20 mil litros de leite e 30 mil litros de iogurte de vários sabores, feitos com a compra de frutas de outros assentamentos do estado, e garante a distribuição desses alimentos para grandes laticínios e também para outras entidades associadas ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal. A Coapar é uma cooperativa “modelo” para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e foi base para a aplicação de programas de incentivo ao cooperativismo³². Já a Copava, completou 19 anos e produz arroz e feijão – primeiro para o sustento dos assentados e, depois, para a venda e geração de renda. Para

³² *Cooperativa agrega valor à produção de leite em assentamentos em Andradina*. 01 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/11883>. Acesso em: 05 de dezembro de 2012.; *Produção de leite gera mais renda para assentados de Andradina (SP)*. 21 de maio de 2007. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3571967. Acesso em: 05 de dezembro de 2012.

viabilizar o funcionamento da cooperativa, cada “assentado-sócio” possui um lote de 17 hectares, utilizado para a produção em cooperação³³. A Coapri, por sua vez, foi fundada em 1996, três anos depois da Copava, produz leite, iogurte, feijão, frutas, verduras e legumes e os repassa para as escolas da região por meio da merenda escolar³⁴. Cabe notar que essas cooperativas citadas, que estão entre as principais e as mais consolidadas do estado, foram articuladas antes do governo Lula e são exceções em relação à escala de produção dos assentamentos paulistas.

Nos assentamentos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, as cooperativas têm peso ainda maior para a organização do movimento. De acordo com Christoffoli (2012), a cooperação nos assentamentos do movimento foi impulsionada a partir dos anos 1990 justamente tendo em vista a viabilização econômica da produção organizada pelos assentados e a garantia de seu sustento material por meio da permanência no lote. Segundo o autor, além da experiência da autogestão e da produção coletiva, “A economia das unidades produtivas familiares nos assentamentos caracteriza-se pela pequena escala produtiva, baixa intensidade no uso de capital, tecnologias intensivas em trabalho com baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas e grau ínfimo de inserção nos mercados. Consiste numa economia de subsistência complementada pela inserção no mercado através de uma ou duas linhas de produção (no Centro-Sul através de grãos e leite)” (Christoffoli, 2012, p. 172). Para o autor, o desenvolvimento dessa política guarda diversas potencialidades, mas apresenta vários limites e dificuldades, tais como a concorrência com o mercado capitalista, a falta de acesso a recursos e a assessoria técnica para viabilizar os projetos e, inclusive, a ideologia dominante, que reproduz a lógica da produção privada, e não coletiva, mesmo entre os sem-terra. Segundo Lemos (2008), parte dos debates teóricos sobre as cooperativas e os empreendimentos de economia solidária questiona se estes seriam de fato uma alternativa ao desemprego, tendo em vista a grande dificuldade de viabilizá-los economicamente dentro do mercado capitalista. Durante o governo Lula, foram implementados alguns planos de incentivo e apoio aos

³³ *Em SP, cooperativa do MST completa 16 anos de conquistas!*. 17 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/8609>. Acesso em: 05 de dezembro de 2012.

³⁴ *Confira vídeo sobre a produção dos assentados para a merenda escolar*. 23 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/14116>. Acesso em: 05 de dezembro de 2012.

empreendimentos de economia solidária nos assentamentos já consolidados, mas que não necessariamente se refletiram na construção de novas cooperativas.

Cabe ressaltar que o desenvolvimento das cooperativas citadas extrapolou a dinâmica e as características da agricultura familiar para se viabilizar. No caso da Coapar, houve inclusive a realização de uma parceria com a multinacional Nestlé, que motivou críticas dentro do movimento. Segundo uma liderança do assentamento de Americana, ao estabelecer essa parceria, essa cooperativa “se adequou não apenas à lógica do mercado, mas do próprio agronegócio”. De acordo com Castro (2012), “A economia solidária, no presente histórico, é coagida a se submeter à ordem do capital às custas de não se tornar viável economicamente” (p. 223)³⁵. Nesse sentido, a política das cooperativas demonstra uma importante contradição na relação entre a luta econômica “urgente” e a luta política mais profunda do movimento pela transformação do modelo econômico e social. Há ainda mais um aspecto referente às cooperativas que resulta em grandes contradições para seus trabalhadores: “Em tempos de acumulação flexível do trabalho, cooperativas ou empreendimentos econômicos solidários podem ser funcionais ao atuar como terceiras ou se inserirem em uma cadeia produtiva. Participam ativamente, portanto, do processo de produção do capital” (CASTRO, 2012, p. 220), podendo atuar como mecanismo de barateamento dos serviços e da força de trabalho e, inclusive, como reprodutores de trabalho precário. Para Araújo (2011), as cooperativas podem reproduzir relações de trabalho terceirizadas e flexíveis que configuram uma forma de “assalariamento disfarçado”.

Em que pesem esses elementos e questões, que demandam análises mais detalhadas e um estudo dos casos em debate, no aspecto imediato e urgente da demanda dos sem-terra por sua sobrevivência, a política do cooperativismo parece ser a que melhor respondeu à necessidade de geração de renda. No entanto, cabe reafirmar que as cooperativas que se destacam no MST-SP e que de fato contribuem para o sustento material dos assentados são bem pontuais.

³⁵ Há extenso debate bibliográfico sobre a economia solidária, tanto no sentido de defendê-la, quanto de criticá-la. A principal referência que desenvolveu a primeira perspectiva foi Paul Singer (2002). Para uma abordagem crítica sobre a temática, ver Castro, 2012; Lemos, 2008. Neste trabalho, não nos aprofundaremos nessa discussão, mas apenas ressaltaremos alguns indicativos para verificar as questões que suscita no movimento.

Podemos sistematizar, desse modo, as políticas principais de organização dos trabalhadores desempregados no MST no estado de São Paulo: organização para produção em cada lote, organização da produção por meio da cooperativização, impulso à construção de movimentos populares urbanos, organização voltada para a reivindicação de direitos sociais básicos, como terra, teto e trabalho.

Se o foco na produção e nas demandas materiais da base social são tão centrais para se pensar a organização e a mobilização política dos trabalhadores desempregados no MST, cabe discutir em que medida a urgência da reivindicação corresponde à urgência da conquista e à perspectiva de suprir efetivamente as necessidades materiais dessa base. Bergamasco e Norder (1996, p. 42) destacam que “após a (re) conquista da terra os assentados deparam com as dificuldades para garantir a viabilidade socioeconômica dos projetos, decorrentes, em grande medida, do descaso do poder público que não tem oferecido a necessária infraestrutura social de saúde, educação, transporte, energia elétrica, etc. nem uma política agrícola condizente com as especificidades socioeconômicas e regionais desses produtores”. Como consta no documento “A Reforma Agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira” (2009), “o Estado deve desenvolver uma política agrícola voltada para os interesses do povo”, que contemple a garantia de acesso aos requisitos necessários à produção, à venda e à distribuição dos produtos advindos dos assentamentos. Desse modo, também estão entre as bandeiras e reivindicações do MST a obtenção de condições para o trabalho na terra, como o acesso a energia elétrica, água, transporte, insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, do crédito rural, da assistência técnica, do fomento à agricultura familiar, ao pequeno produtor e à produção agroecológica voltados para os assentados.

Para um assentado na Comuna da Terra Milton Santos, a atual política de Reforma Agrária não tem garantido que se supra a renda mensal das famílias por meio da produção nos assentamentos. De acordo com ele, as cooperativas de produção de leite no Paraná são exemplos de uma iniciativa que dá conta de garantir o sustento das famílias. De acordo com Christoffoli (2012), a experiência paranaense tem sido referência nacional de organização do trabalho associado e, para tanto, se baseou na ideia de “grupo cooperativo” trazido pelas cooperativas de Mondragón, na Espanha. Para o militante de Americana, este caso, contudo, não é uma regra em todo o Brasil, e nem na realidade paulista, em que a

dependência do período de entressafra para a colheita torna necessária a busca por outras fontes de renda para além do assentamento. O tamanho muito diminuto do espaço de terra dos lotes do Milton Santos, de 1 hectare por família, é mais um fator que praticamente inviabiliza a concretização de uma cooperativa do porte daquela que funciona em Itapeva, por exemplo, onde os lotes chegam a 17 hectares por família. Não por acaso, o modelo de “Comuna da Terra”, como é o caso do Milton Santos, que se caracteriza por ser mais próximo dos centros urbanos, com lotes menores e com forte ênfase na produção coletiva, foi chamado de “assentamento precarizado” pela liderança do local. Quando da realização das entrevistas para essa pesquisa no assentamento de Americana-SP, aquele militante nos alertou para a possibilidade de que os assentados não se assumissem enquanto desempregados nas entrevistas e que não nos dissessem sobre os “bicos” e outros trabalhos que realizam para além de seu lote, pois, perante o INCRA (Instituto Nacional pela Colonização e Reforma Agrária), assentados não são considerados desempregados, tendo em vista que a Lei 8629/1993, que regulamenta a concessão de terras aos beneficiários da Reforma Agrária, afirma ser obrigação dos assentados o cultivo agrícola, a prática da pecuária ou do extrativismo agrário nos lotes destinados à Reforma Agrária sob o risco de perderem o direito ao uso da terra. Desse modo, perante o Estado, quando regularizada a destinação da terra para Reforma Agrária, o trabalhador deixa de ser desempregado, subempregado, precarizado e adquire o estatuto de “assentado”, reconhecido por exercer atividade que gera renda em seu lote. A legislação, dessa maneira, pressupõe que o “assentado” possui todas as condições para produzir a contento e retirar rendimentos suficientes desse trabalho. De fato, nas entrevistas que realizamos entre os assentados da base do movimento, houve poucas menções à insuficiência do lote conquistado e das políticas de crédito e insumos para a geração de renda. Uma das assentadas, inclusive, afirmou que garante a renda de sua família, com três pessoas, apenas com a revenda das hortaliças plantadas em seu lote. A assentada mencionou que isso é possível devido à sua participação em dois programas destinados ao escoamento de produtos vindos da “Reforma Agrária”: 1) um da prefeitura de Cosmópolis-SP, cidade cuja divisa com Americana passa também pelo assentamento³⁶, e que consiste no encaminhamento dos alimentos produzidos

³⁶ A área liberada para o assentamento da Comuna da Terra Milton Santos em 2006 não comportava todas

nos assentamentos para a merenda escolar; 2) outro do governo federal, direcionado ao escoamento da produção dos assentamentos. Essa condição demonstra que sem o amparo de programas e recursos públicos destinados à “Reforma Agrária”, a viabilidade econômica da produção nos assentamentos é extremamente frágil. Outro assentado no local aguardou cerca de três anos pelos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e agora se diz satisfeito economicamente com a produção de banana em seu lote, que pretende expandir em breve para outros produtos, como graviola e lichia. Sua renda principal, no entanto, advém da aposentadoria, com o que se manteve durante o período em que os recursos do Programa não vieram. Outro assentado, por sua vez, enfatizou a imensa quantidade de documentos requisitados (como os antecedentes criminais e uma comprovação de aptidão para o trabalho no campo) e o alto tempo de espera para efetivar a regularização da terra e garantir o acesso a crédito para habitação e fomentos para a produção (cerca de três a quatro anos no caso do Milton Santos). A situação relatada pela liderança do assentamento enfatiza as dificuldades para a produção no assentamento e, portanto, também as dificuldades de organização dessa base social:

“num assentamento já criado, você dizer assim 'resolve o problema do desemprego ser um assentado de reforma agrária?’ Não necessariamente. Porque as políticas públicas que vão ser implantadas para assentamentos rurais, elas são... acho assim, tem um bom conjunto de políticas públicas, mas elas são desarticuladas, elas são pontuais na verdade. Não se consegue integrar elas, quando se concretiza o assentamento. Por exemplo, eu acho que o conjunto de políticas, eu avalio que, a política de reforma agrária que está no papel é excelente. Mas tem, por exemplo, demora muito tempo para liberar os créditos, não tem uma assistência técnica eficaz e têm muitos problemas de infraestrutura nas áreas. De água... aqui, por exemplo, tem muito problema de água...o mais eu acho que é a questão da água mesmo, que é o principal. Sem água, não tem produção. Não tem como você pensar em ampliar a produção. Então, a produção aqui é precária e muitos dos assentados que moram aqui acabam tendo que fazer 'bicos' na cidade. (...) A quantidade de terra é

as famílias que fizeram parte da ocupação na época, mesmo que o lote para cada família seja bem reduzido. Dessa maneira, ainda hoje há uma parte do “assentamento”, que corresponde ao município de Cosmópolis, que não está regularizada como tal.

pequena, um hectare só. E sem essa possibilidade de garantia de irrigação, não é possível produzir o ano inteiro. E teria que ser uma produção que fosse... teria que ser hortaliça, que não tivesse uma rotatividade grande, para você poder girar. Não dá, por exemplo, num hectare você fazer grandes plantios de mandioca, grandes plantios de fruta, não dá para dar renda. O que dá renda, que a gente tem visto, e o assentamento tá um pouco caminhando neste sentido, é a produção de hortaliças, né. Mas aí precisa de muita água.” (Liderança do MST Regional Campinas)

A ocupação que culminou na construção do assentamento Comuna da Terra Milton Santos foi realizada em dezembro de 2005, com cerca de 75 famílias, na região de Americana-SP e Cosmópolis-SP, em uma área repassada ao INSS devido às dívidas dos antigos proprietários, a família Abdalla. Embora fosse uma área pública, no entanto, seus antigos donos continuavam utilizando-a de forma irregular, arrendando-a para a Usina de Açúcar Ester. Ainda que o assentamento das famílias tenha se consolidado logo em 2006, as precariedades de acesso a água e a recursos e o tamanho muito reduzido dos lotes foram dificuldades que marcaram os últimos sete anos e comprometeram o desenvolvimento do assentamento. Mesmo assim, houve um grande esforço do movimento pelo reconhecimento social desse assentamento como um modelo de produção agroecológica, sem agrotóxicos. Contudo, durante a realização dessa pesquisa, em julho de 2012, surgiu outro grande empecilho à instalação das famílias na área: a família Abdalla moveu um processo judicial tendo em vista a reversão da destinação da terra para a Reforma Agrária e ganhou em segunda instância. Desse modo, as 68 famílias que vivem na área foram ameaçadas de serem despejadas em outubro do mesmo ano. Nesse período, o movimento articulou apoiadores, organizou as famílias em assembleias e outras atividades, mobilizou ocupações na sede do INCRA e no escritório do governo federal na capital paulista e se reuniu com representantes do INCRA e do governo federal para reivindicar a permanência na área e a desapropriação imediata da terra por interesse social. Nas assembleias que reuniram os aliados do movimento, houve a presença de alguns sindicatos da região, como o dos trabalhadores da Unicamp e os dos metalúrgicos de Campinas e de Limeira, o que demonstra uma preocupação em fortalecer a relação com as entidades organizadas dos trabalhadores em atividade, além da participação do MTST, marcando aliança e

solidariedade com esse movimento. Durante o processo, o INCRA se comprometeu, diante dos assentados e apoiadores, a pagar uma multa diária cobrada pela Justiça para garantir a permanência das famílias na área até que a situação fosse novamente regularizada. Além disso, o órgão se posicionou favoravelmente à desapropriação da terra por interesse social e sua destinação efetiva para a Reforma Agrária, mostrando disposição em cobrar a presidente Dilma da assinatura do decreto. No final de novembro, contudo, nenhuma das medidas anunciadas pelo INCRA foi cumprida e os antigos donos solicitaram a reintegração de posse da área, autorizada pela Justiça. O órgão responsável pela Reforma Agrária e as famílias assentadas foram notificados oficialmente pela Justiça em janeiro de 2013, quando se concedeu um prazo de quinze dias para que as famílias saíssem do local antes que se cumprisse o mandado de reintegração. No momento em que finalizamos esta dissertação, as famílias continuam no assentamento, mas sua situação perante a Justiça continua instável e sob a ameaça de serem desalojadas pela força policial em um curto período. A principal reivindicação do movimento é a exigência de que a presidente Dilma assine imediatamente o decreto de desapropriação da área por interesse social. Cabe notar que a reversão de um processo de assentamento já consolidado é um fato inédito na história da luta pela terra no país. Como o Milton Santos, também outros assentamentos estão passando por um processo semelhante, como algumas áreas na região do Vale do Ribeira e também em outros estados, como o Rio de Janeiro. Para um militante do MST assentado no Milton Santos, essa situação conduz a um cenário em que a Reforma Agrária no governo Dilma será “negativa”, ou seja, haverá um retrocesso inclusive naqueles assentamentos já viabilizados. Os dizeres desse assentado são muito expressivos também quanto às dificuldades para viabilizar a produção no assentamento: “primeiro não garantem as condições para a gente produzir, depois querem despejar dizendo que somos improdutivos”. Em uma das assembleias ocorridas naquele momento, esse militante afirmou que “conquistar terra é uma guerra, produzir é uma guerra, se manter organizado é uma guerra”.

Já no acampamento Santa Maria da Conquista, na região de Itapetininga-SP, cerca de 50 famílias aguardam pelo assentamento desde 2003, quando foi realizada a primeira ocupação próxima à área com cerca de 300 famílias. De lá para cá, parte delas foi assentada, parte desistiu da luta, novas famílias se integraram e outros foram despejados

por diversas vezes e ainda se mantêm à espera da conquista da terra. A expectativa é que o assentamento garanta oito hectares por família, à semelhança das outras famílias que foram assentadas na região. Além da demora da conquista da terra, para uma liderança do acampamento:

“Você pega oito hectares, mas, às vezes, as famílias demoram dois, três anos pra ter acesso à casa, mais dois, três anos pra ter acesso à luz elétrica, à água. Então, é muito difícil. Às vezes demora o Pronaf, que é um crédito de investimento da agricultura familiar, às vezes quando o recurso chega já passou a época do plantio. Então, é muito complicado também.” (Dirigente do MST Regional Sorocaba)

No caso do acampamento Elisabeth Teixeira, em Limeira-SP, a primeira ocupação da área, região de plantio de cana-de-açúcar, aos arredores de várias Usinas, ocorreu durante as Jornadas do Abril Vermelho em 2007, com cerca de 250 famílias, mas sofreu um despejo violento pela Polícia sete meses depois, com destruição dos barracos e pertences dos acampados e das acampadas, deixando feridos. Doze dias após o despejo, um grupo com aproximadamente 125 famílias retornou ao local e reinstalou o acampamento. Em novembro de 2008, o Superior Tribunal da Justiça chegou a destinar a área para a “Reforma Agrária”, porém suspendeu a destinação logo em seguida. Também no Elisabeth, ainda que a reivindicação dos acampados seja de 3,5 hectares por família, o que está planejado é apenas 1 hectare. Desde o início, apesar das dificuldades e da demora para a regularização da terra, as famílias se organizaram para plantar principalmente banana e hortaliças, que são vendidas em feiras nas cidades de Campinas, Cosmópolis e Limeira e para criar animais, além da organização do Coletivo de Gênero no acampamento que produz alguns produtos alimentícios para também serem vendidos nas cidades da região. Nos mais de cinco anos que decorrem da primeira ocupação na área, no entanto, as dificuldades só aumentaram: uma fábrica ao redor fez um desvio no percurso do córrego que passava por ali, secando a principal mina de água do acampamento, a precariedade das instalações e de recursos inviabilizou a manutenção do espaço coletivo e da escola que estavam sendo construídos, várias famílias desistiram de permanecer acampadas.

As experiências protagonizadas nesses locais nos mostram que não basta a ocupação para a conquista da terra ser efetivada e tampouco basta a conquista do assentamento para que se garantam as condições adequadas para a realização da produção e da geração de renda. Sobre o processo em curso no “assentamento” Milton Santos, um assentado comentou: “cheguei à conclusão agora que não sou mais assentado”. Se a expectativa e a urgência da base social pelo retorno material advindo da ocupação da terra são grandes, o caminho a ser percorrido para que a produção no lote gere renda é longo, tortuoso e repleto de obstáculos de diversas ordens - políticos, jurídicos, econômicos -, que, em certa medida, inviabilizam o sustento material daqueles trabalhadores por meio do trabalho na terra reivindicada.

Sobre isso, outro assentado do Milton Santos citou um militante da região do Vale do Ribeira, que costuma dizer que o MST vendeu uma ilusão de que era possível o trabalhador se autonomizar produzindo apenas no campo e que, na realidade, ao contrário disso, seria mais fácil vender a força de trabalho na cidade do que se manter no campo. Para Christoffoli (2012, p. 173), no início do movimento “Havia na base social dos sem terra uma visão ingênua de que apenas com o acesso à terra seria possível sobreviver e melhorar as condições de vida”. Passados quase 30 anos de existência do MST, muitas expectativas foram alteradas, muitas conquistas e derrotas ocorreram e muitas experiências foram acumuladas e a finalidade concreta de se viabilizar o sustento dos acampados e dos assentados exclusivamente por meio da produção no lote ainda é distante. Desse modo, a perspectiva da produção como elemento que suprirá as necessidades materiais dos desempregados e suas famílias é baixa e, em geral, não dá conta por completo da subsistência da base organizada.

3.5) A luta pela Reforma Agrária nos governos Lula

A despeito das famosas aparições do presidente Lula vestindo o boné com o símbolo do movimento e de sua declaração de que em seu governo a Reforma Agrária sairia “em uma canetada”, o acampamento Santa Maria da Conquista (Itapetininga-SP), o assentamento Comuna da Terra Milton Santos (Americana-SP) e o acampamento Elisabeth Teixeira (Limeira-SP) expressam bem a política para a Reforma Agrária implementada

durante os governos Lula. Enquanto o primeiro teve sua ocupação realizada em 2003, no primeiro ano do mandato de Lula da Silva, e aguarda até hoje pelo assentamento do total das famílias ocupantes, o segundo teve sua ocupação realizada em 2005, no final do primeiro mandato, e foi assentado logo em 2006, com apenas um hectare por família e ainda sofre ameaça de despejo mesmo após o encaminhamento da área para assentamento, e o terceiro foi ocupado no primeiro ano do segundo mandato de Lula, em 2007, e não tem perspectiva de se tornar um assentamento em breve.

Durante os governos Lula (2003-2010), além do fortalecimento do agronegócio, cuja prioridade de investimento e incentivo ficou muito clara na famosa declaração de Lula de que “os usineiros são os heróis nacionais”, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) desenvolveu uma política agrária voltada prioritariamente para atender os assentamentos já consolidados, como por meio da renegociação das dívidas agrícolas, do aumento dos investimentos na agricultura familiar, da criação de linhas especiais de crédito rural para setores específicos como mulheres, jovens e agricultura ecológica, dos programas de apoio material e assistência técnica para as cooperativas. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)³⁷, o Plano Safra para a Agricultura Familiar, o Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA – parte do programa “Fome Zero”) foram importantes projetos do MDA ao longo do período referido e consistiam em financiamento para o desenvolvimento de projetos voltados para a agricultura familiar em áreas de assentamentos de Reforma Agrária. De acordo com uma liderança do Milton Santos, “não existe Reforma Agrária, existe política de melhoramento para assentamento”. Para Christoffoli (2012, p. 179), “Essa experiência, ainda que limitada, sinaliza para um tipo possível de políticas públicas que estimulem a cooperação e um modelo produtivo diversificado e agroecológico através de mecanismos indutores não focados apenas no crédito”. Em que pese o foco nas políticas para os assentamentos, a precariedade de infraestrutura e o longo prazo para o recebimento dos recursos necessários à realização da produção ainda continuam sendo grandes

³⁷ O PRONAF foi criado ainda durante o governo Fernando Henrique Cardoso e correspondia a um valor de R\$ 7.500,00 por família assentada. A partir do governo Lula, o programa foi mantido e seu valor aumentou para R\$ 21.000,00.

empecilhos à garantia do sustento dessa base social apenas via assentamento. As condições da Comuna da Terra Milton Santos atestam essa situação:

“a ideia de um hectare, na verdade nunca foi bem aceita, nem pelo Movimento. A ideia era que fossem de três a cinco hectares, mas aí as condições levaram a essa situação. A gente tem assentamentos no estado que tem... que é meio hectare, imagine como é que as pessoas vão conseguir sobreviver nesse tipo de assentamento. E é por isso que a gente fala que é um assentamento ‘precarizado’ e em piores condições do que os assentamentos mais antigos, nesse sentido. Porque a relação é o seguinte, é possível garantir a sobrevivência da família com essa quantidade de terra, nessas condições? Atualmente não é. Isso eu sei, porque a maioria das pessoas tem que ter um outro tipo de complemento de renda. Não tem sido. Mais assim, têm vários estudos, inclusive. O pessoal da ESALQ [Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz – USP] tá pesquisando para ver como é que poderia se tornar, então, um assentamento viável para as pessoas que moram aqui, para viver dessa renda. Porque, na verdade, a ideia dos assentados, dos acampados, não é voltar para o mercado de trabalho, é conseguir sobreviver na terra. As condições objetivas é que não tem garantido isso. É mais vantajoso, hoje, em alguns lugares. É mais vantajoso hoje a pessoa ir trabalhar na cidade e ter seu salário garantido, inclusive direitos mínimos garantidos, do que ficar aqui na roça e não ter a sobrevivência garantida e nem os direitos.” (Liderança do MST Regional Campinas)

“[o assentamento] está com sete [anos], mas ele, por exemplo, não recebeu o Pronaf, ainda. O Pronaf tem recursos que são para investimentos. Por exemplo, frutas, sabe. A produção agrícola, ela demanda um tempo para poder...né. E aí, é essa questão desse tempo eu acho que tem que ser considerada. E essas outras contradições de que 'será que a gente vai conseguir construir um assentamento como deveria ser? Para que essas famílias consigam...tirar... ter uma renda?’” (Liderança do MST Regional Campinas)

Por outro lado, a política de conformação de novos assentamentos foi pouco valorizada nestes anos. A despeito da grande expectativa gerada em torno da formulação do

II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA)³⁸, publicizado em 2004, a efetiva política de criação de novos assentamentos ficou muito aquém das metas estabelecidas pelo Plano. A proposta inicial do Plano previa o assentamento de um milhão de novas famílias até o final do primeiro mandato de Lula e foi rejeitada pelo governo; o Plano aprovado estabeleceu como meta assentar menos da metade do que estava indicado na primeira proposta. De acordo com o II PNRA (2004), “Até o final de 2006 serão 400 mil novas famílias assentadas; 130 mil famílias terão acesso a terra por meio do crédito fundiário e outras 500 mil adquirirão estabilidade na terra com a regularização fundiária. São mais de 1 milhão de famílias beneficiadas e mais de 2 milhões de novos postos de trabalho gerados.” No período referido, porém, foram realizados somente 1966 novos assentamentos, incorporando cerca de 220 mil famílias, quase metade do valor estabelecido pelo Plano, segundo dados disponíveis na base Dataluta. Em palestra proferida no assentamento Milton Santos, o Prof. Plínio de Arruda Sampaio Junior chamou de “des-reforma agrária” o processo em curso no campo a partir do governo Lula. O último Censo Agropecuário do IBGE de 2006, divulgado em 2009, revelou que o Índice de Gini, referente ao grau de concentração de terras era de 0,854³⁹, apenas 0,002 abaixo do Censo anterior, feito no período entre 1995 e 1996. A Tabela 4, abaixo, mostra os dados do tamanho das propriedades rurais no Brasil e da extensão territorial ocupada por elas no primeiro ano do governo Lula (2003) e no último ano de seu segundo mandato (2010). Em 2003, as pequenas propriedades representavam 92,56% dos imóveis rurais brasileiros e apenas 28,42% da área territorial, e as grandes propriedades ocupavam 35,12% do território e representavam somente 0,77% dos imóveis. Já em 2010, enquanto as pequenas somavam 92,37% do total de imóveis e passaram a ocupar somente 14,73% da área, as grandes eram 0,76 dos imóveis rurais, mas abarcavam 66,15% de toda extensão territorial.

Tabela 4 – Concentração de Terras no Brasil (2003 e 2010)

Classe de	2003				2010			
	Nº de	%	Área (ha)	%	Nº de	%	Área (ha)	%

³⁸ O I Plano Nacional de Reforma Agrária foi elaborado em 1985, na época do surgimento do MST e é considerado, inclusive, um dos fatores que contribuíram para a constituição deste movimento (MANÇANO FERNANDES, 2000), ainda que suas metas também não tenham sido cumpridas.

³⁹ O Índice indica que quanto mais próximo de 1,0, mais concentrada é a propriedade da terra.

Áreas	imóveis				imóveis			
Pequena (até 200 ha)	3.971.255	92,56	118.937.866	28,42	4.786.515	92,37	143.119.195	14,73
Média (de 200 a 2000 ha)	286.172	6,67	152.556.741	36,45	355.880	6,87	185.826.580	19,12
Grande (acima de 2000 ha)	33.104	0,77	146.988.725	35,12	39.250	0,76	642.795.145	66,15
Total	4.290.531	100	418.483.332	100	5.181.645	100	971.740.919	100

Fonte: Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011. Relatório 2010. Elaboração própria.

De acordo com o balanço político realizado pela Secretaria Nacional do MST em 2009, “os recursos para desapropriação, aprovados no orçamento de 2009, eram de R\$ 957 milhões e foram cortados ‘em função da crise’. Eles foram reduzidos em 41%, baixando o orçamento para R\$ 561 milhões. Segundo o Incra [Instituto Nacional pela Colonização e Reforma Agrária], com essa redução será possível assentar apenas 17 mil famílias e não mais 75 mil, meta anteriormente prevista pelo governo para o ano de 2009”. Um estudo feito por Ariovaldo Oliveira (2006) sobre os dados de novos assentamentos durante o primeiro mandato de Lula demonstra que esses números ficaram muito aquém das metas estabelecidas no II PNRA e afirma que a “derrota dos acampados é muito cara. Não há como explicar que em 2003, apenas 19% deles foram assentados em termos gerais para o país. Porém, quando se toma os dados regionais, nas regiões do agronegócio, mais de 90% das famílias tiveram que permanecer acampadas. A situação em 2004, não mudou muito, pois apenas 32% das famílias chegaram aos assentamentos. Mas nas regiões Centro Oeste, Sudeste e Sul, mais de 80% das famílias tiveram que permanecer debaixo das lonas pretas dos acampamentos”. Além disso, o mesmo autor chama a atenção para o fato de que um montante considerável de áreas divulgadas pelo MDA como “novos assentamentos” são, na verdade, áreas em que ocorreu o processo de regularização fundiária e de reordenamento de assentamentos antigos, ao invés de serem frutos de novas desapropriações de terras⁴⁰.

⁴⁰ Em dezembro de 2005, a Coordenação Nacional do MST encaminhou uma nota ao MDA contestando os números da Reforma Agrária divulgados pelo órgão (apud UMBELINO OLIVEIRA, 2006). A prática de mascaramento dos números da Reforma Agrária também já era corrente nos governos anteriores.

Houve, então, menos assentamentos novos e, relativamente, mais recursos para os assentamentos já existentes. Esta avaliação aparece nos depoimentos das lideranças entrevistadas:

“Eu acho que a arrecadação de terra, nesse período do governo, foi péssima. Nesses dez anos de governo do PT. Não estamos aqui discutindo a precariedade dos assentamentos, mas Fernando Henrique assentou mais gente do que no governo Lula, infelizmente, né. Porque num governo de trabalhador, já era pra ter assentado muito mais. Inclusive, ele era que dizia que ia fazer a Reforma Agrária numa canetada, né.” (Dirigente do MST Regional Sorocaba)

A relação do MST com o Partido dos Trabalhadores (PT) sempre foi muito próxima e marcada por um histórico de apoio político e estrutural. O PT construiu-se, junto ao MST e, inclusive, à CUT, como um dos principais instrumentos de defesa da Reforma Agrária no Brasil. A eleição de Lula, desse modo, mobilizou base e lideranças do MST em sua campanha e motivou grandes expectativas de que a Reforma Agrária avançasse. Diante do cenário de poucas desapropriações, manutenção do “caráter latifundiário da nossa estrutura agrária”, fortalecimento do agronegócio e da monocultura para exportação, o MST, ainda que se posicionasse criticamente em relação ao governo, atuou de forma mais defensiva e assumiu uma postura de menos enfrentamentos. Segundo João Pedro Stédile, membro da Direção Nacional do MST,

“O programa de reforma agrária clássica, que a maioria dos países industrializados fizeram no Hemisfério Norte, democratizando a propriedade e criando mercado interno, depende de um projeto político de desenvolvimento nacional baseado na industrialização. Isso saiu da agenda do Brasil. (...) Cabe aos movimentos sociais do campo se organizarem e lutarem agora, por um novo tipo de reforma agrária. Chamamos agora de reforma

*agrária popular. Além de desapropriações de grandes latifúndios improdutivos é preciso reorganizar a produção agrícola, com um novo modelo.”*⁴¹

Ainda que a ocupação continue sendo um método de ação importante do MST⁴², a política voltada para o debate da agroecologia ganhou fôlego nesse período no interior do movimento, em detrimento, inclusive, do embate por mais desapropriações – fato explicitado pelas resoluções e linhas políticas estabelecidas pelo V Congresso Nacional do MST, realizado em 2007. Além disso, os assentados passaram a ser mais valorizados por conta das políticas desenvolvidas pelo MDA na “Era Lula” do que os acampados, protagonistas das ocupações, influenciando o conteúdo das reivindicações e as formas de ação política. Cabe ressaltar que a própria legislação sobre a Reforma Agrária estabelece uma distinção bem rígida entre acampados e assentados, proibindo aos últimos a participação em novas ocupações e em outras mobilizações organizadas pelo movimento. O artigo 27 da Lei 8629/1993, incluído pela Medida Provisória nº 2183-56, de 2001, diz que:

“Será excluído do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem, já estando beneficiado com lote em Projeto de Assentamento, ou sendo pretendente desse benefício na condição de inscrito em processo de cadastramento e seleção de candidatos ao acesso à terra, for efetivamente identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária, ou que esteja sendo objeto de processo judicial de desapropriação em vias de imissão de posse ao ente expropriante; e bem assim quem for efetivamente identificado como participante de invasão de prédio público, de atos de ameaça, seqüestro ou manutenção de servidores públicos e outros cidadãos em cárcere privado, ou de quaisquer outros atos de violência real ou pessoal praticados em tais situações.”

Sobre isso, são bastante expressivos os números sobre as ocupações ao longo dos anos Lula: segundo dados do Dataluta, depois de aumento no número de ocupações de

⁴¹ Entrevista concedida à jornalista Soraya Aggege para a matéria “*Extrema-unção*”, publicada na Revista Carta Capital, Ano XVI, n. 657, 03 de agosto de 2011.

⁴² Segundo Stédile, a média anual de ocupações continuou a mesma do período anterior, somando 250 por ano.

2003 para 2004, este índice veio decaindo progressivamente até 2010. Também segundo esses dados, ao longo de todo o período, com exceção dos anos de 2005 e 2006, o número de ocupações foi maior do que o número de novos assentamentos. A Tabela 5 mostra a relação entre o número de ocupações de terra e o número de assentamentos durante os dois mandatos de Lula da Silva.

Tabela 5 – Número de ocupações de terras e de novos assentamentos rurais no Brasil (2003 a 2010)

Ano	Ocupações	Famílias envolvidas nas ocupações	Assentamentos	Famílias assentadas
2003	540	90008	301	23851
2004	662	111447	458	35167
2005	561	71884	757	89738
2006	545	57868	572	64682
2007	533	69484	186	14532
2008	389	38827	118	7496
2009	391	37075	125	10959
2010	184	16936	41	3904
Total	3805	493529	2558	250329

Fonte: Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011. Relatório 2010. Elaboração própria.

Para Pinassi (2011, p. 111), a relação do MST com o PT se converteu “positivamente, em benefícios concretos ao movimento, o que tem possibilitado, através da abertura de linhas de crédito e estímulo à formação de cooperativas, por exemplo, condições de competitividade no mercado para os assentamentos já consolidados. Esses benefícios selam um comprometimento político que nos parece um ônus excessivamente grande para a necessária autonomia às estratégias de luta que o movimento deve preservar de qualquer maneira”. Além da relação histórica com o PT, cabe destacar também que os próprios indicadores de emprego e salário mais positivos do que no período anterior e a possibilidade mais próxima de conseguir um emprego na cidade contribuem para fomentar, inclusive no interior do movimento, a ideia de que o governo federal é aliado e que o enfrentamento com este não é mais necessário. No início de 2011, o jornal “O Globo” divulgou que o MST realizou 20% menos ocupações durante os governos Lula do que no

período anterior, dos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Assim, até mesmo a bandeira da luta por Reforma Agrária se redefiniu para o movimento. Para o professor Ariovaldo Umbelino (2010 apud PINASSI, 2011, p. 112), o MST perdeu seu protagonismo político na luta no campo e estabeleceu uma lógica de relação com o governo federal em que “um finge que faz a reforma agrária, os outros fingem que acreditam”. A situação do acampamento Santa Maria da Conquista é bem ilustrativa desse cenário:

“Em 2003 nós tínhamos 300 famílias. E parte foi assentada e outras acabaram desistindo, por causa da própria lentidão da reforma agrária. Tem várias famílias que desistiram. Tanto que, aqui também, que nem todas estão desde 2003. Se você for conversar com as famílias, você vai ver pessoas em períodos diferentes, porque, por causa da lentidão da reforma agrária e algumas famílias foram embora, a gente foi complementando com outras famílias. Hoje, inclusive aqui nem tem 50, tem um pouco menos.” (Dirigente do MST Regional Sorocaba)

Há, ainda, mais uma característica de outro limite ao processo da Reforma Agrária que se expressa nesse acampamento. A mesma Medida Provisória 2183-56, de 2001, também determina que não é permitido ao INCRA realizar vistoria para fins de desapropriação em áreas ocupadas em virtude de conflito agrário e foi mantida por Lula. Em virtude disso, a resposta do movimento na região de Itapetininga foi armar o acampamento na beira da estrada, em frente à área reivindicada. Os acampados não têm previsão de quando terão acesso à terra e, mesmo assim, não se cogita a entrada na área.

Esse refluxo do movimento representado principalmente pela queda no número de ocupações de terra pode ser explicado em parte pela relação que o MST passou a ter com o governo federal, deixando de tratá-lo como um inimigo a ser combatido, em parte pela lentidão e até inviabilidade da conquista de novos assentamentos e, ainda, em alguma medida, pela própria diminuição das taxas de desemprego durante os governos Lula. Cabe ressaltar, no entanto, que, como dito no Capítulo 2, a principal política social da Era Lula direcionada especificamente às parcelas mais pauperizadas das classes trabalhadoras foi o programa Bolsa-Família, política compensatória que consiste em um valor mensal às famílias que se enquadram nos critérios do programa, mas que não garante condições de

acesso aos direitos sociais básicos. O “combate à miséria e à pobreza” proclamado pelo governo se deu por meio de compensação e não de distribuição efetiva de renda, de terras e de ampliação do acesso a trabalho, moradia, educação, saúde, etc⁴³. Vários acampados do Santa Maria da Conquista, além de receberem o auxílio desse programa, fizeram referência a uma cesta básica que recebem mensalmente do INCRA. Essa política de fornecer uma “ajuda” às famílias acampadas cadastradas pelo INCRA se assemelha à lógica contida no programa Bolsa-Família, tendo em vista que a terra não é liberada para o assentamento, mas se recebe uma quantia material mensal que “compensa” a demora do assentamento, amenizando a condição de pauperização das famílias.

Pode-se concluir, desse modo, que a morosidade da Reforma Agrária e a precariedade das instalações nos assentamentos não dão conta de contemplar a “urgência” das demandas em jogo. Ainda que os trabalhadores desempregados, em especial as parcelas mais pauperizadas, se mobilizem e busquem o MST pela urgência de sua sobrevivência material, as conquistas concretas não são adquiridas em caráter de urgência, mas em longo prazo. Esse fato leva à desistência de muitas famílias, dificulta a organização mais permanente da superpopulação relativa latente e estagnada e o fortalecimento do MST enquanto uma alternativa viável para essa base social.

⁴³ O estudo dos possíveis impactos do recebimento do Bolsa-Família na organização e mobilização política entre os acampados e assentados do MST traria elementos interessantes para o desdobramento da relação específica do MST com o governo Lula e também dos potenciais e limites da organização dos trabalhadores desempregados, em especial da parcela estagnada. Não aprofundaremos essa articulação neste trabalho. Análise semelhante vem sendo feita pela pesquisadora Elaine Amorim, em seu trabalho de pós-doutorado.

4) A CUT-SP e a organização dos desempregados

4.1) Sindicalismo e organização dos desempregados. CUT-SP: origem histórica, base social e políticas para os desempregados

A caracterização da mobilização dos desempregados como parte das lutas das classes trabalhadoras requer a análise dos modos da organização dos desempregados por meio das entidades sindicais, tendo em vista que estas se construíram historicamente como instrumentos fundamentais das classes trabalhadoras. Como discutido no Capítulo 1 e desenvolvido por Engels (1986), a competição entre os trabalhadores em busca por empregos e a pressão para que aqueles em atividade trabalhem mais por menores salários e em piores condições contribui para que trabalhadores empregados e desempregados expressem interesses imediatos divergentes, a despeito de serem submetidos, ambos, à exploração do trabalho. Desse modo, a concorrência entre os trabalhadores também atinge aqueles em atividade e se coloca como um fator que traz empecilhos à organização, fortalecendo a fragmentação entre os trabalhadores e dificultando a unificação destes em uma luta comum, contra a exploração capitalista. Assim, a própria reprodução do modo de produção capitalista requer o desenvolvimento de mecanismos e processos que dificultam a organização dos desempregados e dos trabalhadores em geral. Souza (2010), se apoiando fundamentalmente nos conceitos elaborados por Marx e Engels, considera que os desempregados se encontram numa relação de ‘unidade’ e ‘fratura’ com o conjunto das classes trabalhadoras. Para este autor, embora façam parte da mesma classe social, os interesses imediatos divergentes entre os desempregados e os trabalhadores em atividade dificultam sua organização conjunta, principalmente por meio do sindicalismo, que é o objeto de estudo desse autor.

Assim, há diversos exemplos na história de organização dos trabalhadores desempregados impulsionados pelos sindicatos e centrais sindicais, em especial na França, Itália e Inglaterra, e também por fora destes, como nos chamados “movimentos dos sem”, na França, nos “*piqueteros*”, na Argentina, e outros movimentos “de urgência”, por toda a

América Latina⁴⁴. Os sindicatos, desse modo, não são a única e/ou exclusiva forma de organização das classes trabalhadoras. Por outro lado, Barreto (2004) e Souza (2005b, 2009, 2010) demonstraram que o movimento sindical também se propôs em alguma medida a organizar os desempregados, mas não do mesmo modo que os movimentos populares em geral.

No caso brasileiro, ainda que o desemprego se expresse de maneira tão intensa e complexa, sendo, por isso, questão permanentemente levada em conta nas pautas, nas campanhas, nas mobilizações dos trabalhadores em geral, a estrutura sindical corporativa e atrelada ao Estado, desde a época de sua instituição, na década de 1930, também dificultou a organização dos trabalhadores desempregados através dos sindicatos e de suas centrais. Para Souza (2005; 2010) e Barreto (2004) os limites colocados por estes elementos se expressam principalmente através de certo apego das entidades ao imposto sindical e aos critérios de representatividade dos sindicatos contidos na legislação, que excluem os desempregados da base de representação oficial e os exime de pagar a contribuição obrigatória. Assim, aos sindicatos caberia unicamente o papel de organizar os trabalhadores em atividade de determinada categoria ou ramo de produção e região, inclusive porque são estes que mantêm a estrutura material dessas entidades. A estrutura sindical brasileira, portanto, muito vinculada ao Estado, privilegiaria uma forma de militância corporativista, trazendo reflexos ideológicos, políticos e organizativos para a organização dos trabalhadores, no sentido de acomodá-los às regras impostas pela legislação e de dividi-los em sua luta, em geral incorporando os desempregados de forma restrita e pontual⁴⁵.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) surgiu em 1983, a partir do I Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT), realizado em São Bernardo do Campo (SP). Sua origem foi marcada justamente pelo combate ao chamado “sindicalismo pelego”, oficial, com pouca autonomia, dependente e atrelado ao Estado e ao patronato, preso aos padrões impostos em especial pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) e pelos acordos patronais. O chamado “novo sindicalismo”, surgido a partir das greves dos metalúrgicos do ABC paulista, que teve Lula como sua principal liderança, da oposição sindical metalúrgica de São Paulo, de alguns setores ligados à Igreja Católica e da luta pela redemocratização,

⁴⁴ Para saber mais, ver: Amorim (2011), Guimarães (2002), Pignoni (2006), Galvão (2010).

⁴⁵ Para saber mais sobre as implicações da estrutura sindical no sindicalismo brasileiro, ver Boito (1991).

desembocou na criação da CUT, apoiada na concepção do envolvimento massivo dos trabalhadores, na organização para a mobilização e para o embate à estrutura sindical, ao governo e aos patrões. Este segmento havia, anteriormente, participado da construção do Partido dos Trabalhadores (PT), que surgiu em 1980, sustentado do mesmo modo nas mobilizações sindicais, nos movimentos sociais emergentes e nas lutas por democracia e também tendo em Lula da Silva o seu principal expoente.

O questionamento à estrutura sindical está contido na própria formação da CUT. Para Jácome Rodrigues (1997, p. 61), “A completa substituição do sindicato oficial é defendida, assim como é reafirmada a necessidade de pôr termo ao imposto sindical, ao estatuto padrão – que norteava a atividade sindical –, e o fim da CLT”. Apesar dessa formulação no discurso hegemônico proclamado pela central, no entanto, Martins Rodrigues (1990) afirma que a consolidação da CUT como força política e social só foi possível devido justamente à participação ativa de alguns sindicatos oficiais, parte, portanto, da própria estrutura sindical, a exemplo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. A referência social e política de Lula expressa a dimensão e a capilaridade que a atuação nesse sindicato atingiu. “Apenas esse fato, quer dizer, o fato de a CUT estar montada, assim como as demais centrais, sobre a estrutura sindical oficial, compromete qualquer tentativa de elaboração de um projeto sindical de esquerda que possa ter alguma semelhança mais estreita com correntes sindicais do passado” (MARTINS RODRIGUES, 1990, p. 25). Dessa maneira, a tensão entre a incorporação e o questionamento da estrutura sindical sempre esteve presente na central, elemento que traz reflexos para as políticas de organização de desempregados. Ainda que restringidas pela estrutura sindical e pela relação contraditória com esta, houve iniciativas que variaram principalmente entre políticas de resistência às demissões, propostas para geração de empregos, oferecimento de serviços e cursos de qualificação aos desempregados, organização para a produção e o consumo via economia solidária e aliança com os movimentos de desempregados (SOUZA, 2010).

A proposta de conformação de uma central ampla e unificada das classes trabalhadoras brasileiras estava inserida nas iniciativas que orientaram a construção da CUT. A heterogeneidade da base social que a sustentava sugere o alcance e os limites desse instrumento. Segundo Antunes (1991), a CUT organizou quatro ‘fatias’ principais das

classes trabalhadoras: o operariado industrial, os trabalhadores rurais, o funcionalismo público e os trabalhadores de serviços. Para Leôncio Martins Rodrigues (1990), que fez um estudo sobre o III Congresso da CUT, realizado em 1988, a maioria dos delegados que participou desse fórum era composta por trabalhadores rurais, com menor escolaridade e rendimentos mais baixos, contrastando com o crescimento do que o autor chamou de “sindicalismo de classe média”, que envolvia principalmente profissionais liberais e funcionários públicos com formação universitária e rendimentos mais altos que a média de toda a delegação naquele momento, categoria que representava a segunda maior depois dos trabalhadores rurais. Desse modo, a perspectiva de organizar trabalhadores desempregados não esteve presente de modo explícito no processo de formação da central, tendo em vista seu foco na organização dos trabalhadores que mantinham algum vínculo formal com os sindicatos oficiais. No entanto, a grande participação de trabalhadores rurais, cuja condição de trabalho é frequentemente muito instável e precária, indica que a base social da central abarcava parte da superpopulação relativa latente, definida nos termos da discussão realizada no capítulo 1. Contudo, se a situação de instabilidade neste setor faz com que estes trabalhadores tenham o contrato desfeito e, então, percam por completo o vínculo com o sindicato oficial, estes perdem também o direito à participação nos fóruns da central. Para Coletti (2005), as limitações do sindicalismo rural para envolver de fato os sem-terra em sua organização abriram espaço para a constituição de um movimento social com essa identidade, o MST. Cumpre notar que a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), principal entidade organizativa dos trabalhadores rurais, só aderiu à CUT em 1995, mais de dez anos após a fundação da central.

A pluralidade de sua composição social e a perspectiva do combate ao desemprego se expressaram no plano de lutas e nas diretrizes políticas de atuação da central, na qual, desde o princípio, as bandeiras da luta pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário, pela realização de uma Reforma Agrária ampla e massiva e pela estabilidade de emprego constaram como prioridades elencadas em seus fóruns e documentos (MARTINS RODRIGUES, 1990; JÁCOME RODRIGUES, 1997). É possível afirmar, nesse sentido, que neste período inicial a CUT se propôs a atuar mais como um instrumento “contra o desemprego” do que como uma organização “de desempregados”.

Por mais que questionasse as imposições da estrutura sindical, mesmo após as reformulações de 1988⁴⁶, a CUT se acomodou, em alguma medida, aos elementos dessa estrutura, em especial no que diz respeito à organização dos trabalhadores desempregados, tendo em vista uma política que priorizou “empregar para organizar”. Durante os anos 1990, as mudanças de estratégia político-sindical no interior da central conformaram o que se denominou de “sindicalismo propositivo”, que, segundo Boito Junior (1999) e Galvão (2002), consistia em uma relação mais conciliatória e negociadora com o patronato e os governos do que na relação de combate e enfrentamento predominante nos anos iniciais de construção da CUT. Uma das marcas dessa estratégia de atuação é a participação ativa da CUT nas chamadas Câmaras Setoriais e outros Conselhos, junto a representantes do empresariado e do governo. Para esses autores, a reorientação de postura da central significou certa incorporação de elementos da própria ideologia neoliberal.

De acordo com Souza (2010), a mudança de estratégia da central teve implicações sobre a política de organização de desempregados, por exemplo, levando-a a privilegiar a negociação com o governo e os patrões em torno de acordos para evitar demissões e a pleitear recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para preparar os desempregados para a reinserção no mercado de trabalho, por meio de programas de qualificação profissional. Em 1996, o governo Fernando Henrique Cardoso encaminhou, por meio do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), projeto elaborado juntamente com a própria CUT por meio de sua participação institucional no Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT) e que permitiu a utilização dos recursos desse fundo para a promoção de cursos e serviços com esse teor⁴⁷. É importante notar que o apontamento da qualificação profissional como ‘saída’ da condição de desemprego também reproduz, em alguma medida, elementos da ideologia neoliberal. Ao pregar a lógica individualista, a ideologia dominante no capitalismo

⁴⁶Segundo Boito Junior (1991) e Antunes (1991), as modificações da estrutura sindical a partir da redemocratização e da Constituição de 1988 avançaram em alguns pontos em relação ao controle imposto pela Ditadura Militar, no entanto, essas mudanças não foram suficientes para conferir de fato autonomia ao movimento sindical e mantiveram alguns pontos chave da estrutura anterior, como o imposto e a unicidade sindical, que permitiram que se continuasse caracterizando-a como corporativista e atrelada ao Estado. Para saber mais, ver Boito Junior, 1991.

⁴⁷Para uma avaliação positiva do Planfor, ver BULHÕES, Maria da Graça P. “Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – Planfor: acertos, limites e desafios vistos do extremo sul”. São Paulo em Perspectiva, vol. 18, n. 4, outubro/2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000400006.

neoliberal atribui aos trabalhadores desempregados a ‘culpa’ por se encontrarem na condição de desemprego. Na concepção construída por essa ideologia, o mercado de trabalho, seguindo a ‘lei da oferta e da procura’, absorveria a mão de obra que fosse compatível com as expectativas e demandas do mercado. As razões para o desemprego, portanto, recairiam principalmente sobre supostas inadequações individuais ao perfil de profissional que se é exigido. Daí decorre o discurso da ‘empregabilidade’, que reforça certas características e aptidões valorizadas pelo mercado, e da necessidade de se aumentar a qualificação profissional dos trabalhadores como modo de combate ao desemprego, a fim de que estes possam adquirir condições para disputar as vagas oferecidas. A ideologia dominante, então, contribui para disseminar entre os trabalhadores desempregados a ideia de que “só não tem um emprego quem não quer ou quem é incapaz”, de que as saídas para o desemprego são individuais e dependem do esforço, da persistência e da capacidade de cada um, afastando-os da mobilização conjunta. Cabe observar, no entanto, que a despeito dessas mudanças políticas na central, as bandeiras pela redução da jornada de trabalho e pela realização da Reforma Agrária, que apontam o combate ao desemprego como uma luta ampla, coletiva, para além dos indivíduos, continuaram presentes nas diretrizes da CUT. De forma prática, contudo, a atuação com vistas a garantir condições de ‘empregabilidade’ para os trabalhadores, cujos investimentos na promoção de cursos de qualificação profissional são a maior expressão, ganhou peso no interior da entidade. A política de organização dos trabalhadores desempregados, desse modo, visou antes prepará-los para o mercado de trabalho e empregá-los para, enfim, organizá-los de fato sindicalmente. O foco estava na busca por emprego e não na urgência da sobrevivência material dos desempregados. O olhar da CUT, assim, esteve voltado predominantemente para os desempregados flutuantes do exército industrial de reserva.

Já em meados dos anos 1990, porém, a preocupação com a demanda material e com o envolvimento da parcela estagnada em suas ações se fortalece, relacionada com a própria influência do MST. Segundo Coletti (2006, pp. 13-14), “Os exemplos de luta e de obstinação dados pelo MST estimularam outras forças político-sociais a trilhar pelo mesmo caminho. A própria CUT, por exemplo, a partir de meados dos anos 90 e em parceria com a CONTAG, redirecionou parte de suas atividades políticas para o campo e para as ocupações de terra. Tanto a filiação da CONTAG à CUT, ocorrida em 1995, quanto as

ocupações de terra pelo sindicalismo oficial rural seriam praticamente impensáveis na década de 1980. Na década de 1990, graças ao caminho aberto pelo MST, isso não somente foi possível, como assumiu, em alguns estados, uma importância significativa”. A contribuição da CUT para este tipo de luta se deu mais pelo apoio político e estrutural ao MST do que pelas ocupações protagonizadas pela central, que foram bem mais pontuais e menos organizadas do que no MST e que dificilmente culminaram no assentamento das famílias e em maior organicidade dos envolvidos com as mobilizações. Um exemplo de ocupação de terra protagonizada pela CUT é o acampamento “Paz e Terra”, na região de Itapetininga, próximo ao acampamento do MST “Santa Maria da Conquista”, no qual realizamos entrevistas com acampados e lideranças. Segundo os entrevistados do MST, o “Paz e Terra” possui uma dinâmica muito diferente, que privilegia menos a organização coletiva:

“acho que todos os trabalhadores são trabalhadores rurais sem-terra, não dá pra negar em momento algum. Acho que não tem nem diferença eles com nós, quando você fala dos trabalhadores. Agora, talvez, há formas de conduzir a luta que é um pouco - não tenho muito contato com lá, talvez eu posso estar falando bobeira – mas as informações que a gente tem é que têm várias famílias que, inclusive, não precisa de ficar acampada. Um grupo fica acampado e só avisa os outros que... os outros nem fica acampado. Então, parece que aqui tem 17, 15 ou 17 famílias cadastradas, mas no acampamento só convivem 7, né” (Liderança do MST da Regional Sorocaba)

A partir de 1999, diante do aumento expressivo do desemprego⁴⁸ e da informalidade, passa a prevalecer uma estratégia da busca por “cidadania” ao conjunto dos trabalhadores sem acesso aos direitos sociais básicos, rendimentos estáveis e direitos trabalhistas. Ainda que passe a considerar também as parcelas dos trabalhadores sem contratos formais de emprego ou subcontratados em suas políticas, essa estratégia da CUT também revela incorporação de elementos da ideologia neoliberal em seu discurso e ação, na medida em que trata a questão da precarização do trabalho, da pauperização, da retirada

⁴⁸ Ver Capítulo 2.

e flexibilização de direitos, da disseminação do subemprego e do desemprego, no âmbito da dificuldade de acesso à “cidadania”. Todos são considerados “cidadãos”, independentemente de sua condição de classe. Essa estratégia impulsiona uma política de organização dos desempregados voltada para a atividade econômica através da economia solidária, como proposta de geração de emprego e renda (GALVÃO, 2002; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2002). A Uniforja, cooperativa criada em 1998, é uma experiência importante e uma grande referência, ainda hoje, da prática da economia solidária por meio da CUT. Uma das principais expressões dessa nova estratégia de ação sindical e da valorização dessa política na central é a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) da CUT, em 1999, com o propósito de promover e impulsionar ‘alternativas’ de geração de emprego e renda, associadas ao cooperativismo⁴⁹. Assim, apesar da CUT priorizar as políticas relacionadas à superpopulação relativa flutuante, com vistas a organizá-las assim que este setor se reinserisse no exército ativo de trabalhadores, o fortalecimento da política da economia solidária no interior da central passa a colocar também a perspectiva do envolvimento também da superpopulação relativa estagnada e latente, ainda que não tenha participação nos órgãos e fóruns da CUT em conjunto com os outros trabalhadores. Como descreve Lemos (2008, p. 68), para a CUT, “as possibilidades da economia solidária estarão na política de geração de trabalho e renda como forma de manter postos de trabalho frente ao crescente desemprego e organizar setores chamados “excluídos”, ampliando sua base de representação e sua legitimidade perante outros setores da sociedade. Para isso, a ADS vai buscar esse tipo de alternativa econômica que, atuando nas bordas do capitalismo, sejam modelos mais democráticos e participativos ao mesmo tempo em que garantam renda e a sobrevivência desses “cidadãos” e amplie a base de representação da CUT”. Desse modo, segundo a autora, uma das possíveis justificativas para que a CUT oriente suas políticas para ações relacionadas à economia solidária e, portanto, para uma atuação que envolva também as parcelas estagnada e latente dos desempregados, está articulada com a possibilidade de ampliação da influência política e organizativa da central. Vale destacar que entre os programas financiados pelo FAT, também se incluem programas relacionados

⁴⁹ Para saber mais sobre a concepção de cidadania e de economia solidária na CUT e sobre a construção da ADS, ver Lemos (2008).

à geração de trabalho e renda por meio da economia solidária. Nesse sentido, a promoção de políticas com esse teor garante acesso a mais recursos.

De modo geral, as principais iniciativas da CUT com vistas à organização dos desempregados e ao combate ao desemprego se deram, ao longo desses anos, através da resistência às demissões, das propostas para geração de empregos, da defesa das bandeiras e da realização de campanhas pela Reforma Agrária e pela redução da jornada de trabalho, do oferecimento de serviços (calcados no discurso da necessidade de qualificação profissional e que sugere a ideia da ‘empregabilidade’), da organização para a produção e o consumo (expressa pela proposta da economia solidária), da organização para a luta direta e/ou da aliança com os movimentos e associações de desempregados – iniciativas estas sempre articuladas com a estratégia político-sindical mais ampla adotada pela central e, portanto, com pesos diferentes em sua atuação em cada período.

4.2) CUT e os governos Lula

A aliança entre CUT e PT se materializou desde o início e se consolidou ao longo dos anos por meio das campanhas políticas, sindicais e eleitorais levadas em conjunto, da defesa dos mesmos projetos e bandeiras, do apoio mútuo com frequência manifestado publicamente, das lideranças em comum. Segundo Araújo e Vêras de Oliveira (2011, p. 02), “Entre todos os segmentos com os quais se identificou, foi com a CUT que o PT construiu, desde as origens de ambos, laços políticos mais fortes e com quem sua imagem mais se associou, positiva ou negativamente, no imaginário popular. O PT sempre foi uma força política amplamente majoritária entre os militantes da CUT, embora jamais tenha tido aí uma presença monolítica, sempre atuando a partir de *tendências*, que guardam posições conflitivas entre si”. Em especial durante os governos FHC (1994-2002), ainda que a contradição da incorporação de elementos neoliberais às propostas políticas e do fortalecimento de uma estratégia de conciliação tenha se efetivado ao longo dos anos, como verificado no item anterior, a oposição às reformas e ajustes de conteúdo neoliberal e as avaliações quanto às consequências dessas medidas para os trabalhadores, como o desemprego, o arrocho salarial, a flexibilização dos direitos, a precarização do trabalho foram a tônica tanto do discurso e da atuação da CUT, quanto do PT.

A partir do governo Lula, a análise da central sobre as possibilidades do momento político se alteram significativamente, situando o governo como aliado, e não mais como inimigo, das mudanças reivindicadas pelo movimento sindical. Da mesma maneira, a relação de autonomia perante o governo e a resistência frente às medidas implementadas se enfraquecem.

A CUT realizou três Congressos Nacionais ao longo dos governos Lula, o 8º ConCUT em 2003, 9º ConCUT em 2006 e o 10º ConCUT em 2009. No documento relativo às resoluções do primeiro deles, é bem evidente a reorientação do discurso da central:

“Com a vitória de Lula em 2002, tornam-se maiores as possibilidades para uma efetiva democratização do Estado: a construção de uma democracia participativa e de uma cidadania de fato. O projeto político e a mobilização popular que venceram o medo e o conservadorismo são a força para que a disputa de hegemonia e a construção de uma sociedade socialista, democrática, justa e igualitária alcancem outro patamar. Neste sentido, a CUT estará disputando concepções, políticas e projetos em todos os âmbitos sociais – no Estado, na relação com o capital e o empresariado (...). O novo governo está propondo a criação de diferentes espaços de participação da sociedade na condução das políticas estatais – conselhos, fóruns, entre outros. Neste sentido, a CUT e os setores nela organizados devem impulsionar fortemente a ampliação da transparência no trato da coisa pública e dos controles sociais sobre as políticas e programas governamentais, colocando-se como um ator relevante e principal para representar os trabalhadores e trabalhadoras, visando a garantia e a ampliação de direitos.” (pp. 11-12)

“Contemplando os interesses populares, o governo Lula poderá criar as condições sociais e econômicas para mudar os rumos do país e fugir ao círculo vicioso da estagnação, ampliando o consumo popular, fortalecendo o mercado interno e estimulando o crescimento. A redução da jornada de trabalho e outras medidas de combate ao desemprego, por exemplo, podem proporcionar o aumento da capacidade produtiva e da riqueza nacional ao incorporar à atividade econômica milhões de trabalhadores excluídos do mercado pelo neoliberalismo, que só se impõe ao custo da semi-estagnação da economia e do desemprego em massa.” (p. 14)

A participação da CUT nos órgãos tripartites e o pleiteamento de recursos do FAT se aprofundaram e se consolidaram como eixos prioritários de atuação da central, com destaque para o Fórum Nacional do Trabalho, que discutiu a legislação trabalhista e também mudanças na legislação sindical. A relação menos conflituosa com o governo se expressa na própria composição dos Ministérios e Secretarias federais, nos quais a indicação de dirigentes sindicais foi bem marcante. De acordo com Araújo e Vêras de Oliveira (2011), no primeiro mandato de Lula da Silva, quase 30% dos nomeados eram oriundos do sindicalismo, especialmente da CUT. Após a reeleição, esse número significou cerca de 15%.

Com relação especificamente à posição da central sobre a situação do desemprego e das relações de trabalho, o cenário objetivo de diminuição das taxas de desemprego e de valorização do salário mínimo reforçou a defesa do governo por parte da central, que apoiou Lula abertamente nas eleições de 2002 e de 2006, e abriu espaço para ampliação de conquistas nas negociações coletivas. O aquecimento do mercado e do consumo foi caracterizado nos documentos da central com a expressão “o mercado sobe o morro”, fazendo referência ao maior acesso aos bens de consumo por parte dos setores mais empobrecidos dos trabalhadores, inclusive da superpopulação relativa estagnada. Ao citar o crescimento do emprego formal nos setores da construção civil, da indústria naval e dos serviços, a CUT avalia que a política social de Lula esteve “muito além do bolsa-família”. Segundo Boito Junior, Marcelino e Galvão (2011), as greves não diminuíram neste período, pelo contrário, houve inclusive crescimento da atividade grevista; no entanto, nas cúpulas sindicais, houve maior fragmentação e adoção majoritariamente de uma estratégia que culminou em uma ação de menor enfrentamento e de maior negociação e conciliação com o patronato e o governo.

O apoio da CUT ao governo federal, o reforço da estratégia do “sindicalismo cidadão” e a caracterização da entidade enquanto antidemocrática, burocratizada e sem autonomia levou alguns grupos minoritários, liderados pelos partidos PSTU, PSOL, PCB, a romper com essa central e a conformar novas articulações sindicais com perfil de oposição de esquerda ao governo Lula e à CUT, como a Conlutas e a Intersindical, em 2004 e 2005, respectivamente. Galvão (2010) tem estudado o peso do funcionalismo público nessas

iniciativas e levantado a hipótese de que é este setor quem protagonizou os embates ao governo e os questionamentos à CUT⁵⁰. O processo de rupturas com a CUT e de fragmentação na cúpula do movimento sindical se aprofundou a partir de 2008, quando o governo Lula sancionou a lei de reconhecimento das centrais sindicais (Lei 11.648/2008), que estabeleceu critérios de representatividade para legalizar essas entidades, conferiu maior poder de decisão às centrais perante as entidades de base e direcionou às centrais parcela das verbas advindas da contribuição sindical (ARAÚJO e VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011). Segundo Galvão (2010), a mudança na legislação estimulou ruptura de mais setores com a CUT e a busca por conformação de novas centrais, a fim de reconhecimento institucional e de ter acesso a recursos, contribuindo para fragmentação e menor autonomia do movimento sindical frente ao Estado. É desse momento o início da construção da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e da União Geral dos Trabalhadores (UGT), mesmo a despeito de divergências políticas claras, inclusive em relação à posição perante o governo federal.

A análise das resoluções dos três Congressos Nacionais da CUT realizados durante a “Era Lula” revela continuidades e descontinuidades em relação à política para a organização dos desempregados, sempre associadas com a estratégia mais geral adotada pela central. É importante ressaltar que nos três Congressos, a participação da delegação do estado de São Paulo sempre foi a mais expressiva, representando cerca de 20% do total dos delegados. A menção à aliança com os movimentos sociais (explícita na construção da Coordenação dos Movimentos Sociais – CMS -, mais presente nas resoluções de 2006), à defesa da Reforma Agrária e da redução da jornada de trabalho sem redução salarial, inclusive como propostas de combate ao desemprego, está presente nas resoluções de todo o período. Por outro lado, durante os dois mandatos de Lula, não houve políticas da central para viabilizar a representação de desempregados em seus fóruns e decisões. Cabe notar também que, ao longo das resoluções de cada Congresso, a ênfase na bandeira da Reforma Agrária diminui e, como modo de suprir as necessidades materiais dos setores mais

⁵⁰Posteriormente, a polêmica sobre a construção de uma nova central a partir dessas articulações resultou na divisão da Intersindical em 2007 e na realização de um Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT) em 2010. Este Congresso teve como objetivo a unificação da Conlutas, de uma parte da Intersindical e de outros setores, mas não foi bem sucedido, dividiu as organizações em debate e culminou na conformação da Central Sindical e Popular Conlutas (CSP Conlutas), dirigida pelo PSTU, que busca sua legalização como central.

pauperizados, ganham mais peso a valorização da “cidadania”, a priorização do uso dos recursos do FAT e a política da economia solidária. A desfiliação da CONTAG frente à CUT, em 2009, pode ter sido, por um lado, motivada pela menor expressão da Reforma Agrária no plano de lutas da central (entre outros fatores) ou, por outro, pode ser entendida como um sintoma que levou à secundarização dessa bandeira pela central. Como desenvolvido no Capítulo 3 desse trabalho, não houve avanços na Reforma Agrária durante a “Era Lula”. Já com relação à política da economia solidária, em 2003, no primeiro ano do governo de Lula da Silva, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) cria a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SNES), cujas funções passam por maior financiamento para os empreendimentos “solidários” (incluindo recursos do FAT), assessoria jurídica, planejamento e políticas de incentivo ao cooperativismo. A política que destaca a “cidadania” se relaciona com a caracterização do trabalhador, em atividade ou em reserva, enquanto “consumidor”, em sintonia com o estímulo ao consumo e ao crédito durante os anos Lula. As resoluções do 9º ConCUT são bem expressivas sobre isso:

“Defesa do trabalhador enquanto consumidor: A defesa de todos os interesses dos (as) trabalhadores (as) é o objetivo da CUT. Ao longo de sua história, foi desenvolvido o conceito de sindicalismo cidadão, propondo-se a organizar, também, as lutas dos trabalhadores (as) a partir da sua vida em comunidade, seu local de moradia e na defesa dos serviços públicos de qualidade, saúde pública, educação pública, creches e outros direitos de cidadania, inclusive no que diz respeito aos seus direitos políticos. A justa combinação das lutas do cidadão (ã) e do (a) consumidor (a) com a luta pela superação da exploração do trabalho, mantém a CUT em sintonia com a sua base social e ao mesmo tempo leva o trabalhador (a) a exercer o seu papel político.” (p. 65)

Pode-se dizer, nesse sentido, que o fortalecimento da política de valorização da “cidadania” e da economia solidária na CUT, protagonizada pela ADS, para além de se constituir como uma tentativa de envolver as parcelas latente e estagnada da superpopulação relativa de trabalhadores nas políticas da central, tem relação também com o fomento a essa iniciativa por parte do governo federal e demonstra, ainda, como o

governo se propôs, em alguma medida, a abrir espaço para encaminhar as proposições da central.

Sobre a bandeira da redução da jornada, contudo, ainda que a CUT tenha proposto, por meio do Deputado Federal Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho (PT), ex-presidente da CUT, a prioridade de aprovação de uma proposta de emenda constitucional (PEC) relativa à redução da jornada para 40 horas semanais (PEC 231/1995), realizado campanhas e a 6ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora, em 2009, em Brasília (DF), com o mote principal “Reduz para 40 que o Brasil aumenta”, não houve abertura para implementar essa medida por parte do governo federal. Além disso, por representar uma bandeira que poderia unificar trabalhadores em atividade e a superpopulação relativa, a luta pela redução da jornada de trabalho assumiu um caráter de reivindicação histórica não apenas na CUT, mas no conjunto do movimento sindical, como modo de questionar, inclusive, a competição entre os trabalhadores imposta pela dinâmica do modo de produção capitalista. Por mais que tenha realizado campanhas com esse mote e que essa bandeira sempre constasse nas resoluções congressuais da central, contudo, foi pouco expressiva no cotidiano da atividade sindical liderado pela central em suas bases. Não por acaso, a despeito da intensificação das greves nesse período, verificada por Boito Junior, Marcelino e Galvão (2011), a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial não apareceu de forma marcante nas pautas dessas mobilizações. Houve, contudo, um momento durante o governo Lula em que houve espaço para a negociação da bandeira da redução da jornada com o governo e também com o patronato: a crise econômica mundial, que teve seus principais efeitos no Brasil nos anos de 2008 e 2009. Diante da possibilidade de um aumento expressivo das demissões em massa, como ocorrido no mundo todo, o 10º ConCUT, em 2009, teve como foco principal o debate sobre a crise econômica internacional e sobre as políticas para evitar seus efeitos sobre as relações de trabalho – em especial, a defesa da manutenção (imediata) do emprego, por exemplo através da reivindicação pela ratificação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata de evitar as demissões imotivadas. Apesar de ausente nas diretrizes encaminhadas pela central, a política da negociação da redução da jornada acompanhada da redução salarial em troca da manutenção dos postos de trabalho foi bem presente naquele momento nas bases sindicais cutistas. Cabe observar que nas mesmas resoluções do Congresso de 2009, há diretrizes específicas direcionadas às

trabalhadoras mulheres, aos trabalhadores negros, aos trabalhadores homossexuais, aos trabalhadores jovens, aos aposentados, mas não aos trabalhadores desempregados.

No Congresso de 2003, é sistematizada uma série de críticas à ideia da “empregabilidade”, como um conceito utilizado pelo patronato que procura individualizar as relações entre trabalho e capital. Ao longo dos outros Congressos e de todo o período, contudo, ainda que a defesa dessa noção não seja explícita, há alguns discursos e ações concretas da central que atuam no sentido de promoção das condições de “empregabilidade”. No documento referente ao 10º ConCUT, de 2009, o próprio Sistema S, que abrange um conjunto de instituições majoritariamente de direito privado associadas aos setores da indústria, agricultura, comércio, entre outros, é valorizado e caracterizado como um meio principal de promoção de qualificação e formação para os trabalhadores.

Uma das iniciativas que destacamos para a realização dessa pesquisa foi o fomento às Centrais de Trabalho e Renda (CTR), experiência protagonizada pelos sindicatos do ABC, assim como aquela da economia solidária. As Centrais de Trabalho e Renda são agências de intermediação de mão de obra de natureza “pública não-estatal”, que também pleiteiam recursos do FAT, oferecem cadastramento de vagas de emprego, de currículos, assim como cursos e serviços de capacitação profissional. Essas centrais são consideradas como política de combate ao desemprego pela CUT, na medida em que se propõem a contribuir para a reinserção, em especial dos desempregados flutuantes, no mercado de trabalho. A primeira CTR foi implementada na cidade de Santo André (SP), em 1999, protagonizada pelo então presidente da central, Vicentinho, em parceria com a Secretaria de Estado das Relações de Trabalho (SERT), com o MTE e com a Prefeitura de Santo André e utilizando recursos do FAT e do FGTS. A partir dessa experiência, se formaram outros postos da Central por toda a Grande São Paulo, nas cidades de Diadema, Jandira e Guarulhos. A prefeitura de São Bernardo do Campo (SP), tendo o ex-presidente da CUT Luiz Marinho (PT) à frente, em parceria com a CUT, já dirigida por Arthur Henrique, também instalou uma Central de Trabalho e Renda na cidade de São Bernardo no ano de 2011. Embora não haja menção à Central de Trabalho e Renda nos documentos das resoluções dos três Congressos realizados durante os governos Lula, o fomento a esse tipo de articulação e organização tem importante expressão devido ao protagonismo e ao peso dos sindicatos do ABC paulista nas definições da central. As Centrais de Trabalho e Renda

reafirmam uma série de elementos marcantes da política de organização de desempregados da CUT nesse período: 1) a preocupação com o envolvimento da superpopulação relativa flutuante nas ações da central; 2) a manutenção da política de “empregar para organizar”, que revela também certo apego à estrutura sindical, na medida em que os desempregados estão excluídos da representação sindical pelos critérios oficiais da legislação; 3) a incorporação, com contradições, de elementos da ideologia neoliberal em sua prática, reforçando, por exemplo, a noção de que a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho se dá por inadequações individuais ao perfil da força de trabalho exigida, reproduzindo, até mesmo, a ideia da “empregabilidade”, ainda que sem se valer dessa expressão; 4) a priorização da negociação e conciliação com o governo para desenvolvimento das políticas da CUT, levando, inclusive, à incorporação das políticas da central pelo Estado, como se materializa nas parcerias estabelecidas com as Prefeituras, governo estadual e federal para viabilização das CTRs; 5) a relação de tensão com a estrutura sindical e certa acomodação ao Estado, expressa na dependência estrutural dos recursos do FAT e outros fundos institucionais para garantia desse projeto. Tendo em vista que a destinação e a gestão dos recursos deste fundo está submetida à decisão do CODEFAT, composto por representação sindical, patronal e do governo, a dependência material dessa verba indica que as políticas implementadas pela central serão submetidas a certa aprovação e consentimento dos empregadores e do governo. Seguindo a mesma lógica dos efeitos propagados pela estrutura sindical vigente, a forma de utilização do fundo prejudica a autonomia da CUT para levar a frente políticas de organização dos desempregados e dos trabalhadores em geral que contrariem interesses de seus adversários. Cabe enfatizar, ainda, que a CTR não se propõe a organizar os desempregados flutuantes de forma coletiva, nem por meio da mobilização, mas individualmente de modo a alcançar uma vaga de emprego ou curso de qualificação que atenda a cada um. Nesse sentido, essa forma de organização difere muito daquela protagonizada pelo MST, tanto em termos da base social que envolve, quanto da perspectiva de atuação e de enfrentamento da condição de desemprego que propaga.

Desse modo, verifica-se que as políticas da CUT para a organização dos trabalhadores desempregados que se fortaleceram ou se enfraqueceram nesse período estiveram relacionadas à abertura do governo federal para negociá-las ou não. Assim como a Reforma Agrária e a redução da jornada de trabalho sem redução de salário não estiveram

na agenda do governo, também a CUT deixou de priorizá-las em seu plano de lutas; por outro lado, a economia solidária e a política de capacitação profissional e “empregabilidade” encontraram espaço no governo para crescer e tiveram respaldo da CUT como eixos centrais de atuação. Essa constatação muda nossa hipótese inicial de que, enquanto o MST voltava suas políticas para a superpopulação relativa estagnada e latente, a CUT priorizaria somente a organização daqueles desempregados flutuantes. As políticas para ambas as parcelas de desempregados, no entanto, parecem ter o mesmo peso e são implementadas de forma muito semelhante pela central sindical: em parcerias com o poder público, submetidas à deliberação em órgãos compostos por representações patronais e governamentais e com utilização de recursos institucionais, em especial do FAT. Esse fato corrobora a estratégia político-sindical que privilegia a conciliação, e não o enfrentamento. Além disso, os trabalhadores desempregados que se envolvem nas políticas da central, tanto aqueles flutuantes, quanto aqueles latentes ou estagnados, não têm voz efetiva nas decisões da entidade. Em decorrência disso, por mais que a CUT organize prioritariamente os trabalhadores em atividade, vinculados diretamente a um sindicato oficial, a perspectiva da aliança destes com aqueles em reserva é muito distante mesmo dentro da central. As políticas da CUT para organizar os desempregados parecem aprofundar a relação de “fratura” entre os segmentos ativo e da superpopulação relativa, ainda que a fronteira entre estes esteja cada vez mais flexível e menos nítida. no capitalismo contemporâneo.

As particularidades dessas políticas da CUT-SP durante os governos Lula mostram que, a despeito da manutenção da ADS e das CTRs, a referência à economia solidária e ao oferecimento de cursos de qualificação profissional ou vagas de emprego como prioridades ou como políticas de peso da Central não apareceram nos documentos dos três Congressos da CUT realizados no período. Desse modo, pode-se aferir que as avaliações positivas da CUT com relação ao momento político, social e econômico vivenciado no Brasil nesse período, apoiadas principalmente nos indicadores conjunturais sobre a diminuição do desemprego, o aumento das contratações formais e o aumento do consumo durante os anos Lula, enfraqueceram ainda mais as políticas da CUT com relação à organização dos desempregados.

5) Considerações finais

Diante da expressão do desemprego e da complexidade com que se manifesta na contemporaneidade, este trabalho se propôs a refletir sobre os contornos que esse fenômeno assume na atualidade, à luz da teoria marxista sobre a “lei geral da acumulação capitalista”, da análise sobre as particularidades do caso brasileiro e do estudo sobre os impactos desencadeados pelo advento da política neoliberal e do modelo de acumulação flexível. Ao longo de todo o trabalho, buscamos apontar o processo de flexibilização da fronteira entre emprego e desemprego, destacando que este não compreende apenas a desocupação em absoluto, mas inclui aqueles que sobrevivem por meio de “bicos”. Além disso, procuramos indicar que o conjunto das relações de trabalho apresenta condições muito heterogêneas, como o trabalho precário e o subemprego, caracterizados por direitos e remuneração restritos, e o trabalho informal, desvinculado de qualquer contrato e, por isso, também sujeito à precarização e à subremuneração – à semelhança da situação vivenciada pelo trabalhador desempregado.

O arsenal teórico-conceitual marxista sobre a origem e os desdobramentos da superpopulação relativa, assim como sobre a própria diversidade que a caracteriza, em suas parcelas flutuante, latente e estagnada, contribuiu bastante para a reflexão sobre o desemprego nesse sentido marcado por uma multiplicidade de relações com o processo de produção, com o mercado de trabalho, com o acesso aos direitos trabalhistas e sociais, com os rendimentos. A teoria marxista foi fundamental para compreendermos a relação e a articulação do desemprego com a totalidade do modo de produção capitalista, caracterizada pela geração de um contingente de trabalhadores distantes (diretamente) do processo produtivo e que são imprescindíveis para a reprodução desse mesmo processo.

Nesse âmbito, o debate sobre a marginalidade também trouxe questões importantes para demonstrar que o desemprego possui diversas faces e que estas se relacionam com a forma específica como o capitalismo se organiza em um país de desenvolvimento dependente econômica, política e tecnologicamente, com implicações sobre a dimensão e o modo de expressão da superpopulação relativa. No entanto, as formas de expressão contemporâneas do desemprego, provocadas pelas mudanças na organização da produção,

no Estado, na política econômica, atestam que a complexidade do fenômeno, a proporção e a disseminação das relações de trabalho marcadas por direitos restritos, já não permitem que a relação salarial industrial ‘clássica’ seja considerada o padrão hegemônico de trabalho hoje no mundo todo. Ainda que na América Latina as relações de trabalho ‘atípicas’, ‘quase servis’, à margem do mercado de trabalho formal e mal remuneradas, para as quais as teses da marginalidade chamam a atenção, não sejam uma ‘novidade’, não podem continuar a ser consideradas residuais ou como marcas do ‘atraso’. O momento do neoliberalismo e da acumulação flexível tornou a fronteira entre emprego e desemprego mais fluida e difundiu sobremaneira as ocupações precárias, instáveis, no setor de serviços, como desdobramentos que estão no centro da ‘modernização’ do desenvolvimento capitalista.

No Brasil, durante o período do governo Lula (2003 a 2010), as contradições e a complexidade do problema se acentuaram ainda mais, tendo em vista que as flutuações nas taxas de desemprego passam a caminhar em um sentido diferente daquele que marcou a década anterior. O aumento das contratações formais e a diminuição das taxas de desemprego, contudo, não frearam a expansão da subcontratação e mascararam a alta das taxas de rotatividade no emprego. Se, portanto, se conformou uma tendência que difere daquela do momento antecedente em termos do volume do desemprego, por outro lado, não se verifica uma reversão do processo de precarização do trabalho e dos contratos. A política social de Lula esteve voltada para a contenção do pauperismo, mas manteve o caráter compensatório e focalizado, distante de garantir condições de acesso aos direitos sociais para essa parcela da superpopulação. Cabe afirmar, dessa maneira, que a inclusão da parcela mais pauperizada dos trabalhadores na esfera do consumo não foi suficiente para a inclusão desses trabalhadores no âmbito do acesso ao conjunto dos direitos básicos, tampouco para a superação efetiva da pobreza.

Frente a esse contexto, a resistência protagonizada pelos trabalhadores desempregados foi permeada por dificuldades objetivas, políticas e ideológicas e por uma série de contradições e conflitos. Tendo como preocupação primeira a sobrevivência material de sua família, os trabalhadores desempregados no Brasil se organizaram predominantemente em torno da urgência de suas demandas, como o acesso a terra, trabalho, teto, procurando algo que lhes garantisse algum sustento. O MST, nesse sentido,

se consolidou como um dos principais movimentos sociais do mundo e se fortaleceu como organização de enfrentamento aos efeitos do neoliberalismo, organizando em sua base segmentos da superpopulação relativa, em especial suas parcelas latente e estagnada. No estado de São Paulo, em particular, o caráter urbano de sua composição social teve destaque inclusive em relação a outros estados. Enquanto um ‘movimento social de urgência’, o MST teve como principal eixo de organização a ocupação de propriedades rurais com o fim de construir lotes de moradia e de produção de alimentos para garantir renda aos trabalhadores de sua base. A questão agrária no Brasil, marcada por uma estrutura fundiária extremamente desigual e concentrada, pela monocultura e por relações de trabalho precárias, sempre esteve, portanto, articulada com o desemprego tanto no campo, quanto na cidade, já que a migração de diversos trabalhadores rurais para os meios urbanos em busca de melhores condições de trabalho e vida é recorrentemente frustrada. O avanço do capital no campo, manifestado pelo agronegócio, aprofundou a concentração de terras e incentivou a mecanização do trabalho rural ao mesmo tempo em que manteve e reproduziu relações de trabalho quase servis, desprovidas de direitos e submetidas à exploração intensa.

A despeito da força política e do lastro social obtidos pelo MST, contudo, a política de Reforma Agrária no país caminhou a passos muito lentos durante os governos Lula, o que contribuiu para o enfraquecimento dessa organização enquanto alternativa para a organização dos desempregados. De maneira articulada com o impulso e com o fortalecimento do agronegócio, o número de desapropriações e de novos assentamentos caiu a cada ano do período, colocando a perspectiva da conquista de um lote de terra cada vez mais distante para os acampados do movimento. Houve, por outro lado, políticas de investimento e incentivo para os assentamentos já consolidados e para a agricultura familiar, mas o difícil acesso a essas políticas e o longo prazo de espera para efetivá-las constituem um obstáculo para que a produção nos lotes garanta a sobrevivência dos assentados apenas com a renda ali gerada. No caso do fomento às cooperativas, a obtenção de renda só foi possível em alguns casos e somente nas situações em que esses empreendimentos solidários realizaram parcerias com grandes indústrias e/ou outros setores das classes dominantes, resultando em grandes contradições entre as reivindicações mais urgentes e imediatas do movimento e seu projeto político de longo prazo.

A preocupação com a produção por parte do MST indica a centralidade da questão material para responder à base que organiza. No entanto, as atuais condições de promoção de novos assentamentos e de viabilidade de condições para a efetivação da produção como autossustento não têm se dado a contento e não têm feito do MST uma alternativa real para suprir essa demanda urgente dos desempregados mais pauperizados, em suas parcelas latente e estagnada. Os três espaços que visitamos enfrentavam dificuldades cotidianas de infraestrutura, de acesso a serviços e recursos e relacionadas com a lentidão dos processos, levando, inclusive, várias famílias a desistir de permanecer no lote. O caso do assentamento Comuna da Terra Milton Santos, único dos três espaços que foi regularizado durante o governo Lula, é simbólico sobre as limitações da área assentada, da precariedade da assistência técnica e dos recursos e também dos obstáculos para a permanência na área, mesmo após a conquista do assentamento das famílias. A área assentada estabelece apenas um hectare por lote, espaço muito reduzido para a produção, o acesso aos recursos dos programas do governo federal demorou cerca de três anos após o assentamento para ser viabilizado, a falta de água é uma constante no dia a dia dos assentados e, por fim, recentemente, já durante o governo Dilma, os assentados estão sendo ameaçados de despejo e a conquista do assentamento pode ser revertida na Justiça por conta de um processo movido pelos antigos proprietários. O MST, desse modo, se conforma como um “movimento de urgência”, com reivindicações e demandas urgentes, mas que não são atendidas ou contempladas com a mesma urgência por parte do Estado.

Além desses fatores objetivos que dificultam o fortalecimento do MST enquanto alternativa de organização para os trabalhadores desempregados, há ainda um conjunto de elementos relacionados aos efeitos das políticas do governo Lula que têm impacto ideológico e político sobre a base organizada por esse movimento e também sobre suas lideranças. Assim, a diminuição das taxas de desemprego, a valorização do salário mínimo, a melhora das condições de consumo e, especialmente, a implementação e expansão do programa Bolsa-Família, que atende justamente a principal faixa de renda que se encontra nos acampamentos e assentamentos do MST-SP, amenizam a perspectiva de enfrentamento com o governo e, pelo contrário, podem levar a considerá-lo como aliado do movimento, apesar do descaso com a Reforma Agrária vivenciado durante a “Era Lula”. Desse modo, a tendência à diminuição do número de ocupações de terra de 2003 a 2010 pode ter sido

desencadeada pela alteração positiva dos indicadores sociais do governo Lula, combinada com a crescente incapacidade dos acampamentos e, inclusive, dos assentamentos, para garantir conquistas à base social organizada, principalmente seu sustento material por meio da terra.

Por outro lado, o movimento sindical organizado em torno da CUT – principal central sindical brasileira -, propôs políticas para os trabalhadores desempregados que visavam, em um primeiro momento, empregá-los para, então, organizá-los em seus fóruns. As Centrais de Trabalho e Renda (CTRs) são uma grande expressão dessa orientação, oferecendo cadastro de vagas de emprego e cursos de qualificação profissional, em especial para a parcela flutuante do exército de reserva. Essa política, no entanto, não impulsiona nem a organização coletiva desses trabalhadores, nem a mobilização, contribuindo para difundir, ainda que implicitamente, uma concepção de que a resposta dos trabalhadores e suas organizações frente ao desemprego é voltada para a consolidação de “adequações” e/ou “esforços” individuais diante do mercado de trabalho. Para além dessa prática, durante os “anos Lula”, a CUT também promoveu políticas que envolviam principalmente a parcela estagnada da superpopulação relativa, a exemplo da economia solidária, cuja Agência de Desenvolvimento Soliário (ADS) foi grande referência. Nesse sentido, mesmo que menos prioritária, a preocupação com a sobrevivência material urgente dos setores mais pauperizados das classes trabalhadoras e com a perspectiva da produção e geração de renda também esteve presente na CUT e não se restringiu ao MST.

Ainda que sejam importantes na atuação cotidiana da central e se localizem principalmente nas regiões em que a CUT é mais fortalecida, como o ABC paulista, essas políticas não aparecem no centro das diretrizes e resoluções encaminhadas pela entidade. Tendo em vista a diminuição das taxas de desemprego e o aumento das contratações formais durante os governos Lula, pode-se considerar que o pouco peso conferido às estratégias sindicais diante do desemprego nos documentos cutistas se apóia em uma análise muito positiva da conjuntura, na qual os trabalhadores em geral estariam conquistando novos ganhos e em que o desemprego e, inclusive, a pobreza não representariam mais uma ameaça tão marcante e incisiva sobre as classes trabalhadoras no Brasil. Cabe notar, além disso, que as estratégias sindicais da CUT se construíram de forma a acompanhar de modo estreito não apenas os canais de negociação com o governo federal,

mas as próprias políticas levadas à frente nesse período. Desse modo, tanto o incentivo à economia solidária, quanto os programas de qualificação profissional e a disponibilização de mais recursos para as centrais por parte do governo federal foram compatíveis com as ações organizadas pela CUT. Em outro sentido, contudo, por mais que a Reforma Agrária e a bandeira da redução da jornada de trabalho sem redução de salário continuem na plataforma de reivindicações da central, o espaço muito limitado para negociá-las e, mais ainda, para implementá-las nos governos Lula pode ter motivado a menor prioridade dada pela CUT a essas bandeiras durante esses anos.

Bibliografia

- ALMEIDA, Manoel Donato de. *Neoliberalismo, privatização e desemprego no Brasil (1980-1998)*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH Unicamp. Campinas: 2009.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. *Narrativas agrárias e a morte do campesinato*. Ruris, IFCH Unicamp, vol, 1, n. 2, set/2007.
- ALVES, Giovani. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- AMORIM, Elaine. *Desemprego e Lutas Sociais: a mobilização política dos desempregados*. Qualificação para Doutorado em Sociologia, IFCH Unicamp. Campinas: 2008.
- ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Scritta, 1991.
- _____. “Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro”. In: ANTUNES, Ricardo et all. (Org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicato*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- _____. “Introdução”. In: MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. “O trabalho flexível e a informalidade reconfigurada”. In: OLIVEIRA, Roberto Veras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (Org.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.
- ARAÚJO, Ângela; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. *El sindicalismo brasileño en la Era de Lula*. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo, v. 05, p. 83-112, 2011.
- BARRETO, Eleonora Frenkel. *Desemprego e (des)mobilização política: a luta do sindicato dos bancários de Campinas e região*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política – Unicamp. Campinas: 2004.
- BERGAMASCO, Sônia e NORDER, Luís. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).

BÉROUD, Sophie e MOURIAUX, René. “Para uma definição do conceito de ‘movimento social’”. In: LEHER, Roberto e SETÚBAL, Mariana (Org.). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2005.

BÉROUD, Sophie, MOURIAUX, René e VAKALOUULIS, Michel. *Le mouvement social em France: essai de sociologie politique*. Paris: La Dispute, 1998.

BOITO JUNIOR, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil – uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1991.

_____. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. “Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder”. In: BOITO JUNIOR, Armando; GALVÃO, Andréia (Org.). *Política e classes sociais no Brasil nos anos 2000*. Alameda: São Paulo, 2012a.

_____. *A frente política neodesenvolvimentista*. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, novembro de 2012b.

BOITO JUNIOR, Armando; MARCELINO, Paula R. P. e GALVÃO, Andréia. *Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000*. *Revista do Observatório Social da América Latina (OSAL)*, CLACSO, 2010.

BUZETTO, Marcelo. *Nova Canudos e a luta do MST no Estado de São Paulo*. *Lutas Sociais*, São Paulo, 1999, n° 6.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Comentários sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade*. CEBRAP, mimeo.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CASTRO, Bárbara. “Notas críticas sobre o projeto político de Paul Singer: economia solidária e transição para o socialismo”. In: GALVÃO, Andréia; AMORIM, Elaine; SOUZA, Júlia G.; GALASTRI, Leandro (Org.). *Capitalismo: crises e resistências*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. “A cooperação agrícola nos assentamentos do MST: desafios e potencialidades”. In: RODRIGUES, Fabiana C., NOVAES, Henrique T. e BATISTA, Eraldo (Org.). *Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

COLETTI, Claudinei. *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH Unicamp. Campinas: 2005.

_____. *O MST e os limites da luta pela terra no Brasil*. II Simpósio Lutas Sociais na América Latina, GEPAL, UEL. Londrina: 2006.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2010. Org.: Camila Ferracini Origuéla. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/luta_pela_terra.htm. Acesso em: 27 de julho de 2011.

DEMAZIÈRE, Didier. “Introdução: uma abordagem sociológica sobre a categoria do desemprego”. In: GUIMARÃES, Nadya e HIRATA, Helena (Org.). *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações*. São Paulo: SENAC, 2006.

Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), *Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho*. São Paulo: 2011.

_____. *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. São Paulo: 2012.

DRUCK, Graça. “Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro”. In: OLIVEIRA, Roberto Veras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (Org.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

ENGELS, Frederich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1986.

Explosão do neoliberalismo cria novas formas de luta. Entrevista de Maria Orlanda Pinassi a Débora Prado. Revista Caros Amigos, Edição 178, jan/2012.

Extrema-unção. Carta Capital, Ano XVI, n. 657, 03 de agosto de 2011.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FILGUEIRAS, Luiz e GONÇALVES, Reinaldo. *Desestruturação do trabalho e política social*. Trabalho apresentado no Seminário “Política social, trabalho e democracia em questão”, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento

de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília em 28-30 de abril de 2009.

GALVÃO, Andréia. *A CUT na encruzilhada: dilemas do movimento sindical combativo*. Idéias, Campinas, v. 09, 2003.

_____. “Reforma ou contra-reforma? O caráter regressivo das reformas sindical e trabalhista”. In: *Adunicamp – 30 anos*. Campinas: Adunicamp, 2007a.

_____. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/Fapesp, 2007b.

_____. *O marxismo importa para a análise dos movimentos sociais?* Comunicação apresentada no 32º Encontro da ANPOCS. Caxambu, out/2008.

_____. *O movimento sindical no governo Lula: entre a divisão e a unidade*. VI Congresso de La Asociación Latinoamericana de Sociología del Trabajo (ALAST). Ciudad de México, 2010.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Editora Loyola, 1997.

GOULART, Débora. *Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e subproletarização: elementos para um debate sobre a classe trabalhadora no Brasil*. Apresentação ao VII Colóquio Marx e Engels. Campinas, 2012.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. *Por uma sociologia do desemprego*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 50, out/2002.

HARVEY, David. *O novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

KOWARICK, Lucio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LEMO, Patrícia Rocha. *Cidadania e economia solidária na Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT*. Monografia de Conclusão de Curso em Bacharelado em Ciência Política. Campinas: IFCH Unicamp, 2008.

MACHADO, Eliel. *A (des)constituição de classe no MST: dilemas da luta anti-sistêmica*. Lutas Sociais, v. 17/18. São Paulo: 1º semestre de 2007.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. *A logística da precarização: terceirização do trabalho na Honda do Brasil*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campinas: IFCH Unicamp, 2002.

MARTINS, José de Souza. *Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível*. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, 11(2), pp. 97-128, out/1999.

MARX, Karl. *O capital – crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

_____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MENELEU NETO, José. “Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva”. In: OLIVEIRA, Manfredo e TEIXEIRA, Francisco (Org.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*. Fortaleza: Cortez Editora, 1996.

MÉSZÁROS, István. “A crise em desdobramento e a relevância de Marx”. In:

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

NUN, José. “Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal”.

In: PEREIRA, Luiz (Org.). *Populações "marginais"*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

_____. “O futuro do emprego e a tese da massa marginal”. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 56. São Paulo: 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A “Não Reforma Agrária” do MDA/INCRA no governo Lula*. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, ano 02, v. 33, ago/dez 2006, pp. 165-202.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

_____. “O ornitorrinco”. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Nathália Cristina de. *A importância das classes sociais na análise dos movimentos sociais no capitalismo contemporâneo: o caso da massa marginal e dos sem-teto*. Comunicação apresentada ao VI Colóquio Marx e Engels. Campinas: 2009.

_____. *Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Campinas: IFCH Unicamp, 2010.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. *Sindicato Cidadão: Novos Rumos do Sindicalismo Brasileiro?*. Oficina do Ces, Coimbra, n. 166, p. 01-22, 2002.

_____. “Para discutir os termos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização”. In: OLIVEIRA, Roberto Veras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (Org.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

PAULANI, Leda Maria. “O Projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses”. In: LIMA, Júlio C. F.; NEVES, Lúcia M. W. (Org.). *Fundamentos da Educação Escolar no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2006, p. 67-107.

PIGNONI, Maria-Teresa. “Desemprego e mobilização de desempregados na França e na Itália”. In: GUIMARÃES, Nadya e HIRATA, Helena (Org.). *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações*. São Paulo: SENAC, 2006.

PINASSI, Maria Orlanda. “Da miséria ideológica à crise estrutural do capital”. In: PINASSI, Maria Orlanda (Org.). *Da miséria ideológica à crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009a.

_____. “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e a completude destrutiva do capital”. In: PINASSI, Maria Orlanda (Org.). *Da miséria ideológica à crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009b.

POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. “Desempregados do Brasil”. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

_____. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

QUIJANO, Aníbal. “Estrutura urbana e marginalidade social”. In: PEREIRA, Luis (Org.). *Populações ‘Marginais’*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

_____. *Marginalidad e informalidad en debate*. Tercer Milenio, jan/2000.

Reanimação das lutas sociais e a esquerda na Europa hoje. Entrevista de René Mouriaux a Andréia Galvão. *Crítica Marxista*, n. 14, 2002.

RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio Soares de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

_____. “Fatos e mitos dos governos progressistas no Brasil”. *Correio da Cidadania*, 24 de outubro de 2012.

_____. *2013: o gato subiu no telhado*. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, janeiro de 2013.

SCHWARZ, Roberto. “Prefácio com perguntas”. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SHANIN, Theodor. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista*. *Revista Nera*, ano 8, n. 7, jul/dez 2005.

SILVA, Luciana Henrique da. *Práticas organizativas do MST e relações de poder em acampamentos/assentamentos do Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, CECH UFSCAR. São Carlos: 2007.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo – reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Davisson Charles Cangussu de. *A atualidade dos conceitos de superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal*. *Cadernos CEMARX*, n. 2, vol. 1. Campinas: IFCH Unicamp, 2005a.

_____. *Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região diante do desemprego no período de 1990 a 2002*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, FFLCH USP. São Paulo: 2005b.

_____. *Sindicalismo e desempregados no Brasil e na Argentina de 1990 a 2002: unidade e fratura entre o exército de operários ativo e de reserva*. Tese de Doutorado em Sociologia, FFLCH USP. São Paulo: 2010.

_____. *Lutas sociais e tradições de luta no Brasil nos anos 2000*. *Lutas Sociais*, n. 25/26, 2º semestre de 2010 e 1º semestre de 2011. São Paulo: junho de 2011.

STROH, Paula Yone. *Vai trabalhar vagabundo: a exclusão social e o protesto político dos desempregados em São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, PUC-SP. São Paulo: 1989.

VAKALOULIS, Michel. “Antagonismo social e ação coletiva”. In: LEHER, Roberto e SETÚBAL, Mariana (Org.). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2005.

VIANA, Nildo. *A teoria da população em Marx*. Boletim Goiano de Geografia (Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás), v. 26, n. 2, jul/dez 2006.

Sites Consultados

www.cut.org.br

www.dieese.org.br

www.estadao.com.br

www.folha.com

www.g1.com.br

www.ibge.gov.br

www.incra.gov.br

www.ipea.gov.br

www.mda.gov.br

www.mst.org.br

www.mte.gov.br

www.oglobo.com

Documentos

A Reforma Agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira.

MST, 08 de julho de 2009. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/7708>. Acesso em: 12 de dezembro de 2012.

Carta do IV Congresso Nacional do MST. MST, 2000. Disponível em:

<http://www.mst.org.br/node/7708>. Acesso em: 12 de dezembro de 2012.

Carta do V Congresso Nacional do MST. MST. Brasília: 2007. Disponível em:

<http://www.mst.org.br/node/7708>. Acesso em: 12 de dezembro de 2012.

Lei 8629, de 25 de fevereiro de 1993. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos.

Medida Provisória 2183-56, de 24 de agosto de 2001. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos.

Plataforma da Via Campesina para a agricultura. Via Campesina, 26 de maio de 2010.

Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/7708>. Acesso em: 12 de dezembro de 2012.

II Plano Nacional de Reforma Agrária. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004.

Balanco político sobre a reforma agrária no governo Lula. Secretaria Nacional do MST, 2006.

8º Congresso Nacional da CUT (8º CONCUR). Caderno de Resoluções. 03 a 07 de junho de 2003. São Paulo – SP.

9º Congresso Nacional da CUT (9º CONCUR). Caderno de Resoluções. 05 a 09 de junho de 2006. São Paulo – SP.

10º Congresso Nacional da CUT (10º CONCUR). Caderno de Resoluções. 03 a 07 de agosto de 2009. São Paulo – SP.

Anexo I – Questionários das entrevistas

Questionário

***Para dirigentes MST**

- 1) Quais as causas do desemprego?
- 2) Há solução para o desemprego? Quais?
- 3) Qual a base social do MST-SP? (desempregados, trabalhadores precários, beneficiários de política assistencial)
- 4) Qual o perfil de desempregado que procura o MST?
- 5) Como a luta pela reforma agrária se relaciona com a luta contra o desemprego?
- 6) A perspectiva da produção nos acampamentos contribui para envolver os desempregados?
- 7) Como o MST vê a relação entre empregados e desempregados? É possível realizar ações conjuntas com os sindicatos e as centrais?
- 8) Quais as principais dificuldades da organização de desempregados?
- 9) Como vê a relação entre acampados e assentados no interior do movimento?

***Para desempregados base do MST**

- 1) Está há quanto tempo desempregado?
- 2) Qual a última ocupação em que esteve empregado?
- 3) Já se organizou em um sindicato? Considera que o sindicato tem como um de seus objetivos a questão do desemprego e a organização do desempregado?
- 4) Por que começou a participar do MST?
- 5) Trouxe a família para participar do movimento?
- 6) Como o MST pode contribuir com os desempregados?
- 7) Como você sobrevive (bicos, seguro-desemprego, bolsa família, outra política assistencial)?
- 8) Produz alguma coisa em seu lote? Se sim, isso contribui para o seu sustento?
- 9) Como vê a relação entre acampados e assentados no interior do movimento?
- 10) Como vê a relação entre empregados e desempregados?

Anexo II – Transcrições de entrevistas⁵¹

23 de março de 2012, Assentamento Milton Santos

Carol: Liderança, quais as causas do desemprego?

Liderança: Eu acho que, no Brasil, na década..eu acho que grande parte da causa do desemprego foram as transformações promovidas pela flexibilização mesma do trabalho, né. Então, houve muita..o processo de reestruturação produtiva acho que levou a uma mudança, inclusive no perfil do trabalhador, né. Então, aquele trabalhador tradicional que a gente conhece, que conhecia, o trabalhador de carteira assinada com direitos garantidos, ele tem reduzido.

Embora, tenho visto na televisão (rs), que a gente está passando por um momento de crescimento, que têm mais pessoas com carteira assinada, mas eu acho que esse aumento não atinge a massa de pessoas que ficaram desempregadas nos anos 90 por conta dessa reestruturação. Eu acho que pode ser que esteja acontecendo isso de fato, que tenha crescimento, mas acho que isso não atinge todas essas pessoas.

A outra questão, que eu acho que atinge também, que causa desemprego também, é que a gente percebe que tem um grupo de trabalhadores que também não se enquadra nas exigências que o mercado coloca. Então, outra coisa que a gente escuta também, 'a gente precisa de mão de obra muito mais qualificada, e no Brasil não tem essa mão de obra qualificada'. E eu acho que tem mesmo muitas pessoas que são analfabetas funcionais, são pessoas que não têm acesso, a manusear a internet, por exemplo, o computador... essas coisas que, hoje em dia, estão se disseminando mais rapidamente no Brasil.

Então eu acho também que isso é uma coisa que pode ser um elemento. Mas eu acho que, mais fundamental, são as transformações mesmo da reestruturação produtiva; acho que esses outros são detalhes e muitas vezes são até formas de mascarar as reais causas do desemprego.

Carol: E você acha que há solução para o desemprego, hoje?

Liderança: Olha, eu acho que, como teve muitas alterações, eu acho que aquele emprego que se imaginava “a gente pensar num emprego e colocar todas essas pessoas no mercado de trabalho, garantindo o básico” eu vejo como uma coisa muito difícil de acontecer. Embora, a gente tenha... estamos passando por um momento que 'oh, tem possibilidade', eu vejo com muita dificuldade. Eu acho que é um desemprego mesmo estrutural, que não tem, que não se encontra resposta.

Carol: Na base social do MST, em São Paulo, qual que é o perfil do pessoal? Há muitos desempregados?

Liderança: Então, eu acho que a Base procura o Movimento é uma Base de pessoas atingidas por esse processo de desemprego. Não vejo, por exemplo, que a Base seja uma Base de camponeses, que veio, que quer lutar para conseguir um pedaço de terra e produzir nessa terra. Eu acho que, assim, a luta pela terra aqui no estado de São Paulo tem contornos de ser uma forma, um meio, que as pessoas acham para solucionar a sua vida. Não vejo assim um movimento de camponeses. Eu acho que são de trabalhadores atingidos por esse

⁵¹Substituímos o nome dos entrevistados por “Liderança”, “Dirigente”, “Assentado” ou “Acampado” a fim de preservar suas identidades.

processo de desemprego, e que não estão conseguindo se integrar no mercado de trabalho, e que já esgotaram todas as suas alternativas, também, de inserção. Não conseguiram se inserir e vieram para o Movimento, não só no MST, mas no MTD, no MTST... é uma forma de garantir uma conquista mínima, né.

Carol: E esse perfil de desempregado que procura o MST - você comentou um pouco que tem uma massa que não consegue atender as exigências do mercado - qual que é o perfil do desempregado que procura o MST? É esse o perfil?

Liderança: Então, eu acho que é... pessoas que não tiveram acesso à educação, você vê que o nível de escolaridade é baixa. São pessoas que exercem funções, atividades como, por exemplo, carpinteiros, ou trabalhadores da construção civil, que, na verdade, não vêm na profissão uma forma de garantir um espaço para viver.

Na verdade, a luta pela terra dá uma certa estabilidade, para a pessoa que conquista a terra, né. Que vai ter uma casa, e, além da casa, ele vai ter um espaço, que ele pode plantar para subsistência, pode plantar também para a comercialização. Então, ele tem casa, tem meios de garantir sua sobrevivência mínima e um espaço de convivência também diferenciado daquele da cidade. Isso também é uma das coisas que contam muito. A gente vê, nas falas de assentados, essa questão de que 'a vida da periferia é insuportável', é uma vida de muita insegurança, de instabilidade, de criminalidade. Então é uma busca também de criar, de educar os filhos num outro mundo, com outras relações, né. Isso conta bastante, eu acho, para essa busca.

Carol: Nesse sentido, então existe uma relação entre luta pela reforma agrária e a luta contra o desemprego...

Liderança: Sim, porque a luta pela terra é uma luta... eu acho assim, em termos de comparação, com a luta, por exemplo, do desempregado e com a luta do sem-teto, ela une. Ela não é uma luta só por um espaço de moradia, ela é uma luta por um espaço de moradia, mas é uma luta por um espaço também de produção. Por que as pessoas, inclusive, vão ser autogestoras, elas vão gerir esse espaço de produção.

Então, eu acho que ela alia. Eu acho que... ela pode ser uma solução para o desemprego? em escala? Talvez, se fosse realizada uma reforma agrária ampla e macia, talvez fosse uma boa tentativa, né. Inclusive para a questão da violência e outros problemas urbanos.

Carol: Essa perspectiva, então, da produção nos assentamentos, ela contribui bastante para envolver os desempregados?

Liderança: Essa perspectiva de você ter um espaço para produzir, acho que ela é um meio. E dessa segurança, dessa estabilidade, de ter um espaço para morar - ninguém vai poder me tirar dali "eu acho que contribui. Agora, no assentamento, num assentamento já criado, você dizer assim 'resolve o problema do desemprego ser um assentado de reforma agrária?' Não necessariamente. Porque as políticas públicas que vão ser implantadas para assentamentos rurais, elas são... acho assim, tem um bom conjunto de políticas públicas, mas elas são desarticuladas, elas são pontuais na verdade. No que se consegue integrar elas, quando se concretiza o assentamento. Por exemplo, eu acho que o conjunto de políticas, eu avalio que, a política de reforma agrária que está no papel é excelente. Mas tem, por exemplo, demora muito tempo para liberar os créditos, não tem uma assistência técnica eficaz e têm muitos problemas de infraestrutura nas áreas. De água... aqui, por exemplo, tem muito problema de água... o mais eu acho que é a questão da água mesmo, que é o principal. Sem água, não tem produção. Não tem como você pensar em ampliar a produção. Então, a produção aqui é precária e muitos dos assentados que moram aqui acabam tendo que fazer 'bicos' na cidade.

Mas, veja bem, é uma coisa muito diferente do que ele fazia anteriormente, porque agora ele tem um espaço de casa, e não precisa pagar aluguel; ele tem o espaço onde ele produz, para consumo e para comercializar; e ele faz 'bicos' fora, entendeu? Se você conversar com a maioria deles, eles não pensam em sair daqui para voltar para a cidade, porque aqui dá uma certa segurança, uma certa estabilidade.

Carol: Mas, em geral, a produção não dá para o sustento todo da família..?

Liderança: A quantidade de terra é pequena, um hectare só. E sem essa possibilidade de garantia de irrigação, não é possível produzir o ano inteiro. E teria que ser uma produção que fosse... teria que ser hortaliça, que não tivesse uma rotatividade grande, para você poder girar. Não dá, por exemplo, num hectare você fazer grandes plantios de mandioca, grandes plantios de fruta, não dá para dar renda. O que dá renda, que a gente têm visto, e o assentamento tá um pouco caminhando neste sentido, é a produção de hortaliças, né. Mas aí precisa de muita água.

--Áudio 2--

Carol: Sobre essa relação entre empregados e desempregados, como que o MST vê as ações junto com os sindicatos, com as centrais sindicais?

Liderança: Na verdade, o movimento, na sua origem, já tinha essa preocupação de articular a luta no campo com a luta na cidade. E, nos seus primeiros documentos, nos seus primeiros congressos, ele articulava a luta junto, inclusive com o partido, que era o PT e com a CUT, que era a central na época que era mais combativa, né. Então, o Movimento ele fazia lutas articuladas. Sempre fez lutas articuladas com outros setores da cidade. O problema é que o Brasil mudou (rs). Da década de 80 para cá a relação da esquerda se complexificou, mas o Movimento continua atuando, atuando neste sentido de fazer lutas conjuntas.

A questão agora é que, eu acho, que há uma flexibilização da questão das alianças. Então, por exemplo, centrais: o Movimento está fazendo luta com a Força Sindical, com a CUT, com a Intersindical. Então, eu não sei... as alianças antigamente eram alianças mais voltadas em torno de um projeto; me parece que esse projeto se esfacelou e, hoje em dia, as alianças são alianças (como eu diria), chamam de alianças táticas, né. Para questões mais pontuais. Não são alianças... eu não consigo ver mais essa questão de um projeto conjunto de construção de uma luta mais ampla. Eu vejo o Movimento participando de várias atividades com trabalhadores, com centrais de formações muito distintas, com objetivos muito distintos na sua origem. Mas, assim, é uma coisa que está sempre presente essa articulação da luta do campo com a luta da cidade.

Nessas regiões, a gente está um pouco... vou falar um pouco da idéia da criação desse assentamento, que vem de uma proposta de comuna da terra. A proposta da criação, da elaboração das comunas da terra passaram por uma discussão, inclusive de aproximar a luta do campo, com a luta da cidade. Então, seriam assentamentos próximos das cidades, que ajudariam a manter essa relação mais próxima, mais cotidiana, com essa militância que estaria na cidade, entendeu? Com os sindicatos. Então, por exemplo, imagina que o *Milton Santos* é um... ele está num local muito privilegiado, de uma esquerda muito atuante, também. Que é, por exemplo, a gente tem, assim, tradicionalmente em Campinas forças de esquerda combativas muito importantes: Sindicato dos Metalúrgicos, tem de Campinas, de Limeira; o Sindicato dos Químicos; o Sindicato da Construção Civil. Então, não é à toa que se pensou em criar na região aqui e nem de pensar na construção de acampamentos e

assentamentos aqui. Tinha essa vinculação também, a localização das áreas, uma área próxima à Anhanguera, próxima de São Paulo. Então, era de você aproximar mesmo essa relação com essas outras organizações da classe trabalhadora da cidade.

Carol: Você podia falar um pouquinho dessa idéia da comuna da terra? Qual a diferença em relação aos assentamentos comuns?

Liderança: Então, a gente fez muitos debates sobre a questão da comuna da terra. Hoje, no Movimento, esse debate ele está meio que esquecido. Porque, na prática, o que a gente conseguiu nas comunas, efetivamente, é a proposta de um assentamento muito rebaixado (rs). Porque, no que se difere um assentamento aqui e um assentamento numa outra região? Praticamente nada (rs). Sendo que aqui a gente tem piores condições, no sentido de pouca terra. Então, é difícil. É um assentamento muito ‘precarizado’. São assentamentos recentes, principalmente no governo Lula, são assentamentos ‘precarizados’, se você avalia a constituição, o desenvolvimento deles nesse período...o *Milton Santos* vai fazer sete anos. Mas a proposta da comuna, ela propunha diferenças. Primeira, essa questão de não ser um espaço para além de um espaço da produção. A comuna tinha um objetivo político, não era ‘as comunas vão ser espaços onde vai ter grande produção’. Claro, ele ia ter produção, mas, inclusive com a questão da proximidade das cidades, ia ser uma produção diferenciada: tinha-se a ideia de produção, de criação de agroindústria; a ideia de um hectare, na verdade nunca foi bem aceita, nem pelo Movimento. A idéia era que fossem de três a cinco hectares, mas aí as condições levaram a essa situação. A gente tem assentamentos no estado que tem... que é meio hectare, imagine como é que as pessoas vão conseguir sobreviver nesse tipo de assentamento. E é por isso que a gente fala que é um assentamento ‘precarizado’ e em piores condições do que os assentamentos mais antigos, nesse sentido. Porque a relação é o seguinte, é possível garantir a sobrevivência da família com essa quantidade de terra, nessas condições? Atualmente não é. Isso eu sei, porque a maioria das pessoas tem que ter um outro tipo de complemento de renda. Não tem sido. Mais assim, têm vários estudos, inclusive. O pessoal da ESALQ tá pesquisando para ver como é que poderia se tornar, então, um assentamento viável para as pessoas que moram aqui, para viver dessa renda. Porque, na verdade, a idéia dos assentados, dos acampados, não é voltar para o mercado de trabalho, é conseguir sobreviver na terra. As condições objetivas é que não tem garantido isso. É mais vantajoso, hoje, em alguns... É mais vantajoso hoje a pessoa ir trabalhar na cidade e ter seu salário garantido, inclusive direitos mínimos garantidos, do que ficar aqui na roça e não ter a sobrevivência garantida e nem os direitos.

Então... mas a gente está falando da comuna. Então a comuna tinha, como princípios, a cooperação, posse coletiva, essa articulação da cidade (tinham brincadeiras né, ‘o militante ia trabalhar na roça durante o dia e ia militar à noite’, era muito idealista, para você ter uma idéia, imagine depois de trabalhar o dia inteiro na roça e o cara ter condições de militar na cidade, difícil) e o espaço de vivência comunitária diferente também, onde você teria uma preocupação com o desenvolvimento da vida comunitária, que, na verdade, a gente não conseguiu desenvolver, não conseguiu fazer. A área coletiva anda meio que abandonada porque a gente, agente enquanto Movimento, enquanto que organização, não conseguiu dar resposta para essa dimensão mais organizativa. Claro que não depende só da militância, depende da comunidade, também. Então têm limites dos dois lados. Mas, assim, não se transformou nisso que se imaginava, que a gente sonhava, né.

Então, o problema da proposta da comuna tinha uma grande idealização e a gente se esqueceu do seguinte detalhe, o Movimento propunha fazer coisas e a organizar esse espaço, sem levar em conta, inclusive, a intervenção do Estado nesse espaço. Como se a

gente conseguisse dar conta de organizar um assentamento da forma como a gente imagina e que a gente quer. Têm dois limites: um é a comunidade, o que a comunidade quer? Não necessariamente é o que está na cabeça do militante; o que que é possível dentro das normas estabelecidas pelo Estado, e a partir dessa intervenção desse Estado? Da forma como o Estado conduz as coisas? Por exemplo, vamos pensar, a questão de você pensar a cooperação. Para você pensar a cooperação você teria que ter, por exemplo, uma preocupação também do agente público, de discutir coletivamente tudo, aplicação de créditos e tudo o mais. E é muito mais trabalhoso fazer isso, entendeu? Demanda muito mais tempo desse agente. Para ele é muito mais fácil chegar aqui e conversar com o assentado e decidir como é que vai ser aplicado o crédito, e pronto, do que fazer discussões em grupos e coletivos, para poder ver como é que vai ser feita essa aplicação. Então, a forma como é feita a intervenção, é a assistência técnica, interfere nessa questão organizativa. Não é só do jeito que a gente quer, têm outros fatores que interferem.

Carol: Além da questão do tamanho da terra, a própria política agrária, de crédito, ela dificulta.

Liderança: Ela interfere bastante. Ela interfere bastante, qual a condução. Porque, enquanto as famílias estão acampadas, o mediador é o Movimento; depois que as famílias estão assentadas, elas não precisam mais de um mediador. E isso é uma alta diferença. Ela negocia direto com o Estado.

--Áudio 3--

Carol: Entendi. Até era sobre isso que eu ia te perguntar agora. Como você vê essa relação entre os acampados e os assentados, no Movimento?

Liderança: Acampados e assentados?

Carol: É.

Liderança: (suspiro) É uma relação conflituosa, né. Em alguns momentos há uma relação de solidariedade e, em outros momentos, há uma relação de negação. Isso 'advenciou' aqui no último período. Mas a gente só consegue ver essa relação entre acampados e assentados, se são feitos acampamentos próximos de assentamentos. Se não, você não tem como ver essa relação. Então, eu acho assim, que tem momentos de solidariedade, de identificação com esta questão da luta dos acampados, mas tem momentos de negação também. De não reconhecimento do assentado neste momento de luta estranho... é, não sei como eu consigo explicar melhor, deixa eu tentar explicar a partir de uma experiência minha concreta. A gente já fez várias lutas aqui próximo, para poder denunciar a ocupação irregular da usina Ester de terras públicas, e a gente sempre utilizou o espaço do assentamento como um espaço de recuo. Em alguns momentos, houve muito conflito nessa relação. Então o acampado, claro, se identifica com a luta... o assentado se identifica com a luta do acampado, desde que isso não afete a sua condição. A partir do momento que começa a criar problemas internos, seja na questão da água, seja na questão do espaço, seja porque a usina fechou a portaria depois que houve a ocupação e não deixa mais os assentados passarem (que é uma forma de retaliação também). Então, começa a ter um processo de negação.

Eu acho que tem um processo aí de outros agentes também que influenciam. A usina tentou fazer uma - da última vez, nesta última ocupação - tentou fazer uma pressão sobre os assentados, para que estes assentados não prestassem solidariedade. Então...

Carol: A própria usina?

Liderança: Sim. Por exemplo, para passar na portaria, você tinha que dar: nome, RG, CPF, placa do carro e o seu carro não podia ser visto na ocupação. Se o carro fosse visto na ocupação, não passava na usina. Sabe, esse é o tipo de coisa que é para...

A outra coisa, boatos que rolavam, é o seguinte 'olha, os assentados que forem contribuir na ocupação vão perder sua terra'. Então, esse tipo de coisa coloca, pode chegar a colocar acampados e assentados como se fossem... (como) se tivessem ringues diferentes, (como) se fossem em lados diferentes do ringue.

Carol: (como se) tivessem concorrendo por um mesmo espaço...?

Liderança: É, ou, sabe, que tivesse uma contradição. Mas, assim, houve momentos também de muita solidariedade dos assentados em relação aos acampados. No momento que teve o despejo, que a tropa de choque cercou o assentamento e o acampamento, os acampados foram refugiados nas casas, nos lotes dos assentados. Então, é uma relação conflituosa, em alguns momentos se reconhece e em alguns momentos nega. Lembrando que a influencia da mídia está em todo momento nessa relação de separação, de distinção. E aí, em certo sentido, muitos assentados vêm o seguinte 'agora eu tenho, agora eu conquistei o meu pedaço de terra, eu não preciso continuar num processo de luta', por exemplo, 'Eu já conquistei a minha terra'.

Carol: 'Já atingi o meu objetivo'.

Liderança: 'Já atingi o meu objetivo', é. E não se vê enquanto classe. Que tem um monte de pessoas que está na mesma condição que ele esteve um dia, que precisa que esta luta continue.

Carol: Por fim, pensando assim na dinâmica da ocupação, na dinâmica da conquista do assentamento e tudo o mais, quais as principais dificuldades de organizar uma base de desempregados?

Liderança: É porque, na verdade, para você organizar as pessoas, você organiza pelo território. Eu penso isso. Por exemplo, como é que você organiza trabalhador? Organiza pela fábrica, o (trabalhador) que está trabalhando. Eu acho que essa é uma dificuldade. Como que você organiza... por exemplo, fazer uma luta de desempregados é extremamente complicada. Onde você vai achar os desempregados? Na fila do seguro-desemprego (rs)?! Vai ficar lá esperando e falar 'olha, a gente está pensando uma ação que reúna os desempregados'?! Os trabalhos de base, a forma de relação, é por território. É nas periferias das cidades. É esse o local, que eu vejo, de organização. E de organização da classe trabalhadora, em geral. Fora do espaço da fábrica, claro, o espaço da fábrica é um espaço importante, ainda. O Local do trabalho é um local importante, é uma questão importante. Mas, fora isso, acho que é periferia, é na periferia que se organiza, né... os que estão a margem.

-- Áudio 4 --

Carol: E essa questão da produção, da necessidade dele ter alguma subsistência, isso aparece com mais dificuldade, também, para organizar?

Liderança: Eu não entendi a questão.

Carol: O desempregado ele tem essa necessidade urgente de ter algum jeito dele se sustentar. E isso, às vezes, acaba afastando muita gente de se organizar mais permanentemente na atuação política, porque ele precisa estar sempre buscando algum sustento...

Liderança: Olha, tem um momento aí de: as pessoas se organizam pela necessidade, para lutar por alguma coisa. Na Defesa da Ana, a Maria Orlanda Pinassi falou isso que 'o que faz as pessoas se unirem para lutar é a necessidade', não é a consciência política. Algumas pessoas tem uma consciência política; e algumas pessoas, dessas que se organizam, vão desenvolvendo uma consciência política a partir de um processo de luta e de enfrentamento, mas nem todos. Então, eu não vejo que isso seja um elemento que dificulte a organização.

Carol: Mas que motive, talvez...?

Liderança: É... a necessidade é o que motiva, né. Agora você, por exemplo, como é que você faz... o que que é que os movimentos sociais e os dirigentes, os militantes fazem? É mostrar que essa necessidade, que você considera como uma necessidade sua e um problema seu, seja relacionado num outro plano. Que é esse plano da política: 'olha, você está sim, nessa condição, porque existe uma política econômica, existe interesses por trás, a gente vive numa sociedade que é uma sociedade capitalista que se organiza desse jeito, e que pra romper com isso você tem que se organizar e lutar. Ou, então, você vai ficar o tempo inteiro estar sendo submetido a essas condições'. Então, eu acho que, isso aí tem uma divisão, tem uma diferenciação, né. Quem mostra isso, eu acho que é esse militante, esse dirigente, que passou por outros processos e que desenvolveu essa consciência. Essas pessoas que estão entrando nesse processo de luta, elas podem vir a desenvolver isso no decorrer da luta, essa consciência de que a necessidade que ele tem está para além dele e que se articula com a necessidade de outros. Que é esse sentimento de classe, talvez, de pertencimento a uma classe, uma condição de classe. A partir de sua condição de classe, se identificar com uma classe. Então, eu não sei se essa seria a melhor formulação, inclusive, da questão. 'Qual é a relação entre...'

Carol: As dificuldades materiais e o envolvimento com a luta.

Liderança: ...as dificuldades materiais e o envolvimento com a luta. Eu acho que, na verdade, não é empecilho. Não vejo que seja um empecilho.

Carol: Tem mais alguma coisa que você queria comentar sobre isso? A relação do desemprego com...? Se, aqui no assentamento você vê essa questão da consciência de classe dos assentados se desenvolver na medida em que vai participar...?

Liderança: Então, eu tendo a concordar com uma linha de que a consciência é um processo em movimento. Não é assim, você vai adquirir e vai ficar a vida inteira com aquela consciência. Mas, eu tenho um sentimento – eu falei recentemente – assim, que eu vivo numa comunidade. E esse sentimento de comunidade ele é interessante, por exemplo, o que é que faz essa comunidade se unir em alguns momentos? Parece uma comunidade dispersa, de indivíduos atomizados, às vezes, cada um cuidando de seus interesses. Mas, qualquer ameaça ao assentamento faz com que se recupere esse histórico, esse processo da luta. Então, em alguns momentos, a gente observa, eu observo que as pessoas se mobilizam. Só que aí, se é uma mobilização em busca...sei lá, se é revolucionária ou revolucionária, no sentido de que 'ah, se mobilizam não para uma transformação social, mas se mobilizam para garantir o que já conquistaram' ? Pode ser, mas, eu acho assim, que não é só a motivação econômica, de preservação, que mobiliza. Às vezes têm outras questões que mobilizam também. Agora, é muito subjetivo isso, e eu ainda não tenho condições de dizer o que que garante isso. Mas é como se essa experiência do processo de luta estivesse latente. E, em alguns momentos, isso ressurgiu. E eles são muito auto-organizados, inclusive. Eles têm uma experiência organizativa, uma experiência de luta, que aparece às vezes.

Carol: E nesses momentos de ameaça ao assentamento, de dificuldades, os sindicatos eles aparecem como aliados? Contribuem com a luta, também?

Liderança: Sim, eu acho que sim. Eu acho que, aqui, a gente tem uma... é um processo, assim, de auto-socorro (rs). Quando eles precisam de socorro, agente vai lá; quando a gente precisa, eles vem aqui. Eu acho que isso está muito presente na cabeça dos assentados, de que o processo de conquista daqui não foi um processo de conquista só do Movimento, mas que teve um monte de outras organizações que ajudaram nesse processo de conquista.

Carol: Só para finalizar, tem muitos assentados que recebem política assistencial do governo? Por exemplo, Bolsa Família.

Liderança: Ah, tem viu. Eu não sei dizer quantos. Eu não fiz uma avaliação disso, mas tem. Têm muitos assentados que recebem Bolsa Família, viu.

Carol: E isso pesa na renda?

Liderança: Pesa na renda. É que, na verdade, eles vivem numa situação ainda de insegurança nessa questão da renda. Acho que, inclusive, isso causa problemas nas assistentes sociais. Para as assistentes sociais, se o cara está aqui assentado, ele tem que se virar e produzir e tirar o sustento. Só que não observa todas essas outras contradições. De que, nesse momento, o assentado não está conseguindo, ele está num processo... aqui, o assentamento está num processo de implantação, de começar a acontecer, entendeu? Então, eu acho que está iniciando ainda. Ele está começando a.. Eles não estão em condições ainda de garantia mínima. O assentamento, segundo o presidente nacional do INCRA, leva, depois que as famílias estão assentadas, oito anos para a implementação das políticas públicas. Imagina para as famílias estarem numa situação de estabilidade! Vai demorar, sei lá, uns quinze anos. Para que, vamos supor, leva oito anos para a implantação do Pronaf...

Carol: O assentamento aqui está com sete? Seis?

Liderança: Ele está com sete, mas ele, por exemplo, não recebeu o Pronaf, ainda. O Pronaf tem recursos que são para investimentos. Por exemplo, frutas, sabe. A produção agrícola, ela demanda um tempo para poder...né. E aí, é essa questão desse tempo eu acho que tem que ser considerada. E essas outras contradições de que 'será que a gente vai conseguir construir um assentamento como deveria ser? Para que essas famílias consigam...tirar... ter uma renda?'

Carol: Tirar todo o seu sustento.

Liderança: Porque eu acho que tem um peso aí da ausência do Estado... na garantia. E aí o próprio Estado quer cobrar que eles cumpram com... se não for oferecidas condições mínimas para que eles consigam se desenvolver.

Carol: Eu acho que é isso, Liderança. Obrigada, muito obrigada.

Liderança: Foi um prazer.

Assentado 1: ...nós lá, porque sabe que todas as coisas são difícil no começo, não é verdade? Mas a gente foi indo, foi indo, até que chegamos nesse ponto aqui, pegamos um dinheirinho pra nós, pra nós faz a metade da casinha que você tá vendo aí, né. Metade eu pus do meu bolso, né. E, no mais, a gente foi trabalhando. Eu mesmo eu tenho... agora eu to com 400 pés de banana e já começou a produzir, já recebi um dinheirinho ali e agora eu acho que só vai melhorar. No mais, eu não tenho queixa, não. Tá bom alguma coisa, inclusive, agora, semana passada, o pessoal do INCRA, da AIPA de Americana, de Cosmópolis, tiveram aí. Fizeram umas promessas boas, que vamos TR o encanamento agora, com água suficiente. Porque, até aqui, faltou água, só tem o poço aí, né. Mas, no mais, tudo bem e ó, to crendo agora que, daqui pra frente, vai melhorar. Eu mesmo já to, já sei aonde ir buscar umas mudas, que eu não vou ficar só com a lavoura de banana, não. Eu quero ver se planto... de graviola tenho certeza que vou plantar, agora da lichia, eu não sei se vou, porque a informação que eu tenho é que é umas mudas muito cara, né. Se for muito caro, eu não vou comprar; mas se for de R\$10 pra baixo, eu quero ver se compro, pelo menos, 50 mudas. Pra eu ampliar, porque só uma coisa, às vezes, se tem uma coisa que para naquele ramo, tem o outro, não é verdade? E com isso, o que eu posso dizer pra você é que eu to satisfeito aqui. Tenho minha casinha, to trabalhando, já comecei a ganhar um dinheirinho aí. Tá bom.

Carol: E com o que o senhor ganha aqui na produção dá pro sustento do senhor?

Assentado 1: Daqui prá frente, eu acredito que vai dar. Até aqui, pra mim, não deu. Mas, daqui prá frente, eu acredito que vai dar. Pelo o que eu já tenho recebido, e agora a gente vê que vai aumentar, vai dar pra mim sobreviver daqui.

Carol: Ah, que bacana. E, até hoje, além da produção aqui, o que mais o senhor fazia pra renda?

Assentado 1: Eu sou aposentado.

Carol: Aposentadoria.

Assentado 1: Do INSS, né. Então eu, todo mês, eu vou lá e recebo meu pagamentinho, e vou levando minha vida assim. Agora, já aqueles um que não tem essa aposentadoria, eles já leva a coisa um pouco mais difícil, já, às vezes atrasa o pagamento da simultânea. Mas todo mundo vai, conforme deus ajuda a gente.

Carol: E quando o senhor tava trabalhando lá na oficina, o senhor não chegou a participar de algum sindicato? Algum outro movimento?

Assentado 1: Não, não. Eu era sócio no sindicato dos metalúrgicos, mas isso foi antes de eu aposentar, né. Aí depois eu me aposentei, eu fiquei sem participar de nada. Depois eu entrei de sócio com o sindicato dos aposentados. Então, é a única coisa que eu sou sócio, é nisso.

Carol: E por que que o senhor começou a participar do MST? Qual foi a motivação, assim?

Assentado 1: Olha, eu tinha um colega - até, a Luciana conhece bem ele, se tivesse falado o nome, ela ia lembrar - ele sempre ia na minha oficina e fizemos amizade. Conforme nossos assuntos, ele viu que eu gostava de lavoura. E, de fato, eu gosto mesmo, eu fui criado em lavoura. Eu mudei pra cidade eu já tinha 17 anos. Fique na cidade até aposentar, mas sempre tive vontade de ter uma chacrinha, que nem a que eu tenho aqui, né. E aí, então, ele falou pra mim do MST. E eu até falei pra ele "Mas, rapaz, a gente ouve falar tão mal do MST, a gente vê na televisão"; aí ele falou "Mas não é nada disso. O MST ele vai, ele ocupa uma área que, às vezes, ta até ilegal com a prefeitura, acostado. Enfim, fica

mesmo briga aí. Tem briga que o MST perde, tem outras que ele ganha. Mas, pra quem quer um pedaço de terra e tem coragem de enfrentar, não é ruim, não”. E eu acreditei nisso e conversei com o Marcio, aí falei pra ele “A hora que tiver uma ocupação, vem aqui, me avisa, que eu vou junto”. E foi de fato. Ele foi e me falou, “Olha, fica meio pronto aí, que ta por perto. Eu não sei aonde que é, mas vai ter uma ocupação”. Aí fiquei mais ou menos. Quando que eu fiquei sabendo, já era madrugada, já. Quando que o pessoal do MST entraram na granja da Malavasi. Aí também eu me aprontei, eu tava já com a mala pronta e tudo. E cheguei lá na granja Malavasi e entramos lá. De lá tivemos que sair, fomos para a fazenda Santa Julia. Ficamos lá uns dias também. Aí saímos e viemos pra cá, e aqui nós estamos até hoje. Parece que aqui nós estamos firmes, por tudo o que o INCRA já fez pra nós aqui, acho que aqui nós tá... Deu documento pra nós já, então acho que aqui nós pode ficar tranquilo, viu. E eu não tenho intenção de largar disso. Tenho intenção de largar sim, se eu fosse mais moço, que eu saúde suficiente. Que eu tenho problema nos dois joelhos, sabe. Eu trocaria com um lote maior; que nem, teve companheiros que foram para Iaras, né, e lá eles pegaram um lote de 100 alqueires. Então, eu pegaria uma dessa. Mas como eu acho que minha força já não dá mais, cuidar direitinho desse aqui, eu to tranquilo.

Carol: Aqui é um hectare, né?

Assentado 1: Um hectare, aqui é. Um hectare.

Carol: É, o pessoal tava comentando comigo, que, às vezes, é um espaço pequeno pro pessoal produzir pro sustento da família toda, né? Que tem alguns assentamentos maiores...

Assentado 1: Olha, depende viu. Que a lavoura, eu acho que você já é formada que sabe muito mais do que eu, mas eu conheço um pouco. Depende do que a pessoal vai fazer. Porque, olha, eu pedi pros técnicos do INCRA, o Raimundo – não sei se você conhece eles, o Raimundo, o Jorge?

Carol: Não conheço.

Assentado 1: Eles são os técnicos do INCRA, que vêm visitar nós aqui. Então, eles falaram pra mim, que um trator, pela quantidade de terra que é, o INCRA não aprova. O trator né. Mas é dependendo, sabe, porque você veja bem, um hectare de terra, pra fazer ele de hortaliça, olha, precisa umas vinte pessoas. Precisa.

Carol: Nossa.

Assentado 1: Pra fazer em hortaliça. Agora, pra plantar milho, não dá nada. Milho, feijão. Isso aí um homem que tem saúde e que sabe trabalhar na lavoura, de milho, de feijão, aí ele tem um trator e ele trata 10 alqueires. Você entendeu?

Carol: Nossa.

Assentado 1: Ele toca 10 alqueires. Agora, de hortaliça? Eu conheço na região de Mogi das Cruzes, eu conheço aqui em Itapiraí, também, na estrada que desce pra Sorocaba. Ali, a lavoura dali é quase só hortaliça, viu. Aqui em Limeira, ali exatamente onde eu tinha a oficina, duas quadras pra cima, tem ainda uma horta lá de um senhor, é três lotes! É 30 metros por 40. Você veja bem, dava pra fazer 1.200 metros, sobre quatro pessoas. E trabalha direto. Então, depende do ramo que a pessoal vai tocar encima daquilo. Conforme o ramo, um hectare é muita terra, e, conforme o ramo, não dá nada. Planta ilho aí, trata de mia dúzia de galinha, pronto. Quer dizer... Entendeu?

Carol: E a família do senhor veio junto pra cá?

Assentado 1: Veio. Eles, cada em quanto, eles tão aí. É que agora, ultimamente, to só eu e minha mulher. Mas, até agora ela tá ocupada com um filho lá, que ele não anda muito bem de saúde, ela tá meio desanimada, sabe. Mas ela vem pra cá, ela já teve aqui umas par de vezes. Mas antes era agarrada com os filhos, agora é agarrada com os netos, né.

Carol: Ah, bacana. Então, a vida do senhor tá melhor aqui do que era na cidade, o senhor acha?

Assentado 1: Ah, muito melhor!

Carol: Muito melhor.

Assentado 1: Mas é porque eu gosto disso. Se não, quem não gosta, não gosta, né. Mas pra mim aqui é muito melhor.

Carol: Então, o MST ajudou bastante assim o senhor? O MST contribuiu bastante com o senhor?

Assentado 1: Ah, contribui. Não vou dizer que contribuiu bastante, não. Mas ajudou bem a gente, sabe. Ajudou a gente, sim.

Carol: Me fala uma coisa, o senhor tem contato com o pessoal dos acampamentos aqui perto? O pessoal do Elisabete?

Assentado 1: Não. Eu saio pouco, sabe. Meu vizinho aqui, o Assentado 2, ele mesmo sabe. Eu tenho problema nos meu dois joelhos, sabe. Então, o dia que eu ando bastante, à noite dói meus joelhos. Mas sofro isso desde moço. Então, não sou desanimado, não, porque eu sei que essa eu vou levar comigo.

Carol: E você, Assentado 2? Quando você veio participar daqui da ocupação você tava desempregado, ou tava empregado em alguma coisa?

Assentado 2: Eu tava desempregado e nem sabia o que era MST. E, um dia, reuniram a turma lá e foram ocupar a granja Malavasia, e disse que ia ganhar terra. Então, meu incentivo foi esse. Eu nem sabia o que que era MST. Então, eu entrei no embalo e to por aqui até hoje.

Carol: Ah, que bacana.

Assentado 2: Mas eu não tinha experiência nenhuma o que que era MST.

Carol: E o MST contribuiu com você?

Assentado 2: Sim. Uma parte sim, porque, se não fossem eles, eu não estaria aqui. Porque nós sozinhos não ia entrar numa terra dessa, entendeu? Com certeza, eles deram um passo primeiro.

Carol: E você produz, também, no seu lote, que nem o Seu Jozé?

Assentado 2: Pouco, por causa que eu não tenho condição. Eu sou sozinho aqui, por enquanto, então a produção minha é pouca.

Carol: Que que o senhor planta por lá?

Assentado 2: Feijão, milho, um pouco de banana. Agora eu to plantando um pouco de tomate ali, mas tá meio... tomara que eu não perca, tá meio devagar.

Carol: Tá difícil?

Assentado 2: Tá difícil, por causa de água, né.

Carol: Ai. O pessoal comentou que tem mais dificuldade de água aqui, né?

Assentado 2: É. Então, referente o custo de vida aqui, pra mim não ta fácil. Que nem ele relalou ai, pra ele tá que ele é aposentado, tem a renda dele todo mês, né. Eu, se fosse pra viver só daqui, pra mim não daria. Eu tenho meus filhos lá, meus filhos me ajudam, sabe. De vez em quando, pouco, mas me ajudam. Não é fácil.

Carol: E aí, além da produção aqui, o que mais que o senhor faz pra complementar a renda?

Assentado 2: Então, nada. Falo que eu sobrevivo aqui, meus filhinhos, quando vêm, trazem alguma cesta básica pra mim. Então, a gente vai dando a vitória.

Carol: Quando que foi a última ocupação que o senhor esteve empregado?

Assentado 2: Que eu tive empregado?

Carol: É.

Assentado 2: Ah, faz muito tempo que eu tive. Acho que faz uns oito anos que eu tive empregado.

Carol: O senhor trabalhava onde?

Assentado 2: Eu trabalhava numa firma lá perto da santa casa, agora esqueci o nome dela. Construção da santa casa, aquele prédio novo que fizeram.

Carol: Em Campinas?

Assentado 2: Não, aqui em Limeira.

Carol: Ah, Limeira. E o senhor, quando tava trabalhando, chegou a participar de algum sindicado?

Assentado 2: Não.

Carol: O MST foi o primeiro movimento assim que...

Assentado 2: Sim. Eu não conhecia. Acompanhei os sem-terra e cheguei a conhecer agora. Um pouco, né.

Carol: E, quando o senhor ficou desempregado, recebeu seguro desemprego, ou não?

Assentado 2: Recebi.

Carol: Mas só pouco tempo, né? Alguns meses?

Assentado 2: Pouco tempo, e o dinheiro, quando a gente recebe, já ta devendo tudo.

Carol: Quando a gente recebe, já ta devendo tudo. E o senhor recebe alguma outra bolsa do governo, hoje?

Assentado 2: Não. Recebi aquele bolsa família, mas cortaram.

Carol: Cortaram?

Assentado 2: Cortaram. Aí, agora, não recebo nada.

Carol: Quando você recebia bolsa família ajudava?

Assentado 2: Certo. Era pouquinho, mas ajudava bastante. Chegava no final do mês, precisava do dinheiro do gás, de alguma coisinha, tinha. Agora ficou...

Carol: E o senhor tá aí sozinho? A família não tá junto por aqui?

Assentado 2: Não, por enquanto, não. Vem um pouco aí, vai embora, vem um pouco. Então, fica meio dividido. Mas eu to levando a vida sozinho.

Carol: Bacana. E o senhor concorda aqui com o Seu José, que a vida é melhor aqui no MST, do que antes?

Assentado 2: Olha, eu vou ser bem sincero pra você, bem sincero. Na cidade, pra quem tá trabalhando, não tem lugar melhor. Não é pra mim, que já to velho já, não consigo arrumar emprego. Acho que aí tá melhor que a cidade.

Carol: E por que que o senhor acha que não consegue arrumar emprego?

Assentado 2: Uma, que eu não tenho estudo, já é uma dificuldade, né; e outra, que eu to velho. Então, eles preferem mais os rapaz novo, que tem mais disposição pra trabalhar.

Carol: Tá certo, então. Obrigada. Tem mais alguma coisa que vocês queriam falar? Sobre a experiência do assentamento? Das Lutas?

Assentado 1: Não, eu fico muito contente de você vir pra fazer essa entrevista com a gente, porque, pelos menos, fica informado da vida dos... da turma da roça. Porque fácil não é, não. Não é fácil.

Carol: Apesar deles dizerem por aí que é fácil, né? Não é fácil, não.

Assentado 1: Um pedacinho de terra... você perguntou pra ele da terra, a terra é pouca, na realidade. Então vai sair esse Pronaf aí, agora. Uma oportunidade boa de nós começar. Como é que nós vamo pegar R\$20.000,00 se tá dívida há dez anos pra nós pagar esse dinheiro? Num pedacinho de terra desse tamanho. Sem água, que a dificuldade tá tremenda

aqui. Se nós fossemos uma terra maior, que nem você vai lá pra Iara, nós se mudamos pra lá, eles põe água, vamos supor, 20 galoche. 20 bezerro. Se desse esses 20 bezerros, daqui a três anos daqui como é que nós vamos pagar o Pronaf? E agora pegar 20.000 e investir nisso daqui? É uma dúvida, né. E isso não dá pra gente dormir tranquilo, não.

Carol: Ah, ta. E demorou quanto tempo pra sair esse Pronaf também?! Porque já faz sete anos da ocupação, né? Aqui do assentamento.

Assentado 2: Olha, eu acho que, seu não me engano, eu acho que o primeiro que tá recebendo esse Pronaf é ele aí, é o José. Porque os outros tão tudo enrolado aí, tão co uma ‘advocacia’ tremenda. Não sei por quê.

Assentado 1: Só que eu entreguei documento no banco, o projeto da gente... você conheceu o Mateus? Técnico que o INCRA tinha aqui?

Carol: Não.

Assentado 1: Trouxe o papel aí pra assinar, “Você quer que eu leve no banco, ou você mesmo leva?”, “Não, você leva”. Aí fez um ano e meio, um ano e meio. E o cara, quando vai lá no banco, “Ah, não tem nada pronto” e isso e aquilo. E, assim, esperou um ano e meio. E outra, só eu e mais outros colegas aí que recebeu, a maioria não recebeu nada.

Assentado 2: Teve o Gilmar também, né?

Assentado 1: Eu e o Gilmar só que recebeu.

Assentado 2: Agora, eu não sei por quê. Se é do INCRA, se é do banco. É muito devagar, muito devagar.

Carol: E aí, até sair esse dinheiro, o pessoal tem que se virar.

Assentado 1: Tem que se virar.

Assentado 2: Sendo que é um dinheiro que a gente ainda vai pagar ele, né. Que não devia ter uma ‘advocacia’ dessa. Não é dado, é um dinheiro que nós vai pagar.

Carol: Entendi. Empréstado, né?

Assentado 1: É. E outra coisa além, aqui era pra estar melhor... Se sair um dinheiro, um fomento que tá liberado. Mas a gente não soube investir ele. Então, foi um dinheiro muito mal aplicado, um dinheiro muito mal investido, que é a mesma coisa que cavar um buraco e enterrar ele e ficava lá. Sabe como eu queria ter comprado umas mudas de laranja, situado um pouco o terreno, mas ninguém soube planejar.

Assentado 2: Nós compramos uma ovelha, não foi Zé? Eu e ele compramos juntos uma ovelha.

Assentado 1: Isso.

Assentado 2: E a gente naquela dúvida, não sabe por quê se ela não é aclimatada aqui, eu sei que morreu tudo. Perdemos tudo.

Assentado 1: Mas foi esse fomento que teve aí. Aí, então, nós começamos com outras coisas. De vez em quando vende uma coisinha, simultânea passar leva uma caixa desse, uma caixa daquele e vai empurrando a vida, né.

Carol: Vai levando.

Assentado 1: Pra você ter uma ideia, eu, o ano passado, eu via que as bananeiras estavam tudo com a folha seca, amarela. Tem hora que eu me desanimava, porque o necessário aqui é água. Mas espera, espera, espera e nunca vinha. Então, eu fui fiz um poço aqui, a gente fala um ‘poço caipira’, né. Mas eu fiz, custou aquilo que eu tinha. O do Pronaf agora que saiu. Aí, então, eu fui carpindo, comprei as mangueiras, agora sim eu distribui água em todo o bananal. Cada touceira de banana eu tenho um gotejamento, né. Mas eles, a nosso respeito, o INCRA e o Banco do Brasil é muito devagar, muito. Porque você sabe, né, com o tempo não espera. Olha, você veja bem, já foi a chuva, agora já entrou a seca. E agora? E

se nós não tem água? Então, eles, eles entendem disso, mas parece que eles não se interessam em desenvolver o caminho da gente. Parece, pra mim, que eles não se interessam muito, não.

Carol: Bem complicado, né?

Assentado 1: E a segunda parcela, que eu peguei a primeira, o técnico do INCRA teve aí e eu falei com ele, e ele falou, “Mas o senhor já recebeu a primeira”, “Eu recebi a primeira, mas o tempo não para, eu tenho que receber a segunda”, falou “Mas só pode eu te dar o projeto da segunda, depois que eu for avaliar o que o senhor fez lá”. Porque, se ele vir aqui e reprovar aquilo que eu fiz, eu não pego a segunda parcela?! Embora, que eu acho que eu não preciso ter dúvida, não tem por onde ele reprovar o que eu fiz aqui, né. Só que já tá passando da hora dele vir, também, pra eu pegar a segunda parcela.

Carol: E, antes de você virem pra cá, já tinham pensado em vir pro campo? Já tinham trabalhado com alguma coisa na agricultura, ou não?

Assentado 2: Eu já, que eu fui nascido e criado na roça. Mas trabalhado não tinha, não. Então a gente já tem um pouco de experiência, mas eu nunca tive condições de comprar um pedacinho de terra pra mim. Sempre meu sonho é ter isso. Então, que nem, você perguntou se o MST ajudou a gente. Nós, com certeza, ajudou sim. Porque, se não é o passo que eles tivessem dado, nós não estaria aqui dentro. Então, eu dou graças a deus primeiro, que, se não fosse deus, a gente não estaria aqui também, né. E uma força do MST também.

Carol: Ah, bacana. E o senhor tem contato, assim, com o pessoal dos acampamentos aqui perto? Quando o pessoal veio tentar acampar aqui?

Assentado 2: Não, a gente não tem. Uma, que a gente não pode mais se envolver com isso, porque a gente já somos assentados. Então, a gente tá lá no acampamento deles lá e, então, pode complicar a vida da gente. Então, a gente prefere ficar por aqui mesmo, que aqui...

Carol: Ah, tá certo. Bacana. Obrigada pela prosa aí.

Assentado 1: Oh, nós que agradecemos você!

Carol: Obrigada, mesmo.

- ÁUDIO 1

Carol: Assentada 3, quando você procurou aqui a ocupação, o MST, você tava desempregada?

Assentada 3: Tava.

Carol: Tava há muito tempo desempregada?

Assentada 3: Ah, muito tempo! Nossa, fazia tempo que eu não trabalhava pra fora.

Carol: Qual o último trabalho que você teve empregada, assim? Que que era o trabalho?

Assentada 3: O último trabalho que eu tive eu trabalhava na cana, na lavoura, pra usina.

Carol: Na lavoura?

Assentada 3: Uhum, na lavoura.

Carol: E você recebeu seguro desemprego, ou não? Quando ficou desempregada?

Assentada 3: Bom, faz tanto tempo... Ah, sim, recebeu. Eles pagou tudo certinho.

Carol: Mas só alguns meses, assim?

Assentada 3: É, pagou alguns meses. Apesar que eu trabalhei muito... a última vez que eu trabalhei na usina, não foi assim muito tempo, né? Que logo eu engravidei do menino meu e eu tive que sair do serviço. Então eu acho que, nisso aí, eu não recebi tempo, não. Eu recebi tempo de serviço quando eu trabalhava num firma; na União, que eu trabalhei lá cinco anos, aí sim, lá que eu recebi todos esses benefícios que tem. É, eles pagaram tudo certinho.

Carol: Ah, tá. E, quando você trabalhava, você chegou a participar do sindicato? De algum outro movimento?

Assentada 3: Não.

Carol: A primeira vez que você participou assim foi já com o MST? Que você se envolveu com algum movimento, alguma coisa, foi o MST?

Assentada 3: É, foi mais aqui mesmo. Quer dizer, a gente, quando eu vim pra cá, aí que a gente teve mais oportunidade, né. Porque sempre eu falo mesmo que o que a gente tem, o que a gente conquistou, foi tudo através daqui. Primeira casa, nunca tive casa, né. Tá saindo aí e até breve, se deus quiser, tá querendo tá morando nela. Então, quer dizer, tudo assim os benefícios que eu tive, de bom, pra minha vida, e na vida assim de casada, é aquilo que eu tô pensando. Pelo MST.

Carol: A família da senhora veio junto aqui?

Assentada 3: Veio. A minha família inteira viemo pra cá.

Carol: Ah, legal. Daí ajudou bastante, assim? O MST ajudou?

Assentada 3: Ajudou, ajudou muito sim. Porque a gente, quando a gente veio pra cá, logo no início, a gente tivemos uma pequena ajuda, quer dizer, ajudava né. No início, assim, com cesta, até a gente poder estabelecer melhor né?

Carol: Estabilizar.

Assentada 3: Aí, a partir do momento que a gente já teve a divisão de terra, a tendência, pra gente, foi melhorar. Porque, igual a gente tava ...eu tava comentando com o Léo, aqui não é lugar da gente acomodar. Porque se você trabalhar, você ganha. Então, no início, logo que nós chegamos pra cá, já fizemos minha horta, aqui. Fui a primeira pessoa que teve hora aqui dentro do assentamento.

Carol: Ah, é? Nossa.

Assentada 3: É, porque peguei o terreno aqui mais perto, então tive mais possibilidade de água. Daí a gente conseguiu puxar a água, então já formei a horta. E, dessa horta aí, já começou a entrar o rendimento da casa, né. Então, quer dizer, que desde aí pra cá a gente tira o nosso sustento, e talvez algum luxo, é daqui.

Carol: E dá pra tirar o sustento todo da família da produção daqui?

Assentada 3: Dá, dá pra tirar sim. Dá pra tirar, com certeza. Mas é eu. Eu não tenho o que reclamar, não. Porque, igual eu falo, o alface pra mim é um grãozinho de café, porque o café (...). O alface, pra mim, também é. Porque deu bastante retorno pra nós, né. Porque a gente, na época, agora não, porque a gente deu uma paradinha, por causa da perca do filho. Mas, até antes aí, a gente trabalhava, a gente tinha alguns pontos de entrega, que a gente entregava as coisas que a gente plantava aqui. E tem um projeto simultâneo também, que ajuda. E demora um pouquinho pra pagar, mas você sabe que é um dinheiro que tá em caixa, você vai receber. E quando a gente recebe, bom proveito a gente fez. Porque aí você junta bastante, né, vai entregando, vai entregando, e quando você recebe, você recebe uma quantidade boa, que dá pra você fazer alguma coisa. Dá pra fazer até grande coisa, pra mim, eu não tenho que reclamar daqui, não. Pra mim, aqui é bom. É Aqui que eu aprendi a viver, aqui que eu aprendi a ter as coisas, até a comer melhor, viu.

Carol: Ah, é?

Assentada 3: É, porque, na cidade, eu não comia nada, filha. Lá, a gente comia pão. É. Porque, pode ver, você ia no mercado, você ia lá comprar arroz, feijão, um óleo e sal. Bobagem. O que me fez vir aqui no MST foi o pé de alface. Eu conto essa história pros outros, os outros ainda acham engraçado, mas é verdade. O que me fez tomar decisão aqui foi o pé de alface. Que eu fui no mercado com um dinheirinho, né, pra fazer uma comprinha pra casa, falei assim ‘vou economizar, né, pra comer uma carinha’, porque também tava com fome de domingo, de comer uma carne vermelha, gosto muito disso, né. Chegou na hora lá, não deu. Falei assim, ‘vou ver se pego um pezinho de alface’, chegou lá, nem isso deu pra comprar. E me deu uma revolta tão grande dentro daquele mercado, que a moça do caixa, tadinha, eu deixei ela em situação difícil. Eu falei assim, ‘vou embora lá pro Sem-Terra, porque lá eu vou plantar, eu vou ter. Lá eu vou ter sacolão, eu vou ter açaogue, eu vou ter tudo lá. Não vou passar por essa humilhação de vir aqui no mercado e comprar só arroz, feijão, óleo e sal.’ E é verdade, eu cheguei, nós chegamos aqui, nós já começou a plantar, e eu já tenho minha verdura, já tenho meu legume, já tenho meu açaogue, tenho meu frango. Quando eu quiser, eu vou lá, eu como ele. Então, quer dizer, é retorno que a gente tem daqui. Se a pessoa, muitos também não reconhece, porque... quando a gente chegou aqui no MST, a maioria chegou aqui numa situação difícil. Ninguém chegou aqui bem. Ninguém, não tem ninguém que chegou bem aqui. Então, quer dizer, a gente começou a trabalhar tudo junto, né, Assentado 4? Cada um fazendo a suas coisinhas, desfrutando da terra.

Carol: E hoje a situação tá melhor do que..?

Assentada 3: Nossa, menina. Hoje eu como churrasquinho, se quiser, todo domingo. Então, também, a gente pode comer porque, porque a gente trabalha, a gente não para. Então, quer dizer, já tem... já pode ir até numa loja, comprar uma roupa, comprar uma coisa nova. Quem que não gosta dessas coisas?

Carol: O MST foi importante, então, na vida da senhora?

Assentada 3: Foi muito importante. Eu falo, pra mim, eu tenho o MST como uma família minha; tudo o que a gente conseguiu, e tá conseguindo ainda, é através daqui. É muito bom, viu. Sempre falo, morar aqui, pra mim é viver. É viver. Porque na cidade a gente não vive,

não. Quer dizer, tem muitos que têm sorte de chegar na cidade tentar fazer a vida, pegar um bom emprego. Agora, eu mesma, eu não tive oportunidade na vida. Como assim vocês têm hoje, que pode estudar, que pode conhecer melhor as coisas, a tecnologia muito avançada. Eu mesma não conheço nada disso.

Carol: Por que que a senhora acha que é tão difícil conseguir um emprego na cidade, e hoje?

Assentada 3: Porque exige muito. Pra começar, o estudo. Eu, na minha época, não estudava. Chegava num certo ponto que estudava, os pais tiravam da escola pra poder cuidar da casa pra eles trabalharem, trazer o sustento pra casa. Então a gente tinha que ficar com os irmãozinhos pequenos, dentro de casa. Minha mãe me tirou da escola pra eu cuidar do meu irmão, pra ela poder ir trabalhar. Ela trabalhou a vida inteira na cidade pra ter lá um pedacinho de um terreninho lá, e teve que... acabou com a saúde, na coluna, porque a gente viemo do Paraná e foi trabalhar em roça, porque é um serviço que a gente sabe fazer, que a gente aprendeu a fazer, é a profissão da gente. Então, quer dizer que eu não tive aquela oportunidade na vida. Então chegava no serviço pra procurar um emprego, numa firma, exigia um estudo, talvez você falar muito bem, a gente fala errado. Tem tudo essa burocracia na cidade. Então, a gente não tem como, assim, voltar atrás pra poder estudar, aprender tudo de novo. Né, porque o tempo de infância passou. Agora a gente já ta com os quarentão acima, né, Assentado 4? E a gente tem que...

Assentado 4: Vou fazer 28 ainda.

Assentada 3: É, você vai fazer 28. Então aqui é melhor. Aqui eu posso fazer o que eu quero, eu posso plantar, trabalhar, e ninguém...

Carol: Aqui não tem a exigência pra trabalho.

Assentada 3: Não tem exigência de trabalho. A gente, quer dizer, tem muito, assim, as pessoas incentivam um o outro pra poder trabalhar. A gente quer ter as coisas, a gente consegue as coisas. Então, agora também, a gente ta num... é um projeto da merenda-escola que a gente tá conseguindo também, né, entrar pra esse projeto. Então, quer dizer, que a gente já entrega a merenda pra escola.

Carol: Isso é com a prefeitura de Campinas?

Assentada 3: De Cosmópolis. Que a gente entrega. A Luciana conseguiu, então a gente consegue entregar lá. Então, quer dizer que, todo mês, eu já tenho salário.

Carol: Tem uma estabilidade.

Assentada 3: Já tem. Já tem, sim. Então, quer dizer que eu já trabalho. Que eu mexo com a mandioca, que a gente entrega isso lá. Então, quer dizer que é um serviço; e é feito com tanto amor, menina. Dá um trabalho pra fazer, preparar a mandioca! Porque é selecionada, é coisa bem chique, é bem arrumadinho. É legal trabalhar com isso. Então, quer dizer, que a gente tem como viver melhor aqui. Ah, eu, pra mim, eu vivo bem melhor aqui. Do jeito que eu cheguei aqui, nessa situação que a gente chegou aqui, se coloca hoje...nossa, to praticamente.. como fala? Classe média, né? Rs. Pra mim é, porque o que eu passei na cidade, aqui?! Nosso deus!

Carol: É outra história?

Assentada 3: É outra história.

Carol: A senhora já teve isso na vida? Assim, alguma vez que a senhora falou ‘agora eu vou receber o salário, to tranquila’? Antes de vir pra cá?

Assentada 3: Não, porque, vou falar pra você. Quando o Assentado 4 trabalhava...

Assentado 4: Trabalhava na usina.

Assentada 3: É, na usina. Ele quase se matava de tanto trabalhar. Quando chegava na época de pagamento, você já tava devendo tudo.

Carol: Nossa.

Assentada 3: É. Então, não tinha assim aquele retorno. Trabalhava a troco de comida. Porque quem trabalha na usina, trabalha a troco de comida. Porque é um serviço pesado, é um serviço muito puxado, mas não é um serviço reconhecido. Porque, se os donos da usina reconhecessem o que é trabalhar numa lavoura, eles valorizavam mais os empregados deles e tratavam melhor. Pagavam melhor, pra turma, porque eles sofrem. Porque eu sei, porque eu já trabalhei, eu já vivi ali dentro.

Carol: Acaba com a saúde...

Assentada 3: Acaba com a saúde, porque você fica aí no abafado, dentro duma cana aí o dia todo. Das vez a gente trabalhava no brejo, com a água assim no joelho. Então, quer dizer, acaba com a saúde da pessoa. Quando a gente ta mais nova, a gente não vê a diferença, anos depois que a gente vai ver. Por que que meu pai não tem saúde hoje, minha mãe também não tem? Muitos já até morreram. Por causa disso aí.

Carol: O trabalho acabou com a pessoa.

Assentada 3: É. Inclusive mesmo, tem um parente da gente em Limeira, é uma senhora, que trabalhou a vida inteira dela na roça, ela pegou uma juçua na perna dela assim (juçua é um espinhinho que a cana tem), assim que entrou dentro da pele e ficou lá dentro. Concluindo hoje, isso daqui dela virou uma lepra que só. O braço. Aonde a cana pegava... e tão lá. A medicina não dá jeito pra ela, ta sofrendo. Ela ta uma senhora agora de, ela ta com setenta e poucos anos. Só vive também com um pedaço de tijolo na mão pra poder coçar as lepras assim. Você vê que situação. E não tem cura, não tem. Complicado. Porque, naquela época, agora não. Agora, até que deu uma melhorada na usina, porque eu vejo algum trabalhando aí e...

Carol: Era aqui na usina Ester, mesmo?

Assentada 3: Ah, dentro de todas, né. Usina, né. Todas elas. Agora, não. Agora, eles melhoraram um pouco. Que, agora, eles dão a roupa pra própria pessoal trabalhar. Mas antigamente, não. As pessoas iam trabalhar com as mãos, mesmo. Pegava aquilo ali sem luva, sem nada, sem nenhuma...

Carol: Proteção?

Assentada 3: Sem nenhuma proteção de nada. Agora eu vejo tanta baiana aí sendo tão protegida dessas coisas, mas antigamente não era assim. E, talvez, a pessoal assim inocente, precisa trabalhar, num sabia que ia pagar um preço tão grande mais pra frente. Como muitos tão pagando.

Carol: Até hoje...

Assentada 3: Até hoje. Até hoje, essa maioria que entrou na cana na época de 80, 82, por aí, até agora que, da época aí que melhorou um pouco, duns tempos pra cá, mas foi muito sofrimento isso aí.

Carol: Então, o MST, a senhora acha que foi uma alternativa?

Assentada 3: Ah, pra mim, foi. Pra mi foi, mesmo. Tem vez que... muita gente que reclama, reclama daqui, eu não tenho o que reclamar daqui, não. Ainda mais que eu moro no ranchinho aqui, mas isso aqui é tão amado, que você não faz uma idéia! Tão amado isso aqui que a gente mora. Tem a nossa privacidade aqui. Ninguém fica tirando, sabe, um o outro aqui. De maneira nenhuma. Meu filho não ta vivo aqui, pra contar mais não, que ele morreu, né. Ta com um ano e meio que meu filho partiu. Ele veio pra cá junto com o pai dele e, desde o início, entrou na luta junto com a gente, pegou a terra, pegou um amor por

isso aqui. Tão grande, que ele não gostava de sair daqui nem pra ir na cidade. Tinha vez que ele ia lá pra casa da minha mãe pra ficar uns dois dias, quando era de tarde tava ligando pro pai pra ir lá buscar, ‘Ah, não, quero ir embora pra aí’. Por que? Porque aqui ele se descobriu. Aqui ele teve retorno. Aqui nós teve retorno. Porque teve vez na cidade, acabou uma vez comida em casa, não tinha nada, de até o básico, de eu fazer assim, ir na casa de amiga minha, conversar com meus dois meninos (na época que tinha só os dois) e falar assim ‘ó, nós vai na casa de uma amiga pra vocês comer, vocês almoça bem, come bem. Come bem’.

Carol: Porque não tinha o que comer...

Assentada 3: É. Então, já aconteceu isso na cidade com a gente. Só que eu sou, assim, uma pessoa muito quietinha, eu não sou de ficar comentando. Porque o problema da gente não se comenta. Então, quer dizer, eu falava pra eles ‘você não comenta isso com ninguém, não. Um dia as coisas vai melhorar’. Então, o que aconteceu é isso aí. Agora, eu sou feliz aqui. Eu terminando o caso que aconteceu com meu filho né, porque eu era mais feliz, eu não era essa fisionomia que você me vê agora, não. Eu era bem mais feliz, eu era bem mais, assim, disposta, sabe, pra fazer as coisas. Então, assim, isso daí ta recente ainda, mas a tendência é melhorar. É tomar posse das coisas de novo. Porque eu acho que é agora que a gente ta voltando a viver de novo, depois do baque dolorido. Então, quer dizer, que agora que a gente vai construir de novo, começar de novo. Então, pra mim, aqui ta bom. Espero sair daqui pra morada final, mas aqui quero ficar. Enquanto puder, aqui quero ficar.

Carol: Bacana. Obrigada, viu, Assentada 3? Pela conversa, foi muito boa. Muito bom. Deu pra aprender bastante com você.

- ÁUDIO 2

Assentado 4: Quando eu passava numa casa que tinha um quintalzinho com um pedacinho de terra lá desocupado, eu desejava aquele pedaço ser meu pra fazer eu mesmo um cômodo, pra sair do aluguel. E eu trabalhava na metalúrgica, aí eu vi a perua passando, anunciando e falando no MST. Que quando não passava e eu via a turma falar do MST, eu assistia na televisão, eu era contra; eu falava, “aquilo é um monte vagabundo, um monte de palhaço, fica ocupando terra dos outros. Sem trabalhar, vai ocupar terra dos outros”. Aí, depois que eu me envolvi, eu ‘pedi conta’ na firma. Grava bem: 600 conto. Mas era pouco, né? Pra quem tinha família, pagar água, força e aluguel, era pouco. Aí eu pedi conta da firma e acompanhei o Movimento. Aí fui, para Malavasi, em Limeira; de lá fomos pra Santa Júlia; de Santa Júlia foi o INCRA que trouxe nós pra tá aqui, né, pra Americana. Aí, depois de eu me envolvi com o MST, foi onde eu vim saber a verdade, que o latifúndio usou muita terra agregada aí sem pagar imposto, e é aonde nós, pobres, brasileiros, fica morrendo de fome na cidade, e o latifúndio toma conta de tudo. E, depois que dividiram a terra, foi nós e aí falou né, depois que dividiram a terra, que nós se dividiu, eu fui um a produzir bastante. Essa lado aqui, esse primeiro lote aqui é meu; beirando a estrada até encima. Eu lucrei tanto feijão, que perdeu, perdeu. Realmente, fizeram até um jornal meu, que saiu a nível nacional.

Carol: Nossa.

Assentado 4: Se eu não me engano, tenho até uns par dele em casa. E, naquele dia pra cá, não me faltou coragem de trabalhar na roça. Porque aqui passa fome quem não tem coragem de trabalhar.

Assentada 3: Quem não tem coragem de trabalhar, verdade.

Assentado 4: Na cidade, tudo o que você quiser tem que depender do dinheiro. Aqui, eu, você quiser comprar um cheiro-verde, um alface, um cacho de banana, abóbora, amendoim, ovo... Ovo, eu tenho umas cem galinhas em casa. Então, tem de monte. Mas assim, eu acho uma covardia agora os governantes. Tem muitos governantes aí que não aprovam a reforma agrária. Por quê? Eles têm que por na cabeça deles que o que vai parar na mesa deles não é feito de cana, não. Nem é só açúcar. Nem é só álcool que vai na mesa deles. O que vai na mesa deles é passado pela mão do agricultor. É ovo caipira, é o arroz, é o feijão, é tudo. Primeiro passa pelas nossas mãos pra poder chegar na mesa deles. Nenhum faz sobremesa com folha de cana. Não é verdade?

Carol: Não cai do céu, né ?

Assentado 4: Não cai do céu. A vida da gente é trabalha aí pro campo levando chuva, sol e sereno, descalço, porque rico você é pouco né. Prum um bando de um governo liberar um recurso pra nós, que somo fraca situação, é uma “democracia” que é uma barbaridade. A gente se humilha até o último pra poder fazer excesso, no ritmo se tiver. Se humilha muito. A gente vai no banco tem uma pendência, volta lá de novo, tem outra pendência, e assim vai levando a vida, né. Até chegar o dia de são nunca. Agora, quando bate final de ano, meio de janeiro, tudo eles querem ter lá os imposto. Tem imposto. Que nem essa ponte que caiu aqui ó, já fez aniversário de um ano. E a gente precisa mandar mercadoria pra cidade e não pode, o carro não vem pegar devido à estrada que não presta.

Carol: Hum, puxa vida.

Assentado 4: E daí por diante. Aí, depois que peguei conhecimento através do MST, aí que eu valorizei mais ainda a terra. Sempre eu tive um sonho, né, pela terra. Se eu não tivesse um sonho, eu não tinha pedido conta na empresa pra sair. E, de lá pra cá, até hoje, graças a deus, não me falta dinheiro no bolso por muito pouco que a gente tem. E fora as coisas que eu adoro, sabe. Tem vezes que eu loto o carro aqui e chego na cidade, mas mais pros parente. Porque tem muita gente na cidade que não merece também. E eu acho que a culpa... e acostuma com a cesta básica por mês e perde a coragem de trabalhar. Mas assim, eu acho que o MST não tá melhor ainda por causa dos governantes de lá de cima. Porque tem muito contra.

Assentada 3: Se tivesse um apoio melhor aqui, nossa...

Assentado 4: Tem muito contra. Muitos deputados, governantes, que são contra a reforma agrária.

Carol: Já faz sete anos daqui, de assentamento, né?

Assentado 4: Faz sete anos.

Assentada 3: Eu tava falando, tava até comentando com o Assentado 4, aí, que a gente era tão criticado aqui no início, nossa menina. A gente ia na cidade... Tava até, inclusive, fazendo uma... eu não sabia como que funcionava a bolsa família, falei “olha, vou fazer né, vou lá né, assim já entra um dinheirinho que já dá pro meu menino estudar – esse que partiu – e pra menina. Ah, vamo lá pegar”. Pra eles mesmo, pra comprar umas coisinhas pra eles. Aí fui, menina, aqui no Zanário fazer. Aí cheguei lá, fiz tudo o papel, tudo certinho, aí o rapaz falou assim “você tem renda de alguma coisa?”; eu falei “eu tenho”. Aí eu falei assim “eu tenho um pouquinho de renda”. Aí ele pegou e rasgou tudo aquele papel lá e falou assim...eu falei ”por que você fez isso? Rasgou o papel?”; “não, porque você não faz... Como você falou que é do sem-terra lá, os sem-terra não trabalha, então eu já to fazendo o papel, porque... agora, como você tem renda, então você não precisa”. Aí eu peguei e falei assim pra ele “escuta, você já veio comer nesse R\$1 que tem aqui encima, que tem no Zanário?”; “Ah, já”; “Porque assim você comeu coisa que vem lá do assentamento. De lá.

Porque as pessoas que tá lá trabalha. A gente entrega pro R\$1, a gente parece que entrega aqui também pra esse R\$1 aqui. Então você come coisa que vem de lá. Porque lá não tem vagabundo lá, não, todo mundo trabalha. Se eu vim aqui pra correr atrás da bolsa família, porque é uma coisa que o governo dá, o Estado. Isso aí é uma coisa que é beneficiado pra nós, pras crianças, pra quem estuda”. Aí falei assim “tudo bem se eu não tenho direito de receber, tudo bem. Não vou criticar por isso. Mas você também tem que me respeitar, porque você me ofendeu”. Aí ele, chegou no final, me pediu desculpas, e eu falei assim “Tudo bem. Não faz isso com ninguém, não. Que todas as pessoas que tá lá no sem-terra, igual você falou, são pessoas que luta, luta por uma vida melhor. Luta pra poder ter uma mesa farta. E é isso que nós consegue lá, é isso que nós conseguimos ali”. Falei assim “um dia, você vai ter a oportunidade de ir lá, você vai conhecer o que mora lá. Não tem nenhum animal, não é bicho, não é vândalo, do jeito que vocês tão falando. São seres humanos, são trabalhadores que lutam por uma vida melhor”. Acabou, no final ali, acabou me pedindo desculpas pra mim, eu disse “tudo bem, não vou guardar no meu coração, porque a gente não pode guardar essas coisas no coração. Eu já vou embora, tudo bem, deixa isso aí pra outro”.

Carol: E a senhora não conseguiu o bolsa família?

Assentada 3: Não, não, nem fui mais atrás disso daí não. Nada. Eu consigo tirar o meu sustento daqui mesmo. Dou graças a deus por isso, né. Tenho um dinheirinho, minha filha, dá até pra ir passear, ir numa loja comprar uma roupa, comprar um calçado. Eu tiro tudo daqui, eu não preciso dessas coisas mesmo, não. Deixa pra outra que vem lá do lado da cidade, que sofre mesmo. Tem alguns que sofrem, mesmo, na cidade. Até hoje, Assentado 4. Deixa pra eles lá, que o meu eu tiro aqui.

Assentado 4: É. Assim, eu quando eu vim, quando eu acompanhei o MST, eu tinha família. Eu tinha esposa e três filhos dela. Comigo não, só dela. Ela me abandonou. Abandonou eu logo e foi pra cidade. Hoje ela tá lá, morando na casa da irmã dela de favor. E eu to aqui. No meu barraco tenho bastante galinha; eu tenho bastante... eu tenho quatro, cinco cabeças de boi; crio porco; tem bastante pé de coloral, bastante pé de banana, batata doce, mandioca, e ainda trabalho fora, ainda.

Carol: Trabalha fora?

Assentado 4: Trabalho fora. Tenho dois carros. Suado viu, suado. E na cidade eu não tinha uma bicicleta pra andar. Hoje eu tenho um Voyage pra eu passear e tenho uma perua Kombi de carroceria pra fazer minhas entregas. Uma semana eu saio com verdura, outra semana eu saio com mandioca. Outra semana eu saio com uva. E por aí em diante. E, mesmo assim, eu não perdi coragem de trabalhar, não. Eu, se... eu sou um cara novo ainda. Eu tenho 45 anos de idade, eu faço coisa que eu não tenho inveja desses jovens de 18 e 20 anos. Porque trabalho pesado é doído, né, mas a gente acostuma.

Assentada 3: Agora, vê aí pra você ver. Agora o que nós tá falando é verdade. Eu to com quatro carrinho. Apesar que esse daqui foi da luta, viu. Esse daqui é da luta daqui de dentro. A gente vai pra arrumar ela, meu marido não quer liberar, ele fala “não, essa aqui tem história”, mas aí tudo bem. Mas, aí ó, tem carrinho. Tá o outro com meu filho, meu filho tem outro com ele. Tem uma bela duma caminhonete que meu marido tá na reunião com ela. Tudo conquistado aqui. Tem meu trator ali, com as ferramentas de trabalho. Agora, nós tá aqui seis anos, né, Assentado 4?

Assentado 4: Vai fazer sete.

Assentada 3: Se a gente tivesse na cidade a gente conseguia isso? Nunca! Nunca conseguia. Teve um projeto aí que a gente entrou na escola, da merenda. Foi um

investimento alto. Que eu tinha que ter a seladora, que é embalado a vácuo a mandioca; e tive que comprar um freezer imediatamente. Foi um investimento aqui de mais de cinco mil! Eu tive condições de comprar isso. A gente teve. Agora, se não, aonde eu ia fazer uma coisa dessa?

Assentado 4: É tirado da terra, né.

Assentada 3: Tirado da terra. Da própria terra. Só que é o seguinte, só que a gente não pode acomodar. O INCRA ajuda? Ajuda muito, mas a gente não pode acomodar, a gente tem que fazer nossa parte também.

Assentado 4: Moça, eu vou pra cidade, eu não vejo a hora de ir embora. É porque eu to me tratando lá em Limeira, né. Daí eu fico bastante tempo lá, mas eu chego lá, o pensamento fica nos boi, nas criação. “Mas, será que escapou, será que não?”. Daí, quando eu saio, eu deixo gente olhando lá. Mas eu, pra cidade, eu não durmo de noite. É muito barulho de carro, passa aqueles cara de moto altas horas da madrugada acordando todo mundo. Eu não acostumaria. Só que é assim né, fala o MST é bom, é um bom passo pra nós. Só que, se fosse pra começar a luta hoje, começar de novo, eu não ia mais.

Carol: Não ia? Por quê?

Assentado 4: Não ia mais. Por que é muito suado, é sofrido. É muito sofrido.

Assentada 3: É muito sofrido, mesmo.

Assentado 4: Você dorme mal dormido. Come mal comido. Você, em todo canto que você chega, você é humilhado, a turma te olha de cima embaixo, sabe?

Carol: Ah, isso é horrível mesmo.

Assentado 4: Aqui mesmo, já teve lugar aqui de eu ir e num usar nada do MST, se não é linchado. É, entendeu? E, tem um bar ali no Zanário que tem uns quatro anos que eu não entro dentro dele mais. Eu entrei lá dentro pra comprar um cigarro, quando eu entrei lá dentro, o cara teve a capacidade de pegar assim ó e olhar eu de cima embaixo. Ali na avenida ali do Zanário.

Assentada 3: É. Agora hoje, hoje que a gente tá assim mais tranquilo aqui, a gente vê o que nós passou. Porque eu, se nós ta tendo isso aqui hoje, foi tudo através da luta. Então a gente vê, por agora, as várias desocupação que tá tendo, a luta pela terra, a gente vê o que é o sofrimento. Porque, quando a gente tava, a gente não via tanto. Agora que a gente tá mais assim estabelecida num lutar certinho, que a gente vê o sofrimento comum. Falo assim “gente, mas eu passei por tudo isso, agora que eu to vendo isso”. Mas só que tem uma: a gente passou, mas passou feliz.

Carol: E vocês tem contato com o pessoal dos acampamentos aqui?

Assentada 3: Tem. Nossa, muito.

Assentado 4: Tem muita diferença, né.

Assentada 3: Tem muita experiência, tem sim. Oh, precisou de apoio, nós vai lá também. Precisou de abrigo, a gente dá também.

Carol: Um ajuda o outro.

Assentada 3: Um ajuda o outro. Isso aqui é uma casa, minha filha. Isso aqui é uma família. É uma família isso aqui.

Assentado 4: Por isso, no dia-a-dia, nunca fui criticado até hoje. Porque aqui é um terreno bom né, município de Americana. E aqui, do córrego de Jacutinga pro outro lado é Cosmópolis. E eu precisei comprar razão pras minhas galinhas, e tinha uma ocupação que fizeram aqui. Quando eu cheguei na porteira, eu fui barrado. Não passou. Moro no município, pago o escritório do município, faço tudo o que eu faço é no município, e fui barrado pela usina ali. Não deixa eu passar. Até, inclusive, tem um sargento lá que ele,

sempre que passava aqui, conversava comigo à vontade. E, através dessa ocupação que fizeram aqui, ele virou a cara comigo e não queria deixar eu passar na porteira. Porque, que é que eu tenho a ver? Eu morando aqui, com uma ocupação que teve aqui? Ele falando que eu tava na ocupação. Eu nunca vim aqui, apesar que tinham uns conhecidos meus que estavam acampados aqui. Aí, eles iam lá em casa tomar água, tomar aguar gelada, porque pede água gelada, porque ninguém é cachorro pra ficar tomando água em córrego, né. Aí ele falou que o carro que ele viu na ocupação, viu lá em casa. Aí eu fui e falei pra ele assim “você quer ‘impida’ a turma a ir lá em casa? A minha casa é um livro aberto, eu tenho um monte de parente pra Limeira. Não é gente da ocupação que vai lá em casa. Vai muitos parente meu. Tem final de semana aqui em casa, pra você ter uma ideia, deu 12 carros. E, mesmo assim, nós somos mal vistos pra passar da porteira aqui. Até, inclusive, ele queria...

Assentada 3: Por seu boi que passou correndo?

Assentado 4: Talvez seja. Inclusive ele queria pegar número de RG nosso, placa de carro. Fazer tudo isso aí pra poder passar ali na portaria. Aí eu falei “o meu mesmo eu não dou, eu não to fazendo nada de errado, pra mod pegar placa de carro meu e número de documento meu”. Aí o que foi que a gente fez, que essa ponte aqui é da usina, né. Aí a agente marcou uma reunião com o prefeito de Cosmópolis, e pedindo pra ele restaurar a ponte de ferro, que ta interditada. A própria usina quebrou a ponte, com os caminhões pesados dela, interditou a ponte, fez outra, e agora tá enrolando pra restaurar a ponte de ferro. Porque a ponte de ferro é uma ponte municipal, aí todo mundo vai poder passar por lá, né. E a usina, com certeza, não vai achar bom, porque, querendo ou não, passa de frente a casa dela. Entendeu? Mas a gente somos muito mal vistos, não pelos funcionários da usina, né. A maioria é os puxa-saco dela, que é os polícia, que tudo que trabalha na portaria dela é polícia. Porque os donos da usina nem aí vem. Quando ele vem, de avião, já volta embora. E nós pagamos caro por isso, mora no município e não tem voz ativa, por causa da usina.

Carol: Gente que luta, que trabalha e não é bem vista.

Assentado 4: Não é bem vista. E agente trabalha, viu.

Assentada 3: E a gente trabalha. Só que uma coisa eu vou falar pra você, olha, eu não me envergonho de jeito nenhum. Quando uma pessoa pergunta “Onde você mora?”; “Eu moro no assentamento Milton Santos”.

Assentado 4: Eu me sinto orgulhoso.

Assentada 3: Eu sinto orgulho de morar aqui, você sabe por que? Porque isso aqui foi uma mãe pra mim. Você sabe quando uma mãe, assim, serve o colo? Eu tenho pra mim como se eu fosse acolhida. Eu fui abraçada, sabe? Pra poder vir aqui tão bem-vindo, pessoas assim tão humildes receberam a gente aqui. Você sabe por quê? Porque, uma vez eu fui comprar um terreninho, lá em Limeira, por que saiu assim até foi é... é cedido pela prefeitura. Então, como que a situação era difícil, então eu atrasei, parece que foi umas seis prestação do terreno. Aí foi lá pra negociar, entrou um dinheirinho eu falei “vou lá pra negociar as seis prestação”. Que que eles fizeram? Eles tomaram o terreno de nós, por causa de seis prestação, tomou. Acabei perdendo, levando prejuízo de todos os outros que eu tinha pagado pra trás e não devolveram.

Assentado 4: É muito errado.

Assentada 3: É, é muito errado. Então, quer dizer, eu nunca tive assim retorno nenhum de morar, assim, nas cidades. Em Limeira, morei tantos anos lá tentando conquistar um pedacinho assim de um terreninho pra morar. Nunca consegui, quando a gente conseguiu, eles tomaram de volta. Então, é difícil. Aqui não, aqui a gente foi recebido de braços abertos. Olha o tamanho de terra pra mim, isso aqui pra mim, meu deus do céu... é muito, é

bastante, pra mim é bastante. Porque na cidade você vai lá compra um terreninho lá, da pra fazer uma casa. Ainda que meu filho perde ainda, se saí pra rua é perigoso o carro matar.

Carol: Ainda é apertadinho.

Assentada 3: É apertado. Não, aqui não. Aqui é o nível. Aqui recebeu o meu. Mas eu tenho orgulho, mesmo. Pode pessoa criticar aí pra fora, do jeito que for. Pode falar o que quiser, você chegar num dia de eu desistir daqui, que isso espero que nunca vai acontecer, mas olha, seu chegar a ir embora, sempre eu falo, que o MST é uma mãe. Quem quer, vai. Porque consegue. Quem tem força de vontade consegue as coisas, sim. É porque, igual eu falo, o que nós tem hoje, tudo é conquistado aqui. Aqui eu como um churrasco... olha lá, tá vendo? Olha lá a pizza que eu pego pra comer. Dá até animo, já já a gente pega aqui pra nós. Então, quer dizer, aqui a gente é chique. É gostoso. Então, quer dizer, a gente vive melhor a vida aqui. O que?! É 24 anos de casado, tava falando aqui com o Assentado 4 aqui hoje, 24 anos de casado nunca tive retorno na vida, nós teve aqui. É, e espero melhorar, daqui pra frente, melhor ainda. E a tendência é melhorar. Por que um dia, se deus quiser, nós vamos estar morando numa casa, já vou ter um conforto melhor. Primeira casa que eu vou ter. Eu já to indo pra 50 anos, filha. Primeira casa que eu vou ter na vida, nunca tive casa, não. Sempre morei de favor, pagando aluguel, sempre fui assim. Mas eu consegui criar meus filhos, tudo eles.

Carol: O marido da senhora trabalha em outro lugar também, ou não?

Assentada 3: Não, é só aqui mesmo.

Carol: Só aqui?

Assentada 3: Só aqui que a gente trabalha. Porque o serviço nosso ta aqui. Mas isso não...

Carol: Legal, bacana.

Assentado 4: Mas eu, de noite, mas eu deito! Eu durmo com as portas abertas, durmo com as portas abertas. Eu sempre eu falo, eu falo pra todo mundo, to no lugar que eu pedi a deus. E, quando eu morrer, eu não sei se eu morro, vou morrer com 100 ou com 200 anos, o filho da minha vó ele morreu com 114, né. Não sei se eu vou ficar mais 50 ou 100 anos vivo, mas quando eu tiver perto de eu morrer, eu vou falar pra mulher que eu tiver comigo e pros filhos 'Vocês zelam bem disso aqui. Isso aqui foi ganhado com muita luta. Foi muita luta pra conquistar isso aqui. E, de agora pra frente, vai acabar, porque se os governantes não abrir mão, vai acabar. Porque a corda se parte pro lado mais fraco'. A presidente Dilma é contra a reforma agrária, pelas conversa dela. Sempre os que apóia os pobre, é os primeiros que vai. A turma marca. O tempo do José Sarney, o Lula, a situação dele... Agora vê o que o Zé Musco fez, o Zé Musco, né? Ele veio, falou que ganhasse ia acabar com os pobres. O Zé Musco não. Foi o... aquele lá da lagoa lá, como é que chama ele?

Carol: Collor? Ou não?

Assentado 4: É...

Carol: O Collor?

Assentado 4: O Collor! É o Collor. Ele falou que se ganhasse ia acabar com os pobres, acabou que ele prendeu o dinheiro de todo mundo! E, hoje em dia, ele ganhou. Foi um bem votado aí, não sei qual o estado aí. Pra Senador. Esse daí que presta.

Assentada 3: Olha, pra você ver, que gostoso o que que eu faço de tarde aqui, quando eu tenho alguma folga: pego minha varinha e segue pra esses córregos aí pescar. É, lazer meu.

Carol: Que delícia.

Assentada 3: Vou pescar e pego minhas trairinha aqui pra gente jantar.

Carol: Comer...

Assentada 3: É, nossa!

Assentado 4: Peixinho fresco, pescado na hora.

Assentada 3: É. Chamo os cachorrinho, ‘Vamo!’, tudo companhia, ‘Vamo embora pro rio pescar!’.

Carol: E os filhos da senhora? Estudaram? Estudam?

Assentada 3: Agora só a pequeninha estuda, né. Porque o do meio e o mais velho já concluiu o estudo deles. Só não faz faculdade, não teve oportunidade de fazer isso, não. Agora, o Jona estudava também, faleceu o menino tava estudando. Agora, tem a pequena aí, de oito anos.

Carol: A pequeninha.

Assentada 3: Uhum, tenho uma pequeninha aí, de oito anos, que ta estudando.

Assentado 4: Deixa eu falar uma palavra, pra você. Quando eu morava no Pernambuco, eu carpia cana, trabalhava de enxada. Cana grande. E não tinha sapatão pra por no pé, era de chinelo de dedo. A marmita vinha, eu chego a arrepio, quando gritava 11 horas, eu procurava uma sombra de uma touceira de cana, se ia lá e sentava debaixo. E a marmita minha era aquela lata de leite ninho com farinha de mandioca dentro, e camarão salgado. Tampava e levava de manhã cedo, quando era 11 horas, eu comia aquilo lá. Tinha quartinho d’água, eu bebia água. Batia na barriga, ‘Graças a deus, agora eu to cheio’.

Carol: Nossa.

Assentado 4: E até as cinco horas de novo. Ah, depois que eu cheguei aqui no estado de São Paulo, comecei a trabalhar na rua.

Carol: Faz tempo que o senhor ta por aqui?

Assentado 4: Eu cheguei aqui em 89, no ano que o Collor tomou posse. Cheguei aqui em 89, comecei a trabalhar na rua, que aí eu já ganhava dinheiro pra pagar aluguel, pagar água, pagar força. E agora aqui, não. E aqui, casa, depois que to aqui no assentamento Milton Santos. E eu escolho, é ovo, carne de frango...

Assentada 3: É só chegar.

Assentado 4: Galinha caipira, é carne de porco, é carne de boi, que seja bife, carne de panela... Eu escolho. Tem hora que eu nem mexo lá. Vou na horta, cato um pezinho de alface, a folha de couve, faço aquela saladinha bem temperadinha com limão. A gente almoça uma comida saudável, uma comida bem sossegada.

Carol: Sem agrotóxico.

Assentado 4: Exatamente.

Assentada 3: Sem agrotóxico. Muito importante, hein!

Assentado 4: Eu gosto muito do Pernambuco. Eu posso ser um homem milionário hoje. Eu posso ir lá a passeio, ajudar meus parentes, tomar banho na praia de Boa Viagem, que eu morava lá perto da praia, morei lá oito anos. Mas pra morar mesmo, só se eu for com muito dinheiro, pra não depender da roça lá. Porque, lá, é assim, quando chove três meses, fica quase três anos sem chover.

Carol: Nossa!

Assentado 4: É meio difícil lá.

Assentada 3: Nossa!

Assentado 4: Eu não desprezo o MST, de jeito nenhum. E nem dispenso a reforma agrária, sempre eu apóio meus parentes. Se você quer, corra atrás. Vai na luta que consegue. Só que assim, as autoridades que fala mais alto não deixa a reforma agrária avançar. Aqui encima a gente fizemo uma luta, eu participei de uma reunião com o secretário de justiça de São Paulo. Nós tirou uma comissão e fomos lá. Foi comprovado que a terra é do estado. É do governo estadual a terra ali encima. Eles deram um ano pra usina tirar a cana e entregar a

terra pra reforma agrária, e eles tiraram a cana, meteram os maquinários deles, plantaram outra! E não entregaram a terra. E agora recebe... Teve uma ocupação aqui, a usina veio com os maquinários e rancou a carreira de bambu que tinha lá.

Carol: Nossa.

Assentado 4: Isso daí é os olhos deles que olha nós.

Assentada 3: Olha, quer ver... Uma vez que veio uns parentes meu lá de Limeira, que veio almoçar. Porque a gente foi criticado até pelos parentes também, na época, hein. Nosso deus do céu viu, falavam assim ‘O que você vai fazer lá?’. É, falei assim, ‘Não, não tenho nada aqui, vou ficar fazendo o que aqui? Vou correr atrás da minha vida! Eu, meu marido, meus filhos’. Aí, tivemos anos aqui de fartura, tinha tudo. Aí, um dia, veio todo mundo almoçar aqui em casa. Aí, o Gilmar falou assim, ‘Que que você quer, que eu vou lá buscar?’, a gente pensou, ‘Você não vai buscar nada, nós tem tudo aqui’. É, mas é sério, eu montei uma mesa aqui, que aqui o rancho era mais grande. Montei uma mesa aqui, depois eu fui botando. Eu fiz salada, tudo o que eu tinha aqui plantado. Eu falei assim, ‘De tudo eu quero fazer um pouco. Até rirote de banana eu quero fazer’. Você já comeu rirote de banana?

Carol: Não, é gostoso?

Assentada 3: É uma delícia, minha filha. Cai muito bem com um churrasquinho e um arrozinho branco. Ah, é ma delícia. Peguei até ribeiro de banana, falei assim, ‘e a banana também!’. Você já comeu a bananinha refogada, o molhinho dela?

Carol: Ah, é gostoso.

Assentada 3: É muito bom, né?

Carol: Muito bom.

Assentada 3: Então, filha, rirozinho de banana, e alface, e a banana mesmo, ela refogadinha. Fazia ela frita. De tudo um pouquinho. Mandioca. Mandioca solta, mandioca frita. Tudo! Eu inventei as opção. Fiquei fazendo comida!.. Levantei cedinho pra poder fazer a comida, porque eu queria fazer tudo aquilo que eu tinha aqui plantado. Peguei galinha, matamos galinha, fizemos. Aí, quando chegou a visita, olhou né. Ficou olhando assim, ‘Nossa! Que chique ta isso!’. Falei assim, ‘Tudo tirado aqui da própria terra, até rirozinho’. Falei assim, ‘Tudo que eu colhi aqui da minha terra aqui. Você vão comer as coisas daqui. Menos o arroz e o feijão, que não plantei o feijão ainda, mas pretendo plantar também. Então, o que é comprado do mercado é só o arroz, o feijão e o sal, e o óleo, essas coisas assim.’ Mas, assim, de mistura, essas outras coisas, tudo daqui.

Carol: Salada.

Assentada 3: É. Aí, eles pode entender. Agora, é difícil um domingo que aqui eu passo sem ninguém aqui em casa. Aí, eles vêm. Então, quer dizer, eles já perceberam que não é nada daquilo. Porque, talvez a pessoa assim fica... a gente também a gente não pode ir contra eles também, porque eles não conhece. A gente aprende a valorizar as coisas depois que a gente conhece.

Carol: A visão que tem é a visão da T.V., né?

Assentada 3: É, é a visão da T.V.

Carol: Por isso tem tanta gente contra a reforma agrária.

Assentada 3: Isso. Então, aí é depois que eles tão aqui dentro, que eles pode perceber, falar assim, ‘Caramba, não é nada disso que a gente pensava’. Porque, as pessoas que ta lá fora, talvez que critica, porque não conhece. A partir do momento que eles têm a oportunidade de conhecer, aí eles aprende a valorizar mais e de respeitar mais. Então, que... sei lá, se todo mundo tivesse a oportunidade que a gente teve, seria muito bom. Só que agora ta tão difícil,

né? Porque agora ta tudo parado. Você vai ver num tem nenhum plano sobre a reforma agrária, né. Nós já ta tendo é nesse meio de (...), porque os que tão entrando ali dentro, são poucos que tão apoiando.

Carol: E eles não tão aceitando mais, né?

Assentada 3: Não ta aceitando. E tanta terra por aí, que fica aí abandonada. De invés deles deixar as famílias irem cuidar e viver a vida...

Carol: Trabalhar a terra.

Assentada 3: Ainda é a coisa mais linda. Não sei se você já teve a oportunidade de ver o caminha da simultânea passando aqui, carregadinho, a caixa até encima! Mas isso dá um orgulho tão grande! Tanto que, outro dia que passou aqui, você acredita que eu chorei, Assentado 4?

Assentado 4: É?

Assentada 3: Chorei!

Assentado 4: De emoção, né?

Assentada 3: De emoção de ver aquele caminhão cheio, sabe? Eu falei assim, ‘Vai embora, pras entidade! Vai comer uma coisa gostosa! Uma coisa, assim, natural que a gente faz.’ Caminhão carregadinho, menina. Mas deu um orgulho tão grande de ver aquilo! Nossa senhora. Apesar que, aqui, nem todos plantam. Tem alguns que tão meio acomodado, ainda. Nossa, tem que despertar, tem que fazer alguma coisa. Porque isso aqui é muito bom. Nossa, é legal, é importante a gente ver aí o caminhão. O caminhão, ele entrega duas vezes. Se todo mundo entregasse, acho que dava pra entregar até umas três vezes, né, Assentado 4? Ou pra mais, né? Fazer as entregas e levar aí pra esse povo aí da cidade que fica sofrendo

Assentado 4: Com certeza.

Assentada 3: Os sem-teto, asilos, essas coisas aí que a gente entrega.

Assentado 4: Você como é que é a turma, né. Eu sou analfabeto, eu não sei nem assinar o nome, todos os documentos meus é “analfabeto”. Mas eu assisto um monte de televisão. Tem vezes que eu perco muitas horas de sono assistindo televisão. Mais o globo rural, que tem muitas coisas que a gente aprende assistindo o globo rural. Eu curto muito aquilo. E outras coisas, que eu aprendo na televisão também, é antes do globo rural tem aquela TV... a que eles ensinam, que a turma passa na televisão. E, quando a gente fez aquele assentamento lá no horto de Limeira, que aquela terra ali foi uma terra devoluta do passado. Aquilo ali foi ocupado no tempo do Jurandir Paixão, que ele era o prefeito lá e ele ocupou aquilo lá. E candidatou-se aquele prefeito lá, Sílvio Felix, que ele chegou a falar, nem que fosse a única coisa que ele fizesse na vida dele, era tirar os sem-terra de lá. Agora, o que é que ele tem contra aos sem-terra? Porque o Sílvio Felix que eu conheço, assim entre aspas, eu arranquei muita grama pra ele no passado. E eu arrancava grama pra ele, o Geraldo chamava eu e dizia, ‘Vamo ali arrancar grama’, e eu perguntava logo pra quem que é a grama, e ele dizia, ‘É pro Sílvio Felix’. Aí, eu perguntava pra ele, ‘Mas quem vai pagar?’, ele falava, ‘É eu’, porque o Sílvio Felix ele não é um bom pagador naquela época. Agora, qual que é a autonomia que ele tem agora? Que nem, teve uma vez que ele liberou as máquinas lá e os policial, foram lá e desmancharam tudo. Todos acampamentos, cavaram buraco, enterraram botijão de gás, enterraram cama. Foi a que saiu até bala por lá. Bala de borracha e acharam umas bala de estanho também lá pelo meio. Agora, qual é a autonomia que ele tem agora pra tirar os sem-terra de lá? Sendo que ele ta no meio da corrupção. Aconteceu com a mulher dele, com filho, cunhado, e não sei com quem que foi.

Carol: Agora ele caiu, né?

Assentado 4: É. Aonde que ta a cara dele agora? Não é possível a mulher dele e os parentes dele ta numa corrupção dessas, que foi até preso, e ele se diz que é inocente?! O que que acontece dentro de uma casa familiar, porque a mulher faz e o marido não sabe? Que o marido faz e a mulher não sabe? E ele critica nós, entre aspas, assim, nós somos sem-terra. E eu não critico ele. Porque, realmente, ele ta sendo um bom prefeito, tava sendo um bom prefeito lá, mas pra quem tem dinheiro. Que é o negócio dele.

Carol: É verdade.

Assentado 4: O negócio dele é... ele tava fazendo uma coisa boa lá, que tava duplicando o anel viário. Que ta ainda. Agora, pra que aquela grama que ele plantou no ribeirão tatu? Porque ele mesmo que é o dono da própria grama. Ele mesmo vende grama pra ele mesmo. A grama dele ele vende pra ele mesmo, que ele é prefeito, né. Então, ele mexe com grama e, sobrou grama esmeralda no ribeirão tatu. Sendo que ele podia plantar colonhal, braquiara, ou a grama pra batatais, que é bem mais barata. Sobrou aquela grama esmeralda, que custa muito dinheiro. Eu falo porque eu sei. Eu já mexi muito com grama. Limeira eu conheço de ponta a ponta, que eu arrancava grama direto pra prefeitura lá. Assim, de terceiro, né. Tinha o cara que trabalhava pra prefeitura, e eu ia trabalhar pro cara e arrancava a grama. Agora ta lá a carona dele passando no jornal, da família tudo, e fica dizendo que quer tirar cem sem-terra de lá. Que lá a turma planta milho, mandioca, feijão, banana, e ta tudo sobrevivendo. Porque emprego não acha pra quem não tem estudo, não acha emprego na cidade. Porque, até pra entregar jornal na rua, se precisava de lixeiro, você tem que ter um nível de estudo. E não é todo mundo, da minha época pra cá, não é todo mundo que tem estudo. Agora, quem tem estudo, é essa segunda, é essa próxima nação agora, né. Essas adolescente, adolescente de, tipo assim, de 13, 14 anos pra cima, né, que ta tendo prioridade. Esses dias, eu tava assistindo na televisão, lá no plano da Bahia tem três municípios que, se o pai não matricular os filhos na escola, vai tomar uma multa de até 20 salários mínimos.

Carol: Nossa.

Assentado 4: Se o cara não tem aonde cair duro, como é que ele vai pagar uma multa de 20 salários mínimos?

Carol: Não tem como.

Assentado 4: O pai vai, matricula os seus filhos na escola, todo dia cedo ele vê eles saindo. ‘Vai pra onde?’, ‘Eu vou pra escola’, o pai vai ter culpa se os filhos vai desviar? Pra usar droga, pra roubar. E a lei não favorece nós, favorece quem faz os errado. Escutei também na televisão, quem completar 16 anos até dia primeiro de setembro, pode tirar o título e votar. Agora, se ponhar de menor pra trabalhar, é exploração, né. Agora de menor pode matar, pode roubar, pode fumar droga, e o pai não pode dar uma tapa porque o filho é de menor. E, ‘Vou votar’, pode, pra ponhar ele lá encima. Quando a polícia para a gente no comando, que a gente vai mostrar o título pra ele, eles falam que título não é documento. Não é documento aqui, pessoal, mas pra ponhar ele lá encima no poder, é documento. E se não vou votar, tem que pagar multa. É uma coisa muito interessante, pra eles, porque pra mim não é, não.

Carol: Pra eles só, né?

Assentado 4: É.

Assentada 3: Pra você ver aqui como a gente tem... aqui é bom. Os nossos filhos têm direito de estudar. Pelo Movimento, eles podem sair pra fora e se formar. A Dafne, ela ta crescendo agora, ela vai ter oportunidade pra fazer o que ela tem vontade. Porque já fala

que ela quer ser médica. Aqui, pelo MST, talvez ela vai poder fazer isso. É uma chance que ela vai ter.

Carol: Mas pra senhora não teve oportunidade?

Assentada 3: Eu não tive. Porque, nossa, quando eu era pequena, eu tinha sonho. Queria ser veterinária, nem sabia o que que era isso, mas eu falava. Falava assim, ‘Nossa tenho tanta vontade de estudar pra mexer com criação’. Nem sabia que o nome era “veterinária”. Pra mexer, porque eu amo esses bichinho aqui. Olha que gostoso ver eles durmindo aí. Então, ele vai ter a oportunidade dela, sim, porque ela tem, sabe, aquele dom. Ela fala assim, ‘Eu quero ser uma médica, mãe’. Porque, então, o que eu não consegui pra mim, talvez ela venha a conseguir pra ela. De ser alguma veterinária, ou ser uma médica mesmo, porque o dom dela é pra isso. Porque, esses dias aí, a gatinha minha tem problema, né, então toda vez de parto a gente tem que ta fazendo o parto dela. A gente até acostumou, porque, quando vai nascer os filhotinhos, ela já me procura. Eu ou ela, pra poder fazer o parto, a gente tem que ajudar. E ela vai, mesmo. Ela vai, ‘Não, é assim’, vamo com jeitinho, vai e consegue tirar os gatinhos. Ela já tem um dom pra isso. Que ela mesmo ta se descobrindo ela mesmo, não de eu falar pra ela. Ela mesmo já fala, ‘Mãe, eu quero ser uma médica, eu quero mexer com o ser humano, ou com criação, alguma coisa’. É, então, ela já ta montando isso na cabecinha dela pra ela poder ser. E, aqui, eu vou ter uma oportunidade. Se deus me der vida pra mim viver, ver ela crescendo até lá, ela vai ter grande chance aqui dentro. Porque eu sou a primeira a apoiar ela.

Assentado 4: A Janete. A Janete ta se formando advogada através do MST.

Assentada 3: Do MST. Então, é uma oportunidade, uma oportunidade que ela via ter. Se ela continuar crescendo, porque, apesar que ela gosta de morar aqui. Porque, esses dias mesmo, eu escutei ela falando com a priminha dela lá em Limeira, falando assim, ‘Eu gosto de morar é lá. Que lá eu corro, lá eu brinco, lá eu vou pra rua. Aqui eu não posso nem sair na rua’. A vó fica gritando, ‘Vem pra dentro que o carro vai te pegar! Entra pra dentro!’. Não pode andar de bicicleta. Ela, ‘Ah, não!’. Aqui, ela já criou aquela... Veio pra cá mamava no peito ainda. Então, ta tendo a possibilidade dela aqui de criar livre, de ser livre. Não ser uma pessoa presa. Porque isso aí, você pode vim ver, a grande diferença de criança de cidade pra criança daqui. As crianças daqui elas tem aquela... são elétricas, são menina avivado mesmo. Até ela tirou um... começou a tirar sarro dos priminhos dela, que veio dos Estados Unidos, veio aqui e ficavam andando na pontinha do pé. Ela falou assim, ‘Anda como homem! Pisa nessa terra aí. Que vai ficar andando na pontinha de pé, parece uma bichola. Anda bonito mesmo. Entra pro meio da terra, vamos andar por aí’. E fazia os meninos pisar na terra, e fez mesmo hein. Por quê? Porque aqui ela vive. Ela é vivida. Mas é assim, minha filha, a gente ta meio turista, espero que eu pude. Se eu falei alguma coisa errada, depois você tira aí.

Carol: Imagina!

Assentada 3: Mas, eu acredito que todas as entrevistas que veio aí fazer comigo aqui, tudo é isso aí que eu falei pra você. Todos ouviram. Eu nunca vou negar isso aqui, não. Porque o MST deu retorno pra mim, pra nós. Eu nunca vou negar. Porque aqui, eu falo de novo pra você, o que eu tenho, é tudo tirado daqui da própria terra. Da própria terra, ta lá ó, ta aparádinha minha horta pra plantar de novo. Vou começar aí de novo. Vai ver, eu vou voltar... Quem sabe na próxima entrevista que você tiver a oportunidade de vir aqui, eu já vou estar bem mais melhor.

Carol: Ah, com certeza.

Assentada 3: Bem mais melhor, que eu já vou poder fazer o que eu já fazia antes. Porque quando deu pra matar, não tem jeito. Pelo mais que eu tento mudar, ainda não tem mais jeito. Mas eu acredito que ainda vai melhorar as coisas.

Assentado 4: Até se conformar demora, né.

15 de abril de 2012, Acampamento Santa Maria da Conquista

Carol: Dirigente, você pode dizer um pouquinho da história do acampamento? Quanto tempo vocês estão aqui? Quantas famílias tem?

Dirigente: Então, na verdade, esse acampamento aqui ele começou em 2003, no início do governo Lula, né. Ele iniciou com 300 famílias, na região de Itabira, no interior do estado aqui, divisa com o Paraná. E dessas 300 famílias, já foram assentados dois grupos: um grupo que foi assentado em Apiaí; e um outro grupo que foi assentado aqui mesmo no município, num complexo numa área que estava... que ia à leilão, do grupo 'Boi gordo'. Aí, nós ocupamos a área e virou assentamento. Então, foram assentadas duas partes, em dois locais, e continua esse grupo aqui com 50 famílias. E estamos aguardando essa área daqui de frente, que é 'Santa Maria das Vargens' o nome da fazenda.

Carol: No começo tinham quantas famílias, lá em 2003?

Dirigente: Em 2003 nós tínhamos 300 famílias. E parte foi assentada e outras acabaram desistindo, por causa da própria lentidão da reforma agrária. Têm várias famílias que desistiram. Tanto que, aqui também, que nem todas estão desde 2003. Se você for conversar com as famílias, você vai ver pessoas em períodos diferentes, porque, por causa da lentidão da reforma agrária e algumas famílias foram embora, a gente foi complementando com outras famílias. Hoje, inclusive aqui nem tem 50, tem um pouco menos. Já tem um grupo de famílias acampadas aí do estado, que vão vir pra cá para completar as 50 vagas. Hoje aqui tem 38 famílias, então faltam 12 famílias ainda para completar 50. A área cabem 50 famílias.

Carol: E a maioria dessas famílias veio aqui de Itapetininga, mesmo? Da região?

Dirigente: Então, podemos dizer que todas são da região. Mas grande parte dessa região daqui de Sorocaba, que Itapetininga faz parte, inclusive, da regional de Sorocaba. Mas algumas famílias veio de Itapé, veio de Itabira (quando o acampamento veio pra cá), várias famílias que é do município de Itapetininga e tem algumas famílias que é do município ali de Salto, de Itu, dessa região que tão aqui também. Então, grande parte são aqui da região.

Mas hoje já, só aqui no município já tem mais de seis anos que a gente tá por aqui, todas as famílias são tituladas inclusive pelo município. Vota aqui no município, transferiram o título pra cá, né. Então a gente considera que, hoje, são todos cidadãos de Itapetininga.

Carol: E, essas famílias aqui, qual que é o perfil delas? Tem muitos desempregados? Eles trabalham por aqui?

Dirigente: Então, aqui na região, já é uma região de origem da agricultura, mesmo. Pode dizer que é bem interior mesmo. Então, assim, grande parte delas são de origem camponesa, mesmo. Às vezes, umas cinco ou seis famílias aqui, que vem já com outros tipos de profissão: pedreiro...

Carol: Da cidade...

Dirigente: É, da cidade. Carpinteiro... Mas são coisas, também, que aprenderam no seu decorrer do dia. Mas muitas das famílias que veio da roça, que era boia-fria, que tão morando aqui em Itapetininga hoje, acabou entrando... Por causa dos bicos, por causa do desemprego, então, muitos aqui aprenderam a trabalhar de pedreiro, com a própria contribuição de outros pedreiros, que já existia aqui dentro. Então, ajudou, ensinou as pessoas. Então, tem mais pedreiro hoje, do que só os que veio da cidade. Tem pedreiros que era boia-fria e hoje é pedreiro. Inclusive, teve um caso de um companheiro aqui que era resineiro antes, trabalhava na colheita da resina, e hoje é pedreiro.

Carol: Tem que ser meio versátil, assim, né?

Dirigente: É.

Carol: E na sua opinião, assim, quais são as causas do desemprego?

Dirigente: Olha, eu posso dizer pra você, que é várias. Uma é a própria política hoje de incentivo, principalmente, aqui na região. Vou te falar mais daqui. Essa política de incentivo ao agronegócio aqui, a mecanização da agricultura tem causado mais desemprego aqui na região. Fazenda aí, mesmo nas fazendas que trabalhava 20, 30 funcionários, hoje a máquina veio e substituiu a mão de obra de todos esse. Um ou dois trator acaba fazendo todo esse trabalho. Aqui, como é um região de cana e eucalipto, que gerava muito emprego no passado também, hoje no corte da cana já é mecanizado né. Então, a máquina que corta a cana. No corte do eucalipto também é mecanizado. Já tá tendo mecanização até pra colheita do feijão. Então, pra você ver o tamanho da técnica aí que tá. Duas, três máquinas substituem milhares de trabalhadores.

Carol: E há solução pro desemprego?

Dirigente: Olha, eu acho que, grande parte, sim. Mas uma das, que nem nós do MST, nós acha que uma das grandes soluções é os trabalhadores se organizarem e tomar conta dos postos de trabalho, né. Eu acho que aqui na terra, no caso dos Sem-Terra, é ocupar as áreas improdutivas, para poder as próprias famílias gerar o trabalho pelas suas propriedades, dentro do assentamento. E no meio urbano hoje, se eles fossem pegar por esse lado, eu acho que as famílias ocupando as fábricas. Porque, por que que as multinacionais podem ocupar as fábricas (as que vem de outros países), e os trabalhadores daqui não podem? Então eu acho que seria uma alternativa, aqui. As grandes multinacionais, transnacionais, acaba explorando os trabalhadores, os poucos que tem. Porque grande parte também é mecanizada, geram um monte de desemprego. Mas os poucos que tão lá são explorados, e quem leva o lucro são os grandes grupos de empresas.

Carol: E qual é o perfil, assim, do desempregado que vem procurar o MST? Ele trabalhava na indústria? Ou é esse que saiu do campo mesmo?

Dirigente: Então, aqui na nossa região, grande parte do pessoal que vem procurar o MST são desempregados da própria agricultura. Que foram vítimas do modelo aí do agronegócio. Tem pessoas que eram resineiro, é uma área aí da agricultura, tem pessoas que trabalhava nas colheitas do feijão, outros em lavouras da laranja; e hoje tão tudo aqui no acampamento. Por causa da mecanização do trabalho aí, eles acabou ficando desempregado e vieram pro acampamento. E, às vezes, essas mesmas pessoas, hoje, tão no acampamento e faz alguns bicos na cidade, mas já não trabalha mais nas fazendas da região.

Carol: E como você acha que a luta pela Reforma Agrária está articulada com essa luta pelo combate contra o desemprego?

Dirigente: Eu acho que a luta pela Reforma Agrária ela é um dos instrumentos, inclusive, de ajudar no combate ao desemprego. Quando você faz essa luta pela Reforma Agrária na desapropriação de um latifúndio, por exemplo, eu acho que você já tá trazendo emprego pra grande parte, não só dos Sem-Terra, mas isso você gera emprego direto e indireto com muitas outras pessoas, por exemplo, até na cidade. Você tem, por exemplo, vou fazer uma experiência com os acampamentos aqui da região, os assentados entrega a produção para a merenda escolar. Então isso acaba gerando várias... desde as escolas, de quem vai mexer com essa produção...

Carol: Envolve vários aspectos.

Dirigente: Envolve vários aspectos. Eu acredito que a Reforma Agrária tá direto com essa questão do incentivo do emprego, né. Lógico que só a Reforma Agrária não vai resolver o problema do Brasil. A gente sabe que precisa de várias reformas. Eu acho que a Reforma Agrária e a Reforma Urbana acho que é o que vai... porque as duas têm que trabalhar juntas, né. A Reforma Agrária se dá no campo mas ela termina, completa na cidade. Acho que nem termina, completa na cidade com os trabalhadores, que grande parte dos trabalhadores hoje vive no meio urbano.

-- Áudio 2 --

Carol: E tem muitos acampados aqui que recebem essas políticas assistenciais do governo? Bolsa Família, outros programas?

Dirigente: Os acampados?

Carol: É.

Dirigente: Olha, eu posso dizer para você, que todos que tá dentro das normas recebe. Isso é uma política que, inclusive, é direito, né. Apesar que é uma miséria. Nós fala que é as 'Bolsa Miséria', né. Bolsa pra tudo tem, só não dá pra sobreviver. Mas, se é um direito, eles pegam; e às vezes eles tem dificuldade. Por exemplo, as Lideranças acampadas, elas têm muita dificuldade em receber o Salário Maternidade, por causa dessa comprovação de endereço. E aqui no acampamento tem muita dificuldade de: nem é urbana, também nem ele tá engajado com uma trabalhadora, mesmo, assentada da Reforma Agrária; porque não tá legalizado ainda, né. Então, elas têm muita dificuldade de receber o Salário Maternidade. Poucas que conseguem receber. Ao menos quando, assim, a mulher é acampada, mas o pai é assentado, então ainda dá o endereço do pai e aquela coisa toda; mas, aqui no acampamento é muito difícil receber. Acho que o governo deveria reconhecer isso como um espaço de moradia, que são camponeses também, né. Até para facilitar a vida dessas Lideranças.

Carol: E você acha que essa perspectiva de ter um lote para produzir alguma coisa, ela contribui para envolver o pessoal que tá buscando uma fonte de renda? O pessoal vem procurar o MST pensando em produzir alguma coisa no lote?

Dirigente: Então, a primeira ideia da família quando procura o MST é esta, que sair da cidade porque não aguenta mais o aluguel, pagar água, pagar luz, então vem nessa lógica de ter um lote pra ter isso como renda pra sustentar a família, mesmo, né. Mas a verdade é que, no decorrer dos dias, as pessoas percebem que só ter o lote não basta, né. Elas também precisam contribuir. Por isso que, dentro dos próprios acampamentos, surgem várias pessoas, inclusive que tá no lote, mas que quer não só o lote, mas quer estar participando da associação, da cooperativa, que eles podem melhorar muito mais a renda se estiverem organizados em grupos, do que estar sozinho. Então nesse processo, eles vão adquirindo consciência do período do próprio acampamento.

Carol: Um pessoal lá do 'Milton Santos', uma dificuldade que eles colocaram é que lá o lote tem um hectare só por família e que é muito pouco, e que a política que vem sendo colocada para a Reforma Agrária ela tá muito deficitária, então, não tem assistência, política de assistência. Você vê essa dificuldade por aqui também, nos assentamentos da região?

Dirigente: Então, é que tem um pouco de diferença. Nos assentamentos aqui da região, o módulo rural é oito hectares. Então, isso já contribui muito mais na renda, né. Eu acho

que um hectare é impossível a sobrevivência de qualquer família. Ao menos que o governo, de fato, desse um hectare pra família, mas que implementasse mais tecnologia.

Carol: Outros programas...

Dirigente: Isso. Por exemplo, se você trabalhar com hortaliças em um hectare de terra, até que é uma boa quantidade, mas desde que esse hectare tivesse irrigação, né. Já que as famílias não podem ter mais, já que lá é só um hectare, deveria complementar a renda pela irrigação, pra ter cultura durante o ano todo. Que, se depende só da natureza, hoje é muito difícil esperar a chuva, né. Corre o risco de perder a planta. Então, se fosse um hectare irrigado, até acho que dava pra ter uma boa renda; agora, um hectare do jeito que o governo faz com as famílias, eu acho que é impossível sobreviver.

Carol: E aqui, com oito hectares, o pessoal consegue produzir, se manter com a produção?

Dirigente: Precariamente também, porque essa questão dos investimentos, o governo deveria investir mais na agricultura familiar, nos assentamentos de Reforma Agrária. Porque, se você olhar o tanto que eles investem nas usinas de cana, o tanto que eles investem nas empresas monocultura de eucalipto (que, às vezes, dois ou três donos são beneficiados por bilhões de ...

Carol: A bolsa para negócio.

Dirigente: A bolsa do agronegócio. Enquanto várias famílias não pegam um terço que uma pessoa só do agronegócio pega, né. Então, precisava de mais incentivo nessa área da Reforma Agrária. Mesmo com oito hectares, que não é diferente também do investimento. Você pega oito hectares, mas, às vezes, as famílias demoram dois, três anos pra ter acesso à casa, mais dois, três anos pra ter acesso à luz elétrica, à água. Então, é muito difícil. Às vezes demora o Pronaf, que é um crédito de investimento da agricultura familiar, às vezes quando o recurso chega já passou a época do plantio. Então, é muito complicado também. Então, é por isso que, muitas vezes, os Sem-terra, os assentados ocupa banco, ocupa um monte de coisa, que é para o governo agilizar a liberação do recurso.

Carol: Você comentou que, desde 2003, no início do governo Lula, vocês entraram aqui e tão nessa luta, né. Como que você avalia esse período do governo Lula, para essa questão da Reforma Agrária? Tem alguma mudança em relação ao período anterior?

Dirigente: Olha, eu acho que nem questão da Reforma Agrária teve um retrocesso muito grande, porque, se você for reparar, pelo menos aqui na região, o avanço que teve das grandes monoculturas, no caso das usinas de cana, do eucalipto, foi enorme. Não tenho dados aqui agora, mas assim, se você for pegar na questão da Reforma Agrária, aqui na região, durante os dez anos (o governo Lula e Dilma – do governo petista, vamos dizer assim – foi assentadas 150 famílias. Dez anos. Então, você imagina um mixaria de famílias, né. No Brasil, muito pouco também a quantidade de famílias assentadas. Porque eles acabaram regularizando muitas famílias que estavam aí irregular, pequenos posseiros. Mas assentamento de Reforma Agrária foi poucos. Então, nós não conseguimos ter avanço na Reforma Agrária no governo Lula. Diminuição do orçamento da Reforma Agrária, aumento do recurso pro agronegócio.

Então, nem sei se é o governo ou se é opróbrio sistema capitalista, mas eu acho que o capital tá dizendo muito 'amém e obrigado' nesses últimos períodos; o tanto que cresceu essas grandes empresas, assim, em relação à Reforma Agrária, é enorme, o avanço acho que diz. Muito grande. Então, enquanto dá uma colher pra gente, dá uma pá pra eles. Essa é a realidade que nós estamos vivendo no campo. E falam assim “não tem recurso pro campo”. Não tem pra Reforma Agrária, pro agronegócio tem. Então, não é verdade que não

tem dinheiro pra agricultura, né. Não tem dinheiro pra Reforma Agrária, mas pro agronegócio tem muito recurso, inclusive. Muitos subsídios, inclusive nas horas de perdão das dívidas.

Carol: Pra um tipo de agricultura não tem...

Dirigente: Não tem. Pros pobres não tem. E, se você for pegar na saúde, na educação, também não é diferente. Você vai ver nas escolas particulares, quantos que não injetam; você vai nas escolas públicas... Então, é bem precária a história do nosso país.

-- Áudio 3 --

Carol: A política social, às vezes, - essa coisa do Bolsa Família, por exemplo - foi mais valorizada do que a política para a Reforma Agrária, mesmo.

Dirigente: Sim. Que é a Bolsa Família que... porque assim, você tem direito, mas nem todo mundo recebe também. Nem todo mundo que precisa da Bolsa Família consegue acessar ela. Mesmo os que acessam, não dá pra sustentar a família também. Então, é mais propaganda do que realidade essa história do Bolsa Família. Aí vem o Salário Desemprego, corte, um monte de... Bom, já teve corte em todas as áreas, né.

Carol: E, sobre os aliados, aqui, da luta pela terra. Os sindicatos aqui da região, eles tem alguma relação aqui com o acampamento, ajudam, são aliados mesmo?

Dirigente: A gente tem alguns aliados, sim. A própria realidade da nossa região, ela é uma região bastante conservadora, o próprio histórico dos fazendeiros, das grandes empresas do campo aqui, é uma cooptação muito grande a isso, no que se refere a isso, inclusive, com alguns sindicatos, né. Então, acordos. E a gente somos meio 'assim', acho que tem que ir pra luta. Então, tem certos tipos de acordo, que nós não concordamos. Agora, têm muitos aliados que nós conseguimos em apoio a Reforma Agrária, que é meio contraditório agora talvez, com as próprias políticas públicas, que os assentamentos tem feito aqui da região. Que é Doação Simultânea, que é o PAA. Isso, onde as famílias acabam tendo um valor de R\$ 4.500,00 para poder vender os seus produtos, e esses produtos, através da cooperativa, da associação, ele é doado pros pobres da região. Então, essa frente acabou fazendo, assim, uma outra visão de muitos aliados daqui da região, em relação à Reforma Agrária. Porque sabe que a Reforma Agrária, ela hoje ajuda bastante os pobres aqui da região. Então, isso com gente que tem muita relação com a igreja, outras entidades tipo associação de amigos de bairro, hospitais. Então, criou várias pessoas assim, que tem apoiado muito o MST, através dos assentamentos já de Reforma Agrária. Às vezes, o pessoal se assusta na hora que tem uma ocupação, mas eles sabem que, pra ter um assentamento, então precisa ter a ocupação. Então, isso justifica. Então, os assentamentos hoje, acabam justificando o porquê que ainda as pessoas continuam acampadas, fazendo a luta. Porque, hoje, aqui na região, o pessoal já conhece tanto os assentamentos, quanto os acampamentos. E antes, não. Antes era mais complicado.

Carol: E como que é a relação dos acampados aqui com os que já foram assentados?

Dirigente: São muito boas. São próximas as relações, inclusive tem, às vezes, tem até relação de parentesco também. Mas pegando mais as relações sociais, os assentados participam, não em massa mas sempre tem pessoas que tá aqui ajudando. Até com alimento, mesmo, quando tem pessoas com dificuldades. E os acampados, também, nas lutas sempre chamam os assentados. Lógico que os assentados têm dificuldade, porque às vezes não pode deixar a vaca, a criação. Mas sempre alguém tá participando em nome do assentamento. Têm uma boa, têm até uma certa boa relação.

Carol: Uma jornada de luta? Eles participam?

Dirigente: Sim, são os parceiros de luta. São, talvez, vamos dizer de uma mesma categoria: todos Sem-terra.

Carol: É, verdade. E, sobre esse acampamento da CUT aqui perto, qual a diferença que você vê em relação ao acampamento do MST? Tem alguma relação desse acampamento com aquele?

Dirigente: Olha, assim, há outras...Acho que todas são... acho que todos os trabalhadores são trabalhadores rurais sem-terra, não dá pra negar em momento algum. Acho que não tem nem diferença eles com nós, quando você fala dos trabalhadores. Agora, talvez, há formas de conduzir a luta que é um pouco - não tenho muito contato com lá, talvez eu posso estar falando bobeira – mas as informações que a gente tem é que têm várias famílias que, inclusive, não precisa ficar acampada. Um grupo fica acampado e só avisa os outros que... os outros nem fica acampado. Então, parece que aqui tem 17, 15 ou 17 famílias cadastradas, mas no acampamento só convivem sete, né. Se nós com 50 famílias já é difícil fazer a luta, você imagina com sete, né. Então, acho que num enfrentamento hoje contra o capital não pode ser esperando a Reforma Agrária em casa. Eu acho que você tem que ir pro enfrentamento. Não dá pra achar que 'não, vou ficar em casa, que o governo vai fazer a Reforma Agrária agora'. Se fosse assim na época no Fernando Henrique e dos cadastrados dos Correios, tinha sido um monte de gente assentada, e a prova tá que não foi.

-- Áudio 4 --

Carol: É verdade. Quais as dificuldades pra organizar o pessoal que foi expulso aí do trabalho no campo por conta da mecanização? Quais as dificuldades pra manter as famílias aqui acampadas?

Dirigente: Hoje, se você pegar nos acampamentos nossos, hoje eles têm menos gentes do que em alguns períodos anteriormente, né. Uns falam que é por causa das próprias assistencialistas, que acomodam as pessoas na cidade. Mas eu acho que não, hoje a dificuldade maior que nós temos pra trazer as pessoas pra cá, pro acampamento por exemplo, é a própria propaganda da mídia, né. Assim, você vê o MST na mídia, parece um monstro, né. Então, quando as pessoas vêm e conhecem de fato, elas vejam que não é isso. Mas a imprensa tem trabalhado permanentemente contra o Movimento. Isso não só aqui nessa região, mas em qualquer outra região. Então, esse pessoal fica meio assustado de vir pro acampamento. E quando o pessoal vem pro acampamento, que vê que não é tudo isso, aí que eles falam “nossa, mas lá é tão diferente! Eu já ouvi falar tantas coisas!”. Então, é no processo de formação, no dia a dia que as pessoas vão se engajando.

Agora, uma das dificuldades que a gente tem aqui é essa aí, de moradia precária, de baixo da lona, misturada com lixa aqui, porque tem essas... nem tudo é lona preta aqui, é umas lixa preta também que tem (inclusive é da Duratex, essas lixas eles faz pra lixar os paletes). Então não usa mais, é lixo descartável, a gente usa. Mais assim, não tem energia, água nem sempre tem. Então, é meio complicado..

Carol: Se o assentamento saísse mais rápido, então, talvez...Envolveria mais gente.

Dirigente: Aí, com certeza, resolveria. Porque trzeria mais gente. Começa já a ter as infraestruturas. Uma coisa é a pessoa vir conhecer o acampamento, a outra coisa é ir no assentamento, né. Quando você vai no assentamento, que você vê as plantas e vê tudo, você fala “nossa, eu quero é morar num lugar desse”. Quando você chega aqui, ninguém quer morar, fala “não, nesse lugar eu num quero”. Isso aí e as Lideranças que, às vezes, é as que

têm mais dificuldade. Que acaba sobrando essa tarefa mais doméstica pra elas, né. Que é o lavar roupa, cuidar das crianças. Ou então, à noite, pra fazer janta é vela ou lampião. Então, têm muitas dificuldades nesse sentido. Mas nada que não vão superando, né. Acho que, depois quando sair o assentamento, acho que a gente vai lembrar bastante desse período e valorizar ele, inclusive.

Carol: Ah, claro. E incentivar mais famílias a ocupar, né?

Dirigente: Com certeza.

Carol: Ah, legal, eu acho que é isso. Tem mais alguma coisa que você acha que seria importante pra colocar?

Dirigente: Eu acho que talvez, não está nas suas perguntas, mas, assim, nesses últimos períodos, o MST tem organizado, inclusive pra participar um pouco dessa... porque por mais críticas que a gente faz do governo Lula e desses dez anos de governo do PT, mas têm algumas políticas que veio pro assentamento também, que na época do Fernando Henrique não tinha. Quando ele fala aí do PAA, que é das Doações Simultâneas, a própria merenda escolar, né.

Carol: PAA o que que significa? É uma sigla?

Dirigente: É...

Carol: Ah, depois eu procuro.

Dirigente: Sei que é de “Aquisição de Alimento”. Agora, tô tentando ver qual é o 'P' aí.

Carol: Deve ser “Programa”, né?

Dirigente: É, é “Programa”. “Programa de Aquisição de Alimento”, isso.

Carol: Esse é um Programa do governo Lula?

Dirigente: Esse é do governo Lula. Que, inclusive, é um Programa do PT, não é uma Política Pública. Então se o PT sair, outro governo pode...

Carol: É uma política de governo, não de Estado.

Dirigente: É uma política de governo, não é uma política de Estado. E a gente quer, inclusive, que ela vire uma política de Estado, porque acho que, lógico que o valor é pequeno - é R\$ 4.500,00 por família, nem todas famílias conseguem acessar porque falta recurso - mas a ideia é que tenha recurso suficiente e que todas as famílias possam acessar. Então, os assentamentos nossos, hoje, é tudo organizado em associações ou cooperativa, para poder acessar essas políticas, que você individualmente não acessa elas. É uma forma, inclusive, de incentivar o coletivo.

Então, nesse ponto, a gente também tem que entender que foi importante. Porque, antigamente, o Movimento fazia esse debate do coletivo, né. E hoje, mesmo o Movimento fazendo o debate, nós tem o incentivo do governo também. Essa área, por exemplo, que foi desapropriada aqui - que é a 'Fazenda Santa Maria das Vargens', que é essa que nós vai ser assentado - a própria área de reserva legal, que dá 170 hectares, no decreto de desapropriação já fala assim “a reserva legal tem que ser coletivamente”. Então, nós vamos ter lá 140 hectares, tudo num mesmo local só, acho que vai dar pra gente fazer uma boa de uma reserva, inclusive. Eu acho que dá até pra explorar um pouco essa questão do turismo, e algumas coisas nesse sentido, na forma de trazer renda para o assentamento também. Então, essas coisas é importante, não dá pra...

Carol: O Pronaf também? Você acha que contribuiu?

Dirigente: Sim. Mas o Pronaf já era antes também, né. Aumentou mais, inclusive. Na época do Fernando Henrique ele era R\$ 7.500,00, hoje ele é R\$ 21.000,00. Então tem algumas assim, que melhorou no campo, não dá pra negar isso. Mas precisava ser melhor.

Carol: Mas você acha que têm mais políticas para os assentamentos do que pra fazer novos assentamentos?

Dirigente: Sim. Eu acho que a arrecadação de terra, nesse período do governo, foi péssima. Nesses dez anos de governo do PT. Não estamos aqui discutindo a precariedade dos assentamentos, mas Fernando Henrique assentou mais gente do que no governo Lula, infelizmente, né. Porque num governo de trabalhador, já era pra ter assentado muito mais. Inclusive, ele era que dizia que ia fazer a Reforma Agrária numa canetada, né.

Carol: A expectativa era grande, né?

Dirigente: Era grande. E aí, isso quando um povo vai perdendo a esperança com um governo assim, tu imagina, né. A Reforma Agrária sempre foi feita através de pressão mesmo, e quando as famílias vão desanimando, não querem ir pra terra, acaba também a Reforma Agrária entrando num processo muito caótico mesmo. Assim, eu acho que é difícil as pessoas querer ir pro acampamento sabendo que nós estamos aqui desde 2003. Ninguém vai. Você acha, fala “não, vamos pro acampamento / Você tá...Mas quando que eu vou pegar a terra? / Ah, não. Daqui dois, três anos.” O cara fala “mas você tá lá desde 2003 e até agora não pegou”. Então, isso é muito complicado para o avanço de outros assentamentos. As pessoas vê você numa comunidade boa, você até topa ir; agora, quando você sabe que tá nessa...

Carol: Que não tem perspectiva, né.

Dirigente: Não ter perspectiva é muito difícil. Só pra você ter uma ideia, só essa área aqui, já faz cinco anos que eu venho nesse processo aí, mais aqui na frente.

Carol: Nossa, cinco anos aqui?!

Dirigente: Cinco anos, só aqui nessa área. 'Ano que vem resolve', 'o ano que vem resolve' e vai passando anos.

Carol: E vocês já foram despejados daqui nesses cinco anos?

Dirigente: Já, várias vezes. Olha, acho que foram umas... só aqui acho que foram dez despejos. Mas, se pegar desde o começo, eu acho que uns 22, 23 despejos.

Carol: Nossa. Perdeu as contas até.

Dirigente: Perdemos as contas. Tem uns aí que até tá mais anotando aí certinho, mas acho que é uns vinte e... pouco tempo atrás era 21 despejos, aí acho que teve uns dois, três depois desses. É bastante.

Carol: E vem e reocupa de novo?

Dirigente: E vem e reocupa de novo. E vai... Então, por isso que é um processo muito cansativo pras famílias, né. Tem criança aqui que... tem mãe aqui, que eu lembro no começo, nem tinha criança, algumas estavam grávidas. Hoje tem uns moleques que já estão no segundo, terceiro ano de escola, já. Então, é pra você ver como faz tempo.

-- Áudio 5 --

Carol: E como você acha que o pessoal que tá aqui acampado vê o governo? Assim, essa demora na Reforma Agrária?

Dirigente: Olha, a gente tem trabalhado bastante isso que quem faz a Reforma Agrária é a luta do povo. Nenhum tipo de governo, a gente tem clareza, que não vai fazer a Reforma Agrária. Agora, no começo o pessoal via o governo com uma outra visão, achava que ia sair logo. Agora, hoje o pessoal não tem esperança nenhuma nesse governo do PT aqui mais, não. Nenhum. Assim, o pessoal, mesmo ocupando INCRA, Brasília, um monte de coisas, mas antigamente parece que quando a gente fazia as ocupações parecia que tinha

mais respaldo, até porque a esquerda era mais unida, né. Eu lembro, em 97 que nós fomos pra marcha pra Brasília, levamos 100 mil pra Brasília. Depois, em 2005, quando fizemos a marcha de Goiânia a Brasília, chegamos com 22 mil pessoas, num governo do PT, né. Mas aí começa a criar aquele medo, né. O PT não vai, não quer mais se organizar junto com o MST pra ir pra Brasília. Hoje até tá saindo várias alas do PT, já descontentes também, que tão se juntando pra fazer esse enfrentamento contra essa política do governo. Mas, na verdade, é que as famílias hoje perdeu a esperança do governo que tem. Eles não acreditam que o governo vai fazer alguma coisa, não. Então, é no momento das lutas, das jornadas, que o pessoal fala 'agora acho que vai dar um avanço', né. É sempre nesses momentos, que é onde acaba avançando um pouco. Mas através das lutas, não pela boa vontade do governo.

Destes últimos períodos, posso dizer duns dois anos pra cá, desde o início da Dilma, por exemplo, não sei se você já ouviu, mas eu não ouvi em momento algum ela falando da Reforma Agrária. Ela não fala. Às vezes, aparece um ou outro lá que fala, mas você nunca vê dentro da política da presidente da república ela falar de Reforma Agrária.

Carol: Eu nunca vi ela falar. O Governo Lula ainda teve o Plano Nacional da Reforma Agrária, agora no da Dilma não teve nenhum plano.

Dirigente: Nenhum plano. E do agronegócio você vê ela falar a todo momento. Então, você percebe de que lado que tá, né. Só de isolar essa questão da Reforma Agrária já. Ele lembro de toda a polêmica que deu, mas quando o Lula botou o boné do MST na cabeça, não sei se você lembra daquela reunião. Criou uma polêmica, mas ele vestiu o boné. Quando ele fez o Plano Nacional da Reforma Agrária...

Carol: E no comecinho do governo Lula, essa época 2003, 2004, teve muita ocupação de terra, né?

Dirigente: Teve. No início do governo Lula, nós chegamos a ter mais de 100 mil famílias acampadas em todo o Brasil. Aquela história, da esperança do povo e tal. Aí, quando o pessoal foi percebendo que... acabou indo desanimando famílias. Se fosse um governo que tivesse interesse de fazer a Reforma Agrária, o período era os dois primeiros anos dele, ali ele poderia ter tomado um rumo. Muitas famílias acampadas, era só ele começar a sinalizar desapropriação mesmo, que isso incentivaria muito mais. Mas aí começou a ajudar mais o agronegócio do que a Reforma Agrária.

Carol: E você acha que os assentados tem a mesma visão sobre o governo, assim?

Dirigente: Eu acredito que tem, assim, a mesma visão. Agora, a única diferença é que eles tem muita... Quando você vai pro assentamento, você já acaba também indo pra legalidade, né. Que é você regularizar lote, o técnico do INCRA que tá lá fazendo assistência técnica.

Carol: Eles tiveram mais conquistas, né?

Dirigente: Isso. E, também, os técnicos começa a fazer um trabalho de formação com as famílias a não participar da luta, inclusive. E eles acreditam mais na forma legalista do que da luta; o técnico vem depois da luta, né. Ele vem já num período da conquista, ali para ajudar na regularização dos assentamentos. Inclusive, tem uns que fala: “olha, o MST é muito bom; mas para fazer vocês pegar a terra, depois que vocês pegou a terra, vocês tem que saber que agora é com o INCRA, não é mais com o MST”. Então, tem muitos técnicos que faz esse trabalho de base pro governo.

Carol: Trabalho de base pro governo (rs). E é isso mesmo.

Dirigente: Trabalho de base pro governo. E a gente tem que ficar combatendo isso o tempo todo, né. “Não é assim”. Faz os encontro, conversa com as famílias. Mas de vez em quando tem algumas que acaba se escorregando e acredita na proposta do governo.

Carol: Tem uma pressão muito grande pro pessoal não participar, né?

Dirigente: Muito grande. E, às vezes, algumas experiência. Que que o governo..? Eles pega lá um assentamento com 50, 60 famílias e escolhe três, que já sabe que tem condições de ser cooptado e querer fazer alguns investimentos nos lotes das pessoas, inclusive, pra mostrar que dá certo. Faz as experiências com algum tipo de fruta, ou de criação, e aí, através daquilo ali faz as propagandas.

Carol: São os modelos.

Dirigente:É, os modelos. Aí, criaram um slogan lá, inclusive, (você soube?): 'Tenho orgulho de ser assentado'. Então, às vezes você vai no encontro e tem aquelas faixas lá. As famílias estão ferradas e tem orgulho de ser assentada. Acho que tu não tem como negar que, quem tá na luta quer ser assentado mesmo; agora, acho que precisa de muita coisa ainda, dentro dos assentamentos, pra gente ter esse orgulho mesmo. Se você for dentro de assentamento nosso aí com sete, oito anos, o pessoal não terminaram a casa ainda, né. Porque não tem, não veio recurso suficiente pra turma terminar as casas. Então, mesmo nos assentamentos, tem muito a desejar.

Carol: Acho que é isso. Muito obrigada, viu Dirigente? Ajudou bastante, com certeza.

Dirigente: E aí, se precisar, pode...

Acampamento Santa Maria da Conquista

Carol: Acampado 1, você está desde o começo aqui no acampamento?

Acampado 1: Eu tô há quatro anos aqui.

Carol: Quatro anos?

Acampado 1: Isso. Nesse acampamento aqui.

Carol: E você veio com a família pra cá?

Acampado 1: Isso, vim com a família pra cá.

Carol: E quando você veio você trabalhava em algum lugar, ou não?

Acampado 1: Sim, eu saí dum emprego pra vir pra cá. Eu trabalhava com serviço de resinagem, sabe? Eu mexia com químicos, processos químicos eu fazia. Agora eu to assim, após conhecer o projeto de reforma agrária, a gente optou vir pra cá, por causa dessas famílias.

Carol: E, qual que foi, assim,... por quê que você resolveu vir pro Movimento? Você já conhecia?

Acampado 1: Assim, tem as famílias assentadas, né?

Carol: Ah, aqui na região, também?

Acampado 1: Aqui na região. Entendeu? Então, você viu a também a importância de você também, né? Com sustento. E o projeto de reforma agrária é um projeto bacana, assim, para nós, além de você conseguir ter o seu próprio alimento, você conseguir produzir até mais pra comércio. E a saída do negócio lá do emprego, quando você consegue um emprego bom, ele é muito disputado. Você nunca fica num emprego...

Carol: Por muito tempo.

Acampado 1: É, por muito tempo. Então, você acaba mudando de um lugar pro outro. Eu até já mudei bastante de município, tentando...

Carol: Mudou procurando emprego?

Acampado 1: É. Sempre você acaba saindo do emprego, então a gente optou pra...

Carol: Já trabalhou em empregos muito diferentes?

Acampado 1: Isso.

Carol: E, aqui, o Movimento ta ajudando? Você acha? Melhorou a vida?

Acampado 1: Eu tive muito conhecimento. Sabe, a gente vai conhecendo um outro lado um pouco. A Liberdade. A gente aprende a requisitar os direitos da gente, sabe? A gente só vai, né, é uma formação. Assim, a pessoa vai... Porque todas as pessoas que hoje... se eu voltar hoje com um emprego, eu não me acerto com o tipo de patrão, né. Porque você aprende a ser uma pessoa livre, você aprende... Sabe, a gente vai mudando o jeito de...

Carol: Pensar em coletivo?

Acampado 1: Isso. Já no próprio modelo da reforma agrária e o Movimento, né. A formação do Movimento, ela...

Carol: Cê acha que a luta pela reforma agrária ela ajuda pra combater o desemprego?

Acampado 1: Ajuda. Quanto mais assentamentos tiver, melhora na cidade. Tanto pra essa parte da alimentação, quanto cai o desemprego na cidade. Acaba a disputa de emprego, né. Porque o mercado hoje é muito disputado. Pra emprego mesmo é muito disputado.

Carol: E, hoje, como é que você faz pra se sustentar? Você tem algum 'bico' na cidade? Produz alguma coisa por aqui?

Acampado 1: Então, porque, até hoje, você tenta sempre, no caso, ter um ‘bico’. Eu trabalho de pedreiro, trabalho um pouco no carpir. Então, quando aparece, a gente ta fazendo. O sustento nosso, hoje, é esse, né.

Carol: Tem alguma bolsa do governo? Não?

Acampado 1: Não. De vez em quando, ainda sai uma cestinha aí, mas num dá pra..

Carol: Não dá pra se manter?

Acampado 1: Não dá pra se manter.

Carol: E você acha que quando sair o assentamento vai ficar mais tranqüilo? Vai melhorar?

Acampado 1: Vai melhorar. Vai melhorar bastante, né. A gente vê vários e vários assentamentos, hoje em dia. E a gente também pretende avançar bastante pra ter uma vida bem melhor. Tirar o sustento da família e fazer uns projetos, também, pra produzir, pra vender na cidade.

Carol: E esses fomentos, assim do governo (PRONAP e tal), você acha que eles ajudam pra levar pra frente a produção no assentamento, tudo?

Acampado 1: Eu acho que já dá uma ajuda boa, sim. Se for começar, né, depende do modelo de produção da pessoa, né? Porque a gente também não, falo assim, se a gente fosse mexer com.. fazer como um... assim, cada modelo do projeto do governo é um modelo pra gente começar com o pé no chão. Também tem gente que vai querer investir muito, também, e só vai acabar na... Mas dá pra dar um começo bom, sim.

Carol: É?

Acampado 1: Hoje, um projeto daí desse, um lote desse que... um lote da região aqui dá pra umas... dependendo da família, pra umas quatro, ou cinco, pessoas trabalharem dentro do lote.

Carol: Ah, é? Que tamanho que é, mais ou menos, o lote?

Acampado 1: A partir de oito hectares.

Carol: Oito hectares?

Acampado 1: É.

Carol: Daí dá pra produzir bem ali?

Acampado 1: É, dá pra produzir bem. Numa família, até umas cinco pessoas dentro da família dá pra trabalhar, se tiver o projeto tudo...

Carol: Organizarem, né?

Acampado 1: Organizadinho.

Carol: Você tem bastante contato, então, com o pessoal dos assentamentos, aqui?

Acampado 1: Tem.

Carol: E lá o pessoal planta, ali? Dá pra tirar todo o sustento dali?

Acampado 1: Todo o sustento da família.

Carol: Ah, legal.

Você acha que tem solução pra esse problema do desemprego?

Acampado 1: Olha, eu acho que isso aí é difícil, né? Ah, é difícil... Acho que o pessoal tem que avançar bastante na reforma agrária, pra ajudar na parte do desemprego da cidade. Com o pessoal dos assentamentos, acaba gerando serviço dentro do próprio assentamento. Segundo, a gente tem que, inclusive aqui pra nós, tentar manter os jovens também pra trabalhar dentro do assentamento, pra não sair de dentro do assentamento e trabalhar pra fora, né. Eu acho que ajuda bastante. A reforma agrária ajuda na parte do desemprego.

Carol: E quando você trabalhava na cidade, Acampado 1, você já chegou a fazer parte de algum sindicato, alguma coisa, ou não?

Acampado 1: Assim, quando eu trabalhava na cidade, eu sempre participava de alguma reunião assim, sindicato. Às vezes, nós fizemos umas greves. Nesse último emprego que eu tava, nós fizemos uma greve, acabou mandou um pessoal embora da fazenda.

Carol: Nossa!

Acampado 1: É...rs... Nós estávamos, assim, também. Trabalhava eu e minha esposa lá.

Carol: E você acha que o pessoal do sindicato, eles têm ajudado na luta pela reforma agrária? Também estão junto com o Movimento?

Acampado 1: Depende mais assim, é... Muda um pouco de região. Eu acho que tem região que ajuda, mas na nossa aqui não.

Carol: Por aqui não?

Acampado 1: Não.

Carol: Têm outros aliados, assim? Você acha, aqui?

Acampado 1: Não, até têm alguns apoios do município, assim, um pouco. De algum vereador, de algum deputado estadual.

Carol: Mas os sindicatos não aparecem nada?

Acampado 1: Não, não aparecem não.

Carol: E você acha que é importante ter um pessoal que faz a luta na cidade, também?

Acampado 1: Sim, eu acho importante. É, o pessoal tem um grito de ordem, também: “Se o campo e a cidade se unir, a burguesia não vai resistir”. Acho que, aí que tem a importância do Movimento atuar na área urbana, como também na área rural. Porque, hoje, se não for pra gente fazer luta pela terra... hoje tá difícil, você sabe, fazer ocupação de terra; tanta lei que impede não sei o que. As lutas, hoje, saem mais na cidade. A maioria das lutas, hoje, pra bater, pra fazer a luta pela reforma agrária, hoje, está sendo mais na cidade. Na capital.

Carol: E você acha que, no último período, assim governo Lula, teve mudança na reforma agrária? Avançou? Não avançou?

Acampado 1: Eu acho que não avançou, não.

Carol: Não?

Acampado 1: Na reforma agrária... eu acho que avançou, um pouco, nos assentamentos. Na parte de acampamentos avançarem em arrecadação de terras. Saíram menos áreas mandato do governo Lula, que no Fernando Henrique.

Carol: Nossa... e tinha uma expectativa maior, né?

Acampado 1: Tinha, maior. Tem um pessoal aqui que ta desde o começo do mandato do PT.

Carol: Ah, ta. Veio pra cá em 2003 já, né?

Acampado 1: Isso, têm umas famílias com nós aqui, que vieram no começo. Que eles estão nesse acampamento, na verdade.

Carol: O pessoal está desde aquela época sair a terra?

Acampado 1: É. E teve dois mandatos do governo Lula, né, e ta aí na...

Carol: Não melhorou, né?

Acampado 1: É.

Carol: Você acha que tem muito... Quais são as principais dificuldades, assim, pro pessoal continuar aqui, acampar, se organizar?

Acampado 1: Se o pessoal ta conhecendo o processo da área... Essa área o pessoal acompanhou o processo desde o começo, então... o pessoal tem uma teoria que o pessoal não desiste, né. O pessoal que estuda só está acompanhando o processo dela, então... e, se deus quiser, nós estamos mais pra frente com a esperança que vai dar certo. E o local

também, você sabe que o pessoal acabou ficando já meio próximo à cidade, então o pessoal não tem muita dificuldade. Mas tem lugar... esse acampamento já passou por lugar que é, nossa... era muito difícil.

Carol: É?

Acampado 1: É, ficar a 30 quilômetros da cidade.

Carol: O pessoal tava falando que teve muito despejo aqui, também, né?

Acampado 1: Teve. Teve num ano, no ano de 2010, nós tivemos quatro despejos em dois meses.

Carol: Nossa! Quatro em dois meses?!

Acampado 1: É. A última vez agora ainda tá mais calma, mas mesmo assim ainda tem negociação direto. Eu falo assim 'Eu tava aí dentro'.

Carol: A cada 15 dias tinha um despejo.

Acampado 1: É.

Carol: Nossa. E aí, nesse processo, teve gente que saiu? Ou não?

Acampado 1: Assim não. Ainda aqui o pessoal nessa época não.

Carol: Se manteve?

Acampado 1: Se manteve, foi.

Carol: E aparece gente nova? Assim, pra vir pra cá?

Acampado 1: Aparece, pra querer vir acampar. Tem bastante gente pra vir aqui acampar.

Carol: É, principalmente, pessoal da cidade, ou que trabalha no campo?

Acampado 1: Pessoal da cidade.

Carol: Da cidade? Ta desempregada...?

Acampado 1: É, que ta difícil o emprego. Agora aparece gente o tempo todo pra querer vir acampar. Tem bastante gente que quer lutar pela terra.

Carol: Acho que é isso. Tem mais alguma coisa que você acha, que você quer falar?

Acampado 1: Não, eu acho que assim, que eu já sou uma família de camponês. Já camponês, mesmo. Mas, assim, sempre eu tive um cantinho, pra poder se virar, produzir. A gente, né, já trabalhou bastante pra fazenda, então, a gente via o resultado que deu. Eu acho assim, que o mais importante nessa luta pela terra é melhorar a vida das famílias. Principalmente, a família da gente. Que eu tenho muita vontade de fazer produção orgânica, alimento mais saudável. Porque do jeito que a coisa ta aí, a coisa ta...rs

Carol: O agrotóxico aí, ta...

Acampado 1: É verdade. Mas é isso aí.

Carol: A experiência que você tem aí de conhecer os assentamentos é que o pessoal melhorou a vida, e tudo mais. Consegue se manter?

Acampado 1: Consegue, consegue se manter melhor, né.

Carol: Legal. Ta bom, obrigada, Acampado 1.

Acampado 1: De nada.

Carol: Obrigada, viu.

Acampamento Santa Maria da Conquista

Acampado 2: E um filho. Agora ele chegou pra experimentar a carne, não tem. Faz um pouco tempo que eu to sem genro.

Carol: Veio a família toda pra cá, então?

Acampado 2: Veio só dois.

Carol: Dois.

Acampado 2: Tem nove fora.

Carol: Nove fora.

Acampado 2: Não, oito!.. Seis, sete, né? Não, nove. Tem dois aqui, o resto mora no Cuiabá, Mato Grosso. Mora outro em Jales. Já ouviu falar em Jales, interior de São Paulo?

Carol: Não, não conheço lá.

Acampado 2: É quase divisa São Paulo com Mato Grosso. A Filha. E os outros moram no Itu.

Carol: Itu? Ah, ta. E, quando o senhor veio pra cá, Acampado 2? Sete anos, né?

Acampado 2: Sete anos.

Carol: E o senhor trabalhava em alguma coisa? A senhora trabalhava, Acampada 3?

Acampado 2: Trabalhava, eu trabalhava.

Acampada 3: Só em casa, filha. Ficava tomando contas dos filhos...

Carol: Em casa.

Acampado 2: Eu trabalhava. Minha vida foi de roça, né. Mas criei minha família em roça, no interior. São Paulo. Que eu vim do estado de Alagoas no ano 70.

Carol: Ano 70?

Acampado 2: Aí ergui a família aqui.

Carol: E o senhor veio pra São Paulo pra trabalhar?

Acampado 2: Pra trabalhar. Aí eu vim direto foi pro interior. Ai fui criado tocando roça. Eu tocava roça de algodão, roça de arroz, roça de milho. É duro, hein. Aí criei minha família. Quando cresceram um pouco os moleques, tinha uns três rapazinho, aí fui pra Itu. Trabalho de firma. Aí saí da roça...

Carol: Na cidade. Foi pra cidade.

Acampado 2: É. Entrei na firma e trabalhei 18 anos.

Carol: 18 anos?! Nossa.

Acampado 2: Aí eu saí e foi quando vim pra aqui. Tenho casa em Itu, tenho tudo lá.

Carol: O senhor é aposentado?

Acampado 2: Aposentado.

Carol: Ah, ta. E por que que o senhor decidiu vir pra cá pro Movimento?

Acampado 2: Eu decidi porque eu tinha... eu saí, o lugar que eu tava trabalhando tava entretendo, né. Mas saí do serviço, aí ficar só em casa à toa? Ah, então, eu digo 'eu vo...' Aí tinha um cunhado meu que tava já nesse movimento. Tinha conversado, começou até lá onde ta esse povo que recebe pessoas lá. Ele começou lá.

Acampada 3: ... de nós, lá no boi gordo...

Acampado 2: Então, me chamou, eu digo 'eu vou'. Aí fui embora mais ele. Aí mudei. Aí saí da firma e já vim. Fiquei evadido uns tempos, uns três ou quatro meses. Se a mulher gritar, eu vou também. Aí ela veio, ela veio também. Trabalhou até hoje. Aqui é minha terra. Olha, até o murinho ali eu saí. Agora tenho um gado, né. Eu crio um gado, mata pasto. Sou louco pra isso ai pra trazer.

Carol: Pra trazer pra cá, né?

Acampado 2: É, porque eu pago, eu pago quase seis conto de pasto.

Carol: Nossa.

Acampado 2: Todo mês, todo dia 10.

Carol: É caro, né?

Acampado 2: É caro. Mas o entendimento é esse.

Carol: E como é que o senhor se sustenta, Acampado 2? Só com a aposentadoria?

Acampado 2: Só.

Carol: Só?

Acampada 3: Agora, se nós tivesse na cidade, como é que nós ia viver? Porque os filhos tudo não mora perto. Não é um... e como é que nós ia viver, se morasse na cidade?

Carol: Pagar aluguel, como é que faz?

Acampada 3: Pagar água, energia, telefone. Como é que..? Não ia sobreviver. Aquilo ali agitando, aí não vai chegar nenhum problema na gente. Ia começar a ficar doente, e hoje já ta com outra saúde e felicidade. Ele não conseguia levantar nem de um sofá pra calçar um sapato. Eu falei, 'Olha não quero ficar aqui, porque nós não dá pra ficar aqui, pra viver mais. Na idade que nós ta, nós tem que caçar uma largueza', né. Foi quando meu irmão puxou e...

Carol: Ter tranqüilidade, né?

Acampada 3: Tranqüilidade. Aqui é outra vida. Quem quiser uma vida mais melhor, e ia ter ela muito, é assim na largueza. Mas, lá na cidade, a gente só vê gente tudo doente. Falei, 'Ave Maria! Se eu não sair daqui logo, ou num vou ter...'

Carol: O movimento ajudou vocês, então?

Acampada 3: Ajudou, ajudou. Porque, meu irmão, hoje, deu o sítio dele lá, no serviço três de maio. E vivia doente, hoje ta outra maravilha. A mulher já foi pra lá com a mudança dela.

Carol: O irmão da senhora ta assentado, então?

Acampada 3: Ta.

Acampado 2: Esse que tava com a gente. Assentou lá no posto, na cidade. Então, ele ficou assentado, e eu fui de lá eu tava mais ela, em Sipituva. Aí ele veio aí pro Gorgulho. Aí eu vim, pra Sipituva, ficamos lá dois anos. Dois e pouco. Aí viemos pra aqui. Aí viemos pra aqui, e estamos aí até hoje, esperando essa terra aí. Faz quatro anos agora, que nós estamos aqui.

Carol: Quatro anos?

Acampado 2: É, agora em agosto.

Carol: Então, vocês tem bastante contato com o pessoal que ta lá assentado?

Acampada 3: Tem.

Acampado 2: Tem!

Carol: E eles ajudam na luta, aqui, pra conseguir a terra aí de vocês?

Acampado 2: Olha, pouco, né. Quando tem luta, vai muito pouco de cada um, vai dois, três, um. A força é aqui, né. A força é o que ta no...

Carol: O pessoal que ta aqui a trabalho.

Acampado 2: É. Esses é os que tem que fazer, por que...Mas, primeiro, quando era tudo... primeiro era tudo, né, junto. Quando era assentamento, assim, acampamento. Era aqui, lá. Lá na barra, isso tudo. Era ajuda, era tudo. Aí teve bastante gente, né. Quando era luta, era muita gente, porque ia tudo.

Carol: Era forte, né?

Acampado 2: É, agora ta cada um no seu. Eu vou fazer esse serviço, tu vai fazer outro, não sei o que. Mas primeiro era movimento. Era até bonito.

Acampada 3: É!

Carol: E, quando sair terra, Acampado 2, o senhor quer plantar alguma coisa lá?

Acampado 2: Vou, se deus quiser.

Carol: Vai plantar o que?

Acampado 2: Vou plantar milho, plantar feijão.

Carol: Vai ter o gado, né?

Acampado 2: Vou. Primeiro lá o gado, quando o gado assentar, quero logo fazer um plantio, um pouco de “caneira”, de capim, né. Porque, você viu, perdi oito cabeças com a seca!?

Carol: Nossa.

Acampado 2: Perdi cinco vacas e três bezerros.

Carol: Nossa!

Acampado 2: É. Porque, você vê, geou demais, né. Deu aquela geadada, acabou o pasto. Aí ficou julho, junho, tava começando a crescer, deu outra geadinha. Acabou de matar. Setembro não choveu! Quando foi em outubro é que choveu, aí começou a sair o pasto. Mas, não saindo o pasto, o gado... Não dá pro gado. É muito fraco. Aí pegou a cair vaca. Caiu duas no córrego. Dentro do córrego, que é grande, atolou e não quis sair.

Carol: Nossa.

Acampado 2: E três no cesto. Mas, em Franca, ponhava num cama lá, fazia um verão, ponhava lá, mas não tinha jeito. Perdi cinco vacas e três bezerros. Aí foi o gado.

Carol: Nossa. Mas aí, quando tiver a terra, o senhor acha que vai melhorar?

Acampado 2: Se deus quiser.

Acampada 3: Vai melhorar. Aí não tem jeito. Dinheiro não era tudo na vida, né. Que nem esse irmão que morava aí mesmo. Ele morava numa chácara, um irmão meu, mas não tinha futuro. Porque, até quando pequeninho, ele não podia criar as coisas que ele queria, né. Um porco, uma galinha, um gadinho que ele já tem, né. Que ele pagou uma vez o banco, só com o gado.

Carol: Nossa.

Acampada 3: Né? E, agora, ta criando, tira um leitinho. Nós tava também tirando um leite. Quando tava geando, nós tava tirando leite e tava vendendo. Agora, com uma geadada, agora já ta tudo uma geadada. Então, aí, na terra que ele tava não podia... Então, o que ganha lá aonde ele ta feliz lá também. Ele ta feliz, mais a mulher. Né, a mulher ta ajudando ele, fez a casa dele lá. Ta feliz. Por isso que eu falo, a felicidade é a... né? Porque aqui a gente ta plantando feijão, vem é tudo é da roça. Tudo aqui ele ta pegando da roça, né? É uma maravilha quando... né.

Carol: E o irmão da senhora consegue se sustentar com a produção que ele tem ali? Ou ele precisa buscar renda em outro lugar?

Acampada 3: Não. Ele aposentou.

Carol: Aposentou?

Acampada 3: Aposentou e tem o gado dele.

Acampado 2: Agora...

Acampada 3: Da roça, o gado dele da roça. Agora ele... que lá, agora a mulher que foi ajudar ele. Eu disse, ‘Você vai ajudar ele lá, que ele ta lá sozinho’. E ela ainda achava... Agora foi mesmo que ela foi pra lá. Agora, ela ta dando uma mão pra ele, né. De um ano

sozinho, não arrumou ninguém, como a mulher não ajuda pode dar uma mão pra ele, né. Agora ele ta feliz lá.

Carol: Ah, que bom.

Acampada 3: Porque a mulher dá uma opinião, porque lá ele esquentava a cabeça sozinho. Pra cuidar do gado, tirar um leite. Eu falei, ‘Minha cunhada, ela ajuda ele. Porque lá é feliz, porque você ajuda ele, dá uma opinião e coisa, e outra né...’ E, hoje, o homem ta lá, por maior grade, e tudo quanto é coisa.

Carol: Ai, que beleza.

Acampada 3: Então, um arruma uma casa de um jeito e comida. Bom, quando chega pra fazer comida, muitas vezes nem come, coitado, porque lutando, não tem como. Então, graças a deus, a mulher foi, chega em casa, a casa ta limpinha, tem a comida, pronto! Então, ta só divertimento lá. É uma maravilha. Eu to doida pra ir lá. To até vendo um dia pra nós chegar lá, queria tanto... Por isso que nós estamos nessa luta.

Carol: E a senhora acha que ta demorando muito, Acampada 3?

Acampada 3: Oh, minha filha, eu não sei. Vamos ver, se deus aluminar nossos caminhos, que chegue logo, né. Mas tem que esperar pela vontade de deus.

Carol: É, né? Já ta há sete anos nesse batalha, né?

Acampada 3: É, batalhando. Nós não pode desistir agora, não vai mudar mesmo a luta que eu já tive, né. Eu falo assim pros meus filhos, ‘Fica lá, que eu fico aqui. To com uma saúde boa, to cuidando dos meus bichinhos’. Olha uma galinha, vejo meus netinhos, né.

Carol: Não, não pode desistir, não.

Acampada 3: Né? Falei, ‘Vou aqui até o fim’. Meu irmão...

Carol: Conseguiu.

Acampada 3: Conseguiu, porque que eu não vou conseguir?

Carol: É um exemplo, né?

Acampada 3: É. Com a ajuda das pessoas, é que a gente consegue. Agora, se a pessoa desistir, né? A gente não pode desistir. Porque eu tenho a esperança de deus que nós vai vencer. Nós vai vencer. É muito poderoso, né?

Carol: Ah, é. E o senhor sabe, Acampado 2, que tamanho que é o lote?

Acampado 2: O lote? É 3,5, mais ou menos, em alqueires.

Carol: 3,5? Aí dá pra fazer bastante coisa?

Acampado 2: É, não sei se é 3,5 ou 4 isso daí da terra. Dá.

Carol: É um tamanho bom, assim?

Acampado 2: É bom. Oh, é grande. Um alqueire é muita terra. Três e quatro é muita terra.

Carol: Dá pra ter o gado? Dá pra plantar?

Acampado 2: Dá, dá pra fazer a metade pra pasto e metade roça.

Carol: Metade-metade.

Acampado 2: É. Dá pra um pastinho. E plantar pro gado um pouco, porque o gado tando no meio, dá o gado até no gosto também, né. Faz de leite, pro gado não sofrer, e leite por causa da planta. Eu creio que já acabou de leite, não quero mais, já acabou.

Carol: E, além da terra, tem outros programas assim? Pra ajudar a começar a produção?

Acampado 2: Tem, tem. Dinheiro?

Carol: Isso.

Acampado 2: É, o único é que nem esses outros aí tudo assentamento. Primeiro, agora, ele deu uma cestinha, sabe?

Carol: O INCRA?

Acampado 2: É. Sempre dá uma cesta básica. Agora, quando pegar o lote, pegar a terra, aí acabou a cesta. Aí, eles dão um tal de fomento. Parece que vai ser 10.000,00, em duas vezes.

Carol: Pra cada família?

Acampado 2: Pra cada família. Aí é pra compra, pra ferramenta, pras coisas. Depois, eles dão dinheiro pra fazer as casas. Então, faz a casa.

Acampada 3: Construir.

Acampado 2: Depois, vem o Pronaf. O Pronaf que eles deram esse ano passado, foi 21.000. Pra esse povo que ta mais atrasado. Mas disse que agora, como eles fala, vai 30 ou 35 mil, do Pronaf. Vai melhorar, agora. Foi de Brasília, e no INCRA fala, 'O Pronaf vem em 35'. Antes era 21. Aí, é pra comprar gado, quem quiser. Comprar trator, quem puder andar, compra trator. É pra isso

Acampada 3: É ótimo pra pessoa. Na cabeça tem que ter...né. Eu acho que vai na frente. Né? O que merece. Agora, aquele que não usa a cabeça, não... né? Aquele que ta usando a cabeça vai...

Carol: E tem que estar junto, em coletivo, né?

Acampada 3: Tem que estar junto.

Carol: Porque, sozinho, é difícil de conquistar.

Acampada 3: Sozinho é difícil, é! Tem que ser a pessoa, ter onde ele estiver, prega ali. Tudo, a casa, oxe. Até onde que a gente pagar, tirar aquela dívida, pagar. E seguir a vida da gente, né? A gente...

Acampado 2: Eles vêm sempre pra... E, pra trabalhar, eles mandam. E, quando vem cinco mil, é pra trabalhar na roça. Depois, no outro ano, 5 mil por ano. 5 mil, 5 mil. Sempre vem de ano. Eles sempre pagam. Agora, o Pronaf, sim, o Pronaf é bom também. Esse que vem de vinte e pouco. Mas esse vai pagar a primeira entrada com três anos.

Carol: Três anos?

Acampado 2: Paga um pouco e vai pagando.

Carol: É bom que da pra colher bastante antes de pagar.

Acampado 2: É, três anos. Agora, o que eles dão de 5 mil, ou seis, por conta da roça, é de ano em ano. Tirou a colheita, paga. Agora, o da casa, não paga, não. Da casa, é pra prefeitura, e a gente que paga. É por eles mesmo.

Carol: Ah, ta. E, vocês que tão aqui há bastante tempo, acompanharam a trajetória de muita gente que passou por aqui. Que foi assentado, ou que acabou desistindo.

Acampado 2: É. Ou desistindo...

Acampada 3: Que foi assentado ou desistindo...

Carol: E o que que vocês acham que, por que que o pessoal desistiu? Será...?

Acampada 3: Porque... Pessoal que não tem fé em deus e não tem coragem de esperar. Às vezes não ta preparado. Porque, eu sou uma pessoa assim, que tive que esperar a vontade de... né. Esperar, então, ficar sofrendo antecipado, não. Agora, os outro não tem paciência, não... sai fora. A gente não pode dar conselho nenhum, a gente tem que ser a cabeça da gente, deixa, né. Vamos esperar. Já esperamos até aqui, vamos esperar até o fim. Nós não pode desistir, que perde uma fortuna, né. Perde uma fortuna. Aí, que nem, meus filhos, esses que foi embora há muito tempo, esses aqui que não terminou, desiste, vamos em frente, né. Porque tem, porque eu quero ver vocês ser feliz. É com os filhos, né. Criei meus filhos na roça, nunca me deram trabalho. Tive esses nove filhos, nunca me deram um tipo de trabalho. Agora to com esses netinhos, é que eu paro. Pelejar pra criar esses netinhos na felicidade, porque, criar na cidade, vira o que? Não vê um futuro dentro de casa, não vê um

divertimento. Esse aí, ó, coitadinho, só vive assistindo televisão. O outro não quer saber de televisão, não quer saber de moto, não quer saber de coisa de brinquedo. Só quer ficar saindo. Então, eu acho que a mãe e a avó têm a felicidade de ver eles assim, né. Tudo brincando, né, e agora tem o patrão que chega aí com a... né, pra ajudar aí. Pra eles ter um divertimento, né.

Carol: Mas a vida não é fácil aqui, também não, né?

Acampada 3: Ah, pra eles, eu acho assim, pra baixo do barraco... a energia. É o nosso perigo. Fica debaixo dessa energia. Quando vem o trovão, estrala aí o negócio aí, ainda tem que correr. Quando terminar, desliga a energia, pra não acontecer nada.

Acampado 2: E outra, esse barraco até a cerca. Uma hora ta aqui, outra vez no despejo, pra sair. Primeiro...

Carol: Muito despejo, já?

Acampado 2: Já.

Acampada 3: Teve.

Acampado 2: Aqui mesmo, já fez quatro anos. Nós fizemos primeiro ali, enchemos esse estrada tudo de barraco. Dalí pra lá. Aqui não, aquele estrada, aquele barraco até lá no canto. Aí ficamos, aí demoramos, ficamos um ano e um mês. Depois veio a liminar pra sair. E teve uma fazenda lá, nós não pode entrar. É, teve uma fazenda aí, “Boa Vista”. Aí, a polícia escreveu, ‘ah, então sai daí..não sei o que, não sei o que’. Tamo esperando a fazenda aqui. Aí passamos vinte dias ali.

Carol: Nossa.

Acampado 2: Pra arrancar o barraco de novo.

Acampada 3: Aí, por isso que as pessoas desistiam.

Acampado 2: Aí, arranquemos. Arranquemos o barraco. Fomos fazer lá na chapadinha da lagoa que tem ali, uma... você sabe, um açude que tem ali. Fizemos lá mais uns 25 dias. Voltamos, aí voltamos de novo, viemos nesse canto aqui. Aí, enchemos de barraco daqui lá fora.

Carol: Nossa.

Acampado 2: De barraco. E meu filho aqui. Aí, fiquemos uns tempos. Foi a prefeitura, arrancaram, porque iam fazer não sei o que, ia fazer um asfalto, um não sei o que, e nada. Aí, fomos pra ali de novo. Aonde tem esse barraco aí. Entramos tudo pra dentro, tiramos da estrada, entramos tudo pra dentro, vamos. Depois, ‘Precisamos sai aí de novo!’ Aí, viemos pra aqui. Aí, tamo aqui, é um trabalho!

Acampada 3: Por isso que as pessoas desistiam, né.

Carol: Por isso que o pessoal desiste, né?

Acampada 3: Desistiam. Não tem paciência, né.

Carol: Mas o governo não ajuda, também. Vem, despeja, tem que vir de novo. Vocês acham que o governo ta ajudando ou ta dificultando pra conseguir a terra?

Acampado 2: Olha, sei não. Porque ta, o governo ta devagar. O governo... porque era pra ter pago já essa... Nesse tempo todinho! Do tempo que o Lula decretou, em dezembro, fez dois anos.

Carol: Dois anos?

Acampado 2: Que o Lula decretou.

Carol: E não tem previsão de quando vai estar lá, ainda, né?

Acampado 2: É, agora está assim. Disse que ta no juiz, em Sorocaba, nove milhões. Agora, faltam quatrocentos e quarenta e pouco. É esse pra vir pro Vitor pagar aí, o juiz de Sorocaba. E disse que foi gente daqui da prefeitura lá conversar com ele, ele disse, ‘Não’,

só faz alguma coisa quando chegar o resto do dinheiro. E tem quatrocentos que é pra feitoria, quatrocentos e poucos milhões pra vir. Aí, é ele que ta barrando. E vem, não vem, vem, não vem. Nós, em agosto, nós fomos pra Brasília. Foi um ônibus daqui. Daqui, foi pegando, deu um ônibus. Chegamos em Brasília, tinham cinco mil pessoas. De todo o estado tinha gente, veio um pouco.

Carol: Nossa.

Acampado 2: De todo o estado, tinham cinco mil pessoas.

Carol: Bastante gente.

Acampado 2: Aí ficamos lá oito dias. E aí, abatia aquilo tudo. Nós foi no Ministério da Fazenda, depois no Ministério do Trabalho, foi na Dilma, foi no...

Carol: Foi em todo lugar.

Acampado 2: Pra todo canto. Batia tudo aquele tanto de gente.

Carol: A senhora foi junto, Acampada 3?

Acampada 3: Não, eu fico em casa, filha. Porque eu tenho platina numa perna, eu não posso caminhar, acompanhar esses movimentos dele. Lá tem é caminhada.

Carol: Mas a senhora fica aqui torcendo daqui?

Acampada 3: É, fico aqui torcendo. Eu digo, 'Não dá pra mim ir, vai lá'. essas pessoas mais, né... Aí, eles vão. Graças a deus, vão com felicidade e voltam, né. Mas, pra gente eu falo, 'Se eu pudesse andar, eu acompanhava também'. Que é muito bonito isso tudo. Aí eu fico em casa, digo, 'Esperar o que é que deus vai fazer por nós'. Aí, eu sei que nós ta nessa luta. Porque, que nem, decretou, né, que ta na mão do juiz e... esperar o dinheiro e pegar essa fazenda, né. É o que nós estamos esperando. Pra ver se nós já sai desse... né. Porque vem estudante, menina. Vem muito estudante, aqui, ver nosso movimento. É sempre assim, ó, né. Porque, se deus quiser que deixem pagarem a fazenda, aí né. É uma boa coisa pra nós, né. Se der pra eles lá pra pagar logo, né?

Carol: É, pois é. E que ano que foi isso, Acampado 2? Que o senhor foi pra Brasília?

Acampado 2: Foi em agosto passado.

Carol: Ah, agosto.

Acampado 2: Em agosto. Vai fazer um ano.

Carol: E aí pressionou lá, então, os ministérios?

Acampado 2: Aí, pressionou, pressionou. Depois nós tava... aí, voltamos no Ministério do Trabalho, de novo. Ministério da Fazenda, aí os homens falava, falava. E aquele monte de gente lá cercando de lá. Aí, então, 'Zé, vamos embora! Minha mulher resolveu fazer uma reunião com nós'. Aí, chegou os homens tudo, chegou encheu de gente, fomos lá pro acampamento, pro centro, procurando fazer um alojamento do caramba. Aquela zona, lá a vontade no meio daquelas ferraiada, e cheio de gente, cinco mil pessoas. Ah, então, veio. Veio o ministro, o ministro dela, veio deputado federal, veio estadual, veio aquele povo tudo, e veio uma porcaria subiu lá e veio na fala. 'É, tem que fazer é assim mesmo, pensa que fala e vão mandar, é em vocês, se não, não sai terra.' Então, ele bateu o pé, e foi mesmo. Todos eles.

Carol: Eles falaram isso?

Acampado 2: Falaram, falaram. Que sai dinheiro, ..., que sai dinheiro não sei pra onde, sai dinheiro não sei pra onde, não sei pra onde. ... Então depois por último veio o senador da..., não, o senador não, o ministro com um monte de carta assim de papel. 'Ai minha gente, primeiro eu vou dar..., eu vim trazer pra vocês um abraço e um aperto de mão pra todos os sem-terra que a Dona Dilma mandou'. Mas ela não veio. E vai, ai foi lendo, vai assentar todo mundo que está debaixo de lona que é mais difícil e tem gente. E todo estado tem, tem

gente debaixo de lona. É, vai assentar todo mundo, vai fazer não sei o que, vai dar 35 de Pronaf, vai dar dois litros de fomento, vai dar 26 que é pras casa e vai dar tudo isso pro...ai ta bom, ai tem o...o João Paulo, barbudão, sabe? Conhece por, pelo movimento, não? O João Paulo.

Carol: Não sei quem é não.

Acampado 2: João Paulo que é o cabeça da, da... Nós já viemos e ele lá foi na reunião com ela e com os outros pra... pra chegar no...chegar...

Carol: João Pedro?

Acampado 2: João Pedro! É o João Pedro.

Carol: O Stédile?

Acampado 2: É um barbudão.

Carol: É o João Pedro.

Acampado 2: Ah, então ele mesmo falou, disse “ô, minha gente, ta vendo a história que a dona Dilma mandou falar? No meu distrito também vive falando ai assim, assim. Se não garantir o que estão falando, nós vamos, vamos ajuntar o povo do Brasil em peso, todo barraco, todo acampamento e jogar aqui dentro de Brasília, nós vamos fechar Brasília!” Até agora...

Carol: Vamos ter que fazer isso então, né Acampado 2?

Acampado 2: Tem, tem, fechar mesmo!

Carol: Vamos ter que fechar tudo então?

Acampado 2: Ó, precisa ver.

Acampada 3: Juntou o povão do mundo!

Acampado 2: Carecidamente assim vai três, quatro e deu cinco mil pessoas lá e foi pra trazer o... levar o acampamento inteiro, de todo canto. Vai chegar mais, mais duzentas mil pessoas lá e fechar, né?

Carol: Nossa.

Acampada 3: É, porque se não houver um, um negócio assim que faça dar terra pro povo trabalhar, como é que esse povo vai viver na cidade, como, né? Porque, se for ver, como eu vejo lá na cidade nova, gente não pode arrumar emprego, já saiu do emprego, e pra comprar de um tudo, como é que vive, né? E da roça vive! Na roça tem uma galinha, tem um, um porco, tem uma coisinha pro cabra sobreviver, né? Mas na cidade... Eu nunca fui pra cidade, mas foi a primeira vez que eu fui pra cidade que não deu pra aguentar aquele batido, foi essa vez. Aí foi o jeito de desistir mesmo, né. E a gente não aguenta não que eu fui acostumada a ficar aqui na roça, aqui na roça, ver meus filhos tudo de barriga cheia, né. E meu pai me criou, foi tudo, foi na roça, então... É onde eu falo, né?

Carol: E é tudo muito caro na cidade.

Acampada 3: Ixi, Nossa Senhora! Tudo caro, minha filha! E tem aqueles coitados que não... que morrem de fome que eu vejo lá, coitados sem poder comprar nada. Falei, ‘Não dá, eu não vou aguentar essa vida não!’. E aqui, graças a deus, não tem... bem o assentamento pra assumir verdura, tem as coisas sempre, né. E tem a cesta do INCRA que nós comemos, dá pra sobreviver e...

Carol: Essa cesta do INCRA vocês começaram a receber faz tempo?

Acampada 3: Faz, faz.Desde que ...

Acampado 2: Faz. Foi assim que começamos em 2003. Nós começamos em 2003.

Carol: Ah, desde 2003 então tem essa cesta?

Acampado 2: É, tem, tem. Agora tem dia que vem, vem, as vezes pula um mês, né?

Carol: Ah, as vezes pula um...E vem pra toda a família?

Acampado 2: Vem, vem pra toda a família, vem tudo. Até que ajuda, quebra um galho, porque trabalha sempre, todo mundo trabalha e tem arroz com feijão, mais alguma coisa, vai inteirando, né? E eu não, eu tenho um quebra-galho, já vai trabalhar.

Acampada 3: Mas tem ir contente, tem feijão, grama. Eles trabalham, até no serviço eles trabalham de feijão, grama, essas coisas que ficam trabalhando. Agora, lá na Sipituva não tinha serviço não, ai foi bicho feio. Lá, quando tinha, quando acabasse a comida, ai tinha que pedir. Cada pessoa ia. Ai meu deus do céu! Ai era duro, né? Agora não, chega aqui e já tem serviço pra todo mundo, né? Não trabalha se não quiser, mas serviço tem, né. Já o meu trabalho com o pedreiro, esse menino meu trabalha com o japonês dois anos, né?

Acampado 2: Dois anos e meio.

Acampada 3: Dois anos e meio que trabalha com o japonês. Mas trabalha. Trabalha pra não ficar preocupando cada dia, porque se não trabalhasse também, né? Como é que vem la de cima trazer aqui, né? Tem que trabalhar, fazer o que, né? Eu sempre falo, ‘Tem que trabalhar pra ter o pão pra comer, pra pagar o pão pros filhos’. Graças a deus. E... e vale a pena a gente trabalhar. ... mamata assim..., se o cara trabalhar na firma, que nem eu vejo trabalhar na Salvador Tech lá. Trabalhando no... fazendo tijolo e telha pra vender tudo umas estufas assim. O menino saía suado, igual pingando, vendo se eu tava, não teve quem aguentasse, nem umas velhas teve e ele ficou, ficou só ele pra aguentar a casa. E ele tinha dia que ele falava assim, ‘Vou pedir a conta pra sair!’, e eu disse, ‘Se você pedir a conta, como é que nós vamos ver que nessa outra tava miada? Como é que você...’. Ah não! Ai foi o tempo que deus ajudou o cara aposentar.

Acampado 2: Primeiro quando eu fui trabalhar nessa firma, lá no interior, fiquei cinco anos na casa... numa chácara da firma. E nós ficávamos ali. Veio eu e mais duas famílias. Então entramos numa caminhonete com um filho meu. Toda dia ele levava a turma, que é longe, é dez quilômetros da chácara na firma. Ai, nós ficamos na chácara, todo dia ia e vinha de caminhonete. Cinco anos e eu achando terreno pra comprar. Eu comprei um terreno, aí fui... a firma me deu sete mil tijolos. A firma disse, ‘Olha, quem, quem comprar um terreno, quem comprar uma terra, eu dou o tijolo.’, aí eu peguei sete mil. Fez sobrar de baixo e de cima. Aí eu peguei esse tijolo... Aí eu trabalhava e... tava em quatro, tava eu e três filhos na firma, eu e três filhos trabalhando, pegava aquele dinheiro e ia comprar... pedra, ferro, areia, cimento, cal e os pedreiros trabalhando e o resto fazia compra. Eu fiz um sobrado de lá... os filhos estão lá! Meu sobrado lá tem doze cômodos!

Carol: Doze? Nossa!

Acampado 2: Embaixo e em cima. É grande! Eu saí e os filhos estão lá.

Carol: E os filhos estão, estão de pedreiro? Trabalhando?

Acampado 2: Pedreiro, são pedreiro.

Acampada 3: Também, vai chegar um tempo que, se você não... não tiver cabeça, aquele tempo ali vai e... não vai aguentar de você trabalhar de pedreiro, né. Porque aquilo cansa, né. Vai chegar uma época que a gente tem que ter cabeça pra não... uma coisa pra sobreviver, né? Que nem, tem um menino que trabalha, trabalhava, morava numa sobra, agora comprou um terreno, ele ta... em Itu, já fez a casinha dele, né. Já fez a casinha dele agora vai ser uma felicidade pra ele. Aí um dia se aposenta e já ta com a felicidade dele, né? Tem que usa a cabeça. Agora, que nem os outros, se não oram, se não usa a cabeça, né, que jeito?

Acampado 2: Eu tenho dois filhos que moram lá. Um ta... não mora na casa dele... morava a sogra fez uma casona boa em Itu. De Itu, fez uma casa boa. Agora não é de Itu mesmo, é cidade nova. Bom de Itu. Então, e... agora eu tenho dois genros, lá também, tem um que

trabalha numa firma, é encarregado lá, ganha quatro milhões e quinhentos, por mês isso.... Tem dois genros lá. E tem um do interior, de Jales, e um daqui. É, quatro genros, eu tenho.

Carol: E ta todo mundo trabalhando?

Acampado 2: Tudo trabalhando! Todo mundo.

Acampada 3: Tudo trabalha!

Carol: Ah, bacana. Tem que... mas não ta fácil arrumar trabalho, né?

Acampado 2: Não ta, não ta. Hoje em dia, pra trabalho mesmo, precisa saber bem ler.

Carol: Tem que saber ler, né?

Acampado 2: Ser bem estudado, né?

Carol: O senhor sabe ler, Acampado 2?

Acampado 2: Sei.

Carol: A senhora sabe, Acampada 3?

Acampada 3: Eu não. Isso aí é...

Acampado 2: Olha, no fundo a gente sabe um pouco, mas também não é estudado.

Acampada 3: Olha, quatro anos. Também, os estudos dele é a cabeça, porque tem aquela profissão dele, né. Eu falei, 'Trabalha na roça, tem a profissõzinha dele, né?'

Acampado 2: Tem um de quatro anos, tem outros de... segundo grau? Tem dois... Agora... e... ler bem, estudar bem, estudei, estudo não. Porque, na roça, né? Na roça é assim. Agora, esse que estudou mais foi porque, quando fui pra cidade, trabalhava e estudava a noite, aí estudou mais um pouco. Tem um filho que estudou.

Carol: E o senhor acha que sem estudo é mais difícil arrumar emprego?

Acampado 2: É difícil!

Carol: É difícil.

Acampado 2: Primeiro não, primeiro tinha... até tinha... servicinho sem estudo, mas hoje não tem mais não. Tem que ter estudo, porque quem é que quer que os netos estudem, os filhos estudem? Porque ta... E olha, por deus ele fez a escola, porque sabe que a coisa hoje ta bicho feio. Até hoje, eu tenho uns netos muito bem estudados, bem estudados. Tem neto lá... moço, tem... tenho dois netos, três netos casados.

Carol: Ah, nossa! Então o pessoal já ta... já ta crescendo já.

Acampado 2: Já, já estão crescidos.

Acampada 3: É! Já estão crescidos e a mãe... ah, nós falamos pra ela que é a melhor vida do mundo. A vida do mundo não é fácil pra gente saber trabalhar, usar a cabeça, né? Aí eu digo, 'Vocês tem que usar a cabeça que nem a mãe criou vocês, né? Com a ajuda de deus,... com o pão de cada dia, porque er da hóstia, né. Aí é que, hoje, eles têm cabeça pra...

Acampado 2: A senhora vai sair... vai hoje, não?

Carol: Oi?

Acampado 2: Vai hoje, não?

Carol: Vou hoje.

Acampado 2: Então você dá licença que eu vou, que eu vou lá no gado.

Carol: Opa! Com certeza! Obrigada pela conversa, viu Acampado 2?

Acampado 2: Nada! Então, fique com deus, viu?

Carol: O senhor também! Desculpa por incomodar!

Acampado 2: Pode vir amanhã!

Carol: Ah, vou ver aqui com o pessoal.

Acampado 2: Eu vou lá ver o gado.

Carol: Ta certo.